SILVA LUSITANA

05

TERRITÓRIOS, RURAL E AGRICULTURAS

CADERNO TÉCNICO

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

Territórios, rural e agriculturas – Portugal nos anos 2000

Joaquim Cabral Rolo e Francisco Cordovil

Versão alargada da edição
«Caderno Técnico» n.º 05 de
Silva Lusitana

Oeiras, 2018 [2014]

Territórios, rural e agriculturas – Portugal nos anos 2000

Joaquim Cabral Rolo e Francisco Cordovil [2014]

Índice

Introdução 3
1.1. Os tipos de rural 5
1.1.1. Definição, delimitação e caraterização 5
1.1.2. Importância territorial, demográfica e económica 10
1.2. Evolução da população – total, *rural* e *urbana* – e do povoamento 11
1.2.1. População rural e urbana – as últimas três décadas 11
1.2.2. Declínio da *população rural* e dimensão dos lugares rurais 13
1.2.3. Evolução da população e do povoamento urbano na década de 2000 14
1.3. Demografia e capital humano – as diferenças *rural-urbano* 17
1.3.1. Jovens, idosos e mudanças no potencial demográfico 17
1.3.2. Capital humano: o diferencial entre o *rural* e o *urbano* 19
1.4. A dinâmica socioeconómica 22
2. Agriculturas e territórios rurais – as dimensões da mudança nos anos 2000 26
2.1. "Zonas agrícolas" e *territórios* agrorrurais 26
2.2. Ocupação cultural do solo e os gados das explorações agrícolas 34
2.2.1. Evolução dos usos do solo 34
2.2.2. Superfície irrigável e SAU 39
2.2.3. Culturas temporárias 42
2.2.4. Culturas permanentes 47
2.2.5. Forragens e pastagens 52
2.2.6. Gados 56
2.3. Síntese 64
2.4. Estruturas fundiárias, população agrícola e modalidades de trabalho 66
2.4.1. População agrícola e modalidades de trabalho 67
2.4.2. Estruturas fundiárias e trabalho agrícola 71
2.4.3. O acesso à terra 78
3. Explorações agrícolas e tipos de agricultores 84
3.1. Dimensão económica, estrutura das explorações e territórios 84
3.2. Terra, trabalho e produtividades 93
3.3. Tipos de agricultores e territórios – importância e diversidade 97
4. Territórios rurais, potencial produtivo agrícola e políticas públicas 111
4.1. Potencial produtivo agrícola e territórios – os anos 2000 111
4.1.1. Evolução do potencial produtivo agrícola por territórios e atividades 111
4.1.2. Alteração da repartição territorial do potencial produtivo agrícola 124
4.2. Territórios rurais e políticas públicas 126
4.2.1. Composição dos apoios à agricultura, silvicultura e agroindústria 127

4.2.2. Fatores da distribuição territorial dos apoios à agricultura 130
4.2.3. Diferenciação dos níveis de suporte público aos territórios agrorrurais 132
4.2.4. Níveis de apoio e dimensão económica das explorações agrícolas 141
5. Síntese e perspetivas.....143
Bibliografia.....148

Introdução

Este texto cumpre uma das tarefas propostas na Operação *Dinâmicas e políticas para o desenvolvimento rural* do Programa da Rede Rural Nacional (PRRN 2008-13): *a análise e acompanhamento da evolução das áreas rurais portuguesas*, tendo em vista o *delineamento de estratégias locais e regionais do desenvolvimento e a identificação de pistas para novas políticas*. Para tanto, adiantava-se como uma das atividades determinantes a *tipificação dos territórios rurais* do Continente português, a sua caraterização, a análise da incidência territorial de políticas públicas e a observação das dinâmicas que os têm perpassado, em particular na última década.

Na vista de outros estudos produzidos nos anos 2000, na senda da identificação de manchas homogéneas de problemáticas de desenvolvimento rural (cf.: AAVV, 2004; GPPA, 2003, também com referencial à freguesia; Rolo, 2003; Novais *et al.*, 2000 – veja-se, ainda, a revisão feita em Azevedo, 2010); ou, mais geral, do desenvolvimento regional (cf.: INE, 2013; Id., 2010; ISS, 2005; Ferrão, 2003; Id., 2012; Id. *et al.*, 2004; Chorincas, 2003), também neste se toma o município como unidade base analítica. No entanto, aqui, em linha com o documento pioneiro de Novais *et al.*, 2000, apela-se à segmentação do concelho entre o rural e o urbano.

Apesar de numerosos trabalhos desenvolvidos sobre as zonas rurais e dos relevantes esforços durante quase um século para definir o rural, a *noção de rural permanece fluida* (Blanc, 1997: 5; cf. Woods, 2011: 17-49 e UE, 2011: 10-1). Contudo, aceita-se a sua existência – mais que não seja porque ela está consagrada no âmbito da aplicação de políticas públicas. Reconhecendo-se a existência do rural, e à falta de uma definição consensual, sobra o procedimento de o descrever e, para isso, de o delimitar. Neste sentido, assumem-se como vertentes nucleares para a delimitação do *rural* a pequena dimensão dos aglomerados populacionais, as atividades da população e o modo como esta se distribui pelo espaço (cf.: Baptista, 2010; Id., 2003 e 2001; Rolo, 2006). Em conformidade, faz-se equivaler o *rural* aos aglomerados de pequena dimensão (lugares ou povoados rurais), a população que aí vive (*população rural*) e a superfície das categorias de qualificação do solo rural envolvente (*superfície rural*).

A sociedade portuguesa defronta-se com duas problemáticas: a da *competitividade* – ao nível da produção de bens, em particular os de natureza internacionalizável, como são os de origem agrícola e florestal, e a do *ordenamento do território*.

Competitividade entendida, na ótica microeconómica (exploração/empresa), como a produção de bens e serviços, em conformidade com o uso das melhores técnicas disponíveis e orientada sobretudo pela lógica de mercado e, na ótica territorial, como a vantagem comparativa inter territórios na criação e ou captação de riqueza, de forma duradoura e objetivada pelo bem-estar social – o acesso a fontes de proventos, mormente ao emprego de qualidade – e compaginada com a qualidade ambiental (cf. Rolo, 2012).

Por sua vez, o *ordenamento do território* percecionado como ajustamento das ocupações do solo aos condicionalismos ecológicos (recursos da humanidade), norteado pelo refazer da relação efetiva da população (seja ela *rural* ou *urbana*) com os usos (as funções: de produção, de proteção da natureza e conservação ambiental ou de lazer) do seu espaço (cf.: Baptista, 2010; Ferrão & Mourato, 2010). É com este referencial que se releva a ancoragem do desenvolvimento no *território*. *Território* concebido como espaço geográfico que congrega *recursos, pessoas, organizações, agentes e instituições* e *onde se* podem *concretizar estratégias de ação relativas à competitividade e à coesão económica e social* (AA.VV, 2006). Será nesta dimensão que mais facilmente se podem coordenar e co integrar as *políticas sectoriais e territoriais* e as *atuações dos diferentes agentes territoriais* (cf. Id. e Figueiredo, 2010).

É que, importa sublinhá-lo, a coesão territorial e social é um desígnio afirmado na Constituição da República Portuguesa e nos tratados da União Europeia e sem coesão não haverá desenvolvimento inclusivo das pessoas e dos territórios, nem se inverterá a trajetória de

perda de recursos e de esperança, que fenómenos como o crescimento do desemprego, da emigração e das desigualdades entre pessoas e entre territórios revelam e alimentam.

O desenvolvimento *rural* é um domínio prioritário para se compreenderem os obstáculos a um desenvolvimento inclusivo e para procurar vencê-los. *Rural* entendido como quadro de vida social, mas também património biofísico a respeitar, ordenar e aproveitar de modo pleno e sustentável.

O presente contributo visa, pois, identificar desafios que o *rural* representa para Portugal no limiar da década de 2010 e abrir perspetivas sobre mudanças de política potenciadoras de melhores condições de desenvolvimento. E é norteado pela ideia de que a coesão territorial e social se realiza através da inclusão de todos os agentes e territórios, na sua diversidade, nas tarefas do desenvolvimento, designadamente, através do trabalho, do investimento, da boa gestão e organização, do conhecimento e da inovação. Nesta perspetiva, a missão e o desafio unificador da política agrícola e rural – a política pública a que neste texto se dá maior realce - deve ser a mobilização do potencial produtivo dos diversos sistemas de agricultura e territórios, de modo compatível com o ordenamento do território e, acentua-se, de entrosamento da população com o seu espaço. Mobilização, enfim, que deverá ser socialmente compensadora para produtores e consumidores e, também, para os contribuintes (incluindo os agricultores) que financiam com os seus impostos os apoios canalizados pela (e para a) política agrícola e rural.

Em termos metodológicos, o texto alicerça-se em *técnicas documentais*, no fundamental através de fontes secundárias de informação com origem, sobretudo, no Instituto Nacional de Estatística (INE, Portugal). A informação[1] foi tratada com recurso às diversas técnicas de análises de dados, recorrendo-se nomeadamente a classificações com recurso à análise de *clusters* e à interpretação das relações entre variáveis com base na decomposição da variância e em modelos de regressão múltipla. As representações gráficas e cartográficas foram também intensamente usadas como ferramentas de análise e comunicação. Como se referiu, o concelho constituiu a unidade elementar de estudo, todavia, as escalas de observação retidas correspondem a agregados daquelas unidades. Uma primeira, para delimitar e caraterizar as grandes problemáticas do *rural* no Continente português (os *tipos* de *rural*). Depois, com a sequência de abordagem centrada, no essencial, na dimensão relacional agricultura-território, define-se uma escala maior e consignam-se agrupamentos de concelhos contíguos que vão designar-se por "zonas agrícolas"; por junção destas constituir-se-ão dois níveis espaciais, sucessivamente mais abrangentes, de análise, a que se atribuem os apelativos, respetivamente, de *territórios* e de 'macro' territórios.

O artigo organiza-se em cinco capítulos[2]. O primeiro é dedicado aos *tipos* de *rural*: definição, delimitação e caraterização; importância (territorial, demográfica e económica); mudanças nas três últimas décadas; contrastes *rural-urbano*; dinâmica socioeconómica. O segundo incide nas agriculturas, com o foco nas relações destas com os territórios e analisando as dimensões da mudança na década de 2000: usos do solo e gados; estruturas fundiárias, modalidades de trabalho; relações terra e trabalho. O terceiro tem como alvo as explorações agrícolas e os tipos de agricultores: dimensão económica; produtividades (terra e trabalho); importância e diversidade territorial. O quarto capítulo, alicerçado no panorama analítico e aquisições dos dois anteriores, inicia-se pela apresentação de um modelo de análise do potencial produtivo agrícola e dos resultados da sua aplicação, ao nível territorial, para os anos 2000, e focaliza-se depois na composição, intensidade e orientação dos apoios atribuídos por via das políticas públicas (PAC) às agriculturas/territórios. Encerra-se o trabalho com uma síntese e algumas notas reflexivas e interpelativas com incidência na aplicação de medidas da política agrícola e rural.

[1] Regista-se o agradecimento aos que ajudaram a finalização deste artigo, pelas suas críticas e sugestões, identificando-se apenas, pelo desempenho mais direto ao nível da compilação de informação, os contributos de Marco Marques, Miguel Amaral e José Cordovil.

[2] O 1.º capítulo segue de perto Rolo & Cordovil (2014) e também o último incorpora o que se escreve neste trabalho.

1. Tipos de rural e demografia, capital humano e dinâmica socioeconómica

1.1. Os tipos de rural

1.1.1. Definição, delimitação e caraterização

Como referido na introdução, faz-se equivaler o *rural* à população que vive em aglomerados de pequena dimensão e à superfície das categorias de qualificação do solo rural envolvente.

Este entendimento foi operacionalizado pelos critérios: *população rural* – a população que reside isolada e em aglomerados populacionais com menos de dois mil habitantes[3]; *superfície rural* – a superfície não urbana, ou seja, as categorias de solo rural destinadas ao *aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, a espaços naturais de proteção ou de lazer ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confiram o estatuto de solo urbano* (Decreto Regulamentar n.º 11/2009[4]).

Sendo o concelho a unidade territorial elementar de trabalho[5], então, perante a definição de *população rural*, na maioria dos 278 concelhos do Continente português conta-se *população rural* e *população urbana* – porém, em 2011, eram 68 os concelhos sem população urbana, ou seja, exclusivamente rurais; o que compara com 110 no início dos anos de 1980.

Os *tipos de rural* correspondem a grandes manchas contíguas do território do Continente constituídas por concelhos cujas componentes rurais têm caraterísticas semelhantes consideradas mais relevantes para compreender a diversidade do *rural*.

[3] Conforme a revisão feita em Arnalte *et al.* (1998: 12-18) o limiar de 2.000 habitantes para a delimitação do rural está fixado em diversos Estados da UE (Dinamarca, Espanha, Portugal, França). Tal limiar mínimo é também "o sugerido pela United Nations Economic Commission for Europe (UNECE & SOEC, 2006) para a identificação da população urbana em operações censitárias, a partir do conceito censitário de lugar que, no caso de Portugal, diz respeito ao aglomerado populacional com 10 ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias" (INE, 2013: 31).

[4] Cf., também, artigo 10.º da proposta de Lei n.º 183/XII sobre as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo em discussão na Assembleia da República.

[5] Quando não se refira o contrário, não estão incluídos na análise, por serem no todo ou quase exclusivamente urbanos ou de criação recente, os concelhos da Amadora, Entroncamento, Lisboa, Maia, Matosinhos, Porto, S. J. da Madeira, Odivelas, Trofa, Valongo e Vizela.

Os indicadores de delimitação dos *tipos de rural*

Partindo de um primeiro exercício baseado na combinação dos critérios densidade populacional rural e peso da população ativa agrícola na população ativa total (cf.: Novais *et al.*, 2000; Rolo, 2006; Baptista, 2010) e considerando três dimensões de análise adicionais – potencial demográfico, capital humano e integração urbana – a delimitação assentou na análise multivariada dos seguintes indicadores:

1. **Densidade populacional rural** (hab/km² de superfície rural) – população rural (INE, *Censos 2011* – população residente isolada e em aglomerados populacionais com <2.000 habitantes) / superfície rural em 2011. Na análise deste indicador, considerou-se os 30 hab/km² como limite superior de referência da delimitação da *baixa densidade* e os 100 hab/km² como limite inferior do *urbano*.
2. **Peso dos grupos socioeconómicos do setor primário** no total de ativos (*Censos 2011*). O grupo socioeconómico é entendido como uma *variável estabelecida através de vários indicadores socioeconómicos e que procura refletir o universo da atividade económica, visto sob o ângulo da inserção profissional dos indivíduos, considerando as seguintes variáveis primárias: profissão, situação na profissão e número de trabalhadores da empresa onde trabalha* (INE, 2012). O setor primário inclui ativos pertencentes aos seguintes grupos socioeconómicos: *Empresários, Pequenos patrões*, *Trabalhadores independentes*, *Assalariados* e *Trabalhadores não qualificados*.
3. **Peso das unidades de trabalho agrícola** no total das unidades de trabalho estimadas com base na população ativa – afetação ao *rural* e ao *urbano*, de cada concelho, das unidades de trabalho agrícola (INE, *RA2009*) em função da respetiva relevância dos grupos socioeconómicos do setor primário.
4. **Potencial demográfico** – medido pelos valores padronizados da semissoma dos valores padronizados dos índices (*Censos 2011*) de juventude (relação entre a população com menos de 15 anos e a população total residente) e de sustentabilidade potencial da população (relação entre a população com 15 a 64 anos e a população com 65 e mais anos).
5. **Capital humano** – indicador que resulta da conjugação dos valores previamente padronizados de dois indicadores: o potencial demográfico, já descrito, a que se atribuiu um peso de 60%; e a importância relativa do conjunto dos grupos socioeconómicos com 'profissões intelectuais, científicas e técnicas' (C&T) na população total ativa (*Censos 2011*), a que se atribuiu o peso de 40%.
6. **Índice de integração urbana** – é avaliado pela semissoma dos valores padronizados dos indicadores: *escala urbana de proximidade* (valor da população total residente em concelhos cuja sede dista a menos de 45' por automóvel, incluindo a população do próprio concelho, apurado com base na informação do Google Maps, extraída no mês de Dezembro de 2012, privilegiando a escolha do trajeto mais rápido – o apuramento e a organização da informação, para todos os concelhos do Continente, devem-se a José Cordovil); e *centralidade urbana* (valor dos índices de centralidade sustentado no nº e tipo de funções prestadas às populações pelos centros urbanos – INE, 2004, anexo 4, com base nos *Censos 2001* e na "Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População", CESAP 2002).

Notas

a) A padronização de valores de variáveis intervenientes na determinação dos indicadores de Potencial Demográfico, Capital Humano e Integração Urbana reporta-se à amplitude de variação considerada como base 100. Assim, 100 é o valor máximo concelhio, 0 o valor mínimo concelhio e os valores intermédios são obtidos dividindo a diferença entre o valor concelhio e o mínimo pela diferença entre o máximo e o mínimo (amplitude) e multiplicando o quociente respetivo por 100:

$$(X\ ip = (Xi - Min.\ X)/(Máx.\ X - Min.\ X) \times 100.$$

b) Quando nada for assinalado em contrário, significa que foram excluídos da análise os concelhos da Amadora, Entroncamento, Lisboa, Maia, Matosinhos, Porto, S. J. da Madeira, Odivelas, Trofa, Valongo e Vizela, os quais concentram cerca de 15% dos residentes no Continente e um pouco mais de 25% do valor da economia (estimativa dos autores a nível de concelho, a partir dos dados por NUT III do INE e do GPP/MAM).

As estimativas e a análise dos indicadores acima mencionados nos números 4. a 6. incidiram sobre todos os concelhos do Continente.

Em resultado da análise realizada delimitaram-se sete *tipos de rural* (quadro 1 e figura 1).

Quadro 1. *Tipos de rural* - indicadores de caraterização em 2011

Tipos de Rural		População Rural em % População Total	Densidade Populacional Total hab. / km2	Densidade Populacional Rural hab. / km2	Índice de Integração Urbana #	% do Primário na P. Ativa Rural	Índice de Potencial Demográfico Total #	Índice de Potencial Demográfico Rural #	Índice de Potencial Demográfico Urbano #	Índice de Capital Humano Total #	Índice de Capital Humano Rural #	Índice de Capital Humano Urbano #
Baixa Densidade	Norte	65	25	16	12	21	25	15	48	33	16	62
	Centro	65	24	16	13	9	23	12	51	31	13	64
	Sul	46	22	10	15	15	35	24	46	39	22	54
Transição	Agrícola	81	64	52	13	11	36	32	55	38	30	71
	Indústria e Serviços	64	97	62	20	4	41	35	52	46	37	61
Alta Densidade	Denso	61	196	120	29	4	48	45	53	54	45	67
	Metropolitano	26	860	181	76	3	56	62	54	66	58	68
Continente		46	113	44	46	6	48	40	53	56	40	67

Valores padronizados, na base 100, onde 100 é o valor máximo concelhio (do rural e do urbano).

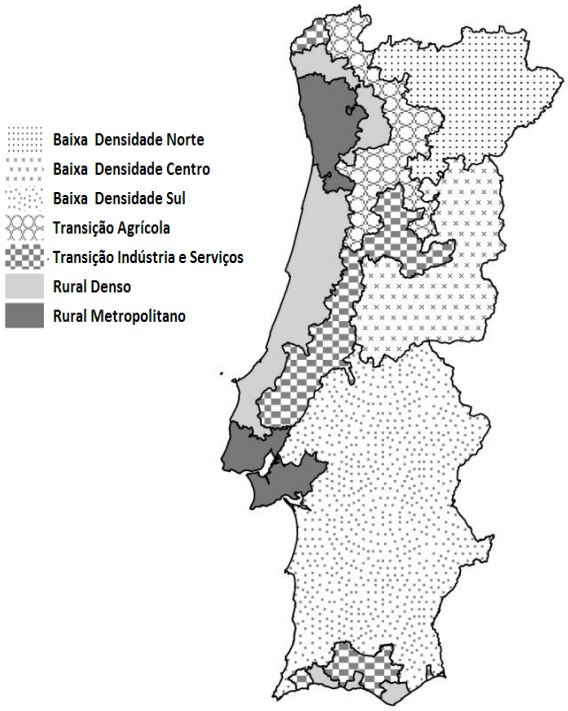


Figura 1. *Tipos de rural*

Como pretendido, verifica-se uma significativa diferenciação dos *tipos de rural*:

1. Os três *tipos* de *baixa densidade* apresentam níveis médios de densidade populacional e de integração urbana muito inferiores aos dos restantes quatro *tipos de rural* e do Continente;
2. Os seus índices de potencial demográfico e de capital humano são também muito baixos, em especial na *baixa densidade norte* e *centro*;
3. Face ao indicador % do primário na população ativa rural os valores mais altos ocorrem na *baixa densidade norte* (21%) e na *baixa densidade sul (*15%), situando-se o da *baixa densidade centro* num patamar inferior (9%) embora ainda superior ao do Continente (6%);
4. No polo oposto à *baixa densidade* situam-se os *tipos de rural denso* e *metropolitano*, com valores muito superiores à média em quatro indicadores (densidade populacional e índices de integração urbana, de potencial demográfico e de capital humano) e inferiores à média no indicador % do primário na população ativa rural, cabendo ao *rural metropolitano* os valores extremos;
5. A *transição agrícola* tem caraterísticas semelhantes às dos *tipos* de *baixa densidade*, mas a sua densidade populacional é maior e apresenta, também, índices de potencial demográfico e de capital humano mais favoráveis, embora inferiores aos do Continente;
6. Por último, a *transição indústria e serviços* assemelha-se à *transição agrícola* nos valores de densidade populacional e dos índices de potencial demográfico e de capital humano, mas apresenta valores superiores no índice de integração urbana e valores nitidamente inferiores na % do primário na população ativa rural, sendo este último aspeto a justificação principal para as distintas qualificações destes dois *tipos de rural de transição*, respetivamente, como *indústria e serviços* e como *agrícola.*

Os *Tipos de Rural – duas notas*

Para completar a apresentação dos *tipos de rural* aditam-se duas notas: a primeira para justificar a partição da *baixa densidade* em três *tipos* distintos de *rural* e, também, a separação dos *tipos rural denso* e *metropolitano*; a segunda para fundamentar as designações atribuídas a estes dois últimos *tipos de rural.*

1. A decisão de considerar três *tipos de rural* de *baixa densidade*, não obstante a sua semelhança, assenta em duas razões principais: a primeira e mais importante é a diversidade ecológica, socio-estrutural e de ordenamento urbano das três grandes manchas do território do Continente que lhes correspondem, diversidade essa que se reflete em alguns dos domínios objeto deste trabalho; a segunda, correlacionada com a primeira, é a grande extensão do espaço de *baixa densidade* globalmente considerado. A autonomização dos *tipos de rural denso* e *rural metropolitano* visou distinguir, no conjunto dos territórios de alta densidade populacional, aqueles onde o grau da concentração populacional e de polarização urbana atinge a sua expressão mais intensa (áreas metropolitanas), pois essa distinção tem também reflexos significativos na configuração das componentes rurais desses territórios.
2. A designação de um *tipo de rural* como *rural denso* ou *rural metropolitano* pode parecer paradoxal, porque os pares *rural* e *metropolitano* ou mesmo *rural* e *denso* sugerem qualificações inconciliáveis. Para superar essa impressão, recorde-se que, aqui, o termo *rural* designa a *população rural* (população residente isolada e em aglomerados populacionais com menos de dois mil habitantes) e a *superfície rural* (não urbana). Logo, o qualificativo *rural* refere-se a uma unidade elementar (micro) do povoamento do território (o aglomerado populacional) e, também, à superfície não urbana; enquanto os *tipos de rural* são "grandes manchas contíguas do Continente português constituídas por concelhos cujas componentes rurais são semelhantes nos aspetos considerados mais relevantes para compreender a diversidade do *rural*", pelo que representam uma macro escala de agregação de concelhos e das suas componentes rurais (o rural micro). Importa assinalar que a constituição desta macro escala não exclui nem dilui as escalas de nível inferior, em particular a correspondente aos concelhos (unidade territorial elementar aqui considerada) ou outras baseadas na sua agregação. Em síntese: nas designações *tipo de rural denso* e *tipo de rural metropolitano*, o termo *rural* refere-se às componentes rurais dos territórios (desde a unidade elementar pequeno aglomerado populacional), enquanto os termos *denso* e *metropolitano*, como também os termos *transição agrícola, transição indústria e serviços* e *baixa densidade* nos restantes *tipos de rural,* se referem a territórios que integram componentes rurais e componentes urbanas, pelo que o *rural* também existe em contexto metropolitano ou outros de alta densidade, embora com expressão populacional minoritária.

Uma vez identificados os principais contornos dos *tipos de rural*, apresenta-se em seguida uma visão mais completa, baseada no mapeamento, por concelhos do Continente, dos indicadores densidade populacional rural e índice de integração urbana.

A análise dos índices de juventude, de sustentabilidade demográfica, de potencial demográfico e de capital humano será também aprofundada, na perspetiva comparada do *rural* com o *urbano*, na terceira seção deste capítulo.

Antes, porém, importa reter que em virtude das diferenças de estrutura etária e de qualificação das *populações rural* e *urbana*, em especial nos *tipos de rural* da *baixa densidade* e de *transição,* o peso do *rural* é superior na população idosa e menos qualificada e, ao invés, inferior na mais jovem e qualificada (quadro 2). Na *baixa densidade* do *norte* e do *centro*, esta assimetria assume a sua expressão extrema: o *rural* representa cerca de dois terços da população total, mas pouco mais de um meio da população jovem e de um terço da população com profissões mais qualificadas

Quadro 2. Peso do *rural* na população residente total em 2011

	Continente	Baixa Densidade			Transição		Rural	Rural
		Norte	Centro	Sul	Agrícola	Ind. e Serv.	Denso	Metropol.
% da População Total	39	65	65	46	81	64	60	19
% da Pop. da Idosa	45	77	79	55	86	70	64	18
% da Pop. Jovem	36	55	53	40	77	60	59	20
% da Prof. Cient. e Técnica	23	35	36	28	58	50	44	12

Logicamente, o indicador densidade populacional rural assinala uma marcada hierarquia entre os *tipos de rural* (cf. quadro 1 e figura 2). Realçam-se os valores médios muito reduzidos da *baixa densidade* e, no seu interior, manchas muito extensas com densidades populacionais rurais inferiores a 20 hab./km^2. No polo oposto, assinalam-se os elevados valores médios da alta densidade no *rural denso* e no *rural metropolitano.* Nos tipos de *transição* a densidade populacional situa-se em níveis intermédios e aproximados entre si, mas no interior de qualquer destes dois *tipos de rural* a disparidade, a nível concelhio, é muito significativa.

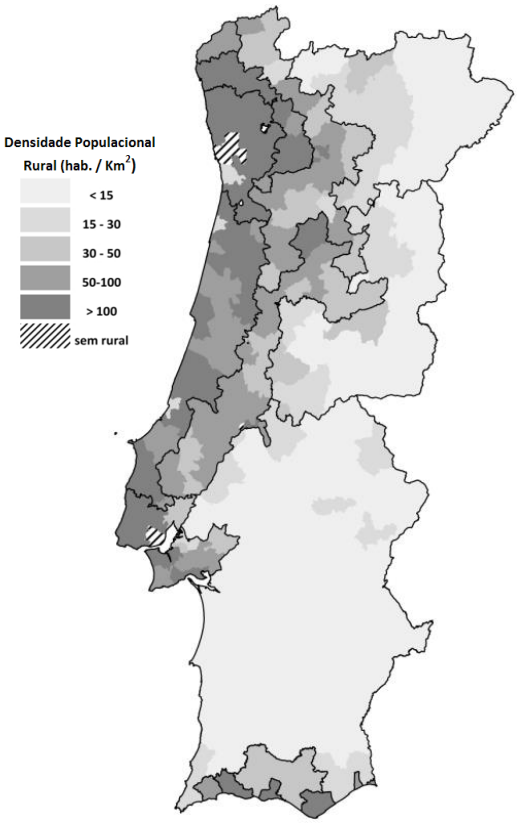


Figura 2. Densidade populacional *rural* em 2011

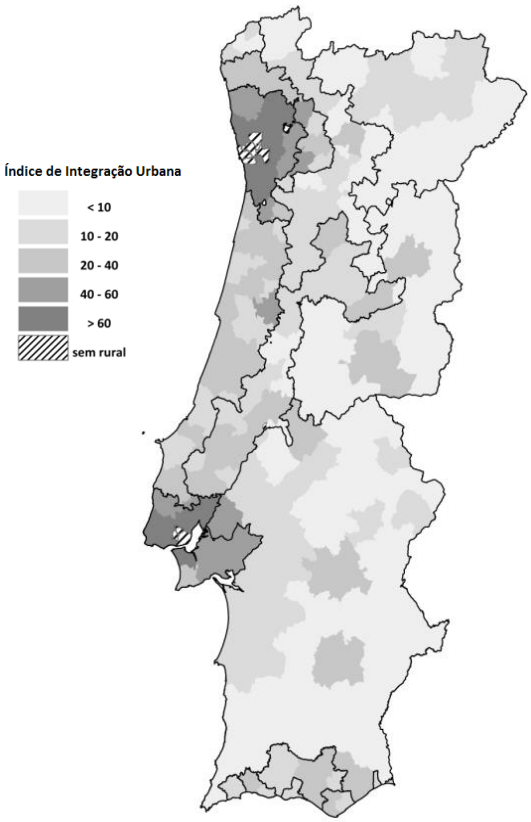


Figura 3. Índice de integração urbana

O posicionamento dos vários *tipos de rural* face ao índice de *integração urbana* é muito influenciado pelo fator *escala urbana de proximidade*, o que justifica a destacadíssima posição do *rural metropolitano* em relação a todos os restantes tipos quando se toma esse índice por referência: situando-se o valor médio no Continente em 46 pontos, o valor do *índice de integração urbana do rural metropolitano* corresponde a 76 pontos, enquanto o segundo valor mais elevado – o do *rural denso* – é de 29 pontos e os dos restantes tipos são iguais ou inferiores a 20 pontos. A dispersão dos valores concelhios do índice de *integração urbana* no interior dos vários *tipos de rural* é pequena, assinalando-se apenas a graduação de situações em função da proximidade às áreas metropolitanas e, também, o afloramento na *baixa densidade* de níveis mais altos nos concelhos onde se localizam cidades médias de maior dimensão e/ou centralidade urbana (Guarda, Castelo Branco, Évora e Beja).

1.1.2. Importância territorial, demográfica e económica

Em termos demográficos e económicos o *rural* concentra-se nos 83 concelhos dos tipos de rural *denso* e *metropolitano*. Com menos de 20% da *superfície rural* do Continente português, estes acomodam em conjunto 68% da população residente total e 57% da *população rural* e geram 72% e 52%, respetivamente, do Valor Acrescentado Bruto (VAB) total e do VAB do complexo agroflorestal do conjunto dos *tipos de rural*.

Quadro 3. *Tipos de rural* - N.º de concelhos e pesos na população, VAB e superfície

Tipos de Rural		Nº Concelhos	Peso % dos Tipos de Rural				
			% da População		% do VAB		% da Superfície
			Total	Rural	Total	CAF	Rural
Baixa Densidade	Norte	23	3,1	4,4	2,6	4,0	12,2
	Centro	25	3,4	4,8	2,9	4,4	13,3
	Sul	61	8,5	8,7	8,9	17,3	38,0
Transição	Agrícola	33	5,4	9,5	3,4	4,7	8,0
	Indústria e Serviços	42	11,2	15,7	10,6	12,1	11,0
Alta Densidade	Denso	49	22,7	30,4	22,6	24,0	11,1
	Metropolitano	34	45,7	26,5	49,0	33,5	6,4
Continente		267	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Os valores apresentados no Quadro 3 foram apurados sem inclusão dos concelhos da Amadora, Entroncamento, Lisboa, Maia, Matosinhos, Porto, S. J. da Madeira, Odivelas, Trofa, Valongo e Vizela, os quais representam cerca de 16% da população residente total e 27% e 10%, respetivamente, do VAB total e do VAB do Complexo Agroflorestal (CAF) do Continente.

A *superfície rural* corresponde à superfície total (a nível de concelho - Instituto Geográfico Português, no sítio do INE na *web*) com a exclusão da superfície urbana.

A informação relativa à população residente tem origem em INE, *Censo 2011*.

A valia económica (VAB, Valor Acrescentado Bruto, a preços correntes, base 2006) dos tipos/subtipos de rural resulta da agregação de valores estimados por concelhos, para a média trienal centrada em 2010, tomando como informação de partida as *Contas Nacionais* e *Regionais* do INE e reelaborações do GPP/MAM.

O complexo agroflorestal (CAF) inclui: agricultura, silvicultura, indústrias alimentares, bebidas e tabaco e indústrias florestais.

No polo oposto congregam-se 109 concelhos, formando a extensa mancha dos *tipos de rural* de *baixa densidade*. Com uma quota da *superfície rural* superior a 60% albergam 15% da população (18% da *população rural*) e o seu contributo para o VAB total fica-se pelos 10%. Pese embora a sua relevância territorial, a sua participação no valor acrescentado do complexo agroflorestal situa-se apenas em 23% e a sua quota de produção agrícola e silvícola (cerca de 41%) é pouco superior à do rural *denso* e *metropolitano*.

Em síntese, os *tipos de rural* de *transição* e de *baixa densidade*, onde os traços de ruralidade e os contrastes *rural-urbano* são mais acentuados, ocupam mais de 80% da superfície rural, mas representam pouco mais de 30% da população total e cerca de 50% do valor acrescentado do complexo agroflorestal. A expressão social (e eleitoral) minoritária destes territórios mais acentuadamente rurais constitui, certamente, uma das principais causas da dificuldade de afirmação de uma política efetiva de desenvolvimento e coesão territorial.

1.2. Evolução da população – total, *rural* e *urbana* – e do povoamento

Retratam-se em seguida alguns dos principais traços das mudanças das últimas décadas no povoamento do território do continente de Portugal. Privilegia-se a análise da evolução do peso populacional das áreas de *baixa densidade* face às de ocupação mais densa, bem como a avaliação da alteração nos diversos tipos de territórios rurais da importância relativa da *população rural* e da *população urbana* e das respetivas estruturas de povoamento.

1.2.1. População rural e urbana – as últimas três décadas

Os elementos apresentados (quadros 4 e 5) permitem tratar o primeiro tópico – a variação da população dos vários tipos de territórios nas três últimas décadas.

Quadro 4. Evolução entre 1981 a 2011 da população residente do Continente (total, *rural* e *urbana*), por *tipos de rural*

Tipos de Rural		População Residente (milhares de habitantes)								
		Total			Rural			Urbana		
		1981	2001	2011	1981	2001	2011	1981	2001	2011
Baixa Densidade	Norte	359	291	264	306	205	170	53	86	93
	Centro	356	308	284	296	218	183	61	90	100
	Sul	800	743	720	484	369	334	316	374	386
Transição	Agrícola	558	488	451	523	431	363	35	57	88
	Indústria e Serviços	905	933	946	704	633	604	201	300	342
Alta Densidade	Denso	1 669	1 863	1 918	1 278	1 201	1 169	391	662	748
	Metropolitano	3 079	3 633	3 851	1 545	1 244	1 017	1 533	2 389	2 834
Continente		7 727	8 259	8 433	5 136	4 302	3 842	2 590	3 958	4 592

O universo em observação não inclui os concelhos da Amadora, Lisboa, Odivelas, Maia, Matosinhos, Porto, S. J. da Madeira, Trofa, Valongo, Vizela e Entroncamento.

Quadro 5. Variação da população residente do Continente (total, *rural* e *urbana*) em 1981 - 2011 por *tipos de rural*

Tipos de Rural		População Residente (milhares de habitantes)								
		Total			Rural			Urbana		
		1981-2011 (1)	2001-2011 (2)	(3) = % (2) / (1)	1981-2011 (4)	2001-2011 (5)	(6) = % (5) / (4)	1981-2011 (7)	2001-2011 (8)	(9) = % (8) / (7)
Baixa Densidade	Norte	-95	-27	28	-135	-34	25	40	7	18
	Centro	-73	-25	34	-113	-35	31	40	10	25
	Sul	-80	-23	28	-150	-35	24	70	12	18
Transição	Agrícola	-107	-37	34	-160	-68	42	53	31	59
	Indústria e Serviços	42	13	32	-99	-28	29	141	42	30
Alta Densidade	Denso	248	54	22	-109	-32	29	358	86	24
	Metropolitano	772	218	28	-528	-227	43	1 301	445	34
Continente		707	174	25	-1 295	-460	36	2 001	634	32

No período 1981-2011 verificou-se um aumento progressivo da população residente nas áreas de maior densidade populacional e uma quebra continuada nos territórios de *baixa densidade*, no contexto de um moderado crescimento da população do Continente.

Assim, a relação entre o número de residentes respetivamente em áreas de *alta* e de *baixa* densidade passou de 3,1 em 1981 para 4,6 em 2011.

Ocorreram em todos os *tipos de rural* diminuições significativas de *população rural* (ao nível do Continente, 1 milhão e 295 mil pessoas no período 1981-2011, correspondendo a uma quebra de 25%) e verificou-se um grande aumento da população urbana (2 milhões no mesmo período, um acréscimo de 77% face à situação de partida).

Em termos absolutos destacam-se com nitidez as evoluções no *rural metropolitano* e, em menor grau, no *rural denso*, representando no conjunto cerca de 50% e 80%, respetivamente, da quebra da *população rural* e do aumento da *população urbana* entre 1981 e 2011.

Essa proeminência das áreas de *alta densidade* resulta no caso da quebra da *população rural* apenas da maior escala populacional das mesmas, pois em termos relativos a diminuição da população foi maior nos *tipos do rural* de *baixa densidade* (-37%) do que no conjunto do *rural metropolitano* e do *rural denso* (-23 %). Ao invés, no aumento da *população urbana* o esmagador predomínio das áreas de *alta densidade* deve-se à conjugação do efeito escala com um ritmo muito superior de crescimento: aumento de 86% no conjunto do *rural metropolitano* e do *rural denso*, contra 35% nos territórios da *baixa densidade*.

Quadro 6. Evolução 1981-2011 do peso da população rural na população total, por *tipos de rural*

Tipos de Rural		% da população rural na população residente total			
		1981	2001	2011	1981
Baixa Densidade	Norte	85	80	70	65
	Centro	83	78	71	65
	Sul	60	55	50	46
Transição	Agrícola	94	91	88	81
	Indústria e Serviços	78	71	68	64
Alta Densidade	Denso	77	69	64	61
	Metropolitano	50	44	34	26
Continente		66	60	52	46

À luz dos dados e considerações antecedentes compreende-se o panorama revelado no quadro 6.

Dada a conjugação do contínuo declínio da *população rural* com o crescimento da *população urbana* em qualquer dos *tipos de rural*, assistiu-se a uma drástica alteração da importância relativa dessas duas componentes da população - se em 1981 a *população rural* significava 66% dos residentes no Continente português, em 2011 tal proporção, embora relevante, situava-se em 46%.

Avaliando a intensidade dessa alteração através dos pontos percentuais conquistados pelo *urbano* ao *rural* na repartição da população, a graduação da evolução dos *tipos de rural* permite agrupá-los em três conjuntos:

- o r*ural metropolitano,* com um reforço de 24 % da quota-parte da *população urbana* e correspondente redução do peso do rural de 50% para 26% ou seja para cerca de metade;

- a *baixa densidade norte* e a *baixa densidade centro,* com reduções de 20% e 18% respetivamente das quotas-partes do rural, o que representa um reforço da componente urbana um pouco superior a 100% da sua importância inicial (15% e 17%, respetivamente);

- a *baixa densidade sul*, os *tipos rurais* de *transição* e o *rural denso,* com alterações dos pesos rural/urbano situadas no intervalo 13% a 16%.

Neste último conjunto, apesar da semelhança dos vários *tipos* quanto à ordem de grandeza das alterações das quotas-partes rural/urbano, os impactes são muito diferentes se avaliados em % dos valores iniciais das componentes urbana e rural da população:

- na *transição agrícola,* face à incipiência da *população urbana* inicial (6%) o aumento para 19% representa um acréscimo relativo muito significativo;

- no outro extremo, na *baixa densidade sul*, a quota-parte da *população urbana* era de 40% em 1981, pelo que o aumento para 54% em 2011 teve um menor efeito, embora mereça realce, pois converteu-a em componente maioritária da população, o que só aconteceu num outro tipo – o *rural metropolitano* – e acentua a sua diferenciação face aos tipos da *baixa densidade* do *norte* e do *centro*, onde a importância da *população urbana* se quedava pelos 35% em 2011;

- finalmente, os tipos do *rural denso* e da *transição indústria e serviços,* com perfis e evoluções muito semelhantes no aspeto em apreço, situam-se numa posição intermédia em relação às duas anteriores, uma vez que as componentes urbanas das suas populações, ao aumentarem em 2011 para perto do dobro do peso relativo que tinham em 1981, se acercam dos 40% quando trinta anos antes representavam pouco mais de 20%.

1.2.2. Declínio da *população rural* e dimensão dos lugares rurais

Para compreender a quebra populacional do *rural*, em particular na década de 2000, é relevante observar o que ocorreu na relação entre o número de lugares rurais e a sua dimensão populacional (o n.º de habitantes por lugar rural).

População Rural **= N.º de Lugares Rurais x Nº de Habitantes por Lugar Rural**

⇩

Índice Variação da *População Rural* =
Índice Variação do N.º de Lugares Rurais x Índice Variação do N.º de Habitantes por Lugar Rural

Com se pode observar (quadro 7), a desertificação humana dos povoados rurais é a principal causa da diminuição da *população rural*; para uma quebra da *população rural* do Continente de 10,7%, entre 2001 e 2011, o decréscimo do n.º de lugares rurais foi de 0,4% enquanto o da população por lugar foi de 10,3% (172 para 154 habitantes).

Quadro 7. Evolução da população *rural* e do número de lugares na década 2001 - 2011, por *tipos de rural*

Tipos de Rural		População (1 000 hab)		Nº Lugares		Habitantes por Lugar		Variação % 2001-2011		
		2001	2011	2001	2011	2001	2011	População	Nº Lugares	Habitantes por Lugar
Baixa Densidade	Norte	205	170	1 252	1 240	164	137	-16,7	-1,0	-15,9
	Centro	218	183	1 794	1 835	121	100	-15,9	2,3	-17,8
	Sul	369	334	1 405	1 556	263	215	-9,6	10,7	-18,4
Transição	Agrícola	431	363	3 861	3 853	112	94	-15,7	-0,2	-15,6
	Indústria e Serviços	633	604	4 034	4 089	157	148	-4,5	1,4	-5,8
Alta Densidade	Denso	1 201	1 169	6 725	6 757	179	173	-2,7	0,5	-3,1
	Metropolitano	1 244	1 017	5 906	5 545	211	183	-18,3	-6,1	-13,0
Continente		4 302	3 842	24 977	24 875	172	154	-10,7	-0,4	-10,3

Nota - O índice de variação da população é igual ao produto do índice de variação do n.º de lugares pelo dos habitantespor lugar.

Uma observação mais fina revela que aquela conclusão é válida para todos os *tipos*/subtipos de *rural*, mas permite também identificar diversas situações quanto à intensidade e peso dos fatores explicativos da quebra da *população rural*:

- no *rural metropolitano* a uma muito forte redução da dimensão dos lugares rurais adicionou-se uma forte redução do seu número (-392 lugares, 6% do valor de 2001), determinando a maior quebra de *população rural* de todos os *tipos de rural* em valor absoluto (-227 mil) e relativo (-18%);

- as evoluções do povoamento rural na *baixa densidade norte* e na *transição agrícola* foram semelhantes: forte redução da *população rural* devido quase em exclusivo à diminuição da dimensão média dos lugares rurais, com significado e consequências agravadas no segundo destes *tipos de rural* por ele já ser em 2001 o território com lugares rurais de menor dimensão populacional;

- na *baixa densidade centro* a redução da dimensão média dos lugares foi da mesma ordem de grandeza das dos *tipos* acima referidos, tendo igualmente um limiar de partida em 2001 muito reduzido, mas neste caso o aumento do número de lugares contribuiu para amortecer ligeiramente a quebra *população rural*;

- na *transição indústria e serviços* e no *rural denso* o pequeno crescimento do número de lugares rurais contribuiu também para moderar um pouco a diminuição da *população rural*, mas a razão principal para que essa diminuição tenha sido menor do que nos outros *tipos de rural* foi a limitada quebra da dimensão média dos lugares rurais, a qual se situava já em patamares muito baixos no início da década;

- por último, a marcada especificidade do padrão e dinâmica do povoamento da *baixa densidade sul* evidencia-se mais uma vez – embora a diminuição da dimensão média dos lugares rurais na década de 2000 tenha assumido neste *tipo de rural* a sua maior expressão, em valor absoluto e em termos relativos, o sensível aumento do número de lugares rurais registado pelo *Censo de 2011* permitiu moderar muito significativamente a quebra da *população rural* nesta circunscrição territorial.

1.2.3. Evolução da população e do povoamento urbano na década de 2000

A configuração do povoamento urbano constitui uma condicionante fundamental do desenvolvimento dos territórios, em particular nas suas componentes rurais.

O panorama sintetizado nos quadros 8 e 9 permite esboçar um primeiro conjunto de ilações sobre a evolução da população global e da *população urbana*.

Quadro 8. Evolução da População Total e da População Urbana em 2001-2011 por *tipos de rural*

Tipos de Rural		Δ População 2001 - 2011			
		População Total		População Urbana	
		1 000 hab.	%	000 hab.	Var %
Baixa Densidade	Norte	-27	-9	7	8
	Centro	-25	-8	10	11
	Sul	-23	-3	12	3
Transição	Agrícola	-37	-8	31	54
	Indústria e Serviços	13	1	42	14
Alta Densidade	Denso	54	3	86	13
	Metropolitano	218	6	445	19
Continente		174	2	634	16

Na década de 2000 acentuaram-se as diferenças de dimensão demográfica entre os vários *tipos de rural*, embora a um ritmo inferior ao das duas décadas anteriores. O crescimento de 2,1% da população do Continente entre 2001 e 2011 assentou apenas nos *tipos de rural* de *alta densidade* (*metropolitano* e *denso*) e da *transição indústria e serviços*, cuja população cresceu no conjunto 4,4%, destacando-se a dinâmica do espaço *metropolitano* com 6% de aumento e uma quota-parte de 76% do crescimento demográfico desses três *tipos de rural*.

Em contrapartida, a população diminuiu nos outros territórios: -3% na *baixa densidade sul* e reduções de 8% a 9% na *baixa densidade* do *norte* e do *centro* e na *transição agrícola*. Destas alterações resultou um reforço de 2% do peso da população residente nos *tipos de rural* de maior densidade, que no final da década de 2000 representavam 79% da população do Continente, se incluído o *tipo de rural* de *transição indústria e serviços*, ou 68,4% se considerados apenas os *tipos de rural denso* e *metropolitano*.

Desde meados do século XX, a estrutura do povoamento urbano do Continente carateriza-se pela muito forte bipolarização nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, pela concentração da população nas faixas litorais ocidental, entre Setúbal e Viana de Castelo, e meridional (Algarve) e pela debilidade do tecido urbano do interior; e as décadas mais recentes, em particular a última, têm reforçado estes traços estruturais.

A *população urbana* aumentou em todos os *tipos de rural* na década de 2000. Contudo, também se verificou neste período o incremento da sua concentração nos territórios de maior densidade populacional. De facto, o aumento da *população urbana* dos *tipos de rural denso* e *metropolitano* foi de 17,4% contra 16% no conjunto do Continente, o que correspondeu a 84% do crescimento global da *população urbana* e conduziu a um ligeiro aumento da sua quota-parte na *população urbana* (77% em 2001 para 78% em 2011).

A taxa de crescimento da *população urbana* da *transição agrícola* na década de 2000 (54%) foi muito mais alta do que nos restantes *tipos*; contudo, no final da década o seu peso na *população urbana* do Continente era apenas de 1,9% o que se explica pela incipiência da situação de partida (apenas 1,4% da *população urbana*).

Quadro 9. Repartição da População Total e da População Urbana por *tipos de rural* em 2001 e 2011

Tipos de Rural		% da Pop. Total do Continente			% da Pop. Urbana do Continente		
		2001	2011	2011 - 2001	2001	2011	2011 - 2001
Baixa Densidade	Norte	3,5	3,1	-0,4	2,2	2,0	-0,1
	Centro	3,7	3,4	-0,4	2,3	2,2	-0,1
	Sul	9,0	8,5	-0,5	9,4	8,4	-1,0
Transição	Agrícola	5,9	5,3	-0,6	1,4	1,9	0,5
	Indústria e Serviços	11,3	11,2	-0,1	7,6	7,4	-0,1
Alta Densidade	Denso	22,6	22,7	0,2	16,7	16,3	-0,4
	Metropolitano	44,0	45,7	1,7	60,4	61,7	1,4
Continente		100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0

O reforço generalizado do peso da *população urbana* na população total, 48% em 2001 para 54% em 2011 no todo do Continente, foi acompanhado por um aumento generalizado da população dos aglomerados urbanos com dez mil ou mais habitantes (cf. quadros 10 e 11)[6].

O crescimento destes aglomerados explica mais de três quartos da expansão da *população urbana* do Continente e dos *tipos de rural* individualmente considerados, à exceção da *baixa densidade norte e centro* onde, mesmo assim, representa 51% do aumento da respetiva *população urbana*. Deste modo, no período 2001-2011 a importância dos aglomerados com população igual ou superior a 10 mil habitantes aumenta de 60% para 62% da *população urbana* do Continente, reforça-se significativamente na *baixa densidade sul* (38% para 43%), na *transição agrícola* (28% para 46%) e no *rural metropolitano* (64% para 67%), estabiliza na *baixa densidade centro* e na *transição indústria e serviços* e apenas regride um pouco na *baixa densidade norte* e no *rural denso*.

Quadro 10. Evolução da População *Urbana* (2001-2011), segundo a dimensão dos lugares, por *tipos de rural*

.

Tipos de Rural		População Urbana (1 000 hab.)							
		2001				2011			
		Total	Dimensão dos Lugares			Total	Dimensão dos Lugares		
			2 - 4,99	5 - 9,99	>= 10		2 - 4,99	5 - 9,99	>= 10
Baixa Densidade	BDNorte	86	26	9	51	93	31	9	53
	BDCentro	90	29	8	54	100	32	8	61
	BDSul	374	111	119	143	386	102	119	165
Transição	TR Agrícola	57	22	19	16	88	38	10	41
	TR Indústria e Serviços	300	90	65	145	342	98	76	168
Alta Densidade	Denso	662	157	62	443	748	174	93	481
	Metropolitano	2 389	410	448	1 531	2 834	411	524	1 899
	Continente	3 958	844	730	2 383	4 592	885	838	2 868

[6] O universo em análise não inclui a população de onze concelhos, sete dos quais pertencem ao restrito grupo dos concelhos metropolitanos de maior dimensão, pelo que o peso destes territórios e dos aglomerados de maior dimensão está subavaliado face ao que assumem no todo do Continente.

Tal como na *alta densidade*, na *baixa densidade* do *norte* e do *centro* os aglomerados com população igual ou superior a 10 mil habitantes são prevalecentes - em 2011, representavam respetivamente 57% e 60% da sua *população urbana*. Contudo, a polarização do tecido urbano destas duas vastas circunscrições assenta num reduzido núcleo de cidades médias, distanciadas entre si e com escasso suporte em termos de rede urbana intermédia, o que fica bem expresso no peso dos aglomerados com 2 mil a 5 mil habitantes se quedar abaixo dos dez por cento da sua *população urbana* e no facto de esta representar em 2011 apenas 35% da população desses espaços. Estes sinais de fragilidade do tecido urbano são ainda mais carregados na *transição agrícola*, onde os lugares de 2 a 5 mil habitantes acolhem 43% da *população urbana* e esta representa, em 2011, apenas 19% da população total.

Quadro 11. Evolução da Peso e da Repartição por Lugares da População *Urbana* (2001-2011), por *tipos de rural*

Tipos de Rural		2001				2011				Δ 2001 - 2011	
		População Urbana				População Urbana				% Pop. Urbana na Pop. Total	% Lugares > 10 mil hab. na Pop. Urbana
		% Pop. Total	Repartição % segundo Dimensão dos Lugares			% Pop. Total	Repartição % segundo Dimensão dos Lugares				
			2 - 4,99	5 - 9,99	>= 10		2 - 4,99	5 - 9,99	>= 10		
Baixa Densidade	BDNorte	30	31	10	59	35	33	9	57	6	-2
	BDCentro	29	32	9	60	35	32	8	60	6	1
	BDSul	50	30	32	38	54	26	31	43	3	4
Transição	TR Agrícola	12	39	33	28	19	43	11	46	8	18
	TR Indústria e Serviços	32	30	22	48	36	29	22	49	4	1
Alta Densidade	Denso	36	24	9	67	39	23	12	64	3	-3
	Metropolitano	66	17	19	64	74	15	18	67	8	3
	Continente	48	21	18	60	54	19	18	62	7	2

As estruturas urbanas dos *tipos de rural* da *baixa densidade sul* e da *transição indústria e serviços* são mais equilibradas, pois os lugares de dimensão intermédia assumem uma maior expressão na *população urbana* (31% e 22%, em 2011). O alcance desta constatação é mitigado por duas circunstâncias: em ambos os *tipos de rural* existem amplas manchas contíguas de concelhos sem qualquer aglomerado urbano; e a quota-parte da *população urbana* na população total da *transição indústria e serviços* é escassa (36% em 2011).

O processo de rarefação populacional no *rural* e de reforço atrativo do *urbano*, em particular na década de 2000, tem decorrido em paralelo com uma muito expressiva intensificação das deslocações inter-concelhias de ativos e estudantes, o que constitui uma manifestação adicional do reforço do poder atrativo e polarizador dos maiores aglomerados urbanos. De facto, a par com a diferenciação espacial dos níveis de mobilidade, em que sobressaem naturalmente os espaços metropolitanos, foi muito relevante e generalizado o seu incremento em todos os tipos de territórios (cf. figura 4 e, também, INE, 2013: 21 e 77).

O **Índice de Mobilidade** mede a intensidade dos fluxos inter-concelhios de ativos e estudantes que trabalham/estudam em concelhos diferentes daqueles onde residem.

Os **fluxos de mobilidade** são quantificados para cada concelho como **saídas** dos seus residentes para trabalhar/estudar noutro concelho ou **entradas** de residentes noutros concelhos para trabalhar/estudar nesse concelho.

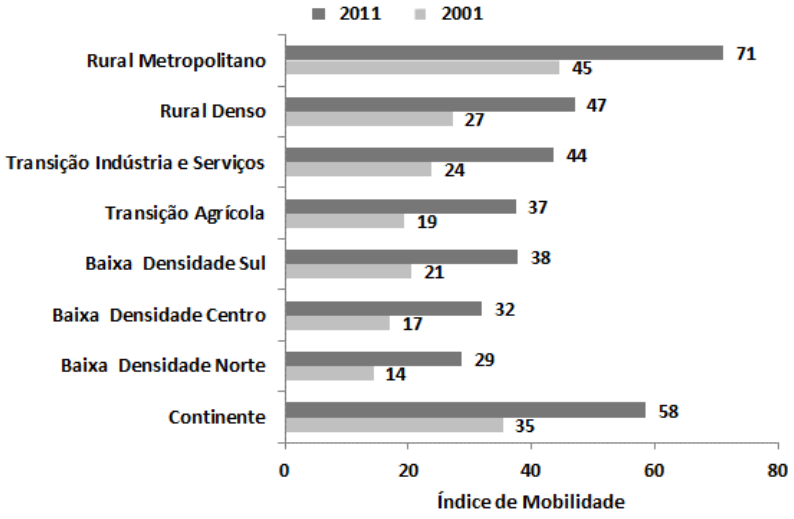
O **Índice de Mobilidade** de um concelho ou de um conjunto de concelhos é dado pela relação da soma dos fluxos de mobilidade de ativos e estudantes com o total da população ativa e estudantil residente nesse(s) concelho(s):

(Saídas + Entradas) / População ativa e estudantil Residente x 100

O cálculo dos índices de mobilidade baseia-se em: INE, *Censos da População*.

Dada a natureza destes índices, optou-se por incluir no seu apuramento todos os concelhos.

Figura 4. Dinâmica (2001-2011) dos níveis de mobilidade da população ativa e estudantil



1.3. Demografia e capital humano – as diferenças *rural-urbano*

Subordinado ao propósito da compreensão do *rural*, adentro do repto de procura de políticas inclusivas de desenvolvimento, observa-se agora a diversidade da dinâmica demográfica do *rural* no quadro das diferenças entre o *rural* e o *urbano*.

1.3.1. Jovens, idosos e mudanças no potencial demográfico

No transcurso dos anos 2001-2011 aumenta, em todos os *tipos de rural*, a diferença dos pesos relativos dos jovens no *urbano* e no *rural*, em benefício do território *urbano*. Se em 2001 ao nível do Continente tal diferencial até se mostrava negativo (a proporção de população com menos de 15 anos era ligeiramente maior no *rural* do que no *urbano*; 15,9% contra 15,7%) no final da década o fosso aumentava para 1,4 pontos (quadro 12).

Quadro12. População com menos de 15 anos em % da População Residente Total, Rural e Urbana, em 2001 e 2011, por Tipos de Rural

Tipos de Rural		2001			2011			Urbano - Rural		
		Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	2001	2011	2011-2001
Baixa Densidade	Norte	13,9	12,8	16,4	11,3	9,5	14,5	3,7	5,0	1,3
	Centro	12,9	11,4	16,4	11,3	9,3	14,9	5,0	5,7	0,6
	Sul	13,5	12,1	14,8	13,2	11,4	14,9	2,6	3,5	0,9
Transição	Agrícola	15,8	15,7	16,1	13,3	12,7	15,7	0,4	3,1	2,7
	Indústria e Serviços	14,9	14,5	15,7	14,1	13,3	15,5	1,3	2,2	0,9
Alta Densidade	Denso	16,3	16,5	16,0	14,8	14,6	15,2	-0,5	0,6	1,1
	Metropolitano	16,4	18,5	15,6	15,6	16,3	15,4	-2,8	-1,0	1,8
Continente		15,8	15,9	15,7	14,8	13,9	15,3	-0,3	1,4	1,7

Fosso que em 2001 já atingia especial visibilidade na *baixa densidade* do *centro* e que ao longo da década se alargou com particular expressão no *norte* da *baixa densidade* e na *transição agrícola*.

Por sua vez, no polo da população com mais de 65 anos (quadro 13), afora a situação do *rural metropolitano*, a clivagem entre as proporções no *rural* e no *urbano* alcança expressão peculiar, em cúmulo com o que se referiu para os jovens, justamente naquelas duas circunscrições da *baixa densidade*.

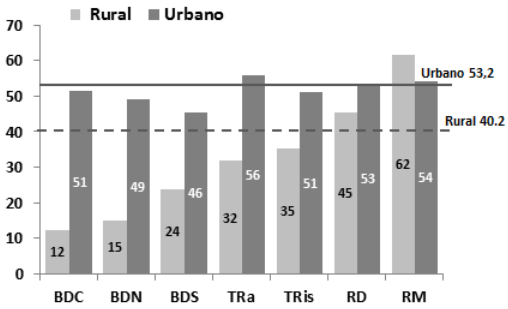
Quadro 13. População com 65 ou mais anos em % da População Residente Total, Rural e Urbana, em 2001 e 2011, por Tipos de Rural

Tipos de Rural		2001			2011			Rural - Urbano		
		Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	2001	2011	2011-2001
Baixa Densidade	Norte	21,8	25,3	13,4	28,1	33,3	18,4	12,0	14,9	2,9
	Centro	25,6	30,5	13,6	29,7	36,3	17,7	16,9	18,6	1,7
	Sul	21,7	25,6	17,9	24,9	29,8	20,7	7,7	9,1	1,4
Transição	Agrícola	19,6	20,2	14,7	24,1	25,7	17,1	5,5	8,7	3,2
	Indústria e Serviços	18,6	20,2	15,2	22,2	24,4	18,3	4,9	6,1	1,1
Alta Densidade	Denso	15,2	15,9	13,9	19,1	20,3	17,2	2,1	3,1	1,0
	Metropolitano	12,7	11,0	13,3	16,8	15,4	17,1	-2,4	-1,7	0,6
Continente		15,4	17,4	13,8	19,3	22,2	17,4	3,6	4,8	1,2

Em suma: ao traço de aumento generalizado do envelhecimento associado ao abaixamento do peso relativo dos jovens, junta-se o muito marcado contraste entre o *rural* e o *urbano* das estruturas demográficas – muito envelhecidas no *rural* do espaço de *baixa densidade*, em especial no *norte* e *centro*, mais jovens e semelhantes no *urbano* dos diferentes *tipos de rural*.

Regressa-se agora ao indicador potencial demográfico[7] para, em primeiro lugar, sublinhar o distanciamento entre o *rural* e o *urbano* nos diversos *tipos de rural*, bem como o panorama à escala concelhia em referência exclusiva à *população rural* (figuras 5 e 6), depois, mostrar as alterações ocorridas no período 2001-2011 (quadro 14).

Figura 5. Índice de potencial demográfico em 2011



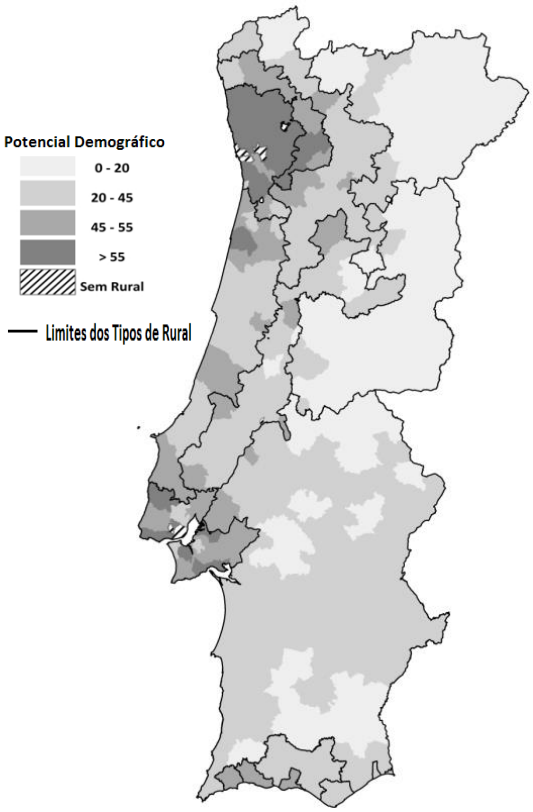


Fig. 6
Índice de potencial demográfico da *população rural*

[7] Recorda-se que o índice de potencial demográfico é medido pelos valores padronizados da semissoma dos valores padronizados dos índices de juventude (relação entre a população com menos de 15 anos e a população total residente) e de sustentabilidade potencial da população (relação entre a população com 15 a 64 anos e a população com 65 e mais anos).

Atente-se, então: (i) a maior proximidade dos valores dos índices (de potencial demográfico) do *rural* e do *urbano* no *tipo de rural metropolitano* contrasta totalmente com as grandes discrepâncias registadas nos espaços de *transição* e de *baixa densidade*, que são particularmente acentuadas nas parcelas do *centro* (12 no *rural*, contra 51 no *urbano*) e do *norte* (15 contra 49); (ii) para um valor médio do índice de 40 no Continente são deveras extensas as manchas concelhias com valores do índice de potencial demográfico abaixo do limiar 20, com elevada incidência, claro, na *baixa densidade*, sobretudo, no *centro* e *norte*.

Por último, a comparação do potencial demográfico no início e no fim da década (quadro 14) faz emergir: (i) a especificidade do *rural* de *alta densidade*, em especial do território *metropolitano* (em 2001 e em 2011 os valores do índice de potencial demográfico no *rural* superam os do *urbano*); (ii) o vincar generalizado da diferença entre o *urbano* e o *rural* – adiante-se que na média do Continente a diferença entre os valores do índice do *urbano* e do *rural*, subiu de 7 em 2001 para 13 em 2011; (iii) a mais expressiva fragilidade do *rural* face ao *urbano*, que se agravou nas circunscrições do *norte* e do *centro* da *baixa densidade*.

Quadro 14. Índices de potencial demográfico da população *rural* e da pop. *urbana* (2001 - 2011) por *tipos de rural*

Tipos de Rural		2001		2011		Urbano - Rural	
		Rural #	Urbano #	Rural #	Urbano #	2001 #	2011 #
Baixa Densidade	Norte	21,0	48,7	14,9	48,5	27,7	33,6
	Centro	13,5	48,1	12,2	51,5	34,6	39,3
	Sul	18,8	35,3	23,7	45,5	16,5	21,8
Transição	Agrícola	34,3	44,6	31,7	55,4	10,3	23,6
	Indústria e Serviços	30,7	42,5	35,3	51,7	11,8	16,5
Alta Densidade	Denso	42,7	46,2	45,3	53,4	3,5	8,1
	Metropolitano	61,1	46,5	61,7	54,2	-14,5	-7,6

Valores padronizados, na base 100, onde 100 é o valor máximo concelhio (do rural e do urbano).

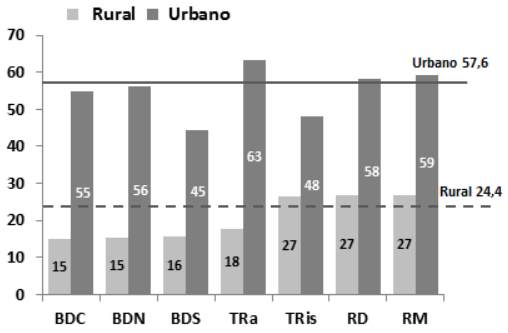
1.3.2. Capital humano: o diferencial entre o *rural* e o *urbano*

Sucede-se a observação da expressão territorial do indicador importância relativa dos grupos socioeconómicos com 'profissões intelectuais, científicas e técnicas' (C&T) na população ativa, complementar do indicador relativo ao potencial demográfico na determinação do índice de capital humano[8].

Retenha-se (figuras 7 e 8): (i) a clara clivagem entre o *rural* dos territórios da *baixa densidade* e da *transição agrícola* (valores do índice de profissões C&T 15-18) e os da *transição da indústria e serviços* e da *alta densidade* (cujo índice se quantifica pelo valor 27); (ii) o forte distanciamento, em qualquer um dos *tipos de rural*, entre o pequeno peso que as profissões de natureza científica e técnica têm no *rural* e a importância que alcançam no *urbano*.

[8] Lembra-se o entendimento do índice de capital humano – o indicador resultante da conjugação dos valores previamente padronizados dos indicadores: potencial demográfico, a que se deu um peso de 60%; e importância relativa do conjunto dos grupos socioeconómicos com 'profissões intelectuais, científicas e técnicas' (C&T) na população total ativa (*Censos 2011*), a que se atribuiu o peso de 40%.

Figura 7. Índice de prof. cient. e técnicas em 2011



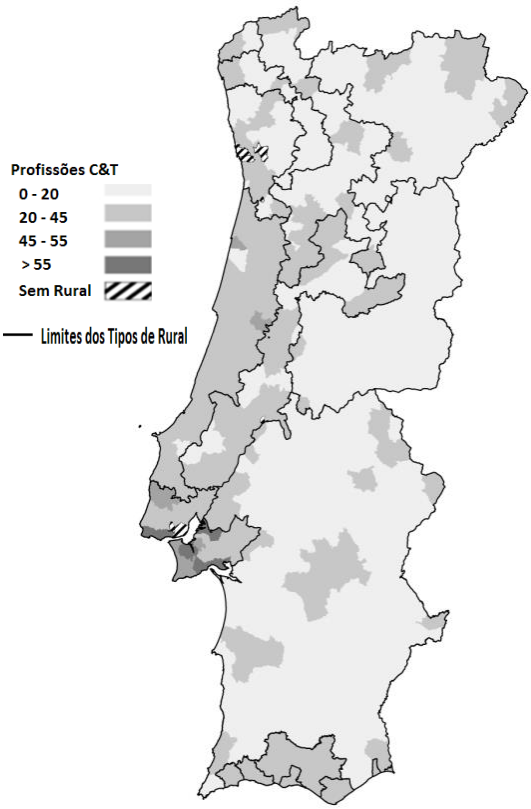


Fig. 8. Índice de profissões científicas e técnicas da *população rural*

A vista da evolução nos anos 2001 a 2011 das quotas dos grupos socioeconómicos com profissões C&T permite constatar o seu aumento generalizado e intenso em termos relativos face à base de partida nos ativos residentes no *rural* ou no *urbano* (quadro 15). Mas em ambas as datas tais proporções são no *rural* bem inferiores às verificadas nas parcelas do *urbano* e o maior acréscimo relativo de profissionais em apreço no *rural* do que no *urbano* não foi suficiente para mudar, com algum impacte, a diferença existente entre o *urbano* e o *rural* (veja-se que ao nível do Continente o valor de tal diferença subsiste idêntico em 2001 e em 2011: 13,7).

Quadro 15. População com Profissões Científicas e Técnicas em % da População Ativa, Rural e Urbana, em 2001 e 2011, por *Tipos de Rural*

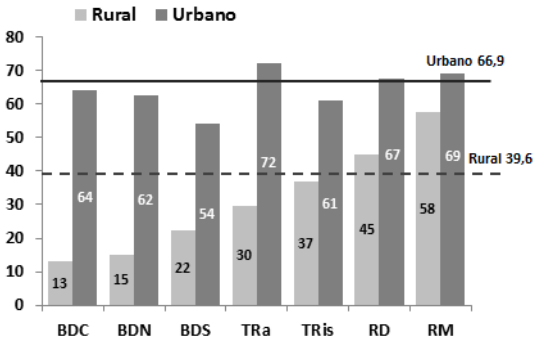
Tipos de Rural		2001		2011		Urbano - Rural		
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	2001	2011	2011-2001
Baixa Densidade	Norte	7,7	24,5	13,0	29,7	16,9	16,7	-0,1
	Centro	7,8	24,1	12,8	29,3	16,3	16,5	0,2
	Sul	7,6	19,0	13,0	24,9	11,4	11,9	0,5
Transição	Agrícola	9,1	28,5	13,9	32,7	19,5	18,8	-0,7
	Indústria e Serviços	11,2	21,4	17,6	26,5	10,2	8,9	-1,3
Alta Densidade	Denso	10,9	26,3	17,7	30,6	15,4	12,9	-2,4
	Metropolitano	12,1	24,8	17,7	31,1	12,7	13,4	0,6
Continente		10,7	24,5	16,6	30,4	13,7	13,7	0,0

A observação das diferenças entre *tipos de rural* e, no âmbito destes, entre *rural* e *urbano*, sob a perspetiva dos indicadores potencial demográfico e relevância dos profissionais de C&T, conflui no realce da maior debilidade das circunscrições da *baixa densidade* e do *rural* perante o *urbano*.

É, pois, o momento da anotação sobre o indicador sintético capital humano (figuras 9 e 10).

Em média do Continente, a distância entre o *rural* e o *urbano* no respeitante ao capital humano exprime-se pelas grandezas, respetivamente, 40 e 67, as quais são bem mais contrastadas nos espaços do *norte* e do *centro* da *baixa densidade* e da *transição agrícola*, mostrando o quão é acentuada, aqui, a fragilidade do *rural*. Sobreleve-se, também, o crescendo do valor do capital humano no *rural* à medida que se passa da *baixa densidade* aos *tipos de rural* de *transição* e de *alta densidade* (o *denso* e, no cume, o *metropolitano*).

Figura 9. Índice de capital humano em 2011



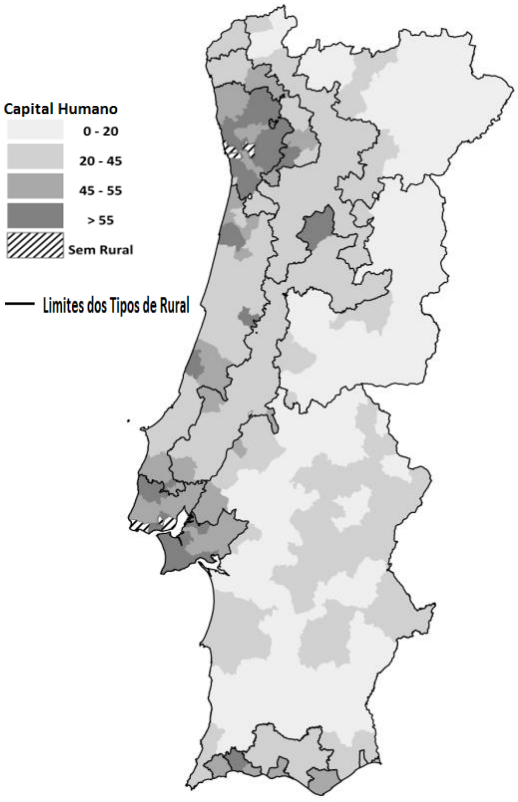


Fig. 10
Índice de capital humano da *população rural*

Conclui-se com as constatações da dinâmica registada na última de década nos índices de capital humano (quadro 16): (i) o declínio do índice de capital humano na *baixa densidade* do *norte*, tanto no *rural* como no *urbano* e, também, na parcela do *rural* no *tipo de rural* da *transição agrícola*; (ii) pese o aspeto positivo do incremento do peso relativo dos ativos com profissões C&T, tal facto esteve bem longe de contribuir para atenuar a diferença nos índices de capital humano, quer entre *tipos de rural*, quer entre as suas respetivas componentes *rural* e *urbano*; (iii) a discrepância *urbano-rural* apenas tem uma ligeira diminuição no *rural denso*, nos demais territórios a diferença agudizou-se; (iv) o trajeto das grandezas dos índices de capital humano decorre sobremaneira da evolução do índice de potencial demográfico e, em especial, do fator relativo à proporção dos jovens na população residente e, portanto, (v) em definitivo, o abaixamento, entre 2001 e 2011, do índice de juventude, tanto no *rural* como no *urbano*, foi bem mais marcante no domínio do *rural* de qualquer uma das circunscrições territoriais delimitadas.

Quadro 16. Índices de capital humano da população *rural* e da pop. *urbana* (2001 - 2011) por *tipos de rural*

Tipos de Rural		2001		2011		Urbano - Rural		
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	2001	2011	2011 - 2001
		#	#	#	#	#	#	#
Baixa Densidade	Norte	18,4	62,6	15,5	62,4	44,2	46,9	46,9
	Centro	12,9	61,6	13,1	64,2	48,8	51,1	51,1
	Sul	16,7	44,8	22,3	54,1	28,1	31,8	31,8
Transição	Agrícola	30,7	64,8	29,7	71,4	34,2	41,8	41,8
	Indústria e Serviços	30,7	53,6	37,0	60,9	22,9	23,9	23,9
Alta Densidade	Denso	39,7	63,0	44,9	67,4	23,4	22,5	22,5
	Metropolitano	55,4	61,3	57,6	68,5	5,9	10,9	10,9

Valores padronizados, na base 100, onde 100 é o valor máximo concelhio (do rural e do urbano).

1.4. A dinâmica socioeconómica

Destacou-se a importância da inserção da população na atividade económica como critério para definir os *tipos de rural*, designadamente o significado dos grupos socioeconómicos profissionalmente associados ao setor primário, em contraponto ao dos agentes ligados aos setores secundário e terciário. Recorda-se, em particular, a demarcação dos dois tipos de territórios na grande mancha que se designou como de *transição* (entre a *baixa* e a *alta densidade* rural) – o *agrícola* e o de *indústria e serviços* – suportada na importância dos ativos no setor primário *vs.* na indústria, comércio e serviços.

Quadro 17. Pop. Ativa no Setor Primário em % Pop. Ativa Total, 2001 - 2011, por *tipos de rural*

Tipos de Rural		% Pop. Ativ. no Primário		
		2001	2011	2011 - 2001
Baixa Densidade	Norte	29,7	21,1	-8,6
	Centro	17,1	9,0	-8,1
	Sul	11,8	15,4	3,6
Transição	Agrícola	15,9	11,4	-4,5
	Indústria e Serviços	7,0	4,3	-2,7
Alta Densidade	Denso	7,0	4,3	-2,7
	Metropolitano	3,4	3,0	-0,5
Continente		8,2	6,1	-2,1

Retomando esse tema numa perspetiva evolutiva, salienta-se a diminuição na década de 2000 do peso da população ativa do setor primário no *rural* (quadro 17). Esta tendência só foi contrariada na *baixa densidade* do *sul*, onde a percentagem em 2011 dos ativos no primário supera o registo de 2001; a correspondente quebra do peso dos ativos na indústria, comércio e serviços revela a insuficiência nesse espaço de alternativas de emprego fora do setor primário.

Na ótica da dinâmica económica, no *rural* e no *urbano* e em referência aos *tipos de rural*, a segunda vertente que se retém respeita à evolução da taxa de desemprego (quadro 18).

Quadro 18. Desempregados em % da população ativa, total, rural e urbana, em 2001 e 2011, por *tipos de rural*

Tipos de Rural		Desempregados em % da População Ativa					
		2001			2011		
		% Pop. Ativa Total	% Pop. Ativa Rural	% Pop. Ativa Urbana	% Pop. Ativa Total	% Pop. Ativa Rural	% Pop. Ativa Urbana
Baixa Densidade	Norte	8,8	8,9	8,7	11,5	11,7	11,3
	Centro	5,6	6,0	5,1	11,3	11,5	11,0
	Sul	8,6	9,7	7,7	13,2	13,8	12,8
Transição	Agrícola	7,7	7,8	7,3	12,4	12,7	11,4
	Indústria e Serviços	6,1	6,0	6,3	12,2	11,6	13,0
Alta Densidade	Denso	5,7	5,7	5,9	12,1	11,7	12,7
	Metropolitano	6,7	5,5	7,4	13,9	12,6	14,3
Continente		6,9	6,3	7,2	13,2	12,2	13,7

De 2001 a 2011 a taxa de desemprego no Continente aumentou em cerca de seis pontos, quase duplicando (6,9% em 2001 para 13,2% em 2011). O forte crescimento do desemprego afetou todos os *tipos de rural*, mas foi menor nos que tinham em 2001 as taxas mais altas - *baixa densidade norte* e *baixa densidade sul* - e maior nos que apresentavam situações mais favoráveis no início da década. Assim, a diferença entre o máximo e o mínimo das taxas de desemprego dos *tipos de rural*, reduziu-se de 3,2% para 2,6% entre 2001 e 2011, não obstante o enorme aumento da taxa média.

Esta convergência em alta das taxas de desemprego dos *tipos de rural* confirma que o grande e generalizado agravamento do desemprego na década de 2000 resultou de choques macroeconómicos e das correspondentes políticas de ajustamento, atingindo por isso toda a economia e, logicamente, também todos os territórios.
As desigualdades entre os níveis de desemprego do *rural* e do *urbano* dos vários *tipos de rural* alteraram-se pouco durante a década e mantiveram o mesmo sentido que se verificava à partida: taxas de desemprego mais altas na população ativa *urbana* do que na *rural* nos tipos de maior densidade (*metropolitano*, *denso e transição indústria e serviços*) e, ao invés, mais altas na população ativa *rural* do que na *urbana* dos outros *tipos de rural* - *baixa densidade* e *transição agrícola* – evidenciando mais uma vez a situação particularmente desfavorável do *rural* nestes territórios.

Agora, a terceira vertente da trajetória socioeconómica das circunscrições delimitadas: a que se reporta aos segmentos de população residente inativa. E, de imediato, há que salientar a clivagem entre o maior relevo dos inativos no *rural* do que no *urbano* (quadro 19).

Quadro 19. Inativos em % da população com 15 e mais anos, em 2001 e 2011, por *tipos de rural*

Tipos de Rural		Inativos em % da população com 15 e mais anos				
		% no rural em 2001	% em 2011			% no rural
			no rural	no urbano	rural - urbano	2011 - 2001
		(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)	(5) = (2) - (1)
Baixa Densidade	Norte	61,3	64,3	44,1	20,2	3,0
	Centro	58,6	61,4	41,8	19,7	2,8
	Sul	51,5	53,2	44,2	9,0	1,7
Transição	Agrícola	54,5	56,6	42,2	14,4	2,2
	Indústria e Serviços	49,3	50,4	41,3	9,1	1,1
Alta Densidade	Denso	45,2	46,8	40,8	6,0	1,6
	Metropolitano	37,3	41,2	39,6	1,6	3,9
Continente		46,3	48,9	41,2	7,7	2,6

Atente-se nos valores em 2011 no *norte* e no *centro* da *baixa densidade* (acima de 60% no *rural* que compara com menos de 45% no *urbano*) e na *transição agrícola* (57%, contra 42%). Aliás, no *rural* de todos os territórios o registo na década de 2000 foi de crescimento do peso dos inativos; em contraponto, no *urbano* o aumento de relevância da população inativa apenas ocorreu nos territórios da *alta densidade*.

O relato feito neste ponto em matéria de população ativa e inativa pode ser sintetizado com recurso à informação sobre o "principal meio de vida" (a fonte de rendimentos) dos residentes no *rural* e no *urbano* dos territórios do *rural*. Assim, enquanto na *alta densidade* a relevância dos residentes no *rural* com principal fonte de proventos da atividade económica (trabalho e rendimentos da propriedade e da empresa) é pouco inferior à do *urbano* (uma diferença da ordem de 3 %), nas duas outras manchas do *rural* a discrepância ronda os 10% (na *transição*, mas mais vincada no território *agrícola*) ou supera mesmo este limiar.

Quanto ao segmento mais expressivo dos inativos – o dos reformados/pensionistas – a ilustração da figura 11 e os dados do quadro 20 são elucidativos.

Quadro 20. Reformados em % da população com 15 e mais anos, em 2001 e 2011, por *tipos de rural*

Tipos de Rural		Reformados em % da população com 15 e mais anos				
		% no rural em 2001	% em 2011			% no rural
			no rural	no urbano	rural - urbano	2011 - 2001
		(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)	(5) = (2) - (1)
Baixa Densidade	Norte	32,0	40,0	24,8	15,1	8,0
	Centro	36,6	44,0	24,4	19,6	7,4
	Sul	32,4	37,8	28,4	9,4	5,4
Transição	Agrícola	27,9	33,1	23,6	9,5	5,2
	Indústria e Serviços	26,9	31,9	24,9	7,0	5,0
Alta Densidade	Denso	22,5	27,2	23,4	3,8	4,7
	Metropolitano	17,7	22,5	22,6	-0,1	4,9
Continente		24,2	29,6	24,3	5,3	5,4

Repare-se na importância da população reformada/pensionista e no respetivo trajeto entre 2001 e 2011: proximidade entre o *rural* e o *urbano* na circunscrição de *alta densidade*, o que contrasta com a elevada diferenciação entre o *rural* e o *urbano* nas zonas de *transição* e, mais ainda, de *baixa densidade* (40% no *rural*, com um crescimento de 7%; 27% no *urbano*, com uma variação de peso relativo inferior a 1%).

O incremento da importância dos pensionistas/reformados na população *rural* de qualquer dos espaços em análise vê-se bem refletido no indicador "principal meio de vida", em concreto, as pensões enquanto fonte principal de rendimentos (quadro 20). Veja-se, em particular, a situação dos territórios da *baixa densidade* onde a trajetória da década resultou na declaração em redor e até acima de 40% dos residentes no *rural* com fonte fundamental de réditos nas transferências[9] por via das pensões.

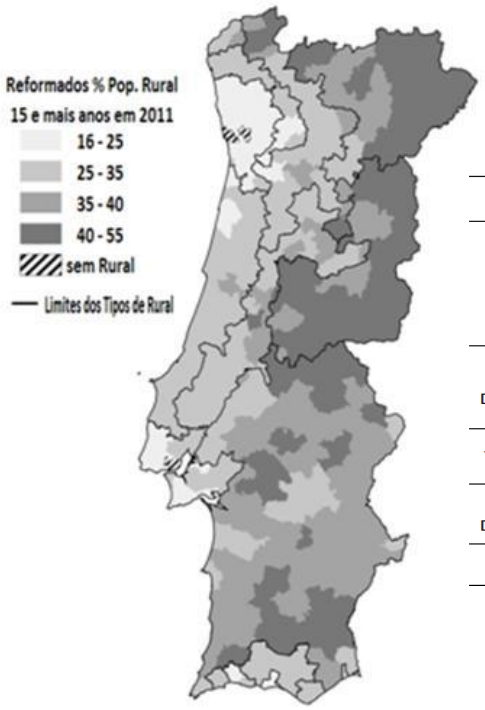


Figura 11. Reformados em % da *população rural* com 15 e mais anos em 2011

Quadro 21. Pensões como principal rédito da população, em 2001 e 2011, por *tipos de rural*

Tipos de Rural		Pensões com principal rédito da da população				
		% no rural em 2001	% em 2011			% no rural
			no rural	no urbano	rural - urbano	2011 - 2001
		(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)	(5) = (2) - (1)
Baixa Densidade	Norte	33,8	42,4	26,0	16,4	8,6
	Centro	38,5	45,8	25,6	20,2	7,3
	Sul	35,2	39,0	29,6	9,5	3,8
Transição	Agrícola	27,0	35,1	24,9	10,2	8,2
	Indústria e Serviços	27,0	33,4	25,9	7,4	6,3
Alta Densidade	Denso	22,0	28,8	24,5	4,2	6,8
	Metropolitano	17,2	23,8	23,7	0,1	6,6
Continente		24,4	31,2	24,6	6,6	6,8

[9] Transferências - a população residente que declarou como principal via de obtenção de proventos: a pensão/reforma ou subsídios (transferências formais), o apoio social, a cargo da família ou outras não especificadas (transferências informais). Em contraponto às transferências estão os réditos de atividade económica, reunindo os residentes que declararam ter como "principal meio de vida" os resultados do trabalho e de propriedade e de empresa.

Vai concluir-se a observação da dinâmica socioeconómica retomando o que já se mostrou sobre o significado atual de cada um dos *tipos de rural* no respeitante às respetivas dimensões populacional, territorial e económica (vd. 1.1.2). Recorda-se a enorme clivagem assinalada: com menos de 20% da *superfície rural* do Continente português, a mancha do *rural* de *alta densidade* demográfica concentra um pouco mais de 50% da *população rural* (cerca de 70% dos residentes) e gera mais de 70% da riqueza nacional e mais de metade da componente inerente à produção agrícola e silvícola e indústrias conexas.

Desenvolve-se agora a dimensão económica. Para tanto, analisam-se as mudanças ocorridas na última década na contribuição do VAB do Complexo Agroflorestal[10] (CAF) para a economia nacional e de cada uma das unidades do rural. Tenha-se em conta que a importância relativa, na economia de cada uma das circunscrições delimitadas, do complementar do VAB do CAF respeita ao conjunto dos outros setores de atividade económica (outras indústrias transformadoras, indústrias extrativas, construção, serviços, etc.).

Para além da diferença de peso relativo do CAF, e das parcelas de produção primária, nas economias da unidade do rural de *alta densidade* e das duas outras grandes manchas, regista-se a sua perda de relevância entre os anos 2000 e 2010, o que é comum a todos os espaços (quadro 22). Destaca-se, em especial, as maiores quebras relativas de relevância do CAF – em linha com o VAB da produção primária – nos territórios da *baixa densidade*: - 5% no *norte*, cerca de – 6% nos dois outros, o que compara com -2,4% na média do Continente.

Quadro 22. Importância do Valor Acrescentado Bruto (VAB) do Complexo Agroflorestal (CAF) em 2000 e 2010, por *tipos de rural*

Tipos de Rural		VAB do Complexo Agroflorestal em % do VAB Total			VAB da Agricultura e Silvicultura em % do VAB Total			VAB da Agricultura e Silvicultura % VAB CAF		
		2000	2010	Variação 2010 - 2000	2000	2010	Variação 2010 - 2000	2000	2010	Variação 2010 - 2000
Baixa Densidade	Norte	15,7	10,5	-5,2	12,5	7,8	-4,6	79,3	74,6	-4,7
	Centro	16,3	10,5	-5,8	10,8	6,1	-4,7	66,2	58,0	-8,2
	Sul	19,6	13,3	-6,4	15,5	9,4	-6,1	78,8	70,6	-8,2
Transição	Agrícola	13,3	9,1	-4,2	5,9	3,4	-2,4	43,9	37,7	-6,2
	Indústria e Serviços	11,2	7,7	-3,5	8,1	5,0	-3,1	72,1	64,5	-7,6
Alta Densidade	Denso	9,9	7,2	-2,8	5,1	2,9	-2,2	51,7	41,0	-10,7
	Metropolitano	5,5	4,6	-0,8	1,9	1,3	-0,6	34,0	27,5	-6,5
Continente		9,2	6,8	-2,4	3,8	2,5	-1,3	41,7	37,4	-4,3

A valia económica (VAB, Valor Acrescentado Bruto, a preços correntes, base 2006) dos tipos/subtipos de rural resulta de estimativa a nível de concelho, para as médias trienais centradas nos anos indicados. Tal estimativa assentou na afetação dos valores por NUT III, dos agregados (em VAB) complexo agroflorestal (desagregado por: agricultura, silvicultura, indústrias alimentares, bebidas e tabaco e indústrias florestais) e outras atividades, aos respetivos concelhos através de chaves de partição específicas. Ao nível de NUT III fez-se uso: INE, *Contas Nacionais* e *Regionais*; GPP/MAM, com base em INE, Id.. As chaves de afetação aos concelhos tiveram como suporte: GPP/MAM, valor da produção padrão 2009 das atividades agrícolas; INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas* (SCIE); MTSS / GEP, *Quadros de Pessoal*; ICNF, *IFN5* (2005-06), no sítio do ICNF na *Web*; Rolo, 2003.

[10] Como referido em 1.1.2, o Complexo Agroflorestal (CAF) inclui a agricultura e silvicultura e, ainda, as indústrias alimentares, bebidas e tabaco e as indústrias florestais.

2. Agriculturas e territórios rurais – as dimensões da mudança nos anos 2000

No capítulo 1 a análise da evolução dos territórios do Continente português nos anos 2000 focou-se na diferenciação das componentes *urbanas* e *rurais* e na caraterização dos grandes *tipos de rural*, privilegiando os indicadores referentes à demografia e ao capital humano, ao povoamento e interdependências espaciais e à dinâmica socioeconómica global. Nesse quadro a importância económica, social e territorial do complexo agroflorestal e, em particular, da agricultura constituiu um dos vetores principais de perceção das mudanças e da diversidade dos territórios rurais.

No capítulo 2 a relação entre a agricultura e os territórios deixa de ser apenas um dos eixos da análise, para se converter no seu objeto central. O alvo passam a ser as diversas agriculturas do Continente português, os recursos que mobilizam, as atividades produtivas que desenvolvem e o modo como moldam os territórios. Este capítulo e o capítulo 3, dedicado à compreensão da diversidade das estruturas das explorações agrícolas e dos tipos de agricultores, vão suportar os desenvolvimentos acolhidos no capítulo 4 onde se procede à análise das relações entre as políticas públicas e a evolução da produção agrícola e do rendimento dos agricultores, considerando os instrumentos mais relevantes e o seu impacto sobre as diferentes agriculturas e territórios.

A inflexão analítica correspondente à transição do capítulo 1 para os seguintes implicou uma mudança da zonagem e escalas de observação do território, como se dá conta na próxima seção (2.1). A parte mais substantiva do capítulo estrutura-se em duas seções dedicadas aos temas *ocupação cultural do solo e gados das explorações agrícolas* (2.2) e *estruturas fundiárias, população agrícola e modalidades de trabalho* (2.3).

2.1. "Zonas agrícolas" e *territórios* agrorrurais

Devido à sua localização e posição geográfica, à morfologia e disposição do seu relevo e ao modo como foi moldado historicamente, o território continental de Portugal constitui um mosaico com grande diversidade nos aspetos biofísicos e nas modalidades de ocupação e uso do solo, designadamente pela agricultura. Embora estes traços gerais persistam duradouramente, as suas manifestações mais concretas evoluem ao longo do tempo em função de alterações de contexto, ditadas em particular pelas mutações dos mercados e das políticas públicas.

Para fornecer uma visão atualizada das relações entre agriculturas e territórios, fazendo sobressair os elementos mais relevantes das transformações ocorridas na última década e a sua relação com as políticas públicas, a informação foi organizada segundo três escalas territoriais – "zonas agrícolas", *territórios* agrorrurais e 'macro territórios' agrorrurais.

As "zonas agrícolas" foram estabelecidas com base na análise da *especialização produtiva agrícola*, desenvolvida em duas grandes etapas: na primeira, os objetos de análise foram os módulos *produtivos* correspondentes a conjuntos de explorações agrícolas resultantes do cruzamento da classificação das explorações agrícolas segundo a dimensão económica (classes de Valor de Produção Padrão do *RA 2009*) com os concelhos da sua localização; na segunda, as unidades de análise foram os conjuntos das explorações agrícolas dos concelhos, sem desagregação por estratos de agricultura.

Na primeira etapa, as tipologias de especialização agrícola basearam-se apenas na análise da estrutura do Valor da Produção Padrão (VPP) agrícola dado pelo *RA 2009*. Na segunda etapa recorreu-se, supletivamente, à identificação dos concelhos caraterizados por um peso muito expressivo da silvicultura no valor da produção agrícola e silvícola e por uma larga preponderância dos povoamentos florestais no conjunto das áreas agrícolas e florestais.

Para definir os *tipos de especialização agrícola*, a organização inicial das atividades foi a que se apresenta na tabela A.

Tabela A
Atividades Agrícolas: base inicial para Análise de Especialização em 2009
(Estrutura % do Valor da Produção Padrão do *RA 09*)

Análise por Estratos x Concelhos	Análise por Concelhos
Suínos (sem Extensivos)	
Aves e Coelhos	
Hort. Intensivo (incluindo Floricultura)	
OCTemporárias	OCTemporárias + OC Permanentes
OC Permanentes	
Leite	
Outros Bovinos (sem Vacas Não Leiteiras)	
Frutos Frescos	
Vinha	
Olival	
Frutos de Casca Rija	
Hortícolas Extensivas + Leguminosas Secas e Batata	
Arroz e Milho	
Prados Temporários e Cult. Forrageiras	
Vacas Não Leiteiras e Outros Herbivoros	Vacas Não Leiteiras
	Outros Herbívoros
Suínos Extensivos	
Outros Cereais Grão e Culturas Industriais	
Pastagens Permanentes semeadas e Espontâneas Melhoradas	
Pastagens Pobres + Pousio	
Abelhas	

Tendo em atenção as complementaridades sistémicas entre atividades, os graus de intensificação agrícola e a afinidade de padrões de localização das atividades construiu-se uma matriz de agregação (tabela B).

Tabela B - Agregação das Atividades de Produção Agrícola para efeito de constituição de Tipos e Grupos de Especialização/Intensificação

<table>
<tr><th colspan="6">NÍVEIS de CLASSIFICAÇÃO</th><th>QUALIFICAÇÃO</th></tr>
<tr><td>6
(o mais detalhado)</td><td>5</td><td>4</td><td>3</td><td>2</td><td>1
(o mais agregado)</td><td>Intensivo / Extensivo</td></tr>
<tr><td>Suínos (sem Extensivos)
6</td><td rowspan="2">VPP Granívoros (aves, coelhos e suínos)
- Suínos Extensivos
5</td><td rowspan="3">Granívoros + Horticultura Intensiva
4</td><td rowspan="4">Granívoros + Horticultura Intensiva + OCT+ OCP
3</td><td rowspan="4">Granívoros + Horticultura Intensiva + OCT + OCP + Leite
2</td><td rowspan="6">Granívoros + Horticultura Intensiva + OCT + OCP + Leite + Outros Bovinos (sem vacas não leiteiras) + Prados Temporários e Cult. Forrageiras
1</td><td rowspan="6">INTENSIVO</td></tr>
<tr><td>Granívoros (aves, coelhos)
6</td></tr>
<tr><td colspan="2">Horticultura intensiva, Flores e Plantas Ornamentais
5 - 6</td></tr>
<tr><td colspan="3">Outras Culturas Temporárias (OCT) + Outras Culturas Permanentes (OCP)
4 - 6</td></tr>
<tr><td colspan="3">Leite
4 - 6</td><td rowspan="3">Leite + Outros Bovinos (excluindo vacas leiteiras e aleitantes) + Prados Temporários e Cult. Forrageiras
3</td></tr>
<tr><td colspan="3">Outros bovinos (excluindo vacas leiteiras e aleitantes)
4 - 6</td><td rowspan="2">Outros Bovinos (excluindo vacas leiteiras e aleitantes) + Prados Temporários e Cult. Forrageiras
2</td></tr>
<tr><td colspan="3">Prados Temporários e Culturas Forrageiras
4 - 6</td></tr>
<tr><td>Frutos Frescos 6</td><td colspan="5" rowspan="2">Frutos Frescos + Vinha
1 - 5</td><td rowspan="8">INTERMÉDIO</td></tr>
<tr><td>Vinha 6</td></tr>
<tr><td>Hortícolas Extensivas 6</td><td rowspan="2">Hortícolas extensivas + Leg. e Batata
5</td><td colspan="4" rowspan="4">Hortícolas extensivas + Leguminosas e Batata + Arroz + Milho
1 - 4</td></tr>
<tr><td>Leguminosas e Batata 6</td></tr>
<tr><td>Milho Grão 6</td><td rowspan="2">Milho + Arroz
5</td></tr>
<tr><td>Arroz 6</td></tr>
<tr><td>Frutos de Casca Rija 6</td><td colspan="5" rowspan="2">Olival + Frutos Casca Rija
1 - 5</td></tr>
<tr><td>Olival 6</td></tr>
<tr><td>Culturas Industriais 6</td><td rowspan="2">Culturas Industriais e Outros Cereais para Grão
5</td><td colspan="4" rowspan="7">Outros Cereais Grão e Culturas Industriais + Vacas Não Leiteiras e Outros Herbivoros + Suínos Extensivos
+ Pastagens Permanentes Total + Pousio + Abelhas
1 - 4</td><td rowspan="7">EXTENSIVO</td></tr>
<tr><td>Outros Cereais para Grão 6</td></tr>
<tr><td>Suínos Extensivos 6</td><td rowspan="5">Vacas Não Leiteiras e Outros Herbivoros + Suínos Extensivo + Pastagens Permanentes + Pousio + Abelhas
5</td></tr>
<tr><td>Vacas Não Leiteiras 6</td></tr>
<tr><td>Outros Herbívoros (caprinos + equídeos + ovinos) 6</td></tr>
<tr><td>Pastagens Permanentes Semeadas e Espontâneas Melhoradas 6</td></tr>
<tr><td>Pastagens Pobres + Pousio 6</td></tr>
<tr><td>Abelhas 6</td><td colspan="5">N.º de categorias</td></tr>
<tr><td>24</td><td>12</td><td>9</td><td>6</td><td>6</td><td>5</td><td></td></tr>
</table>

Com este referencial, o primeiro ensaio de classificação das especializações dos *módulos produtivos* [5 classes de Dimensão Económica em VPP (*estratos*) x 278 Concelhos] resultou na definição de 32 *tipos de especialização agrícola*, pelos quais se repartiram todos os *módulos*. O máximo teórico de número de *módulos* seria de 1390 (5 x 278), mas como em vários concelhos não existiam todos os *estratos*, foram classificados no total 1239 módulos.

A exploração dos resultados obtidos conduziu ao teste de várias alternativas possíveis de reclassificação destes módulos por agregação dos anteriores 32 *tipos* (cf. tabela C).

Tabela C - Grupos de Especialização com Base em Agregações de 32 Tipos de Intensificação/Especialização por Estratos (DE VPPadrão *RA 2009*) (os módulos produtivos classificados no Grupo A são excluídos da seleção para os restantes grupos)	
GRUPO A Agricultura muito intensiva (sem SAU ou + de 20000€ por Ha de SAU) de Grande Dimensão Económica (> de 100mil€ VPP; Estratos 4 e 5) com especialização nas atividades Granívoros (sem Suínos Extensivos), Horticultura Intensiva, Outras Culturas Temporárias e Outras Culturas Permanentes (intensivas) e Leite.	
GRUPO B Agricultura intensiva especializada nas atividades Granívoros (sem Suínos Extensivos), Horticultura Intensiva, Outras Culturas Temporárias e Outras Culturas Permanentes (intensivas) ou em combinações destas atividades.	
GRUPO C Agricultura muito Intensiva e diversificada, isto é, especializada nas atividades (Granívoros , Horticultura Intensiva, Outras Culturas Temporárias e Outras Culturas Permanentes) e (Leite, Outros Bovinos e Prados Temporários e Culturas Forrageiras), sem que qualquer dos dois complexos de atividades represente mais de 50% do VPP, mas somando no seu todo mais de 70% do VPP, o que implica que qualquer deles detém no mínimo 20% do VPP.	
GRUPO D Agricultura especializada em Bovinos (excluindo Vacas Aleitantes): Leite, Outros Bovinos e Prados Temporários e Culturas Forrageiras.	
GRUPO E Agricultura intensiva com base em combinações das atividades Granívoros (sem Suínos Extensivos), Horticultura Intensiva Outras Culturas Temporárias e Outras Culturas Permanentes e Bovinos (excluindo Vacas Aleitantes: Leite, Outros Bovinos e Prados Temporários e Culturas Forrageiras), representando 50 a 70% do VPP, sem que qualquer dos dois complexos detenha mais de 50%.	
GRUPO F Agricultura de combinação das atividades consideradas mais intensivas com Vinha e Frutos Frescos e/ou Horticultura Extensiva, Leguminosa e Batata, Milho e Arroz.	
GRUPO G Agricultura especializada em Vinha, Frutos Frescos ou combinação destas atividades.	
GRUPO H Agricultura sspecializada em Horticultura Extensiva, Leguminosa e Batata, Milho e Arroz.	
GRUPO J Agricultura especializada em Olival e/ou Frutos de Casca Rija ou combinação destas atividades com atividades extensivas (cf. Grupos K e L).	
Grupo JO	% (VPP Olival + FCRija) /VPP Total >= 20%
Grupo JE	% (VPP Olival + FCRija) /VPP Total < 20%
GRUPO K Agricultura especializada em Culturas Industriais e Outros Cereais para Grão (exclui Milho e Arroz) ou combinação destas atividades com as mais extensivas (Grupo L), com predomínio das Culturas Industriais e de Outros Cereais para Grão.	
GRUPO L Agricultura especializada em Vacas Não Leiteiras e Outros Herbivoros, Suínos Extensivo, Pastagens Permanentes e Pousio, Abelhas, Culturas Industriais e Outros Cereais para Grão (exclui Milho e Arroz), sem predomínio destas duas últimas atividades.	

Na solução que veio a ser privilegiada optou-se por separar os módulos do Grupo A dos restantes, agrupando estes últimos nos seguintes dez conjuntos: B_C, D, E, F, G, H, JO, JE, K e L. Com base nesta opção, analisou-se: o padrão espacial de localização dos módulos do Grupo A; a afinidade dos concelhos no que respeita à repartição dos respetivos módulos produtivos por especializações (sem grupo A), determinando-se em função desses critérios 10 grupos de concelhos; a especialização relativa dos estratos por atividades produtivas; e a similaridade de especializações entre estratos. Os resultados dessa análise são úteis para outros pontos deste texto e constituíram um referencial importante para organizar a segunda etapa de análise da especialização produtiva agrícola e florestal dos concelhos e a "zonagem agrícola" do território do Continente.

O dispositivo de análise da especialização produtiva agrícola e florestal dos concelhos e a "zonagem agrícola" do território do Continente está sintetizado nas tabelas D e E.

Tabela D - Árvore de Atividades Agrícolas e Florestal
Base para Definição dos *Tipos* e *Grupos de Especialização* Concelhios

A Pecuária	A.I. Intensiva	A.I.1. Granívoros
		A.I.2. Leite e Bovinos Carne
		A.I.3. Granívoros e Bovinos
	A.II. Intensiva/Extensiva	
	A.III. Extensiva	A.III.1. Bovinos e Outros Herbívoros
		A. III. 2. Outros Herbívoros
B Horticultura e Milho e Arroz	B.I. Horticultura Intensiva	
	B.II. Intensivo/Extensivo	
	B.III. Extensiva	
C Culturas Permanentes	C.I. Vinha e Frutos Frescos	C.I.1. Vinha
		C.I.2. Frutos Frescos
		C.I.3. Vinha e Frutos Frescos
	C.II. Combinadas	
D Cereais Grão, Culturas Industriais e Olival		
E Florestal (Silvicultura > 50% do VP)	E.I. Eucalipto e Pinheiro Bravo	
	E.II. Pinheiro Bravo	
	E.III. Montado e Outras Espécies	

Os 27 *tipos de especialização* (cols. à direita da tabela E) foram estabelecidos com base em combinações das atividades descritas na tabela D. Os 18 *grupos de especialização* resultam da agregação dos *tipos* conforme a correspondência explicitada na tabela E.

O apuramento do peso da silvicultura no Valor da Produção (VP) Agrícola e Silvícola, o indicador de referência para delimitar a categoria E na árvore de especializações base, foi realizado a partir de uma estimativa desse VP que conjugou os valores do VP Padrão dados pelo *RA 2009* com os da produção agrícola e silvícola 2008-2010, obtidos por NUT III a partir das *Contas Económicas* do INE e ventilados por concelhos com base em variáveis físicas, em particular áreas de povoamentos florestais do *Inventário Florestal Nacional* (*IFN5*, 2005-06). As especializações agrícolas foram definidas com base na repartição do VPP apurado pelo *RA 2009*.

Tabela E - *Tipos* e *Grupos de Especialização* Agrícola e Florestal dos Concelhos em 2009

Grupos de Especialização		*Tipos de Especialização*		Nº de Concelhos	% do VPP Agrícola do Continente
D1	Leite e Bovinos Carne	2	Leite e Bovinos Carne	38	16%
E	Leite e Bovinos Carne, com Viticultura	4	Leite e Bovinos Carne, com Viticultura	14	2%
A	Pecuária Intensiva Dominante	1	Granívoros	14	2%
		3	Granívoros e Bovinos Leite e Carne		
		111	Granívoros e Bovinos Leite e Carne e Pecuária Extensiva		
B	Pecuária Intensiva, com Viticultura, Frutos Frescos e Hortícolas	12	Pecuária Intensiva, Viticultura e Frutos Frescos	24	8%
		81	Granívoros e Horticultura Extensiva		
C	Horticultura [Intensiva/Extensiva ou Intensiva/Leite e Bov. Carne]	5	Horticultura Intensiva	23	10%
		7	Horticultura Intensiva e Extensiva (e Arroz e Milho)		
		6	Leite, Bovinos e Horticultura Intensiva		
K	Frutos Frescos, Viticultura e Horticultura	14	Frutos Frescos (inclui Citrinos)	33	15%
L		20	Viticultura e Frutos Frescos (inclui Citrinos)		
		15	Viticultura, Frutos Frescos e Horticultura		
J	Viticultura	18	Viticultura	16	4%
H	Viticultura, Frutos Frescos e Pecuária	13	Viticultura, Frutos Frescos e Pecuária	6	2%
N	Combinação de Culturas Permanentes	21	Combinação de Culturas Permanentes	11	3%
M	Culturas Permanentes e Pecuária Extensiva	16	Culturas Permanentes e Pecuária Extensiva	8	2%
P	Pecuária Extensiva	24	Pecuária Extensiva - Ovinos e Caprinos	23	6%
		25	Polipecuária Extensiva - Bovinos, Ovinos, Caprinos e Suínos		
G1	Horticultura Extensiva, Arroz/Milho e Pecuária Extensiva	9	Horticultura Extensiva, Arroz/Milho e Pecuária Extensiva	11	6%
G2	Hort., Arroz/Milho, Pecuária, Montado (Cortiça) e P. Manso (Pinhão)	10	Hort., Arroz/Milho, Pecuária, Montado (Cortiça) e P. Manso (Pinhão)	8	7%
F	Leite e Bovinos Carne, com Olivicultura e/ou Pecuária Extensiva	27	Leite e Bovinos Carne e Olivicultura	19	10%
		112	Leite e Bovinos Carne e Pecuária Extensiva		
O	Cereais Grão, Culturas Industriais e Olival	23	Cereais Grão, Culturas Industriais e Olival	5	5%
Q	Silvicultura - Pinheiro Bravo ou Pinheiro Bravo / Eucalipto	29	Pinheiro Bravo e Eucalipto	20	1%
		30	Pinheiro Bravo		
R	Montado, com Folhosas e/ou Resinosas, e Pecuária Extensiva	31	Montado, com Folhosas e/ou Resinosas, e Pecuária Extensiva	5	1%
			Continente - Total	278	100%

Como acima mencionado, as "zonas agrícolas" foram estabelecidas com base nos resultados da análise da *especialização produtiva agrícola*, sinteticamente apresentada nos parágrafos anteriores.

As "zonas" são, pois, conjuntos de concelhos contíguos com especializações agrícola e silvícola semelhantes. Esta semelhança foi apurada tendo em atenção quer as *tipologias de especialização* acima identificadas, quer a análise da composição do VPP ao nível mais detalhado, quer ainda a tipificação dos concelhos onde a silvicultura e a floresta têm uma importância económica e/ou biofísica mais relevante (cf. tabela F).

Tabela F - Tipologia de Concelhos com maior Orientação Florestal

Códigos	% do VP Agrícola e Silvícola	% Área Florestal na Agrícola e Florestal IFN 2005	N.º de Concelhos
RF+++	VPP Silvic. > 46% e Resinosas/Folhosas > 25%	[72; 95%]	18
RF++	VPP Silvic. > 30% e Resinosas/Folhosas > 19%	[59; 84%]	23
RF+	VPP Silvic. [20;30%] e Resinosas/Folhosas [14; 19%]	[50; 83%]	16
SF++	VPP Silvic. [30-65%] e Sobro/Folhosas	[53; 82%]	5
S++	VPP Silvic. [25% - 41%] e com domínio cortiça	[46; 82%]	8
S+	VPP Silvic. [20% - 30%] e com domínio cortiça	[49; 74%]	7

Com base nesta metodologia, delimitaram-se inicialmente 56 "zonas agrícolas" e, depois, por agregação destas, 32 "zonas" (cf. figura 12).

Apesar da tipologia de especialização agrícola ter constituído só um dos referenciais da zonagem, cerca de 95% de VPP do Continente corresponde a "zonas" cujo VPP se enquadra maioritariamente apenas num *grupo de especialização* [cf. col. (3) da síntese apresentada no quadro 23].

Quadro 23. "Zonas Agrícolas" segundo o Grau de Concentração dos Concelhos por Grupos de Especialização (GE) Situações Tipo - Repartição % do Valor da Produção Padrão Agrícola (VPP) da "Zona"

		1 GE > 50 % do VPP da "Zona"			Todos os GE [20 - 50 % do VPP]	Total
		1 GE > 75% do VPP (1)	1 GE [50-57% do VPP] (2)	Total (3) = (1) + (2)	(4)	(5) = (3) + (4)
com 56 "Zonas"	N.º de Zonas	39	13	52	4	56
	% do VPP Continente	79%	19%	97%	3%	100%
com 32 "Zonas"	N.º de Zonas	18	11	29	3	32
	% do VPP Continente	48%	46%	94%	6%	100%

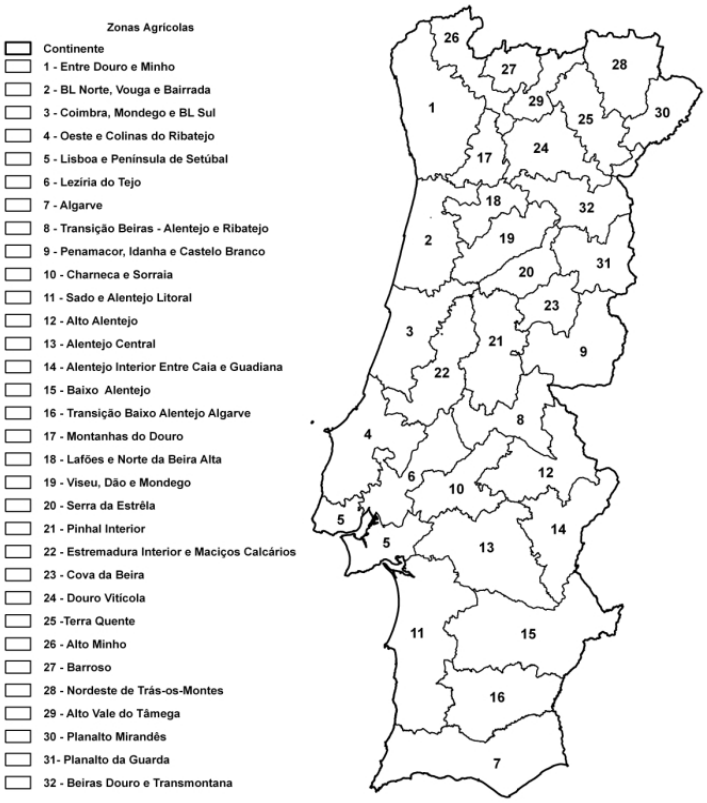


Figura 12. "Zonas Agrícolas"

A passagem da escala das 32 "zonas agrícolas" para 12 *territórios agrorrurais* corresponde a um alargamento da dimensão espacial das unidades de observação e a uma perspetiva analítica mais ampla, num duplo sentido: consideração de novas dimensões de caraterização das explorações agrícolas; ponderação da diversidade das condições de enquadramento natural, económico e político da agricultura nos vários espaços.

Na primeira vertente foram consideradas, além da especialização produtiva agrícola, dimensões como: distribuição das explorações agrícolas e dos seus recursos por classes de dimensão económica; tipos de agricultores, natureza jurídica das explorações e das relações sociais no seu seio, reveladas em particular pela diferenciação da mão-de-obra em familiar e assalariada; uso dos solos e importância relativa do regadio; relação entre o volume de trabalho e os outros fatores produtivos; produtividades parciais da terra e do trabalho.

Na vertente do enquadramento externo da esfera produtiva agrícola, atendeu-se, nomeadamente, à diversidade geográfica e bioclimática (cf.: Ribeiro, 1987; Abreu *et al*., 2004), às condições de acesso a mercados e a infraestruturas coletivas de suporte à produção, transformação e distribuição dos produtos agrícolas e ao nível e composição dos apoios públicos à agricultura, silvicultura e agroindústria.

A delimitação das "zonas agrícolas", além da condição de contiguidade dos respetivos concelhos, atendeu apenas ao critério especialização produtiva e, por isso, visou constituir unidades espaciais com forte homogeneidade interna à luz desse critério. A delimitação dos doze *territórios agrorrurais* e, por maioria de razão, dos seis 'macro' *territórios agrorrurais* (cf. figuras 13 e 14) não teve essa pretensão, dada a multiplicidade de dimensões e critérios intervenientes e a grande diversidade do Continente face a vários deles. Contudo, procurou-se reter as clivagens espaciais fundamentais identificáveis em função das principais dimensões de caraterização do *agrorrural*, moderando assim o grau de heterogeneidade das unidades territoriais delimitadas e fazendo sobressair as diferenças entre elas, como se poderá observar nos pontos seguintes.

Figura 13. ***Territórios Agrorrurais***

Figura 14. 'Macro' Territórios Agrorrurais

2.2. Ocupação cultural do solo e os gados das explorações agrícolas

Retomando o que se salientou no capítulo 1 sobre a relevância da *superfície rural* importa frisar, como pano de fundo do que se segue, a enorme importância dos usos do solo classificados como *agrícolas e ou florestais* (o designado "espaço agroflorestal"). Pese o seu contínuo declínio em prol dos "outros usos", em particular das "áreas sociais" e das "águas interiores", o seu significado rondará os 90% (cf. ICNF, 2013; PNPOT, 2007). Acresce, entretanto, no âmbito daquele tão vasto espaço, o prosseguimento da retração dos tratos classificados como "agricultura" e "floresta" e, em contrapartida, o alargamento da expressão dos "matos".

Neste panorama, e com apelo à informação dos *Recenseamentos Agrícolas* de *1999* e de *2009* (INE), procede-se à observação das dimensões da mudança, naquele intervalo temporal, na utilização do espaço circunscrito por explorações agrícolas[11] e nos efetivos pecuários que nelas se arrolaram. Assim, revela-se, sucessivamente: o significado da extensão afeta às unidades agrícolas na superfície dos territórios delimitados como referencial; os grandes usos do solo, destacando a *superfície irrigável*, e os principais aproveitamentos culturais (culturas temporárias, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes); e, por fim, as alterações nos gados.

2.2.1. Evolução dos usos do solo

A contração espacial da agricultura, assimilada à superfície contabilizada em explorações agrícolas, cifrou-se nos anos 2000 em cerca de 468 mil hectares, uma redução de 9%. À entrada da década, perto de 60% da superfície territorial do Continente estava englobada em explorações agrícolas, dez anos depois tal proporção, embora expressiva, abeirava-se dos 50%.

[11] Para a evolução em tempo anterior a 2000, cf. Rolo (2010).

É esta significativa expressão que se impõe sublinhar em matéria de gestão do *solo rural*, fazendo, em consequência, emergir a "exploração agrícola" como entidade elementar no quadro dos diversos instrumentos de *ordenamento do território*.

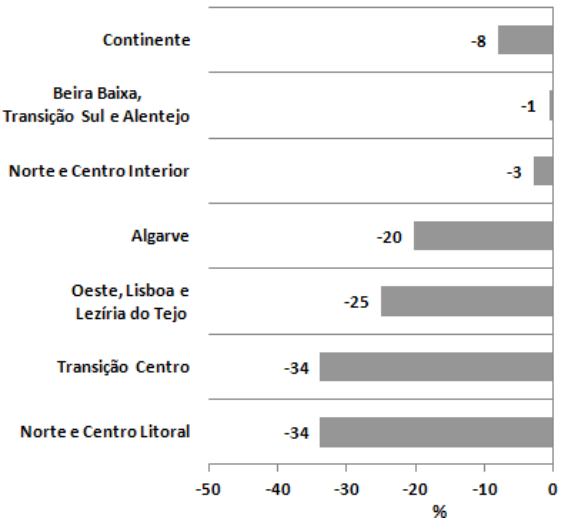
Quadro 24. Variação da Superfície das Explorações Agrícolas, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Sup. Explorações Agrícolas % Área Territorial Total			Variação da Superfície Agrícola e Florestal das Explorações Agrícolas, em 1999 - 2009					
					Total		Agrícola Cultivada		Agrícola Não Cultivada	Florestal
		2009	1999	2009 - 1999	Valor (1000 ha)	%	Valor (1000 ha)	%	Valor (1000 ha)	Valor (1000 ha)
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	33,0	41,5	-8,5	-33	-19	-16	-17	5	-22
	Centro Litoral	20,2	29,7	-9,5	-54	-32	-26	-27	0	-28
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	40,0	45,2	-5,2	-8	-9	-13	-24	2	2
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	40,2	52,3	-12,2	-37	-22	-31	-23	1	-7
	Lezíria do Tejo	66,6	89,4	-22,8	-48	-23	0	1	1	-49
Algarve	Algarve	34,3	47,2	-12,9	-27	-17	-25	-27	6	-8
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	56,6	66,4	-9,8	-58	-16	-50	-34	8	-16
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	83,1	81,6	1,5	42	2	-163	-17	138	67
Transição Centro	Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	25,0	33,6	-8,6	-37	-24	-15	-20	5	-27
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	23,8	32,8	-9,0	-69	-26	-26	-20	-2	-41
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	52,9	56,7	-3,8	3	1	-20	-11	-2	25
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	47,2	50,9	-3,6	-27	-4	-69	-19	10	33
	Continente	52,4	57,7	-5,4	-354	-7	-454	-19	171	-69

Claro que são notáveis os contrastes entre os territórios demarcados, quer no significado da "superfície total" das explorações, quer na alteração registada na sua extensão e peso relativo. Observem-se em 2009 as diferenças, bem fundas, entre os *territórios* agrorrurais das *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*, da *Cordilheira Central e Pinhal Interior* e do *Centro Litoral*, com superfície das unidades agrícolas abaixo do limiar de 25% das respetivas superfícies territoriais, e o do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, onde aquele rácio supera os 80% (quadro 24).

E atente-se nas diferenças da evolução da superfície agrícola e florestal das explorações agrícolas ao nível do `macro´ territórios: em contraponto à estabilidade na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo', declínio de 8% no Continente, de 3% no 'Norte e Centro Interior' e superior a 20% nos restantes quatro 'macro' territórios (figura 15).

Figura 15. Variação % da Sup. Agrícola e Florestal das Explorações Agrícolas, em 1999 - 2009, por 'Macro' Territórios Agrorrurais



Menção especial naquele *território* ao aumento da "superfície total" das explorações agrícolas nas "zonas agrícolas" do "Alto Alentejo", "Alentejo Central", "Baixo Alentejo" e "Transição Baixo Alentejo e Algarve"; situação que apenas ocorreu numa outra "zona", a do "Barroso" adentro das *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* – aqui, antecipa-se, em resultado de uma maior extensão recenseada de *baldio*.

No uso da "superfície total" das explorações prepondera a ocupação agrícola e florestal, ou seja, é parca a extensão das superfícies classificadas como "agrícola não utilizada" e como "outras áreas" (áreas sociais). No entanto, a proporção da superfície agrícola e florestal, da ordem de 95%, em média no Continente, desce abaixo deste nível no *Douro Vitícola e Terra Quente*, nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* e, mais ainda, no *Algarve* (82%). A proporção da superfície agrícola e florestal na "superfície total" das explorações reforçou-se em todos os *territórios* agrorrurais, em particular no *Algarve* onde em 1999 rondava os 70%; o que significa uma quebra expressiva do peso da "superfície agrícola não utilizada".

Nalguns dos *territórios* poderá ter ocorrido a reclassificação em superfície agrícola e florestal, como superfície agrícola não cultivada, e ou, tal como adiante se expõe no que respeita à superfície florestal estreme, a retirada do campo de inquirição das explorações agrícolas.

A superfície agrícola e florestal recua 7%, em média global, uma evolução apenas contrariada pela relativa estabilidade no *Douro Vitícola e Terra Quente* e no *Alentejo e Charneca do Ribatejo.* Mas o que merece maior realce é o decréscimo da superfície agrícola cultivada em todos os *territórios*, tanto em valores absolutos como relativos (cf. quadro 24). Se na *Lezíria do Tejo* a variação negativa da SAC é inexpressiva, já no *Douro Vitícola e Terra Quente* supera os 10% e nos demais *territórios* cifra-se acima de 15%, com a quebra mais relevante a ser assinalada na *Beira Baixa* (34%).

Das duas outras partes individualizadas na superfície agrícola e florestal sobreleva-se a superfície agrícola não cultivada (SAñC) – a porção de terra arável limpa ocupada pelas designadas pastagens pobres – pelo enorme incremento que registou no transcurso dos anos 1999-2009. Expansão que resulta, no fundamental, do contributo do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* (cerca de 80% para o aumento a rondar os 171 mil ha de SAñC no Continente). Anote-se que tal incremento apenas não se verifica na *Cordilheira Central e Pinhal Interior* e no *Douro Vitícola e Terra Quente*.

Em paralelo, no âmbito da superfície agrícola e florestal, a parcela florestal (inserida em explorações agrícolas, recorda-se) acompanha a trajetória de regressão da superfície agrícola cultivada: uma quebra global em redor de 69.500 ha, -4% em 2009 face ao valor apurado em 1999. Contudo, são de apontar os movimentos de aumento do trato florestal nas explorações dos *territórios* do 'Norte e Centro Interior', de *Lisboa e Península de Setúbal* e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*[12]. A este propósito, é de refletir que a quebra da parte de superfície florestal sem culturas no sob coberto (a floresta estreme) – cujo percurso de aumento tão só se averba nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* e, com maior significado, no *Douro Vitícola e Terra Quente* – se articula de sobremaneira com a retração da "superfície total" das explorações[13].

[12] Para efeito de comparação da informação apurada pelos dois *Recenseamentos* a superfície de "outros frutos de casca rija" foi incorporada na superfície florestal. Com efeito, em 1999, nas culturas permanentes, designadamente em "frutos de casca rija"/"frutos secos", não foi considerado o pinhão (pinheiro manso), ao contrário do que sucedeu no *Recenseamento de 2009*. É assim que, ao nível do Continente, em "outros frutos secos": 1999 = 805 ha; 2009 = 42.240 ha; sendo que, em 2009, nestes 42.240 ha se englobam 41.673 ha de pinheiro manso.

[13] Este aspeto indicia o afastamento do perímetro de terras sob a jurisdição de explorações agrícolas e, portanto, a sua passagem para fora do universo dos recenseamentos agrícolas. Admitindo-se, assim, que uma fração da superfície de matas e florestas estremes recenseada em 1999 em explorações agrícolas tenha transitado para categorias que na *Nomenclatura Corine Land Cover* se atribui a designação de nível 1 "Florestas e meios naturais e seminaturais" e deixado o universo das unidades agrícolas. Recorda-se que a *Nomenclatura Corine Land Cover* integra no âmbito da grande classe "Florestas e meios naturais e seminaturais" as categorias de nível 2 "Florestas" (que engloba as classes de nível 3: "Florestas de folhosas", "Florestas de resinosas" e "Florestas mistas"), "Florestas abertas, vegetação arbustiva e herbácea" ("Vegetação herbácea natural", "Matos", "Vegetação esclerófila", "Florestas abertas, cortes e novas plantações") e "Zonas descobertas e com pouca vegetação" (onde, entre outras, se incluem "Rocha nua", "Vegetação esparsa", "Áreas ardidas" …) - cf. Caetano *et al.*, 2009.

Realçam-se as "zonas agrícolas" onde o decréscimo da superfície de floresta estreme significa mais de 70% do declínio da "superfície total" das explorações: "Montanhas do Douro", "Lafões e Norte da Beira Alta", "Pinhal Interior" e "Transição Beiras-Alentejo e Ribatejo".

Quadro 25. Composição da Superfície Agrícola e Florestal das Explorações Agrícolas, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Repartição (%) da Superfície Agrícola e Florestal das Explorações Agrícolas em 2009		
		Agrícola Cultivada		Florestal %
		Cultivada %	Não Cultivada %	
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	57	8	35
	Centro Litoral	62	3	35
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	49	7	44
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	80	3	17
	Lezíria do Tejo	48	3	48
Algarve	Algarve	51	10	39
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	33	16	52
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	39	15	46
Transição Centro	Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	49	10	41
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	53	5	43
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	63	5	32
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	49	21	29
	Continente	46	13	41

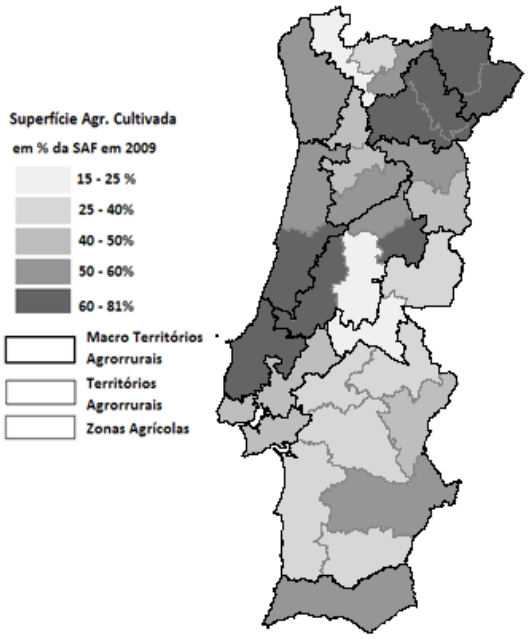


Figura 16. Superfície Agrícola Cultivada % da S. Agrícola e Florestal em 2009

O olhar sobre a estrutura tripartida da superfície agrícola e florestal no final da década de 2000 elucida da diferenciação inter *territórios* segundo o maior ou menor pendor agrícola *vs.* florestal (cf. quadro 25). É apreciável o contraste entre, por um lado, o *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*, o *Centro Litoral* e o *Douro Vitícola e Terra Quente*, com a SAC a alcançar a máxima relevância e a SAñC a deter a menor expressão, e, por outro lado, os *territórios* da *Lezíria do Tejo*, *Alentejo e Charneca do Ribatejo* e *Beira Baixa*, com a superfície florestal a deter um peso assinalável.

Faz-se notar em observação mais fina as "zonas agrícolas" onde a importância da SAC não vai além de 25% (figura 16): "Alto Minho" e "Barroso" no *território* agrorrural das *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*; "Pinhal Interior"; "Transição Beiras-Alentejo e Ribatejo" e "Charneca e Sorraia" no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*. Se as duas primeiras "zonas agrícolas" são marcadas pela forte influência da superfície de pastagens pobres (a SAñC situa-se em 35% e no "Barroso" ronda os 40% - depois delas, apenas no "Planalto da Guarda" e na "Transição Baixo Alentejo-Algarve" se depara com um peso da ordem dos 30%), nas três outras é a superfície florestal que se impõe (com quotas a rondar e mesmo a superar os 70%) em detrimento da SAC.

À escala dos grandes *tipos de rural*: a superfície das explorações agrícolas desceu de cerca de 40% para uma proporção em redor de 30%, da respetiva extensão territorial, na *transição* e no *rural* de *alta densidade* e de 68% para 65% na *baixa densidade*.

Por sua vez, a SAC, cujo decréscimo foi sensivelmente idêntico nas três grandes manchas do *rural* (em redor da média do Continente), mantém o seu peso relativo na superfície agrícola e florestal na *alta densidade* e no *rural* da *transição da indústria e serviços* e declina na *transição agrícola* e na *baixa densidade*.

Terras aráveis - *Terras frequentemente mobilizadas e que se destinam a culturas temporárias de sementeira anual (ex.: cereais, leguminosas, batata, hortícolas, etc.), geralmente associadas a um sistema de rotação cultural.* Incluem os prados temporários (ocupam o solo por um período inferior a 5 anos), os pousios e as estufas. A terra arável não explorada no sob coberto de culturas permanentes e ou de matas e florestas tem a classificação de terra arável limpa. *Terras aráveis = culturas temporárias* [em *cultura principal*] + *pousio* + *superfícies em RPU sem produção*.

Culturas permanentes (também designadas por culturas arbóreo-arbustivas) - *Culturas lenhosas que ocupam a terra durante vários anos e fornecem repetidas colheitas*. Incluem: frutos frescos (macieiras, pereiras, etc.), frutos pequenos de baga (framboesas, mirtilos, etc.), frutos subtropicais (kiwi, maracujazeiros, etc.), citrinos, frutos de casca rija (amendoeiras, pinheiros mansos destinados à produção de pinhão, etc.), olival, vinha e viveiros. Sobreleve-se que em 1999 o pinheiro manso não foi objeto de inquirição.

Pastagens permanentes – as *plantas, em geral herbáceas, semeadas ou espontâneas, não incluídas numa rotação e que ocupam o solo por um período superior a 5 anos. São pastoreadas pelo gado no local em que vegetam, podendo acessoriamente ser cortadas em determinados períodos do ano.* Podem estar implantadas em terra limpa ou no sob coberto de culturas permanentes ou de matas e florestas. Ao contrário das pastagens "semeadas" e das "espontâneas melhoradas" – estas, sendo espontâneas, ou seja, não semeadas, são alvo de *intervenções técnicas (adubações, regas e drenagens) com o propósito de aumentar a produção e a qualidade da sua biomassa* – as **"pastagens permanentes espontâneas pobres"** não são sujeitas a quaisquer "intervenções técnicas de melhoramento". Nas pastagens pobres incluem-se: as *áreas de pastagem predominantemente lenhosas (ex.: giesta, esteva, urze, etc.), mesmo que sujeitas a intervenções (queimadas e desbastes ou cortes de mato); as charnecas, os afloramentos rochosos, etc., quando pastoreados*. (Cf. INE, *MI-RA2009*).

Quais os atuais grandes usos da superfície agrícola cultivada (SAC)?

Quais foram as principais mudanças ocorridas no decénio nos espaços demarcados?

Quadro 26. Composição da Superfície Agrícola e Florestal das Explorações Agrícolas, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Repartição (%) da Superfície Agrícola Cultivada das Explorações Agrícolas em 2009		
		Terra Arável Limpa %	Pastagens Permanentes %	Culturas Permanentes %
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	79	4	17
	Centro Litoral	76	4	20
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	60	15	25
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	56	4	40
	Lezíria do Tejo	74	14	12
Algarve	Algarve	33	3	64
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	47	19	34
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	65	12	23
Transição Centro	Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	52	14	35
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	43	10	48
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	12	4	83
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	46	22	32
	Continente	55	12	33

Para a resposta à primeira questão retém-se o padrão médio do Continente na repartição da SAC em terra arável limpa, culturas permanentes e pastagens permanentes[14] (quadro 26).

Assinala-se a acentuada diferenciação entre os *territórios* agrorrurais caraterizados pelo muito elevado predomínio da terra arável limpa (do 'Norte e Centro Litoral', *Lezíria do Tejo*, *Alentejo e Charneca do Ribatejo* e *Lisboa e Península de Setúbal*) e aqueloutros onde a relevância dos cultivos arbóreo-arbustivos supera francamente o registo do Continente: *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*, *Cordilheira Central e Pinhal Interior*, *Algarve* e *Douro Vitícola e Terra Quente* (cf. quadro 26).

[14] Como se esclareceu, não estão incluídas as pastagens pobres em terra limpa, as quais se classificaram como superfície agrícola não cultivada (SAñC).

Quadro 27. Variação da Superfície Agrícola Cultivada das Explorações Agrícolas, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Variação da Superfície Agrícola Cultivada das Explorações Agrícolas, em 1999 - 2009				
		Total		Terra Limpa		Culturas Permanentes
				Terra Arável	Pastagens Permanentes Semeadas e Espontâneas Melhoradas	
		Valor (1000 ha)	%	Valor (1000 ha)	Valor (1000 ha)	Valor (1000 ha)
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	-16	-17	-12	1,5	-6
	Centro Litoral	-26	-27	-16	0,6	-10
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	-13	-24	-11	0,5	-1,6
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	-31	-23	-14	1,7	-19
	Lezíria do Tejo	0,5	1	-0,1	5,9	-5
Algarve	Algarve	-25	-27	-12	0,7	-13
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	-50	-34	-29	-5,8	-16
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	-163	-17	-221	22,7	35
Transição Centro	Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	-15	-20	-13	0,5	-3
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	-26	-20	-13	4,0	-17
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	-20	-11	-15	-1,9	-3
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	-69	-19	-61	-5,1	-3
	Continente	-454	-19	-418	25,1	-61

Quanto às mudanças estruturais na SAC são de reter (quadro 27): o decréscimo pronunciado da terra arável limpa que, afora a situação de estabilidade na *Lezíria do Tejo*, foi comum a todos os *territórios* (cerca de -418.000 ha ao nível do Continente, com o *Alentejo e Charneca do Ribatejo* a contribuir com mais de 50%); a redução da extensão de culturas permanentes, de que apenas se excetua o *Alentejo e Charneca do Ribatejo*; e o crescimento global da superfície de terra limpa ocupada por prados e pastagens permanentes semeadas ou melhoradas (um acréscimo de 12%), embora com recrudescimento nos *territórios* do 'Norte e Centro Interior' e na *Beira Baixa*, e que resulta em cerca de 90% do tributo do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*.

2.2.2. Superfície irrigável e SAU

Tendo presente os condicionalismos climáticos da agricultura do Continente, uma das vertentes fundamentais da sua caraterização, nomeadamente em termos evolutivos, respeita ao acesso ao recurso água para rega. Assim, vai observar-se o percurso no decénio 1999-09 da superfície agrícola *irrigável* no âmbito da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas.

Superfície irrigável - *SAU que potencialmente pode ser regada, com recurso às instalações próprias da exploração (tubagens, canais, bombas, etc.) e à água normalmente disponível.*

SAU - *Terra arável limpa e sob-coberto de matas e florestas + Horta familiar + Culturas permanentes + Pastagens permanentes em terra limpa e sob-coberto de matas e florestas* (cf. INE, *MI-RA2009*).

Como se escreveu, de par com a retração da extensão reconhecida em explorações agrícolas, a superfície agrícola cultivada (SAC) decresceu cerca de 20% no decénio. Mercê da contabilização da área de pastagens pobres na dimensão da SAU[15] o recuo desta foi bem mais modesto do que o da SAC.

Com efeito, a quebra da SAU cifrou-se em pouco mais de 5%. Ora, a superfície que "potencialmente pode ser regada" (a *superfície irrigável*) registou um declínio, em média no Continente, acima de 30%. Por conseguinte, se a superfície agricultada minguou a parcela *irrigável* ainda encolheu mais. Em extensão, foi, pois, muito relevante o abandono de potencial de rega.

[15] Na comparação dos dados de 1999 e 2009 não se considerou na SAU a área de "outros frutos de casca rija".

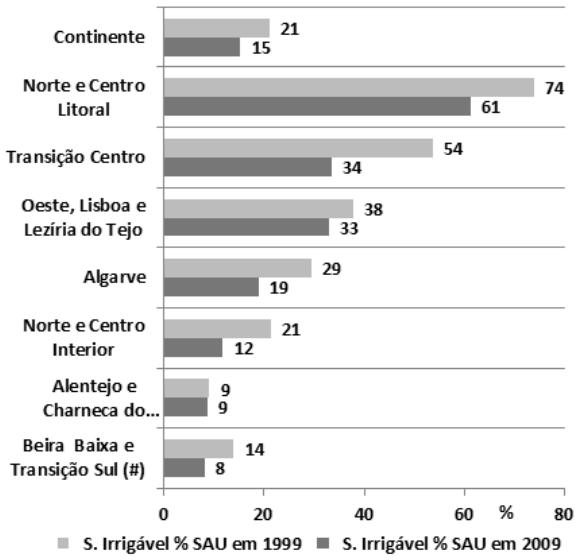
Quadro 28. Evolução da SAU e da Superfície Irrigável, em 1999 - 2009, por Macro Territórios Agrorrurais #

Macro Territórios Agrorrurais	Superfície (1 000 ha)				Superfície		Superfície Irrigável			Superfície Irrigável		
	SAU		Irrigável		Var % 1999 - 2009		% do Continente			% da SAU		
	2009	1999	2009	1999	SAU	Irrig.	2009	1999	2009-1999	2009	1999	2009-1999
Norte e Centro Litoral	171	210	105	155	-18	-32	20	20	0	61	74	-13
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	286	330	94	125	-13	-24	18	16	2	33	38	-5
Algarve	86	102	16	30	-16	-46	3	4	-1	19	29	-11
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	2 132	2 177	183	210	-2	-13	34	27	7	9	10	-1
Beira Baixa e Transição Sul	221	245	18	34	-10	-48	3	4	-1	8	14	-6
Alentejo e Charneca do Ribatejo	1 911	1 932	165	176	-1	-6	31	22	8	9	9	0
Transição Centro	185	223	62	120	-17	-48	12	15	-4	34	54	-20
Norte e Centro Interior	639	694	76	148	-8	-49	14	19	-5	12	21	-9
Continente	3 500	3 736	536	787	-6	-32	100	100	0	15	21	-6

(#) Os Territórios Agrorrurais da Beira Baixa e Transição Sul e do Alentejo e Charneca do Ribatejo foram individualizados devido à sua heterogeneidade face a alguns do indicadores analisados (variação das superfícies).

Esse abandono percorreu todos os 'macro' territórios: menos intenso na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' - em resultado do que ocorreu no âmbito do *território Alentejo e Charneca do Ribatejo*, já que na *Beira Baixa e Transição Sul* a proporção do decréscimo se coloca no patamar máximo registado -, particularmente severo nos grandes espaços da 'Transição Centro', do 'Norte e Centro Interior' e do 'Algarve' (diminuições acima de 45%).

Figura 17. Superfície Irrigável em % da SAU, em 1999 e 2009, por Macro Territórios Agrorrurais #



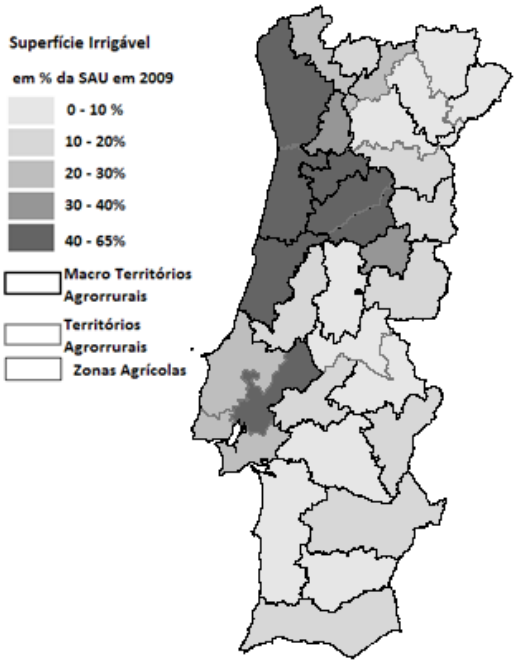


Figura 18. Superfície Irrigável em % da SAU

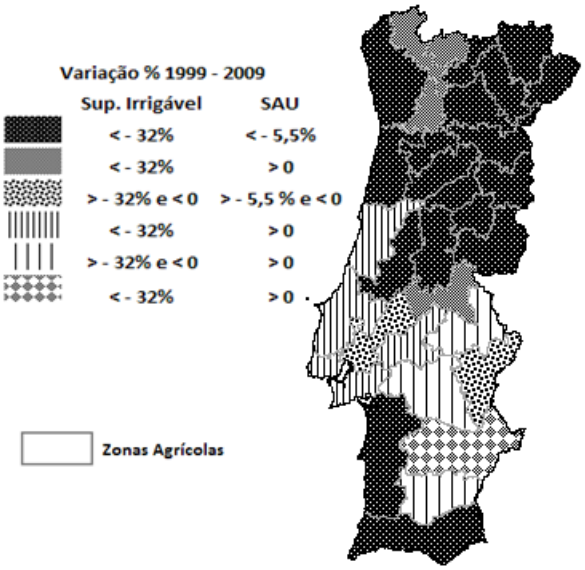


Figura 19. Variação da Superfície Irrigável e da SAU 1999 - 2009

Se no início da década de 2000 os grandes territórios do Norte e Centro e da 'Transição Centro' detinham quase 55% do potencial de rega do Continente, no final cerca de metade desse potencial é dominado pelos espaços do 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* (figuras 17 e 18). Neste, o registo deriva do potencial de rega proporcionado pelo empreendimento do Alqueva; assim, na vista da evolução da *superfície irrigável* ao nível das "zonas agrícolas", num panorama de regressão generalizada emerge o caso singular do "Baixo Alentejo" com um acréscimo superior a 55%.

Nas "zonas" onde o abandono da superfície irrigável foi mais drástico, rondou ou ultrapassou mesmo os 60%: "Viseu, Dão e Mondego", "Nordeste de Trás-os-Montes", "Planalto Mirandês", "Terra Quente", "Pinhal Interior" (- 80%) e "Transição Beiras-Alentejo e Ribatejo".

Perante o que se evidenciou, é claro o abaixamento da relação da *superfície irrigável* com a superfície agrícola utilizada: para uma descida, em média, de 21% para 15% da SAU *irrigável*, anota-se, em particular, o fulgor da diminuição do peso relativo no 'Norte e Centro Litoral' e na 'Transição Centro'. Sob o referencial dos tipos de *rural* as perdas de superfície irrigável foram particularmente notáveis no rural de *transição* e, mais ainda, no *centro* e *norte* da *baixa densidade*.

Noutra perspetiva, o exame do percurso na década, em simultâneo, das dimensões *superfície irrigável* e SAU revela que, como a dispersão, ao nível das "zonas agrícolas", da variação da *superfície irrigável* é muito superior à da SAU, a variação do peso da *superfície irrigável* na SAU está muito fortemente correlacionada com a da variação da *superfície irrigável*.

Com esta constatação subjacente, o trajeto conjugado das variações daquelas variáveis evidencia seis tipos de situações territoriais (cf. figura 19). De entre as "zonas agrícolas", para além do tipo único do "Baixo Alentejo" (aumento da extensão *irrigável* e da SAU), destaquem-se os casos em que a redução da *superfície irrigável* esteve abaixo da média do Continente:

(i) com aumento da SAU – "Alto Alentejo", "Alentejo Central" e "Transição Baixo Alentejo Algarve";

(ii) com diminuição da SAU inferior à média global – "Lezíria do Tejo" e "Alentejo Entre Caia e Guadiana";

(iii) com redução da SAU superior à média do Continente – "Coimbra, Mondego e BL Sul", "Oeste e Colinas do Ribatejo", "Charneca e Sorraia" e "Lisboa e Península de Setúbal".

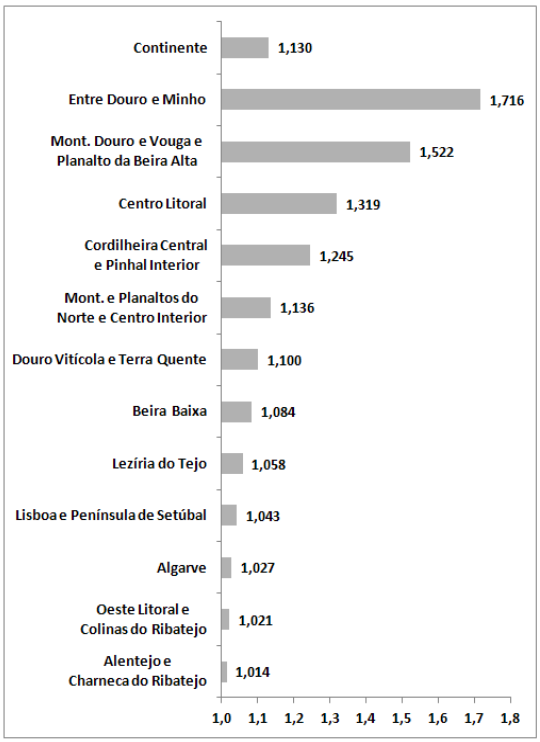
Aqui chegados, um corolário: na primeira década do século XXI, ao invés do caminho da mitigação da adversidade dos condicionalismos climáticos no Continente português pela prática dos cultivos com rega, aumentou o peso relativo da extensão dos usos das terras das explorações agrícolas em sequeiro.

E as interrogações: que destino tiveram as terras que podiam ser regadas e que saíram do universo das unidades agrícolas? Que aproveitamento ou desaproveitamento deste recurso (a disponibilidade de equipamentos e de água para rega) tão escasso?

2.2.3. Culturas temporárias

Explicitada a retração espacial da agricultura, designadamente em termos da superfície agrícola cultivada (SAC: -455.000 ha) e, no âmbito desta, do domínio quer da terra arável limpa (cuja perda, lembra-se, rondou os 418.000 ha), quer das porções *irrigáveis*, a observação subsequente recai na ocupação das terras, nos anos agrícolas de 1998/99 e 2008/09, pelas culturas temporárias.

Figura 20. Área de Culturas Temporárias / Área Com Culturas Temporárias em 2009, por Territórios Agrorrurais



Nestas, a análise incidirá nas grandes culturas (os cereais para grão e as culturas industriais), nos cultivos forrageiros temporários e no conjunto das culturas hortícolas, leguminosas grão e batata.

Sobreleva-se o contraste territorial dos itinerários culturais e com eles a intensidade dos cultivos, resultantes, entre outros fatores, das caraterísticas ecológicas. Assim, é evidente a distinção entre, por um lado, o 'Norte e Centro Litoral' e, na 'Transição Centro', o *território Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta* e, por outro lado, os outros *territórios* agrorrurais, sobretudo os do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e *Algarve*. Com efeito, a uma relação entre a "área de culturas temporárias" (a soma das áreas das culturas temporárias em *cultura principal* e *secundária*) e a "área com culturas temporárias" (em *cultura principal*) acima de 1,7 no *Entre Douro e Minho* contrapõe-se o rácio em redor da unidade no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* (cf. figura 20).

Quadro 29. Variação da Área de Culturas Temporárias, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Variação da Área de Culturas Temporárias em 1999 - 2009									
		Total		Cereais Grão e Culturas Industriais		Hortícolas		Leguminosas Grão e Batata		Prados Temporários e Culturas Forrageiras	
		Valor (1000 ha)	%	Valor (1000 ha)	%	Valor (1000 ha)	%	Valor (1000 ha)	%	Valor (1000 ha)	%
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	-37	-26	-9	-34	-1	-26	-9	-81	-18	-18
	Centro Litoral	-32	-33	-10	-28	0	-13	-6	-68	-16	-33
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	-10	-34	-3	-38	-3	-38	-1	-29	-4	-31
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	-19	-29	-9	-34	1	8	-4	-57	-7	-31
	Lezíria do Tejo	-2	-3	-5	-17	4	49	0	27	-1	-10
Algarve	Algarve	-12	-59	-7	-75	-1	-55	-1	-79	-3	-37
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	-30	-42	-13	-64	0	-55	0	-42	-17	-33
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	-171	-30	-195	-49	-1	-11	2	33	23	15
Transição Centro	Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	-35	-49	-9	-41	0	-56	-9	-80	-16	-44
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	-27	-40	-10	-49	-1	-54	-4	-80	-13	-30
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	-11	-47	-6	-57	0	-30	-3	-64	-3	-31
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	-69	-42	-36	-51	0	-17	-11	-66	-21	-28
	Continente	-455	-33	-312	-46	-3	-5	-45	-59	-95	-17

Exposto o quadro territorial em 2009, sublinha-se que a contração no decénio da "área de culturas temporárias" ascendeu, no Continente, a cerca de 455 mil ha: um decréscimo, pois, de idêntica dimensão ao da SAC e que, face à contagem em 1999, se abeira de -35%. Para tanto, os contribuintes fundamentais foram os *territórios Alentejo e Charneca do Ribatejo*, *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*, *Entre Douro e Minho* e *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*. Mas o definhar dos cultivos anuais ocorreu de modo generalizado (cf. quadro 29).

Culturas temporárias - *Culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) e as que, não sendo anuais, são ressemeadas com intervalos que não excedam os 5 anos (prados temporários, etc.). Compreendem os cereais para grão, leguminosas secas para grão, prados temporários e culturas forrageiras, batata, culturas industriais, culturas hortícolas (extensivas e intensivas), flores e plantas ornamentais, áreas de propagação e outras culturas temporárias*. A superfície total utilizada por culturas temporárias em *cultura principal* - a que, realizada com outras em sucessão (ou em exclusivo) numa parcela de terreno, *proporciona maior rendimento sob o ponto de vista económico* - identifica-se, aqui, como "área *com* culturas temporárias" (a superfície "base" da exploração de uso por culturas anuais – temporárias). E à soma desta com as áreas das culturas temporárias em *cultura secundária* (as feitas numa parcela em sucessão a outras em *cultura principal* (são as *culturas sucessivas*) e as que têm lugar no sob coberto de culturas permanentes) apelida-se como "área *de* culturas temporárias".

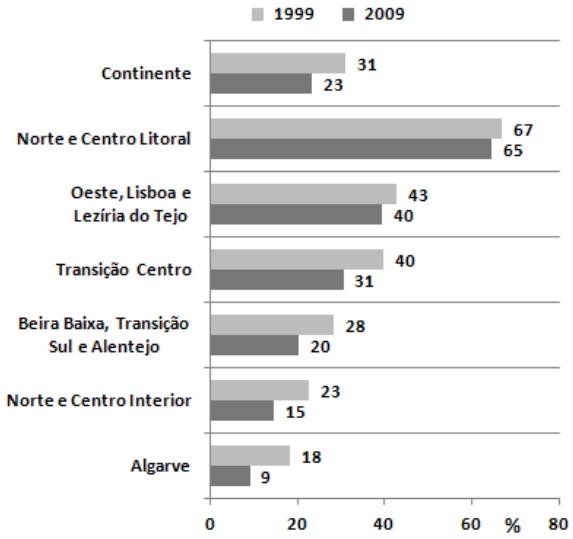
Grandes culturas – culturas cerealíferas para grão (*trigo*, *centeio*, *cevada*, *aveia*, *triticale*, *milho*, *arroz*, *sorgo* outros - *alpista, milho-miúdo, milho painço, trigo mourisco, etc.*) e culturas industriais (*beterraba sacarina, girassol, tabaco, linho, aromáticas, medicinais e condimentares, etc.).*

Cultivos forrageiros (temporários) – o conjunto das superfícies de **prados temporários** [*Plantas herbáceas semeadas, destinadas a serem pastoreadas pelo gado no local em que vegetam, podendo, em determinados períodos do ano, ser acessoriamente cortadas para forragem. Consideram-se temporários porque estão incluídos numa rotação, ocupando o solo por um período geralmente inferior a 5 anos*] e de **culturas forrageiras** [*Plantas herbáceas, destinadas ao corte antes de atingirem a maturação completa, para alimentação animal em verde, feno ou silagem. Pontualmente podem ser pastoreadas (ex.: aveia para pastoreio), continuando a designar-se como forrageiras e não como prados. Normalmente entram na rotação das culturas e ocupam a mesma superfície por um período inferior a 5 anos (forragens anuais e plurianuais)*].

Culturas hortícolas – Incluem-se as hortícolas extensivas [*Hortícolas cultivadas como cultura única no ano agrícola, ou em sucessão na mesma parcela com outras culturas não hortícolas (à excepção da batata)*: entre outras, tomate para indústria, melão e morango] e intensivas *cultivadas ao ar livre/abrigo baixo e em estufa/abrigo alto* e as flores e plantas ornamentais *em ar livre/abrigo baixo e em estufa/abrigo alto*.

Leguminosas secas para grão - *as leguminosas cultivadas para colheita de grão após maturação completa, quer se destinem à alimentação humana ou animal*. Apuram-se: *tremoço, fava e ervilha seca*, *feijão*, *grão-de-bico* e *outras leguminosas secas para grão* (*lentilhas, ervilhacas, tremocilhas, mistura de leguminosas secas, etc.*) - cf. INE, *MI-RA2009* e o instrumento de notacão.

Figura 21. Área com Culturas Temporárias em % da SAU, em 1999 e 2009, por Macro Territórios Agrorrurais



Esse recuo da área de culturas anuais teve intensidade distinta na paisagem dos territórios demarcados, como se pode constatar pelos valores, nos dois momentos temporais, do indicador "área com culturas temporárias"/ superfície agrícola utilizada, sendo menos notório no 'Norte e Centro Litoral' e no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' (figura 21).

Com a regressão das culturas temporárias, a ocupação das terras pelas grandes culturas, sobretudo pelas culturas cerealíferas, tem o refluxo mais notório ao perder 312 mil hectares, ou seja quase 70% no encolhimento dos 455 mil ha de "área de culturas temporárias (cf. quadros 29 e 30). No seu âmbito, menção aos cereais milho e arroz: embora acompanhem o movimento comum de retração da superfície das grandes culturas, a sua importância no cômputo das culturas temporárias ampliou-se nos *territórios Centro Litoral*, *Montanhas Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta* e *Alentejo e Charneca do Ribatejo.* No *Centro Litoral*, devido ao aumento de relevância na "zona agrícola" "Coimbra, Mondego e Beira Litoral Sul"; no *território Montanhas Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*, em resultado do reforço nas "zonas": "Viseu, Dão e Mondego", "Montanhas do Douro" e "Lafões e Norte da Beira Alta"; e, no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* mercê do ganho de peso na "Charneca e Sorraia".

Quadro 30. Evolução da Repartição da Área de Culturas Temporárias por Tipos de Culturas, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Repartição % da Área de Culturas Temporárias por Tipos de Culturas Evolução 1999 - 2009								
		Cereais Grão e Culturas Industriais			Hortícolas, Leguminosas Grão e Batata			Prados Temporários e Culturas Forrageiras		
		% em 2009	% em 1999	Δ % 1999 - 2009	% em 2009	% em 1999	Δ % 1999 - 2009	% em 2009	% em 1999	Δ % 1999 - 2009
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	17	19	-2	5	10	-6	78	71	8
	Centro Litoral	41	38	3	8	11	-3	51	51	0
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	22	24	-1	29	30	-1	48	46	2
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	35	38	-3	32	28	4	33	34	-1
	Lezíria do Tejo	50	58	-8	29	19	10	21	23	-2
Algarve	Algarve	27	44	-17	19	21	-3	54	35	19
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	17	28	-10	2	2	0	81	71	11
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	52	70	-19	5	3	2	43	26	17
Transição Centro	Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	37	32	5	7	17	-10	56	51	5
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	25	30	-5	4	9	-6	71	61	10
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	35	43	-8	13	18	-5	51	39	12
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	37	43	-7	6	11	-4	57	46	11
	Continente	40	49	-9	9	9	-1	51	41	10

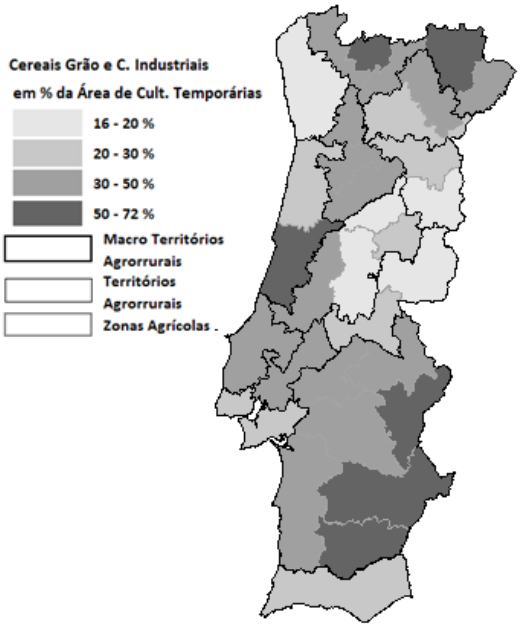


Figura 22. Cereais Grão e C. Industriais % Área de Culturas Temporárias

O grande espaço da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo', ainda que tendo perdido importância, em benefício do 'Norte e Centro Litoral' e do 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo', persiste no final da década como o principal detentor da extensão de grandes culturas do Continente (uma quota a acercar-se de 60%). Salienta-se o reforço das posições da "Lezíria do Tejo", do "Baixo Alentejo" (com uma fração de perto de 25%) e da "Transição Baixo Alentejo Algarve". Por seu lado, ao nível intra territorial é de frisar o grande desempenho das grandes culturas, adentro dos cultivos temporários, nas "zonas agrícolas": "Barroso", "Nordeste de Trás-os-Montes", "Lafões e Norte da Beira Alta", "Coimbra, Mondego e Beira Litoral Sul", "Lezíria do Tejo", "Alentejo Entre Caia e Guadiana", "Baixo Alentejo" e "Transição Baixo Alentejo Algarve" (cf. figura 22).

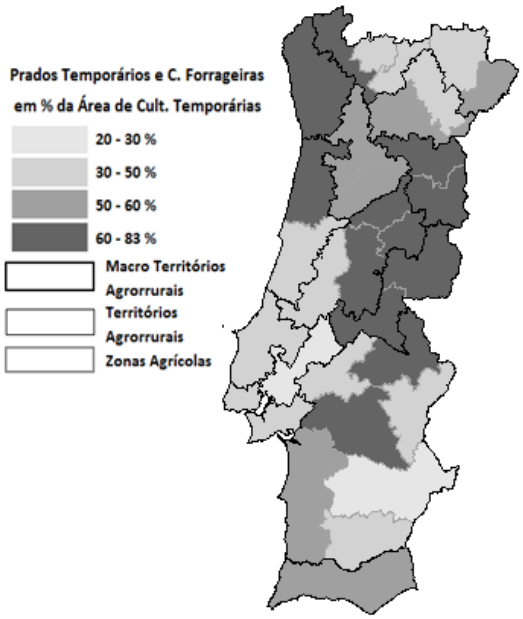


Figura 23. Prados Temporários e C. Forrageiras % Área de Culturas Temporárias

Passando aos cultivos forrageiros temporários, realce-se a evolução positiva no *Alentejo e Charneca do Ribatejo,* em contracorrente à retração geral da extensão desses cultivos. Relevam-se, no caso, as variações positivas da área de forragens nas "zonas" "Sado e Alentejo Litoral" e "Alentejo Central" – duas "zonas" onde foi relevante o aumento do efetivo bovino leiteiro -, e do "Alentejo Entre Caia e Guadiana", "Baixo Alentejo" e "Transição Baixo Alentejo Algarve". Pese esta contração, a sua importância relativa nas culturas temporárias tão só no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e na *Lezíria do Tejo* experimenta um ligeiro recuo – também são os *territórios* em que estes cultivos assumem o menor impacte -, porquanto nos restantes *territórios* esteve em crescendo.

No cenário do final da década de 2000 assomam de sobremaneira, na fachada atlântica, as "zonas agrícolas" a norte do Mondego e, no espaço mais interior, as "zonas" a sul do Douro, desde a "Beira Serra e Transmontana" até ao "Alto Alentejo" e "Alentejo Central", com os cultivos forrageiros a ascenderem acima de 60% da "área de culturas temporárias" (cf. figura 23).

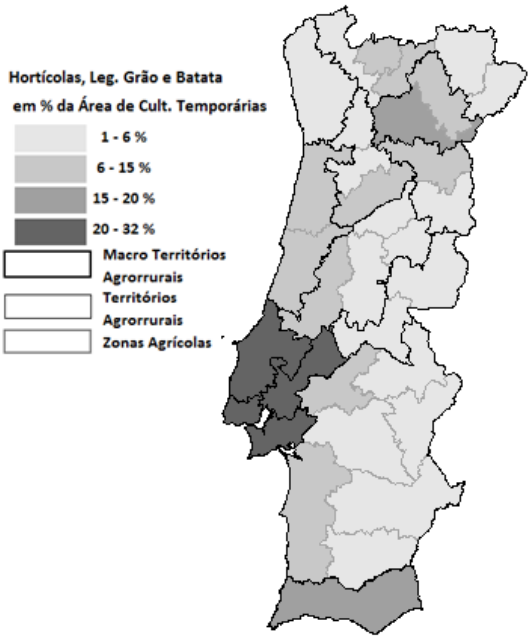


Figura 24. Hortícolas, Leguminosas Grão e Batata % Área de Culturas Temporárias

Resta caraterizar o grupo das culturas hortícolas (intensivas e extensivas), leguminosas grão e batata. À entrada da década atual é marcante o impacte deste grupo de culturas, advindo sobretudo da importância das hortícolas, no 'macro' território 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' (cf. figura 24).

Entretanto, interessa individualizar o conjunto das leguminosas grão e batata e explicitar o quão fundo foi o encolhimento da sua superfície: um decréscimo da ordem de 60% em relação a 1999, o que compara com a taxa, bem exígua, de -3% nas culturas hortícolas. Constatem-se as variações positivas da área de leguminosas grão e batata na *Lezíria do Tejo* e no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* e das culturas hortícolas no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e, sobretudo, também na *Charneca do Ribatejo* (cf. quadro 30).

No decénio, os aumentos expressivos de superfície de hortícolas ocorrem nas "zonas": "Coimbra, Mondego e Beira Litoral Sul", "Oeste e Colinas do Ribatejo", "Lezíria do Tejo" (+ 4.300ha), "Sado e Alentejo Litoral", "Alentejo Central", "Alentejo Entre Caia e Guadiana". Destaque-se a importância da "Lezíria do Tejo" e do "Oeste e Colinas do Ribatejo", com cerca de 40% da dimensão física da horticultura do Continente em 1999 e cujo peso, passados dez anos, ascende acima de 50% e, também, de "Lisboa e Península de Setúbal" que se mantém como a terceira "zona" de produção, apesar da sua perda de relevo.

Em síntese, num cenário de enorme regressão da ocupação da superfície das explorações agrícolas por culturas temporárias, seguindo evidentemente de perto o registo de encolhimento espacial das terras aráveis, afloram "zonas agrícolas" com cultivos em expansão: "Oeste e Colinas do Ribatejo" (hortícolas); "Lezíria do Tejo" (hortícolas e leguminosas para grão e batata); "Charneca e Sorraia" (leguminosas para grão e batata); "Sado e Alentejo Litoral", "Alentejo Central" e "Alentejo Entre Caia e Guadiana" (hortícolas e forragens anuais); e "Baixo Alentejo" e "Transição Baixo Alentejo Algarve" (leguminosas para grão e batata e forragens anuais).

2.2.4. Culturas permanentes

Já se deu conta da posição e da evolução das culturas arbóreo-arbustivas no quadro da superfície agrícola cultivada (SAC). Como se destacou, apenas o *Alentejo e Charneca do Ribatejo* esteve em contraciclo da redução da extensão de culturas permanentes. Aqui, a observação recai nos grupos de cultivos: fruteiras – de frutos frescos, citrinos e outros e de casca rija -, olival e vinha. Sobrelevem-se em termos de importância relativa destes grupos algumas das clivagens entre territórios, de há muito conhecidas e que subsistem, apesar das mudanças nos dez anos em apreço (cf. quadro 31 e figura 25).

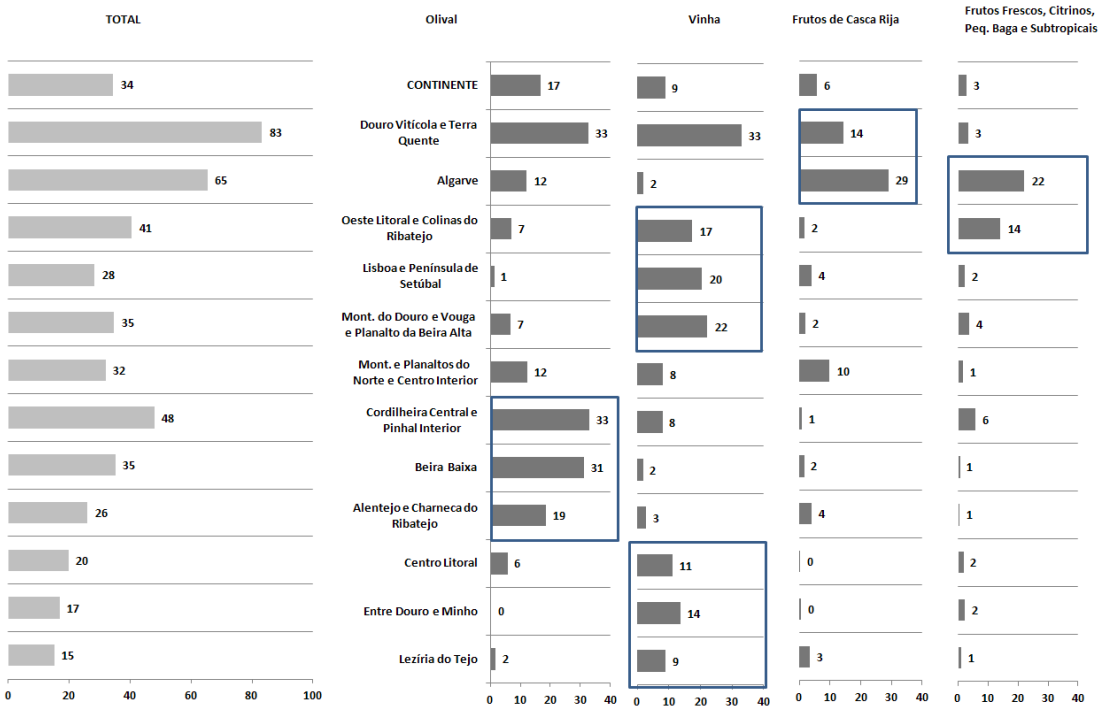
São as singularidades: do *Douro Vitícola e Terra Quente* (vinha, olival e frutos de casca rija); do Algarve (frutos de casca rija e outros, em especial, citrinos); do *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*, *Lisboa e Península de Setúbal* e *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta* (vinha, a que no *Oeste Litoral* se associa a relevância dos frutos frescos); da *Cordilheira Central e Pinhal Interior*, *Beira Baixa* e *Alentejo e Charneca do Ribatejo* (olival); do 'Norte e Centro Litoral' e *Lezíria do Tejo* (vinha).

Quadro 31. Variação da Área de Culturas Permanentes, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Variação da Área de Culturas Permanentes em 1999 - 2009					
		Total		Frutos Frescos, Citrinos, de Pequena Baga e Subtropicais	Frutos de Casca Rija (#)	Olival	Vinha
		Valor (1000 ha)	%	Valor (1000 ha)	Valor (1000 ha)	Valor (1000 ha)	Valor (1000 ha)
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	-5,7	-29,3	-0,3	0,1	0,1	-5,4
	Centro Litoral	-10,0	-41,9	-1,1	-0,1	-2,1	-6,6
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	-1,6	-13,9	-1,0	-0,1	0,0	-0,6
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	-18,8	-31,1	-5,4	-0,1	-3,1	-10,0
	Lezíria do Tejo	-5,3	-37,2	-1,0	0,0	-0,6	-3,7
Algarve	Algarve	-13,5	-24,0	-4,0	-7,4	-0,4	-1,6
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	-15,9	-31,9	-0,9	0,0	-14,5	-0,5
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	35,2	23,1	-0,6	0,3	29,4	6,1
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	-2,6	-11,5	-0,2	0,2	1,1	-3,7
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	-16,6	-25,5	-1,9	-0,4	-11,8	-2,5
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	-3,0	-2,3	-1,0	-4,0	0,7	1,2
	Mont. e Planaltos do Norte e Centro Interior	-3,3	-3,5	-0,7	4,1	2,0	-8,7
	Continente	-61,3	-8,7	-18,0	-7,5	0,8	-36,0

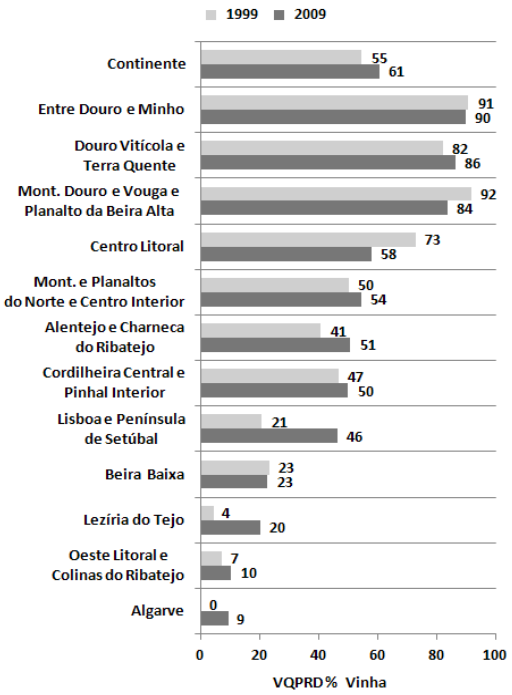
(#) - Para comparação das áreas nas duas datas não se inclui o que nos Recenseamentos se titula por "outros frutos de casca rija", pois a superfície de pinheiro manso foi inquirida em 2009 , mas não em 1999.

Figura 25. Área de Culturas Permanentes em % da Superfície Agrícola Cultivada, em 2009, por Territórios Agrorrurais



Entretanto, o minguar de um pouco mais de 60.000 ha de culturas permanentes resulta em quase 60% do abandono da vinha. Para tanto, os grandes contributos provieram dos territórios do 'Norte e Centro Litoral', *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior.* Em sentido oposto assinala-se o percurso no *Douro Vitícola e Terra Quente* e, mais ainda, no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* (cf. quadro 31).

Figura 26. Vinha VQPRD em % do Total de Vinha em 1999 e 2009, por Territórios Agrorrurais



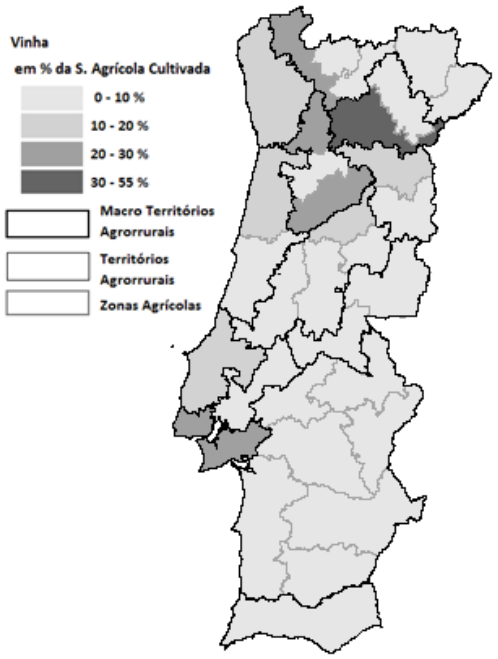


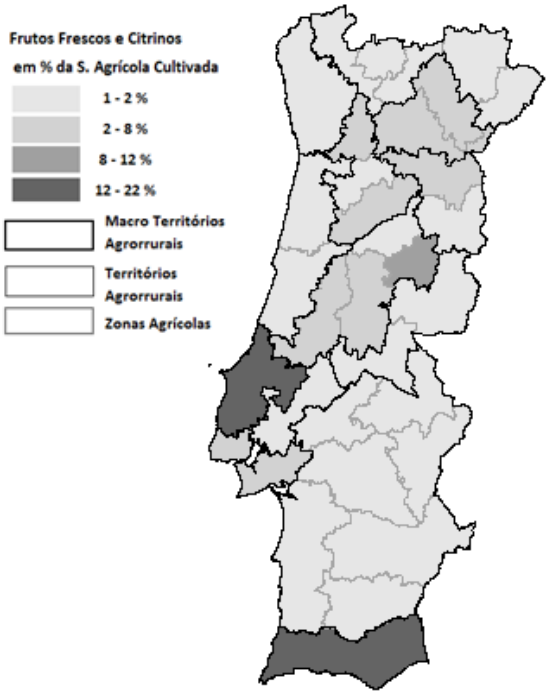
Figura 27. Vinha em % da Superfície Cultivada em 2009

O peso da vinha de VQPRD, em crescendo na média do Continente, acentua-se em especial em *Lisboa e Península de Setúbal*, na *Lezíria do Tejo* e no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* e, ao invés, esbate-se nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta* e, mais ainda, no *Centro Litoral* (cf. figura 26).

No contexto do Continente, ainda que em abaixamento das respetivas quotas, três "zonas agrícolas" mantém a concentração de um pouco mais de 55% da vinha VQPRD: "Douro Vitícola", "Entre Douro e Minho" e "Beiras Douro e Transmontana". Em paralelo, ganharam relevância as "zonas" do *Alentejo* (com a proeminência do "Alentejo Entre Caia e Guadiana" que se colocou na quarta posição na classificação pela extensão da vinha VQPRD), "Lisboa e Península de Setúbal", "Lezíria do Tejo", "Cova da Beira" e "Terra Quente"; e, em contraponto, baixaram o respetivo contributo: "Montanhas do Douro", "Viseu, Dão e Mondego" e, mais notável, a "Beira Litoral Norte, Vouga e Bairrada" (surge em 2009 no nono lugar, com cerca de 3% da quota do Continente, quando em 1999 assumia a quarta posição, com um peso a abeirar-se de 7%).

No limiar da atual década a vinha é marcante na superfície cultivada das "zonas" (em redor ou acima de 20%): "Lisboa e Península de Setúbal", "Alto Minho", "Viseu, Dão e Mondego", "Beiras Douro e Transmontana", "Montanhas do Douro" e, claro, "Douro Vitícola" (55% da SAC) (cf. figura 27).

No recuo da superfície de culturas permanentes a participação da arboricultura de 'frutos frescos' (integrando também citrinos, frutos de pequena baga e subtropicais) suplantou de longe a de frutos de casca rija[16]. E, assim, ao invés dos 'frutos frescos', cujo encolhimento foi comum a todos os *territórios* – embora com exceções em algumas "zonas", de que se anotam "Montanhas do Douro" e "Alentejo Entre Caia e Guadiana" -, a superfície dos frutos de casca rija expandiu-se no grande território da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' e nos *territórios Entre Douro e Minho* e, sobretudo, *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*.



Superfície Cultivada em 2009

Apesar da acentuada regressão da extensão de 'frutos frescos' que registaram, o "Algarve" (em redor de -4.000 ha) e o "Oeste e Colinas do Ribatejo" (acima de -5.000 ha) são as "zonas" em que esta arboricultura continua a ter o máximo relevo na superfície agrícola cultivada; vem depois a "Cova da Beira" (cf. figura 28).

Estas são as três "zonas agrícolas" nucleares da extensão de 'frutos frescos' do Continente; juntando-lhes o "Douro Vitícola" e "Beiras Douro e Transmontana", alcança-se perto de 70% da superfície destas fruteiras no Continente.

[16] Como já se esclareceu, na comparação da dimensão do arvoredo de frutos de casca rija em 1999 e 2009 não se considera a superfície de "outros frutos" pelo facto de o pinheiro manso não ter sido objeto de recenseamento em 1999 no âmbito das culturas permanentes.

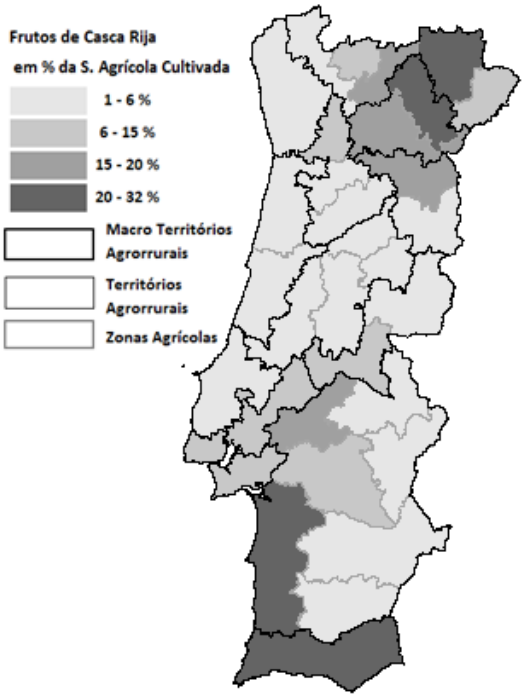


Figura 29. Frutos de Casca Rija em % da Superfície Cultivada em 2009

Quanto às fruteiras de frutos de casca rija: a forte retração de superfície ocorrida na "Terra Quente" e, mais ainda, no "Algarve" (-7.400 ha) não destronou estas "zonas" da posição cimeira, no Continente, no respeitante à relevância desta arboricultura na respetiva SAC (cf. figura 29); a "zona" do "Nordeste de Trás-os-Montes" acompanha-as, mas, aqui, registou-se a sua expansão máxima no período 1999-09. Retenha-se que o "Douro Vitícola" surge como a segunda "zona" de maior contração da dimensão destas fruteiras. "Algarve", "Terra Quente", "Nordeste de Trás-os-Montes", "Douro Vitícola", por esta ordem de importância, reúnem 75% do domínio de frutos de casca rija do Continente (em 1999 tal fração era de cerca de 80%); se a este núcleo se adicionarem as "zonas" "Beiras Douro e Transmontana" e "Planalto Mirandês", com quotas em crescendo, atinge-se a proporção de quase 90%.

Importa fazer uma menção particular aos designados "outros frutos de casca rija" para fixar a relevância territorial do pinhão/pinheiro manso aquando do levantamento relativo ao ano agrícola 2008-09. Assim, é flagrante a supremacia do grande espaço da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' (perto de 80% dos 42.200 ha de "outros frutos de casca rija" recenseados no Continente, dos quais cerca de 41.600 ha são de pinheiro manso) e, mais especificamente, das "zonas": "Sado e Alentejo Litoral" (46%), "Charneca e Sorraia" (18%), "Lezíria do Tejo", "Alentejo Central" e "Algarve" – pertence-lhes uma proporção acima do limiar de 80%.

Resta o olival, a cultura permanente cuja extensão, em média global, esteve em contraciclo face às que se observaram (cf. quadro 31), como corolário de o significativo alargamento de superfície de olival num conjunto de territórios ter compensado o decréscimo verificado noutros.

No primeiro grupo, encontram-se os *territórios Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*, do 'Norte e Centro Interior' e, com especial vulto, o *Alentejo e Charneca do Ribatejo* (foi o forte impulso nas "zonas": "Sado e Alentejo Litoral", "Alto Alentejo" e, com enorme fulgor, "Baixo Alentejo" – em 2009 são mais cerca de 26.000 ha em relação ao cômputo de 1999).

Em sentido contrário, assinala-se o decréscimo da área de olival no *Centro Litoral*, *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e, com a maior expressão, na *Cordilheira Central e Pinhal Interior* e na *Beira Baixa*.

Como já se mostrou (cf. fig. 25) o olival desponta, nitidamente, nos *territórios* do *Douro Vitícola e Terra Quente*, do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, da *Beira Baixa* e da *Cordilheira Central e Pinhal Interior*.

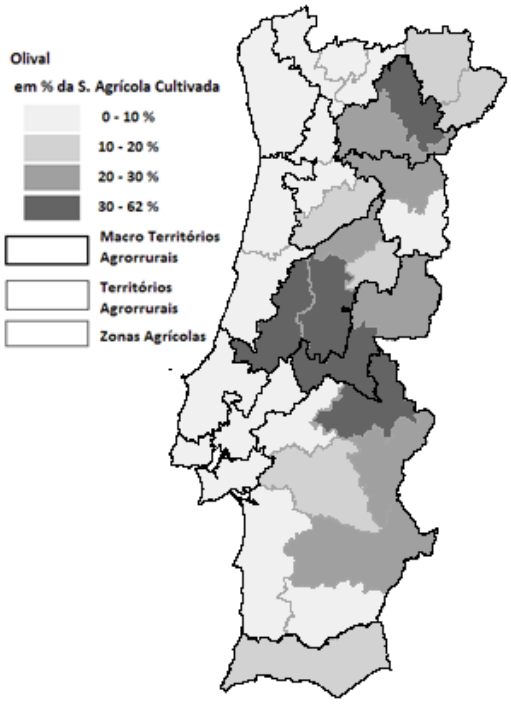


Figura 30. Olival em % da Sup. Cultivada em 2009

Em conformidade, sobressaem as "zonas" em que o olival pontua de forma muito expressiva a superfície agrícola cultivada (cf. figura 30): "Terra Quente", "Alto Alentejo", "Transição Beiras - Alentejo e Ribatejo", "Pinhal Interior", e "Lousã, Estremadura Interior e Maciços Calcários". Foi relevante, no quadro nacional, o ganho de quota do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*: um pouco menos de 40% em 1999 que compara com cerca de 47% em 2009. Nesta data, sete "zonas agrícolas" - "Baixo Alentejo" (23%, contra 15% em 1999), "Terra Quente" (cerca de 10% numa e noutra data), "Alto Alentejo", "Alentejo Entre Caia e Guadiana", "Penamacor, Idanha e C. Branco" (5%, que compara com 7% em 1999), "Douro Vitícola" e "Lousã, Estremadura Interior e Maciços Calcários" (com 5% e 7%, respetivamente) – abrangiam quase 65% da extensão olivícola nacional.

Num primeiro tópico de resumo, assinala-se que a contração das culturas permanentes, para o que a vinha deu o principal contributo, embora significativa, esteve longe do valor medido para as culturas temporárias. Fixem-se os perfis evolutivos territoriais mais marcantes no decénio:

(i) em contraponto ao aumento de superfície (quase mais 20.000 ha) do conjunto das culturas arbóreo-arbustivas no grande espaço 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo', mercê do movimento no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, o trajeto foi de redução nos demais 'macro territórios', com expressões mais vincadas no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' e na 'Transição Centro';

(ii) no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* o aumento dos pomares (as fruteiras de frutos de casca rija), da vinha (VQPRD) e, sobretudo, do olival sustentou o crescimento global das culturas permanentes;

(iii) destaque, ainda, para a expansão de cultivos de frutos de casca rija e de olival nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta* e nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*.

Por fim, refiram-se os principais núcleos de localização das culturas permanentes: de vinha VQPRD - "Douro Vitícola", "Entre Douro e Minho" e "Beiras Douro e Transmontana"; de 'frutos frescos' - "Algarve", "Oeste e Colinas do Ribatejo" e "Cova da Beira"; de frutos de casca rija - "Algarve", "Terra Quente", "Nordeste de Trás-os-Montes" e "Douro Vitícola"; do olival - "Baixo Alentejo", "Terra Quente", "Alto Alentejo", "Alentejo Entre Caia e Guadiana", "Penamacor, Idanha e Castelo Branco".

2.2.5. Forragens e pastagens

A análise da superfície das explorações agrícolas dedicada às forragens e pastagens ('superfície forrageira') respeita ao conjunto de terras que nos anos agrícolas de referência (2008-09 e 1998-09) esteve ocupada por cultivos forrageiros temporários (culturas forrageiras anuais e prados temporários), por prados e pastagens permanentes (semeados e espontâneos melhorados e pastagens pobres, incluindo nesta componente a parcela em "regime de pagamento único, RPU, sem produção") e em pousio. Recorda-se, entretanto, o que antes se salientou, ao nível global do Continente e no decurso da década: o muito forte alargamento do que se designou por superfície agrícola não cultivada, em correspondência com a porção de terra arável limpa ocupada pelas pastagens pobres; o crescimento da extensão de terra arável limpa dedicada aos prados e pastagens permanentes semeadas ou melhoradas – em contracorrente ao que, no âmbito da superfície agrícola cultivada (SAC), ocorreu com as dimensões da terra arável limpa e das culturas permanentes; retração genérica dos cultivos forrageiros temporários.

Quadro 32. Evolução da Superfície Forrageira das Explorações Agrícolas, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Superfície Forrageira das Explorações Agrícolas em 1999 - 2009 (1 000 ha)									
		Superfície Forrageira Total		Prados Temporários e C. Forrageiras		Pastagens Permanentes				Pousio	
						Semeadas e Espontâneas Melhoradas		Pobres (incl. RPU sem Produção)			
		2009	Δ 1999 - 2009	2009	Δ 1999 - 2009	2009	Δ 1999 - 2009	2009	Δ 1999 - 2009	2009	Δ 1999 - 2009
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	103	-11	82	-18	4	2	15	3	2	2
	Centro Litoral	43	-15	33	-16	3	1	4	0	2	0
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	44	-2	9	-4	12	-9	18	14	5	-2
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	39	-5	16	-7	5	1	6	2	12	-1
	Lezíria do Tejo	65	3	11	-1	23	-5	25	11	7	-2
Algarve	Algarve	40	6	4	-3	3	1	19	9	14	-1
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	188	-8	35	-17	30	-10	116	30	9	-12
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	1 531	120	174	23	198	-38	931	347	228	-211
Transição Centro	Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	45	-7	20	-16	8	0	13	5	4	4
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	62	-12	29	-13	11	3	13	-2	8	1
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	35	-11	7	-3	7	-2	16	-1	6	-5
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	341	2	54	-21	67	-5	175	34	45	-6
	Continente	2 537	60	474	-95	370	-61	1 352	452	341	-235

Na vista global da superfície de forragens e pastagens sobressai: (a) o aumento na década de cerca de 60 mil ha da superfície total deve-se à expansão do domínio das pastagens pobres, que mais do que compensou a retração dos cultivos forrageiros temporários, das pastagens semeadas ou melhoradas e dos pousios (quadro 32); (b) o acréscimo de superfície de prados e pastagens permanentes semeadas/melhoradas em terra limpa, que acima se destacou, não foi suficiente para contrariar o declínio global da porção de terras com esta ocupação cultural – impôs-se, pois, a regressão da superfície de prados permanentes semeados/melhorados no sob coberto de culturas permanentes e de matas e florestas; (c) pela sua dimensão relativa, no contexto nacional, também no que respeita à superfície de forragens e pastagens e ao respetivo andamento nos anos de 1999 a 2009, o *Alentejo e Charneca do Ribatejo* marca decisivamente o retrato nacional: o aumento da superfície global deve-se quase em exclusivo a este *território*, o qual resultou, em contraponto ao acentuado recuo do pousio, da expansão dos cultivos forrageiros anuais, o que foi caso único, e, de sobremaneira, do incremento das pastagens pobres (um contributo acima de 75%).

Destaque-se também as pesadas quebras na extensão de terras dedicadas às culturas forrageiras anuais e prados temporários no 'Norte e Centro Litoral', na 'Transição Centro' e nos *territórios Beira Baixa* e *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*.

Em termos das mudanças na composição da superfície em apreço a década de 2000 é marcada pelo ganho, comum a todos os *territórios* agrorrurais, das pastagens pobres e, em sentido contrário, pela perda generalizada (a exceção ocorreu no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*) de importância dos cultivos forrageiros. De apontar, ainda, as notáveis quebras dos contributos dos prados permanentes semeados/melhorados em *Lisboa e Península de Setúbal* e na *Lezíria do Tejo*.

Em referência à dimensão ocupada por culturas e prados e pastagens permanentes nos anos agrícolas em comparação é bem evidente o reforço generalizado da extensão dos prados permanentes, com o especial acréscimo das pastagens pobres nos *territórios Beira Baixa*, *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* e, sobretudo, *Lezíria do Tejo* e *Lisboa e Península de Setúbal* (quadro 33).

Quadro 33. Superfícies Forrageiras em % da Área de Culturas Agrícolas e de Pastagens, em 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Superfícies Forrageiras em % da Área de Culturas Agrícolas e Forragens, em 2009					
		Total	Prados Temporários e Cult. Forrageiras	Pastagens Permanentes			
				Total	Semeadas e Espontâneas Melhoradas	Pobres (incl. RPU sem Produção)	Pousio
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	73	58	13	3	11	1
	Centro Litoral	47	37	8	3	4	3
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	69	14	47	18	29	8
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	34	14	10	5	6	10
	Lezíria do Tejo	57	10	41	20	22	6
Algarve	Algarve	46	5	25	3	22	16
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	82	15	63	13	50	4
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	79	9	58	10	48	12
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	54	24	25	10	16	5
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	50	24	20	9	11	7
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	20	4	13	4	9	3
	Mont. e Planaltos do Norte e Centro Interior	71	11	51	14	37	9
	Continente	70	13	47	10	37	9

Face à moldura das mudanças no padrão do Continente registam-se as "zonas agrícolas" onde o aumento da superfície total de forragens e pastagens resultou de alterações mais intensas: "Alto Minho" e "Montanhas do Douro" (com acréscimos da superfície da ordem dos 6-7%, que compara com pouco mais de 2% na média do Continente) – em ambas tão só a fração dos cultivos temporários esteve em retrocesso; "Barroso" (com o mais expressivo aumento, acima de 60%), "Alto Vale do Tâmega" (+12,5%), "Transição Beiras - Alentejo e Ribatejo" (+16%) e "Lezíria do Tejo" (cerca de +5%) – nestas quatro "zonas" a expansão fez-se à conta do alargamento da parcela de pastagens pobres, compensando o recuo das outras componentes; "Algarve" (com um acréscimo a superar os 15% e que resultou do avanço quer das pastagens pobres, +90%, quer dos prados e pastagens permanentes semeados/melhorados, quase +30%); e, por fim, as "zonas agrícolas" "Alto Alentejo", "Alentejo Central", "Alentejo Entre Caia e Guadiana", "Baixo Alentejo" e "Transição Baixo Alentejo Algarve".

Nestas últimas, contudo, as trajetórias de aumento da 'superfície forrageira' foram diferenciadas. Assim, no "Alentejo Entre Caia e Guadiana" e no "Baixo Alentejo", afora o pesado recuo das superfícies em pousio – aliás comum às cinco "zonas" alentejanas, mas com particular impacte no "Alto Alentejo", no "Alentejo Central" e no "Alentejo Entre Caia e Guadiana" (acima do limiar de -70%) – assinala-se o crescimento das áreas de pastagens pobres, dos prados e pastagens semeados/melhoradas e dos cultivos forrageiros anuais/temporários; mas, nas três outras o relevante impulso adveio das pastagens pobres, já que as semeadas/melhoradas estiveram em declínio, e, nos casos do "Alentejo Central" e da "Transição Baixo Alentejo Algarve", também da ampliação das forragens anuais/temporárias (o acréscimo de área destas culturas alcançou nesta última "zona" o maior valor, a rondar os 75%).

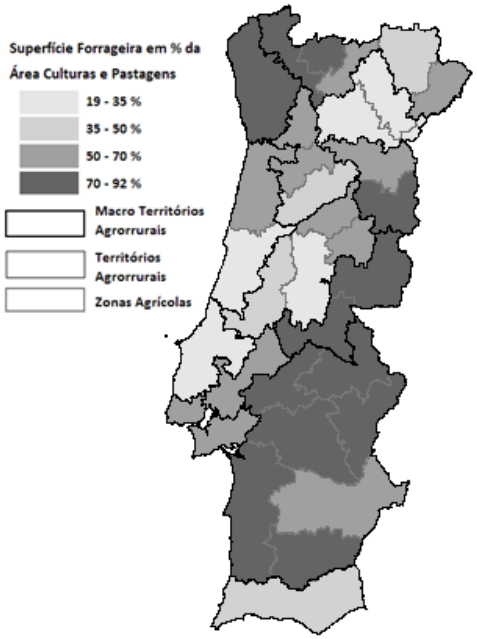


Figura 31. Superfície forrageira em % da área de culturas e pastagens, em 2009

No final da década a estrutura da ocupação cultural das terras demarcava dois grandes conjuntos de *territórios* (cf. figs. 31 e 32): aquele em que na área total de culturas (temporárias e permanentes) e de prados e pastagens permanentes era predominante a 'superfície forrageira'; e outro em que tal não acontecia, formado por *Cordilheira Central e Pinhal Interior*, *Centro Litoral*, *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*, *Algarve* e *Douro Vitícola e Terra Quente*.

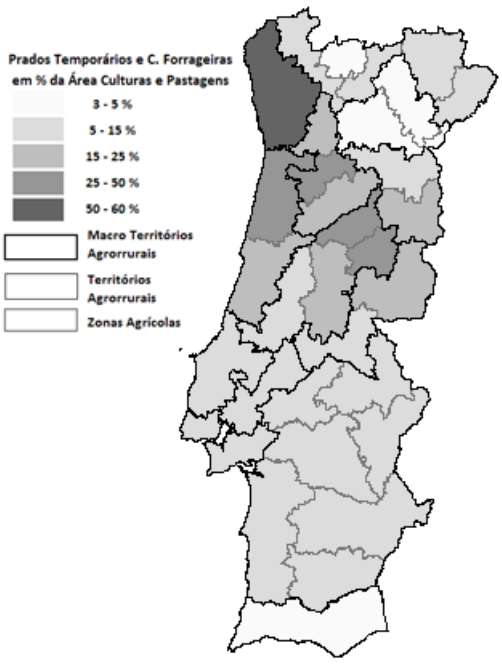


Figura 32. Prados Temporários e Culturas Forrageiras em % da área de culturas e pastagens, em 2009

Nos *territórios* de prevalência da superfície de forragens e pastagens é clara a singularidade do *Entre Douro e Minho*. Aqui, são as culturas forrageiras anuais e os prados temporários que têm a primazia, nos demais *territórios* tal lugar pertence aos prados e pastagens permanentes (cf. figuras 32 e 33). O *Centro Litoral*, ainda que longe do *Entre Douro e Minho* no que respeita ao peso da 'superfície forrageira', aproxima-se dele quanto à importância dos cultivos forrageiros anuais/ temporários.

Observe-se a particular expressão destes últimos cultivos (acima de 25%) nas "zonas agrícolas" "Entre Douro e Minho", "Beira Litoral Norte, Vouga e Bairrada", "Lafões e Norte da Beira Alta", "Serra da Estrela" e "Cova da Beira" (cf. figura 32).

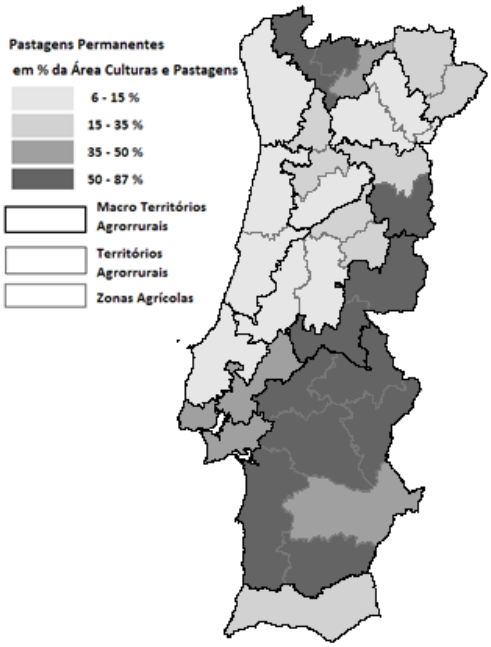


Figura 33. Pastagens permanentes em % da área de culturas e pastagens, em 2009

Pelo muito forte impacte dos prados e pastagens permanentes (acima de 60% da 'superfície forrageira'), largamente adveniente das pastagens pobres, são de mencionar as "zonas" "Alto Minho", "Barroso", "Planalto da Guarda", "Transição Beiras - Alentejo e Ribatejo", "Charneca e Sorraia", "Alto Alentejo" e "Alentejo Central" (cf. figura 33).

Em síntese, o aumento da 'superfície forrageira' nos anos 2000 ficou a dever-se, em absoluto, ao alargamento da área contabilizada em pastagens pobres, porquanto as extensões das pastagens semeadas (o incremento das instaladas em terra limpa não bastou para compensar a retração das implantadas em sob coberto de arvoredo), dos cultivos forrageiros temporários e, ainda, dos pousios estiveram em retração.

No final da década cerca de 85% da área de culturas e de pastagens permanentes do Continente incluía-se em "zonas agrícolas" caraterizadas pelo forte predomínio (+ de 55%), na ocupação cultural das terras circunscritas por explorações agrícolas, da 'superfície forrageira'. Nos *territórios* em que a 'superfície forrageira' é dominante tal advém do predomínio das pastagens permanentes, em particular, como se vincou, das pastagens pobres. Excetua-se, deste quadro, o *Entre Douro e Minho* onde o domínio continua a ser das forragens anuais/temporárias.

Por fim, o sublinhado: os cultivos forrageiros temporários tão só no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* - e em escala mais fina nas "zonas" "Alentejo Entre Caia e Guadiana", "Baixo Alentejo", "Alentejo Central" e da "Transição Baixo Alentejo Algarve" - estiveram em expansão.

2.2.6. Gados

Face à transfiguração na década dos aproveitamentos culturais das terras, designadamente o alargamento da 'superfície forrageira' e da respetiva composição, que mudanças ocorreram no armentio pecuário, na sua estrutura e, por fim, na carga de efetivo herbívoro suportada por aquela superfície?

Efetivos pecuários, avaliados em cabeças normais, CN:

Herbívoros – o conjunto dos gados: bovinos, pequenos ruminantes (o gado miúdo: ovinos e caprinos) e equídeos (equinos, asininos e muares).

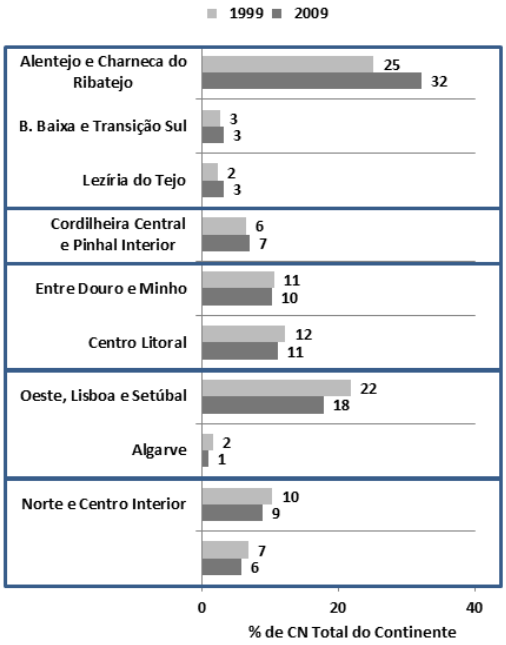
Uma primeira resposta: todas as espécies estiveram em declínio e, portanto, o resultado global no Continente traduziu-se numa quebra em redor das 340.000 cabeças (em *cabeças normais*, CN) – cf. quadro 34.

Quadro 34. Evolução dos Efetivos Pecuários das Explorações Agrícolas, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Efetivos Pecuários (1000 Cabeças Normais)									
		Total		Herbívoros						Granívoros	
				Total		Bovinos		Outros			
		2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	203	246	169	198	159	188	11	10	33	47
	Centro Litoral	220	283	76	120	67	107	9	13	145	163
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	75	106	28	35	21	25	7	10	47	72
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	279	400	40	56	30	42	9	14	239	344
	Lezíria do Tejo	63	55	31	28	26	23	5	5	32	27
Algarve	Algarve	19	40	13	21	5	8	8	13	6	19
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	63	64	59	54	35	20	24	34	4	10
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	638	586	510	446	386	280	124	166	127	140
Transição Centro	Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	114	158	29	49	15	30	14	19	85	109
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	137	150	36	54	13	21	23	33	102	96
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	25	41	21	33	6	8	16	25	4	8
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	151	197	132	168	77	93	55	75	19	30
	Continente	1 987	2 326	1 145	1 261	841	845	304	416	842	1 065

E, pelo lado da distribuição territorial assistiu-se ao forte ganho do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* em detrimento do 'Norte e Centro Litoral' e, mais ainda, do *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* (cf. figura 34).

Figura 34. Repartição % das Cabeças Normais Total (CN) por Territórios Agrorrurais, em 1999 e 2009



A regressão foi particularmente expressiva nos efetivos de granívoros e de outros herbívoros (o conjunto de pequenos ruminantes e de equídeos), já que a variação no arrolamento de bovinos foi irrelevante. A trajetória dos bovinos vai refletir-se no movimento do efetivo herbívoro no seu todo e, por conseguinte, do balanço herbívoros-granívoros resulta que a diminuição das cabeças de gado no Continente português assentou de sobremaneira no abatimento dos granívoros. Em todo o caso, a repartição dos herbívoros pelos *territórios* experimenta mudanças importantes com o forte reforço da posição do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* (com uma quota das cabeças de herbívoros do Continente a ascender de 35% em 1999 a 45% em 2009) e o esbatimento da relevância do *Entre Douro e Minho*, do *Centro Litoral* e do 'macro' território 'Norte e Centro Interior' - cf. quadro 35.

Quadro 35. Repartição % dos Efetivos Pecuários (CN) por Territórios Agrorrurais, em 1999 e 2009

Macro	Territórios Agrorrurais	% do Efetivos Pecuários (CN) Totais do Continente			% dos Efetivos Herbívoros (CN) do Continente			% dos Efetivos Granívoros (CN) do Continente		
		2009	1999	Δ 1999 - 2009	2009	1999	Δ 1999 - 2009	2009	1999	Δ 1999 - 2009
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	10,2	10,6	-0,4	14,8	15,7	-0,9	3,9	4,4	-0,5
	Centro Litoral	11,1	12,2	-1,1	6,6	9,5	-2,9	17,2	15,3	1,8
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	3,8	4,6	-0,8	2,5	2,8	-0,3	5,5	6,7	-1,2
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	14,0	17,2	-3,2	3,5	4,4	-1,0	28,4	32,3	-3,9
	Lezíria do Tejo	3,2	2,4	0,8	2,7	2,2	0,5	3,8	2,5	1,3
Algarve	Algarve	1,0	1,7	-0,8	1,1	1,7	-0,5	0,8	1,8	-1,1
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	3,2	2,7	0,4	5,1	4,3	0,8	0,5	0,9	-0,4
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	32,1	25,2	6,9	44,6	35,4	9,2	15,1	13,1	2,0
Transição Centro	Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	5,7	6,8	-1,1	2,6	3,9	-1,3	10,0	10,3	-0,2
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	6,9	6,4	0,5	3,1	4,3	-1,2	12,1	9,0	3,1
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	1,3	1,8	-0,5	1,9	2,6	-0,8	0,4	0,8	-0,3
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	7,6	8,5	-0,9	11,6	13,3	-1,7	2,2	2,8	-0,6
	Continente	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	3,9	4,4	-0,5

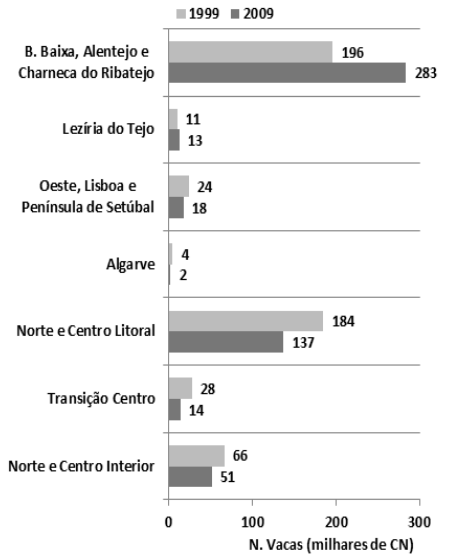
No que respeita aos granívoros, é de sublinhar que quase 50% da quebra resultou do ocorrido no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* – o *território* que concentra o maior quantitativo destas espécies. Aumentos destes efetivos assinalaram-se na *Lezíria do Tejo* (perto de 20%) e na *Cordilheira Central e Pinhal Interior*. Em referência às "zonas agrícolas" averbam-se os acréscimos na "Lousã, Estremadura Interior e Maciços Calcários", em "Coimbra, Mondego e Beira Litoral Sul" e, onde o efetivo suíno em regime extensivo assume relevância, no "Alentejo Central", no "Baixo Alentejo" e na "zona" de "Transição Baixo Alentejo Algarve".

No grupo de outros herbívoros há que ter em conta que os equídeos – os gados que na década 1999-09 tiveram a mais intensa diminuição (um pouco acima de – 40%) – detinham em 2009 um peso, em média do Continente, em redor de 16%; a quota-parte restante era, portanto, dos ovinos e caprinos.

No decurso dos anos 2000, apenas no *Entre Douro e Minho* o quantitativo de outros herbívoros se mantém estável, nos demais *territórios* o recuo foi a marca saliente, com especial realce no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* e nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*. Porém, deve notar-se que a referida estabilidade no *Entre Douro e Minho* provém do acréscimo de equídeos – o que é um caso singular -, uma vez que, também neste *território* os pequenos ruminantes minguaram. Aliás, e em observação a escala mais fina, tão só na "zona agrícola" "Alto Tâmega" se assinala um acréscimo do gado miúdo.

Pese o grande contributo daqueles *territórios* para o declínio da dimensão de outros herbívoros, são eles que, mantendo as respetivas quotas em 1999 e 2009, continuam a reunir a fatia substancial destas espécies: cerca de 40 % no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* e perto do limiar de 20% nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*. Em exclusivo para os pequenos ruminantes, salienta-se que as "zonas agrícolas" delimitadas no Alentejo (com a primazia do "Baixo Alentejo" e da "Transição Baixo Alentejo Algarve") a que se juntam as "zonas" de "Penamacor, Idanha e Castelo Branco" e do "Nordeste de Trás-os-Montes" reúnem um pouco mais de metade do efetivo do Continente.

Figura 35. Nº de Vacas , em 1999 e 2009, por Macro Territórios Agrorrurais



No âmbito dos herbívoros, o decréscimo do gado bovino em média do Continente foi, como se escreveu, quase inexpressivo (cf. quadro 34). Contudo, o percurso regional revela que as mudanças na década foram de monta. Aponte-se em especial o acentuado recuo da bovinicultura no grande território do 'Centro e Norte Litoral' e, em contrapartida, o incremento por que passou na *Lezíria do Tejo*, na *Beira Baixa* e no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*.

Aquelas mudanças estão associadas a diferenciadas alterações nos efetivos de vacas de leite e de vacas de vocação carne (as que se identificam por outras vacas). De imediato: ao nível do Continente, o acréscimo de outras vacas foi praticamente da mesma ordem de grandeza da redução que se determinou para as vacas leiteiras e, assim, a variação deste conjunto de gados foi incipiente (cf. quadro 36).

Mas, regionalmente, o impacte das transformações foi enorme: desapareceram perto de 25.000 vacas nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta* e nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* e quase 50.000 no 'Norte e Centro Litoral' e, ao invés, na *Lezíria do Tejo*, na *Beira Baixa* e no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* contaram-se em 2009 cerca de mais 90.000 vacas do que dez anos antes (cf. quadro 36 e figura 35).

O movimento de concentração foi intenso. De facto, quando em 1999 o 'Norte e Centro Litoral' e o *Alentejo e Charneca do Ribatejo* se equivaliam na proporção que detinham do número de vacas do Continente (36% de per si), em 2009 a contagem revela que metade deste efetivo se concentrava naquele último *território* – com a quota de vacas não leiteiras a cifrar-se acima de 70%. Repare-se no grande contraste entre aqueles espaços: se no 'Norte e Centro Litoral' o declínio, muito forte, foi de vacas de leite e de outras vacas, no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, para além da manutenção no mesmo patamar do gado de leite, o aumento das vacas de vocação carne superou o que se verificou na média do Continente.

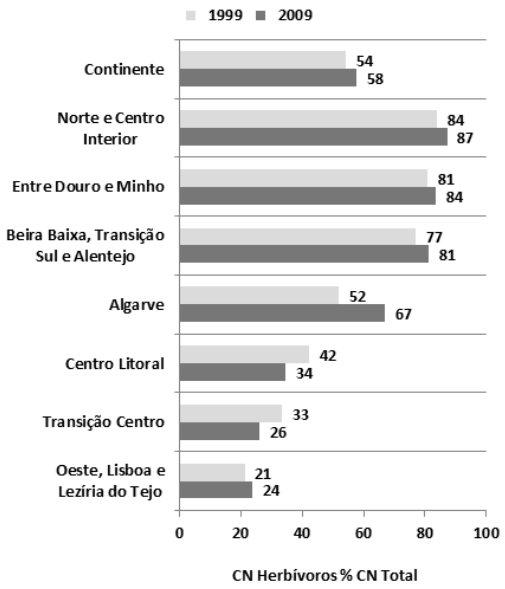
Quadro 36. Variação do N.º de Vacas das Explorações Agrícolas, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Vacas (1000 Cabeças Normais)								
		Total			Vacas Leiteiras			Outras Vacas		
		CN (milhares)		Δ %	CN (milhares)		Δ %	CN (milhares)		Δ %
		2009	Δ 1999 - 2009	1999 - 2009	2009	Δ 1999 - 2009	1999 - 2009	2009	Δ 1999 - 2009	1999 - 2009
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	98	-19,8	-17	85	-16,3	-16	13	-3,5	-22
	Centro Litoral	39	-27,2	-41	35	-23,4	-40	4	-3,8	-48
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	8	-1,6	-17	5	-2,2	-31	3	0,6	28
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	10	-5,0	-34	8	-5,1	-39	2	0,1	3
	Lezíria do Tejo	13	2,5	24	6	1,6	40	7	0,9	14
Algarve	Algarve	2	-2,0	-48	0	-0,7	-85	2	-1,3	-39
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	23	11,6	101	3	0,8	48	21	10,8	111
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	260	76,0	41	23	-0,1	0	237	76,0	47
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	8	-10,6	-56	3	-6,1	-66	5	-4,5	-47
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	6	-3,5	-38	4	-4,3	-53	2	0,8	66
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	2	-2,5	-55	1	-0,7	-42	1	-1,8	-62
	Mont. e Planaltos do Norte e Centro Interior	49	-12,5	-20	13	-13,6	-51	36	1,0	3
	Continente	519	5,4	1	186	-69,9	-27	333	75,3	29

Fixe-se ainda no que respeita à repartição das vacas de leite: a importância do *Centro Litoral* e das *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* diminuiu, respetivamente, de 23% para menos de 20% e de 10% para 7%; em contraponto, o *Alentejo e Charneca do Ribatejo* – com realce para as "zonas agrícolas" "Sado e Alentejo Litoral" e "Alentejo Central" – ascende na hierarquia (9% em 1999, 12% em 2009).

Segue a segunda parte da resposta à questão formulada no início deste ponto e que respeita às alterações na estrutura do efetivo pecuário.

Figura 36. Cabeças Normais (CN) de Herbívoros em % das CN Total, em 1999 e 2009, por 'Macro' Territórios Agrorrurais



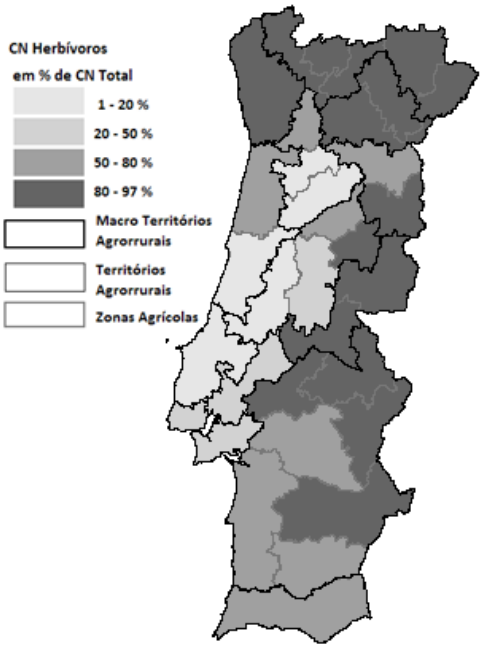
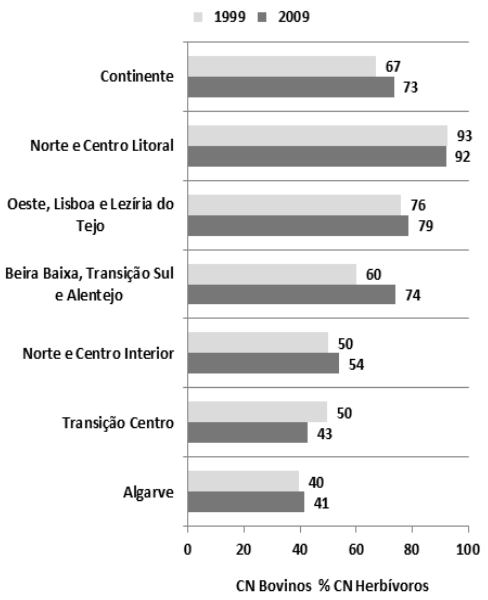


Figura 37. CN de herbívoros em % de CN total, em 2009

Em primeiro lugar a dicotomia herbívoros-granívoros em termos de preponderância territorial mantém-se nos anos em análise, ou seja, nos *territórios* onde dominavam os granívoros (herbívoros) tal predomínio subsiste. Atente-se nos *territórios* em que a relevância dos herbívoros se situa abaixo do limiar de 50% do total de cabeças de gado numa e noutra data (cf. figura 36). E acrescente-se que aqueles onde os herbívoros detinham a maior pujança subsistem como tal e, inclusive, veem reforçado o peso relativo daquelas espécies – com um relevo acima de 80% no total das cabeças de gado sobressaem em 2009: *Entre Douro e Minho*, *Douro Vitícola e Terra Quente*, *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*, *Beira Baixa* e *Alentejo e Charneca do Ribatejo* (cf. figuras 36 e 37).

Figura 38. Cabeças Normais (CN) de Bovinos em % das CN Herbívoros, em 1999 e 2009, por 'Macro' Territórios Agrorrurais



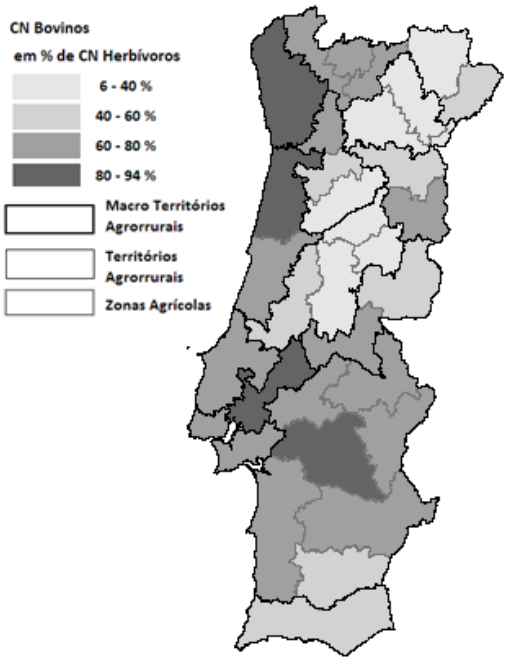
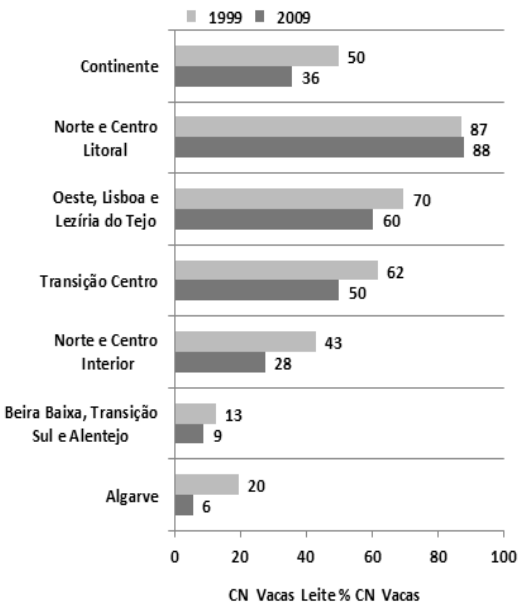


Figura 39. CN de bovinos em % de CN herbívoros, em 2009

Por sua vez, no âmbito dos herbívoros, no quadro global do reforço do peso dos bovinos (67% para 73% no Continente durante a década de 2000), assinalam-se evoluções diversas: no `Norte e Centro Litoral´ a importância esmagadora dos bovinos mantem-se num patamar superior a 90%; no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' o acentuado domínio do efetivo bovino perdura, também, mas num limiar inferior a 80%; na `Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo´ verificou-se o reforço mais acentuado do peso dos bovinos no conjunto dos herbívoros (60% para 74%); no *Algarve*, na *Cordilheira Central e Pinhal Interior* e no *Douro Vitícola e Terra Quente* perdurou a superioridade, relativamente estável, dos outros herbívoros, enquanto nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta,* contrariando a tendência dominante, o peso dos bovinos recuou em benefício do conjunto do gado miúdo e de equídeos. Em 2009 as maiores proporções de bovinos contados no âmbito dos herbívoros colocavam em primeiro plano as "zonas agrícolas" "Entre Douro e Minho", "Beira Litoral Norte, Vouga e Bairrada", "Lezíria do Tejo" e "Alentejo Central" (cf. figuras 38 e 39).

Quanto às vacas, o grupo de gados que como se escreveu teve as modificações mais intensas, o traço marcante foi o forte crescimento do peso relativo das vacas de vocação carne, a que só escapou o 'Norte e Centro Litoral', onde a supremacia das vacas leiteiras se manteve acima dos 90% (cf. figuras 40 e 41). Sublinhe-se a diminuição na década da quota das vacas leiteiras, em média no Continente, de 50% para 36% do total de vacas. No termo dos anos 2000 a hegemonia clara das vacas leiteiras continuava a impor-se na faixa litoral do Continente (cf. figura 41); relevem-se, a propósito, as "zonas agrícolas": "Oeste e Colinas do Ribatejo", perto de 80% de vacas leiteiras, e acima deste patamar, "Coimbra, Mondego e Beira Litoral Sul", "Beira Litoral Norte, Vouga e Bairrada" e "Entre Douro e Minho".

Figura 40. Cabeças Normais (CN) de Vacas Leiteiras em % das CN Vacas Total, em 1999 e 2009, por 'Macro' Territórios Agrorrurais



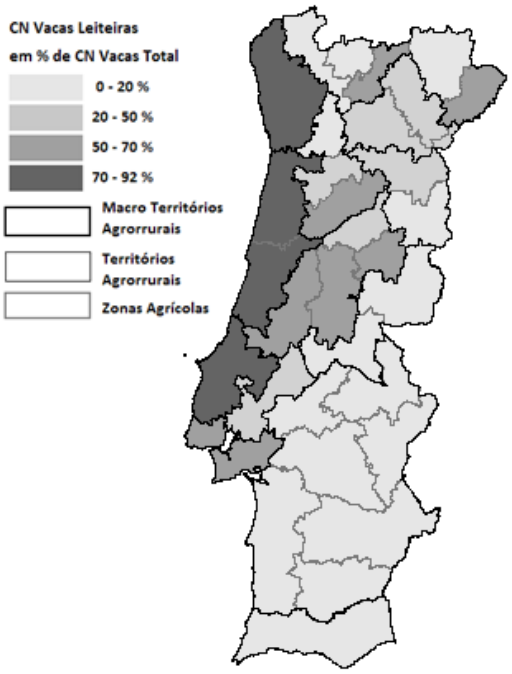
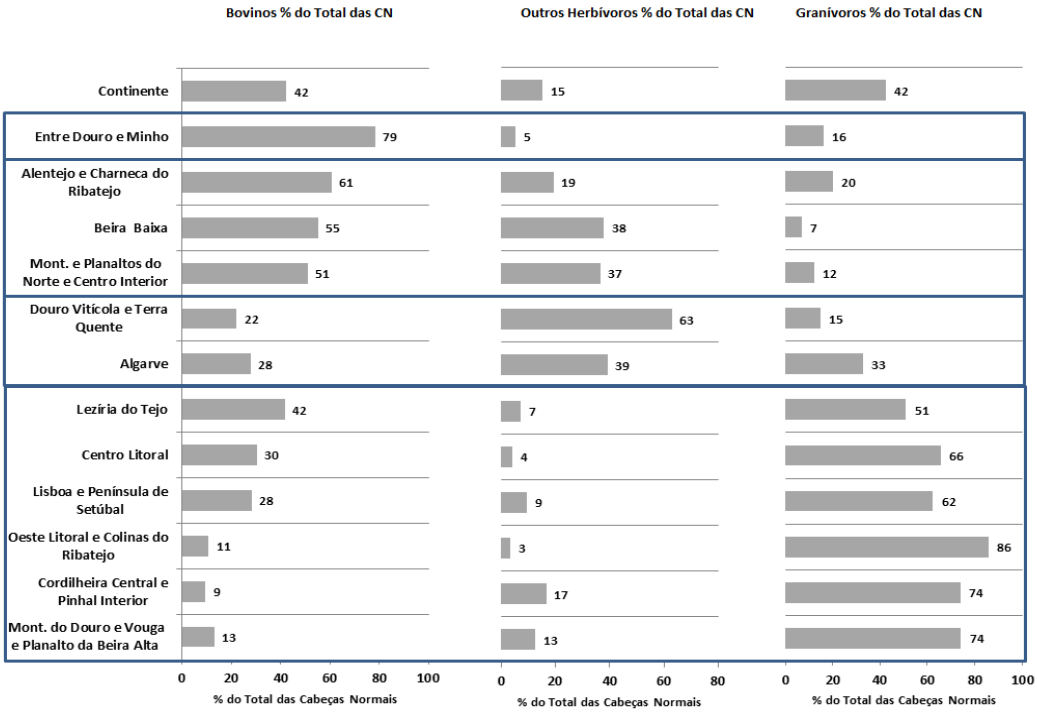


Figura 41. CN de vacas leiteiras em % de CN vacas total, em 2009

Em síntese, no fim da década de 2000 e face à situação global do Continente, o panorama estrutural dos gados mostrava a elevada especialização (cf. figura 42): na bovinicultura, no *Entre Douro e Minho* e no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*; nos outros herbívoros, no *Douro Vitícola e Terra Quente*; na bovinicultura e nos outros herbívoros, na *Beira Baixa* e nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*; nos outros herbívoros e nos granívoros, no *Algarve*; e nos granívoros, nos restantes *territórios*, em particular, no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*, na *Cordilheira Central e Pinhal Interior* e nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*.

Figura 42. Estrutura dos Efetivos Pecuários das Explorações Agrícolas, em 2009, por Territórios Agrorrurais % do Total dos Efectivos Avalidados em Cabeças Normais (CN)



Por fim, o contributo para a resposta à interrogação: que alterações nos encabeçamentos de herbívoros face à superfície de forragens e pastagens ('superfície forrageira') disponível?

Quadro 37. Evolução das Densidades Herbívoros/Superfícies Forrageiras, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Densidade Herbívoros / Superfície Forrageira em 1999 - 2009				Índices de Variação 2009 - 1999 Valores em 2009 / Valores em 1999				
		CN Herbívoros por Ha de Superfície Forrageira Total		CN Herbívoros por Ha de Superfície Forrageira sem Past. Pobres		CN Herbívoros	Sup. Forrageira Total	Sup. Forrageira Sem past. Pobres	Densidade CN Herb. / SF: CN Herb. / SF Total	Densidade CN Herb. / SF: CN Herb. / SF sem Pastagens Pobres
		2009 (1)	1999 (2)	2009 (3)	1999 (4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (2) / (1) = = (5) / (6)	(9) = (4) / (3) = = (5) / (7)
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	1,65	1,74	1,93	1,94	0,85	0,90	0,86	0,95	0,99
	Centro Litoral	1,77	2,06	1,96	2,20	0,63	0,74	0,71	0,86	0,89
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	0,63	0,76	1,08	0,84	0,80	0,97	0,63	0,83	1,28
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	1,02	1,29	1,23	1,43	0,71	0,89	0,83	0,79	0,85
	Lezíria do Tejo	0,47	0,44	0,77	0,58	1,12	1,05	0,84	1,07	1,33
Algarve	Algarve	0,32	0,60	0,60	0,84	0,62	1,17	0,86	0,53	0,72
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	0,31	0,27	0,80	0,48	1,09	0,96	0,66	1,13	1,66
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	0,33	0,32	0,85	0,54	1,14	1,09	0,73	1,05	1,58
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	0,65	0,93	0,92	1,11	0,60	0,87	0,73	0,70	0,83
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	0,58	0,73	0,73	0,93	0,66	0,84	0,84	0,78	0,79
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	0,60	0,71	1,11	1,12	0,64	0,76	0,65	0,85	0,99
	Mont. e Planaltos do Norte e Centro Interior	0,39	0,50	0,80	0,85	0,79	1,01	0,84	0,79	0,94
	Continente	0,45	0,51	0,97	0,80	0,91	1,02	0,75	0,89	1,21

A resposta global a esta interrogação é dada pela informação constante das duas colunas finais do quadro 37. Se for avaliada relativamente à superfície forrageira total a densidade pecuária (herbívoros) diminuiu nos anos 2000 (índices de variação inferiores à unidade), quer no Continente no seu todo, quer nos *territórios* agrorrurais, exceto na *Lezíria do Tejo*, na *Beira Baixa* e *Transição Sul e no Alentejo*. Pelo contrário, quando medida face à superfície forrageira sem pastagens pobres a densidade pecuária aumenta no Continente, nos *territórios* em que tal já se verificava face ao indicador anterior e, ainda, em *Lisboa e Península de Setúbal*. A explicação para tais evoluções está, também, expressa no quadro em análise onde se mostra que o índice de variação da densidade pecuária corresponde ao resultado da divisão do índice de variação dos efetivos pecuários pelo índice de variação da superfície forrageira, sendo por isso superior à unidade quando o valor do primeiro índice é maior do que o segundo e inferior à unidade na situação inversa.

Assim, observa-se que na trajetória descrita como padrão ao nível do Continente confluem seis grandes tipos de evolução nos *territórios* consignados (cf. quadro 37):

(a) *Extensificação* (diminuição de CN herbívoros/ha de 'sup. forrageira') em resultado de:

- (a_1) redução do gado arrolado superior à verificada na 'superfície forrageira' (total e sem pastagens pobres) – casos dos *territórios* do 'Norte e Centro Litoral', *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*, *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*, *Cordilheira Central e Pinhal Interior* e *Douro Vitícola e Terra Quente*;
- (a_2) redução do gado arrolado superior à verificada na 'superfície forrageira' (total e sem pastagens pobres), mas com expansão da 'superfície forrageira' total – a situação do *Algarve*;
- (a_3) redução do número de cabeças de gado herbívoro e aumento da 'superfície forrageira' total – a situação das *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*;

(b) *Intensificação* (aumento do rácio CN herbívoros/'superfície forrageira') em consequência de:

- (b_1) redução do número de cabeças de gado herbívoro inferior à da 'superfície forrageira' sem a inclusão de pastagens pobres – é o registo de *Lisboa e Península de Setúbal*;
- (b_2) aumento do gado maior que o verificado na extensão da 'superfície forrageira' – a situação da *Lezíria do Tejo* e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*;
- (b_3) aumento do gado herbívoro e diminuição da 'superfície forrageira' – foi o trajeto da *Beira Baixa.*

É essencial anotar que em todos os *territórios* incluídos nos três tipos de *intensificação* pecuária o peso das pastagens pobres na superfície forrageira aumentou muito na década de 1999-2009, pelo que o agravamento da carga pecuária foi de facto superior ao que o indicador global de densificação pecuária sugere, pois, o potencial forrageiro das pastagens pobres é muito inferior ao das outras componentes da 'superfície forrageira', exceção feita, porventura, ao pousio.

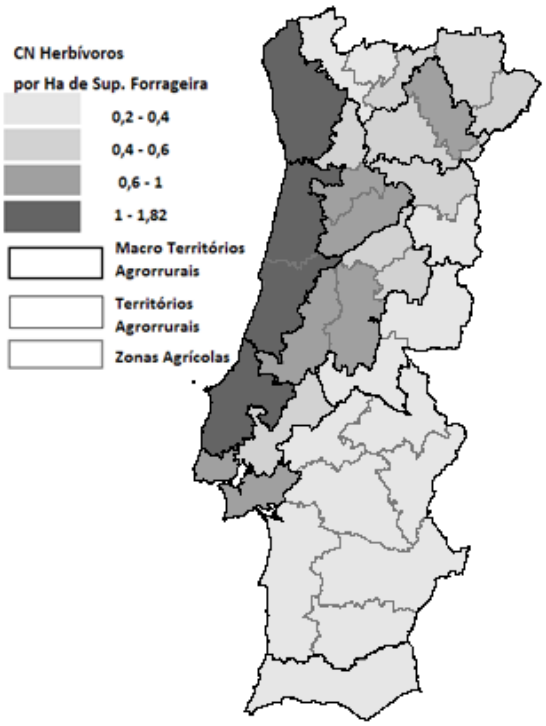


Figura 43. CN de herbívoros por ha de 'superfície forrageira' em 2009

Sublinha-se, por fim, a muito forte diferenciação no final da década entre os *territórios* da fachada atlântica do *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* ao *Entre Douro e Minho*, com encabeçamentos acima de 1 CN herbívoros por ha de 'superfície forrageira', e, por outro lado, a extensa mancha, onde a carga de herbívoros não vai além de 0,4 cabeças, formada pelo *Algarve*, o *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, a *Beira Baixa* e com prolongamento para norte pela faixa raiana (cf. figura 43).

2.3. Síntese

Em linha com a grande relevância da *superfície rural* evidenciou-se o peso preponderante do "espaço agroflorestal" e assinalou-se, no âmbito deste, a prossecução nos anos 2000 do minguar dos tratos classificados como "agricultura" e "floresta" em benefício do aumento da extensão dos "matos". Pese esta evolução, a entidade *exploração agrícola* ainda sobressai como determinante no controlo da superfície territorial do Continente. Perdeu domínio, em favor de "explorações exclusivamente florestais" ou de outras entidades fora do universo dos recenseamentos agrícolas, mas ainda assim delimita cerca de metade do território do Continente, embora com importantes diferenças regionais. Importa sublinhar a grande expressão territorial das "explorações agrícolas" e dos agentes que lhe dão vida, pois estas têm estado ausentes da política de gestão do *solo rural* e, por conseguinte, arredadas do estatuto de entidade elementar fundamental no quadro dos diversos instrumentos de *ordenamento do território*.

Com incidência no universo das explorações agrícolas observou-se, a nível global e sob as escalas territoriais delimitadas, o uso e as transformações na década da "superfície total".

Recapitulam-se os aspetos mais marcantes:

- Enorme predomínio, reforçado no transcurso dos anos 2000, da superfície agrícola e florestal, registando-se em 2009 uma diminuta proporção das superfícies classificadas como "agrícola não utilizada" e como "outras áreas" (áreas sociais) – que têm a maior expressão no *Douro Vitícola e Terra Quente*, nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* e no *Algarve*.
- No âmbito da superfície agrícola e florestal ocorreu o decréscimo pronunciado da superfície agrícola cultivada (SAC) em todos os *territórios*. Nos *territórios* do 'Norte e Centro Interior', de *Lisboa e Península de Setúbal* e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* aumentou o trato florestal nas explorações, mas a tendência global foi também de declínio desta componente. Ao invés dos trajetos da SAC e da superfície florestal, a superfície agrícola não cultivada (SAñC, que se faz corresponder à porção de terra arável limpa ocupada pelas pastagens pobres), aumentou muito, em resultado, sobretudo, do contributo do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*.
- Ainda em relação à componente florestal apontou-se que a diminuição da floresta estreme (em aumento apenas nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* e no *Douro Vitícola e Terra Quente*), ao entrelaçar-se em grande medida com a retração da "superfície total" das explorações, indicia a saída de terras do campo censitário das explorações agrícolas e a sua passagem para outra(s) entidade(s) sob o apelativo, em termos de coberto do solo, de "Florestas e meios naturais e seminaturais".
- Na estrutura da superfície agrícola cultivada sobrelevam-se três tendências de mudança: primeira, o decréscimo generalizado das extensões da terra arável limpa marcadas decisivamente pelo que sucedeu no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*; segunda, a diminuição das áreas de culturas permanentes – com aquele *território* a ser exceção; e, terceira, o crescimento da superfície de terra limpa ocupada por prados e pastagens permanentes semeadas ou melhoradas.
- Ao forte encolhimento da superfície agricultada associou-se uma ainda mais vultuosa retração em termos relativos da área *irrigável* – abandono do potencial de rega instalado. Afora o caso singular do "Baixo Alentejo", com um acréscimo notável proporcionado pelo empreendimento do Alqueva, a regressão foi generalizada e induziu o abaixamento da relação *da superfície irrigável* com a superfície agrícola utilizada – na média do Continente: 21% em 1999, 15% em 2009 –, que foi em especial intenso no 'Norte e Centro Litoral' e na 'Transição Centro'.

- No seio da superfície agrícola cultivada destacou-se o contraste territorial da intensidade dos cultivos temporários, interligado com as caraterísticas ecológicas de pendor mais atlântico ou mais mediterrânico e/ou continental: por um lado, com mais intensa ocupação das terras, os territórios do 'Norte e Centro Litoral' e *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta* e, por outro lado, os outros *territórios*, particularmente os do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e *Algarve*. E evidenciou-se, na regressão das culturas temporárias, o refluxo mais expressivo das grandes culturas, mormente das cerealíferas. Mencionaram-se em particular as áreas de milho e arroz (domínio do regadio) que, embora também em retração, ampliaram o seu peso relativo na superfície das culturas temporárias.
- Ainda na observação das culturas temporárias deu-se conta da evolução da horticultura (contemplando também a batata e as leguminosas-grão): em contraponto à muito forte contração da superfície de batata e de leguminosas-grão, foi exígua a diminuição das hortícolas em sentido estrito.
- Nas culturas arbóreo-arbustivas tão só o *Alentejo e Charneca do Ribatejo* esteve em contraciclo da trajetória de redução da sua extensão no quadro da SAC. Declínio que adveio, em quota substancial, do abandono da superfície vitícola – mas com aumento da relevância da vinha de VQPRD -, em especial nos *territórios* do 'Norte e Centro Litoral', *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*. Um trajeto que foi contrariado no *Douro Vitícola e Terra Quente* e, mais ainda, no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*. Sobre as demais culturas permanentes constatou-se: o recuo mais acentuado da arboricultura de 'frutos frescos' do que da de frutos de casca rija; a manutenção das especializações regionais; a concentração do pinheiro manso (pinhão) no grande espaço 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo'; e, em contracorrente, a expansão, em média do Continente, do olival em resultado dos incrementos de área ocorridos nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*, no 'Norte e Centro Interior' e, com especial vulto, no *Alentejo e Charneca do Ribatejo,* que contrabalançaram os decréscimos verificados no *Centro Litoral*, *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e, com a maior expressão, na *Cordilheira Central e Pinhal Interior* e na *Beira Baixa*.
- A mudança mais notável nos anos 2000 na paisagem agrícola do Continente português respeita à 'superfície forrageira'. Com efeito, o seu incremento ficou a dever-se, em absoluto, ao alargamento da área de pastagens pobres de que uma porção substancial, como se anotou, corresponde à chamada superfície agrícola não cultivada (SAñC). Este alargamento da área de pastagens pobres sobrecompensou as retrações quer dos prados e pastagens semeados/melhoradas (nestes, o incremento do que foi implantado em terra limpa não compensou o minguar de disponibilidades em sob coberto de arvoredo), quer dos cultivos forrageiros temporários, quer ainda dos pousios. Pela sua dimensão relativa, o *Alentejo e Charneca do Ribatejo* marca decisivamente o padrão forrageiro nacional: o aumento global da superfície de forragens e pastagens deveu-se quase em exclusivo a este *território*. Aqui, em contraponto ao pesado recuo do pousio, expandiu-se a extensão dos cultivos forrageiros anuais, um caso único, e, de sobremaneira, das pastagens pobres. Na composição da 'superfície forrageira' o decénio carateriza-se, pois, pelo ganho das pastagens pobres, comum a todos os *territórios agrorrurais*, e pela perda generalizada (com a exceção o *Alentejo e Charneca do Ribatejo*) de importância dos cultivos forrageiros anuais/temporários, que apenas são prevalecentes no *Entre Douro e Minho*.
- Perante o alargamento da 'superfície forrageira' que impacte no efetivo pecuário? A redução de todas as espécies expressou-se numa diminuição global de cerca de 340.000 cabeças gado. O forte ganho de relevância do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, consequência da expansão da presença do efetivo herbívoro, fez-se em prejuízo do 'Norte e Centro Litoral' e, mais ainda, do *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*. A regressão foi particularmente expressiva nos granívoros (adveniente da quebra assinalada no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* – o *território* que concentra o maior quantitativo destas espécies), nos equídeos e nos pequenos ruminantes. Nos bovinos a variação foi irrelevante.

Contudo, no percurso regional as mudanças na bovinicultura foram de monta: forte redução do número de vacas nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*, nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* e mais ainda no 'Norte e Centro Litoral' e, ao invés, grande crescimento na *Lezíria do Tejo*, na *Beira Baixa* e no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*. Por sua vez, estas mudanças refletem a trajetória, distinta, dos efetivos leiteiros e de vocação carne. Enquanto no 'Norte e Centro Litoral' o declínio, muito forte, ocorreu tanto nas vacas de leite como nas outras vacas, no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, para além da manutenção no mesmo patamar do gado de leite, o aumento das vacas de vocação carne superou o que se verificou na média do Continente. Entretanto, pese o acentuado desaparecimento de vacas leiteiras no *Entre Douro e Minho* e no *Centro Litoral* estes *territórios* mantêm-se como os basilares no armentio leiteiro do Continente.

- Por fim, evidencia-se que, no decénio, perante o crescimento da 'superfície forrageira' e o minguar do efetivo herbívoro, a evolução global foi de abaixamento da densidade animal, mas num contexto de aumento do peso das pastagens pobres na superfície de forragens e pastagens, logo, de redução do respetivo potencial produtivo unitário.

No entanto, a evolução global do Continente resulta da combinação de distintas trajetórias territoriais em conformidade com a conjugação das mudanças no número de cabeças e na extensão da 'superfície forrageira'; e, assim, em resumo, enquanto nos *territórios Lisboa e Península de Setúbal*, *Lezíria do Tejo*, *Alentejo e Charneca do Ribatejo* e *Beira Baixa* o andamento foi de densificação de herbívoros, nos demais, no centro e norte do Continente, o desenlace foi o inverso.

2.4. Estruturas fundiárias, população agrícola e modalidades de trabalho

Depois da análise das mutações nos aproveitamentos do solo e nos gados segue-se a do ajustamento estrutural das explorações agrícolas durante a década, ou seja, das dinâmicas do aparelho produtivo das unidades agrícolas em domínios como o trabalho e o suporte fundiário. Pretende-se compreender os condicionalismos atinentes à produção de bens e à problemática nuclear do *ordenamento do território*. *Ordenamento do território* que se entende como a compatibilização das ocupações do solo com os condicionalismos ecológicos e, no fundamental, o relacionamento efetivo da população (seja *rural* ou *urbana*) com os usos/funções (de produção, de proteção da natureza e conservação ambiental ou de lazer) do espaço. É com esta perceção que, como já salientado, se considera que a "exploração agrícola" - enquanto entidade marcante da fruição e da gestão do *solo rural* - deve assumir um papel relevante nos respetivos instrumentos de política[17].

[17] *Ordenamento do território*: na apresentação da recente proposta de lei de *bases da política dos solos, do ordenamento do território e do urbanismo* o responsável governamental frisava: "*Poucas matérias são tão relevantes para desenvolvimento económico, para a coesão e para o aprofundamento da cidadania como o ordenamento do território*" (Silva, 2013). Com confluência nesta perceção têm sido aprovados diversos normativos legais, de que se salientam, para além da Lei n.º 58/2007 (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PNPOT), os delineados na atual legislatura: com uma orientação mais abrangente, a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 7/2013, que aprovou o "Programa Valorizar"; a RCM n.º 56/202 que estabeleceu a "Estratégia para a Gestão e Reestruturação Rural (Estratégia GERAR)"; e a Lei n.º 62/2012 que criou a *bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril, designada por "Bolsa de terras"*.

O "Programa Valorizar" "*visa a implementação de um conjunto de políticas públicas integradas de estímulo à atividade económica produtiva de base regional e local, que favoreça o crescimento económico sustentável, a competitividade e o emprego e o investimento empresarial e social numa lógica de coesão territorial, num horizonte temporal alargado, convergente com o novo período de programação de instrumentos comunitários (2014/2020)*".

Por sua vez, para o cumprimento dos objetivos da "Estratégia GERAR" sobrelevam-se as medidas preconizadas: "*Proceder à revisão do regime jurídico de estruturação fundiária*"; "*Assegurar que a criação da bolsa de terras promova a mobilização e gestão das terras rurais e a dinamização local do mercado fundiário*"; "*Reforçar a operacionalidade das zonas de intervenção florestal (ZIF), como forma optativa de gestão comum de espaços rurais*".

Por fim, alusão ao objetivo da "bolsa de terras": "*facilitar o acesso à terra através da disponibilização de terras, designadamente quando as mesmas não sejam utilizadas, e, bem assim, através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta*".

2.4.1. População agrícola e modalidades de trabalho

No Continente português a população de algum modo ligada a explorações agrícolas, pela vivência e ou pelo trabalho (a *população agrícola*), prosseguiu em declínio nos anos 1999-2009. Ainda que nem toda a *população agrícola* resida em aglomerados de pequena dimensão e, portanto, se possa classificar como *rural*, vale tomar esta como referência para acentuar o quão pesado foi o referido declínio: -36%, contra -12% da *população rural*. Face ao total de residentes, a *população agrícola* minguou de 12% em 1999 para cerca de 8% em 2009.

População agrícola – apelativo atribuído à soma da *população agrícola familiar* – a que integra os agregados domésticos dos *produtores singulares* (agricultores *familiares* e *empresários*) com as UTA assalariadas.

População agrícola familiar em idade ativa – a população com idades entre os 15 e os 64 anos.

Unidade de trabalho ano (UTA): unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia - INE. *RA2009*, 2011).

UTA assalariada – *a mão-de-obra agrícola não familiar com ocupação regular* (os trabalhadores permanentes), *a eventual e a não contratada diretamente pelo produtor, bem como a mão-de-obra das atividades lucrativas não agrícolas da exploração*. Trabalhadores permanentes - *Assalariados que trabalham com regularidade e carácter de continuidade durante o ano agrícola na exploração, isto é, todos os dias, alguns dias por semana ou por mês*. Trabalhadores eventuais - *Assalariados que durante o ano agrícola trabalham de forma irregular, sem continuidade, em tarefas agrícolas: Ocasionais, que ocorrem pontualmente e sem carácter cíclico; Sazonais, que ocorrem ciclicamente em determinada época do ano.* Ao conjunto das UTA de trabalhadores permanentes e de trabalhadores eventuais atribuiu-se a designação de assalariados contratados diretamente pelo agricultor/*produtor*. Mão-de-obra agrícola não contratada diretamente pelo produtor - *Mão-de-obra incluída na contratação de serviços fornecidos por empresas, cooperativas ou mesmo trabalhadores independentes, relacionados com as atividades agrícolas da exploração. Nestes casos, o produtor contrata um serviço e não diretamente a mão-de-obra que o executa, mesmo que o prestador desse serviço trabalhe por conta própria* (cf. INE, *MI-RA2009*).

Mas é profunda, ainda nos nossos dias, a discrepância entre os espaços agrorrurais no tocante à presença da *população agrícola*: situa-se abaixo de 7% da população residente no 'Algarve', no 'Norte e Centro Litoral' e no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' (2,5%), eleva-se acima de 15% na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo', na 'Transição Centro' e no 'macro' território do 'Norte e Centro Interior'; aqui, mercê do seu significado nos *territórios Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* e, sobretudo, no *Douro Vitícola e Terra Quente* (40%), alcança a maior expressão (a rondar os 35%) Retenham-se as "zonas agrícolas", naquele "macro" território, onde, face aos residentes, a população ligada a explorações agrícolas se acerca ou supera claramente o limiar dos 50%: "Beiras Douro e Transmontana", "Terra Quente", "Planalto Mirandês" e "Barroso".

Por sua vez, a proporção mais substancial da *população agrícola* é constituída pelos membros das famílias de agricultores com o estatuto jurídico de produtor singular, ou seja, da população classificada como "agrícola familiar": da ordem de 80% no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' e na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' – onde é maior o relevo dos assalariados – sobe acima de 90% nos quatro outros grandes espaços. E o respetivo significado em 2009, ainda que em baixa, não se afasta muito do que se registava em 1999.

Quais são os traços da "população agrícola familiar"?

Em primeiro lugar, a relevância dos elementos com mais de 65 anos – que, claro, avultou no transcurso dos anos 1999 a 2009 – constitui variável distintiva do conjunto da população: 18% em média do Continente em 2011, o que compara com 35% no referente à "população agrícola familiar" (25% em 1999).

É nesta moldura que se presume ter sentido colocar em primeiro plano, adentro do *ordenamento do território*, a questão da "relação da sociedade com a utilização do espaço" (cf. Baptista, 2005) e o "ajustamento estrutural das explorações agrícolas" (cf. Arnalte, 2006).

Em segundo lugar, a muito expressiva quota-parte da "população agrícola familiar" com mais de 65 anos que trabalha na exploração: a abeirar-se de 90% no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*, no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* e no *Entre Douro e Minho* supera aquele limiar nos demais *territórios*.

Em terceiro lugar, a articulação pelo trabalho com o sistema envolvente - a qual depende, quer dos ciclos de vida dos membros dos agregados familiares, quer das oportunidades de emprego alternativo ao trabalho na exploração, quer, ainda, das maiores ou menores exigências de trabalho na exploração agrícola. O facto: uma parte robusta desta população em idade ativa desempenha atividade remunerada fora da exploração. Assim, da ordem de 40% - que compara com 45% na média do Continente - nos *territórios Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*, *Montanhas do Douro e do Vouga e Planalto da Beira* Alta, *Douro Vitícola e Terra Quente* e *Entre Douro e Minho*, superava os 50% na *Beira Baixa*, na *Cordilheira Central e Pinhal Interior*, na *Lezíria do Tejo* e no *Algarve*. Salienta-se o aumento generalizado no decurso da década da inserção das famílias agrícolas no mercado de trabalho exterior à exploração.

Na década, em consonância com a diminuição da *população agrícola*, foi muito expressiva a diminuição do emprego (em unidades de trabalho ano, UTA) nas explorações agrícolas. Com efeito, ao nível do Continente o decréscimo situou-se acima de 30% e foi inferior a este padrão apenas no 'Norte e Centro Interior' e no *território Alentejo e Charneca do Ribatejo* (cf. quadro 38). Menores oportunidades de emprego fora das explorações agrícolas em conjugação com eventuais maiores necessidades de mão-de-obra nas atividades agrícolas explicarão aquelas disparidades.

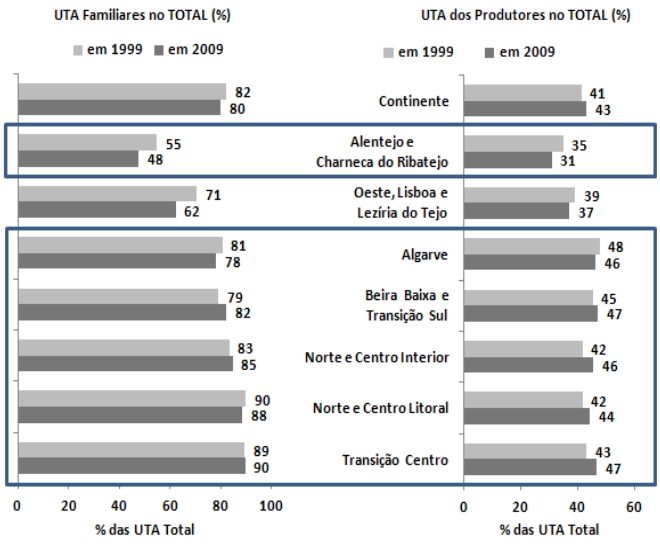
Quadro 38. Volume e Composição do Trabalho (UTA) nas Explorações Agrícolas, 1999 - 2009, por Macro Territórios Agrorrurais #

Macro Territórios Agrorrurais	Total			Familiar			Assalariado		
	2009 ('000 UTA)	2009 - 1999 ('000 UTA)	Δ % 1999-2009	2009 ('000 UTA)	2009 - 1999 ('000 UTA)	Δ % 1999-2009	2009 ('000 UTA)	2009 - 1999 ('000 UTA)	Δ % 1999-2009
Norte e Centro Litoral	82,6	-52,4	-38,8	72,9	-48,2	-39,8	9,6	-4,2	-30,1
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	37,5	-23,6	-38,6	23,3	-19,8	-46,0	14,2	-3,8	-21,1
Algarve	11,4	-5,5	-32,5	8,9	-4,7	-34,6	2,5	-0,8	-23,9
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	44,4	-14,6	-24,8	24,0	-11,9	-33,2	20,4	-2,6	-11,5
Beira Baixa e Transição Sul	8,3	-6,7	-44,8	6,8	-5,0	-42,6	1,5	-1,7	-53,2
Alentejo e Charneca do Ribatejo	36,1	-7,9	-17,9	17,2	-6,9	-28,6	18,9	-1,0	-4,9
Transição Centro	70,1	-35,6	-33,6	62,8	-31,6	-33,5	7,3	-4,0	-35,1
Norte e Centro Interior	95,5	-24,4	-20,4	80,8	-19,2	-19,2	14,7	-5,3	-26,3
Continente	341,5	-156,0	-31,4	272,8	-135,4	-33,2	68,7	-20,6	-23,1

(#) Os *Territórios* Agrorrurais da *Beira Baixa e Transição Sul* e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* foram individualizados devido à sua heterogeneidade face a alguns do indicadores.

Anotem-se as "zonas agrícolas", naquele 'macro' território, "Terra Quente", onde o decréscimo do emprego agrícola foi inferior a 10%, "Nordeste de Trás-os-Montes" e "Planalto Mirandês" – em ambas com registo de crescimento do emprego nas explorações – e, no espaço alentejano, a "Transição Baixo Alentejo Algarve" (uma diminuição abaixo de -10%) e o "Baixo Alentejo" com um acréscimo de unidades de trabalho mobilizadas a rondar os 15%.

Figura 44. Peso do Trabalho Agrícola Familiar no Total Prestado nas Explorações Agrícolas, em 1999 e 2009, por Macro Territórios Agrorrurais



Nas modalidades de emprego destaca-se a estreita correlação entre as combinatórias de trabalho familiar e assalariado e a dimensão económica das explorações igualmente diferenciadora dos territórios. Assim, a quebra do volume de trabalho foi, em média, mais vincada na componente familiar (-33%) do que na do assalariamento (-23%).

No entanto, a prestação de trabalho familiar nas explorações agrícolas - pese a sua ligeira diminuição de importância – persiste, no panorama global, pronunciadamente maioritária (80% - cf. figura 44).

Quadro 39. Volume e Composição do Trabalho Familiar (UTA) nas Explorações Agrícolas, 1999 - 2009, por Macro Territórios Agrorrurais #

Macro Territórios Agrorrurais	Trabalho Familiar Produtores Agrícolas			Trabalho Familiar Outros			Trabalho dos Produtores em % do Trabalho Familiar Total		
	2009 ('000 UTA)	2009 - 1999 ('000 UTA)	Δ % 1999-2009	2009 ('000 UTA)	2009 - 1999 ('000 UTA)	Δ % 1999-2009	% em 2009	% em 1999	Δ 2009 - 1999
Norte e Centro Litoral	36,7	-19,6	-34,8	36,2	-28,6	-44,1	50,3	46,5	3,8
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	13,9	-10,0	-41,9	9,4	-9,8	-51,1	59,7	55,5	4,2
Algarve	5,3	-2,8	-34,3	3,6	-1,9	-35,0	59,5	59,3	0,2
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	15,1	-7,1	-31,9	8,9	-4,9	-35,4	62,9	61,7	1,2
Beira Baixa e Transição Sul	3,9	-2,9	-42,5	2,9	-2,1	-42,6	57,5	57,5	0,0
Alentejo e Charneca do Ribatejo	11,2	-4,2	-27,2	6,0	-2,7	-31,2	65,1	63,8	1,3
Transição Centro	32,9	-12,9	-28,1	30,0	-18,7	-38,5	52,3	48,4	3,9
Norte e Centro Interior	43,5	-6,6	-13,1	37,3	-12,6	-25,2	53,8	50,1	3,8
Continente	147,3	-58,9	-28,6	125,4	-76,5	-37,9	54,0	50,5	3,5

(#) Os *Territórios* Agrorrurais da *Beira Baixa e Transição Sul* e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* foram individualizados devido à sua heterogeneidade face a alguns do indicadores.

No quadro do trabalho familiar acentuou-se a retração das contribuições dos cônjuges e de outros membros dos agregados domésticos e o reforço da dependência do trabalho dos produtores. Verificou-se, pois, o crescendo das explorações familiares "individuais", cujo funcionamento assenta sobretudo no desempenho do produtor, em conformidade, aliás, com o percurso de outras agriculturas europeias (cf. Arnalte, 2006).

Aumentou o contributo relativo dos assalariados permanentes, cujo declínio (-11%) foi bem menor do que o dos trabalhadores eventuais (-39%) e, ainda no cômputo global do Continente, robusteceu-se o apelo ao trabalho não contratado diretamente pelo agricultor (um acréscimo de UTA de 33%), embora o seu peso permaneça modesto (1% e 5%, respetivamente das UTA total e das UTA assalariadas) (cf. quadro 40).

Quadro 40. Volume e Composição do Trabalho Assalariado (UTA) nas Explorações Agrícolas, 1999 - 2009, por Macro Territórios Agrorrurais #

Macro Territórios Agrorrurais	Trabalho Assalariado Contratado Diretamente pelo Produtor (UTA)						Assalariados Não Contratados Diretamente pelo Produtor (UTA)		
	Total (UTA)			Assalariados Permanentes (UTA)					
	2009 ('000 UTA)	2009 - 1999 ('000 UTA)	Δ % 1999-2009	2009 ('000 UTA)	2009 - 1999 ('000 UTA)	Δ % 1999-2009	2009 ('000 UTA)	2009 - 1999 ('000 UTA)	Δ % 1999-2009
Norte e Centro Litoral	9,3	-4,0	-29,9	6,5	-0,8	-10,4	0,4	-0,2	-34,7
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	14,0	-3,6	-20,7	8,9	-0,4	-4,1	0,2	-0,1	-41,9
Algarve	2,3	-0,9	-27,9	1,7	-0,4	-17,2	0,2	0,1	128,9
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	18,5	-3,9	-17,6	12,8	-1,1	-8,1	1,9	1,3	236,8
Beira Baixa e Transição Sul	1,4	-1,7	-54,5	1,0	-0,7	-39,4	0,1	0,01	7,7
Alentejo e Charneca do Ribatejo	17,1	-2,3	-11,7	11,8	-0,5	-3,9	1,8	1,3	267,5
Transição Centro	7,0	-3,9	-35,5	3,7	-1,2	-25,2	0,3	-0,1	-24,5
Norte e Centro Interior	13,9	-5,2	-27,4	5,4	-1,2	-17,6	0,8	0,0	-3,8
Continente	65,0	-21,5	-24,9	39,0	-5,0	-11,4	3,8	0,9	33,0

(#) Os *Territórios* Agrorrurais da *Beira Baixa e Transição Sul* e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* foram individualizados devido à sua heterogeneidade face a alguns do indicadores.

Mas, são patentes as diferenças inter territoriais (quadro 41). Destaque-se a importância do assalariamento na *Lezíria do Tejo* e no *Alentejo e Charneca do Ribatejo – territórios* onde o peso do trabalho assalariado passa, em 2009, a ser dominante[18] -, em contraponto ao predomínio esmagador do trabalho familiar no 'Norte e Centro Litoral', na 'Transição Centro' e no `Norte e Centro Interior´.

Quadro 41. Peso do Trabalho Assalariado (UTA) no Total Prestado nas Explorações Agrícolas, em 1999 e 2009, por Macro Territórios Agrorrurais #

Macro Territórios Agrorrurais	% UTA Assalariados no Total das UTA					
	Total		Assalariados Permanentes		Outros Assalariados	
	2009	1999	2009	1999	2009	1999
Norte e Centro Litoral	11,7	10,2	7,9	5,4	3,8	4,8
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	37,8	29,4	23,7	15,1	14,2	14,3
Algarve	21,9	19,5	15,0	12,2	7,0	7,3
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	45,9	39,0	28,8	23,6	17,1	15,4
Beira Baixa e Transição Sul	17,8	21,0	12,2	11,1	5,6	9,86
Alentejo e Charneca do Ribatejo	52,4	45,2	32,6	27,9	19,7	17,3
Transição Centro	10,4	10,7	5,3	4,7	5,2	6,0
Norte e Centro Interior	15,4	16,6	5,6	5,5	9,7	11,2
Continente	20,1	18,0	11,4	8,8	8,7	9,1

(#) Os *Territórios* Agrorrurais da *Beira Baixa e Transição Sul* e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* foram individualizados devido à sua heterogeneidade face a alguns do indicadores.

[18] Fica o registo da evolução 1999-2009 do assalariamento em referência às "zonas agrícolas": (i) forte incremento das UTA advenientes de mão-de-obra não contratada diretamente pelo agricultor em todas as "zonas" do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, no *Algarve*, na "Transição Beiras - Alentejo e Ribatejo", nas "Montanhas do Douro" e no "Douro Vitícola"; (ii) no âmbito do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* o nº de UTA assalariadas aumentou no "Sado e Alentejo Litoral" e, mais ainda, no "Baixo Alentejo"; (c) se naquela "zona" alentejana ocorreu o aumento do emprego dos trabalhadores permanentes e do quantitativo de UTA sob o formato da prestação de serviços, no "Baixo Alentejo" à expansão daquelas modalidades de trabalho acresceu – caso único no referencial das "zonas" delimitadas no Continente – a dos assalariados eventuais (acima de +30% face à contagem em 1999).

Acrescente-se ainda que à entrada da atual década o trabalho nas explorações estava maioritariamente a cargo de homens (56% das UTA em média no Continente). Não obstante, as diferenças territoriais no contributo das mulheres eram marcantes: com um mínimo a rondar os 30% no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, situava-se em redor de 50% nos *territórios Entre Douro e Minho*, *Centro Litoral* e *Montanhas do Douro e do Vouga e Planalto da Beira Alta*.

2.4.2. Estruturas fundiárias e trabalho agrícola

Mostraram-se, no referencial territorial delimitado no Continente, as mutações na ocupação do solo e no arrolamento dos gados e o seu reflexo no potencial produtivo agrícola. Revelou-se o continuado minguar de população ligada a unidades agrícolas, a quebra do emprego, que perpassou a generalidade dos territórios, e as alterações nas respetivas modalidades.

Perante estas mudanças, como se configuraram os aparelhos produtivos das explorações em termos de ajustamentos da sua base fundiária e respetiva articulação com o trabalho?

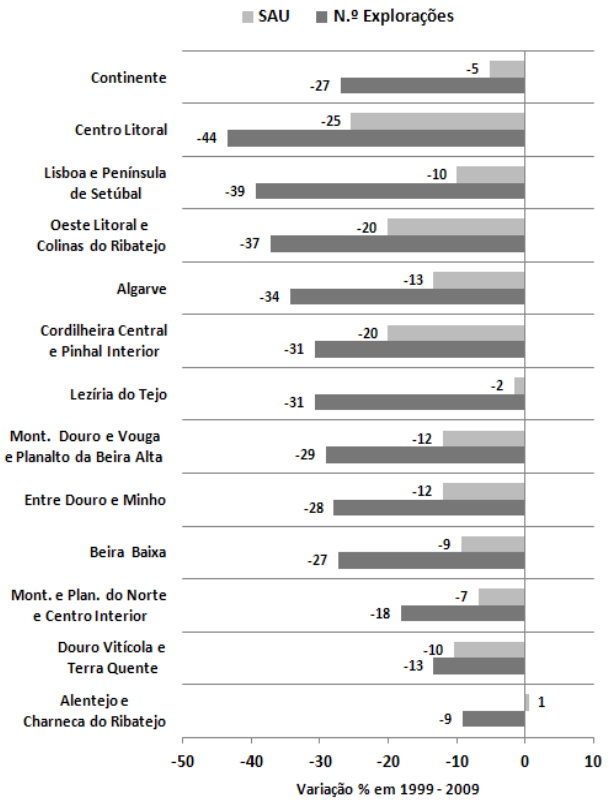
Tendo em vista as respostas, aborda-se em sequência: o processo subjacente às alterações na dimensão física das explorações (a mobilidade das terras e, em seguida, primeiro, um ensaio sobre a via de transações por compra e venda e, depois, sobre as *formas de exploração* por arrendamento e por cedência em contraponto à conta própria); e conclui-se com a análise dos indicadores relativos à disponibilidade de terra por unidade de trabalho.

A elevada diminuição da população agrícola e do emprego nas explorações decorreu, também, de um forte decréscimo do número de explorações ativas registadas em 2009 face a 1999 (-27% na média do Continente). Como o recuo da SAU não foi tão intenso (-5%), houve um significativo aumento da base fundiária média das explorações agrícolas. No entanto, às escalas dos vários espaços circunscritos assinalam-se diferenças relevantes naquele processo em resultado da diferenciação das variações, em geral negativas, quer do número de explorações, quer da superfície agrícola utilizada (quadro 42 e figura 45).

Quadro 42. N.º de Explorações Agrícolas, Superfície Total e SAU, 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	N.º Expl. com SAU (1000)		Superfície Total e SAU em 2009 (1000 ha)		SAU / ST %		SAU por Exploração Agrícola ha	
		2009	Δ 2009 - 1999	ST (ha)	SAU (ha)	2009	Δ 2009 - 1999	2009	1999
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	27,5	-10,7	148,1	96,7	65,3	6,2	3,5	2,9
	Centro Litoral	26,6	-20,5	119,5	74,7	62,5	5,4	2,8	2,1
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	5,2	-3,4	85,0	64,9	76,3	1,4	12,5	8,4
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	19,1	-11,3	139,8	112,8	80,7	3,1	5,9	4,7
	Lezíria do Tejo	4,8	-2,1	161,2	114,6	71,1	17,3	24,1	16,9
Algarve	Algarve	12,3	-6,4	165,2	88,3	53,5	8,7	7,2	5,4
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	10,6	-4,0	325,1	222,4	68,4	4,1	20,9	16,7
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	30,4	-3,1	2 207,4	1 943,5	88,0	-1,1	63,8	57,7
Transição Centro	Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	26,3	-10,8	123,5	71,5	57,9	8,9	2,7	2,2
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	30,6	-13,6	203,2	113,6	55,9	5,1	3,7	3,2
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	33,7	-5,2	270,2	173,8	64,3	-2,7	5,2	5,0
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	49,6	-11,0	623,3	465,4	74,7	0,2	9,4	8,3
	Continente	276,8	-102,1	4 571,5	3 542,3	77,5	3,4	12,8	9,9

Figura 45. Variação % do N.º de Explorações Agrícolas e da SAU, em 1999 e 2009, por Territórios Agrorrurais



Os mais fortes decréscimos, tanto em número de explorações como na SAU, ocorreram nos *territórios Centro Litoral*, *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e *Cordilheira Central e Pinhal Interior*.

O *Alentejo e Charneca do Ribatejo* salienta-se pelo menor desaparecimento de explorações e, como já se explicitou, pelo aumento da superfície afeta ao universo de explorações agrícolas[19].

Por sua vez, no balanço global, o parcelamento (n.º de blocos) das unidades agrícolas seguiu a par com o número de explorações ativas (cf. quadro 43).

Mas são assinaláveis as discrepâncias nos decréscimos no *Algarve* (-34% no n.º de explorações e apenas -6% no n.º de blocos; confluindo num aumento de mais 2 blocos, em média, por exploração), no *Alentejo e Charneca do Ribatejo* e no *Douro Vitícola e Terra Quente*.

Nestes dois últimos *territórios*, ao contrário do *Algarve*, o declínio do n.º de blocos (uma variação a rondar os -20%) esteve bem acima do que o que ocorreu no n.º de explorações (-9% e -13%, respetivamente).

Entretanto, são de apontar:

(i) o contraste na variação do n.º médio de blocos por exploração entre o 'Norte e Centro Litoral' e o 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo', que tiveram o mesmo trajeto de aumento registado no 'Algarve', e os restantes *territórios* onde o andamento foi de diminuição;

(ii) o acréscimo generalizado – a exceção registou-se no 'Algarve' – da dimensão média (SAU) dos blocos componentes das explorações agrícolas (cf. quadro 43).

O aumento da dimensão média (SAU) dos blocos alcançou particular expressão nos *territórios* quer com mais elevadas bases fundiárias médias das explorações, quer com os mais significativos aumentos na década da SAU por exploração: *Lisboa e Península de Setúbal*, *Lezíria do Tejo* e *Alentejo e Charneca do Ribatejo*. Mas de tal constatação resulta também um corolário: a manutenção nas explorações ativas dos blocos de maiores dimensões e o abandono do universo agrícola dos de mais exígua extensão física.

[19] Aumentos da extensão fundiária global das unidades agrícolas que também se registaram nas "zonas" do "Barroso" (aqui com um acréscimo de particular intensidade: próximo de 60% na superfície total e acima de 50% na SAU) e, apenas na SAU, na "Transição das Beiras-Alentejo e Ribatejo", nas "Montanhas do Douro" e no "Alto Minho". Tais acréscimos de superfície agrícola utilizada resultarão de um maior rigor na recolha de informação em 2009 ou da integração no campo de recenseamento das explorações agrícolas de terras que em 1999 estavam fora do conceito de SAU (por ex.: "terras com matas e florestas estremes", "superfície agrícola não utilizada" ou "outras áreas"). A este propósito, repete-se, afora o caso do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, o decénio caraterizou-se pelo aumento do peso relativo da SAU na "superfície total" das explorações.

Quadro 43. Alterações (1999 - 2009) no parcelamento das explorações agrícolas, por 'Macro' Territórios Agrorrurais[#]

Macro Territórios Agrorrurais	Blocos com SAU (1000)		Blocos por Exploração			SAU por Bloco		
	N.º em 2009	Δ % 2009-1999	N.º em 2009	N.º em 1999	N.º 2009 - 1999	ha em 2009	ha em 1999	ha 2009 - 1999
Norte e Centro Litoral	303,4	-35	5,6	5,5	0,1	0,6	0,4	0,1
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	104,2	-34	3,6	3,5	0,1	2,8	2,1	0,7
Algarve	83,0	-6	6,7	4,7	2,0	1,1	1,2	-0,1
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	118,5	-23	2,9	3,2	-0,3	18,3	14,2	4,1
Beira Baixa e Transição Sul	49,4	-29	4,6	4,7	-0,1	4,5	3,5	1,0
Alentejo e Charneca do Ribatejo	69,1	-18	2,3	2,5	-0,2	28,1	22,9	5,2
Transição Centro	308,3	-31	5,4	5,5	-0,1	0,6	0,5	0,1
Norte e Centro Interior	746,7	-19	9,0	9,3	-0,3	0,9	0,8	0,1
Continente	1 664,0	-26	6,0	5,9	0,1	2,1	1,7	0,5

(#) Os *Territórios* Agrorrurais da *Beira Baixa e Transição Sul* e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* foram individualizados devido à sua heterogeneidade face a alguns do indicadores.

Agora a perspetiva estrutural subjacente à mudança nas dimensões físicas médias das explorações, em geral no sentido de aumento. Observe-se a evolução entre 1999 e 2009 da repartição da superfície total e da SAU das explorações agrícolas pelos escalões de SAU estabelecidos pelo INE (cf. quadros 44, 45 e 46).

Constata-se de imediato a perda generalizada de base fundiária das explorações classificadas nos escalões inferiores a 20 ha de SAU e o ganho de peso relativo das de dimensão acima de 50 ha de SAU – em particular do estrato superior a 100 ha de SAU no que respeita à extensão de SAU. Este andamento acentuou a forte concentração da terra: em 2009, 70% da superfície total e um pouco mais de 75% da SAU das explorações inseriam-se no estrato com mais de 20 ha de SAU e ao estrato acima de 100 ha cabia cerca de 60% da SAU. Todavia, naquela data, subsistia a profunda diferenciação entre, por um lado, os *territórios* do 'Norte e Centro Litoral', da 'Transição Centro' e do *Douro Vitícola e Terra Quente* com o franco predomínio sobre o recurso terra do escalão com menos de 20 ha de SAU (frações de ST e de SAU acima de 60%), e, no outro polo, *Lisboa e Península de Setúbal*, *Lezíria do Tejo*, *Beira Baixa* e *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, onde a preponderância é do estrato de mais de 50 ha de SAU e, no que respeita à fruição da SAU, da classe com mais de 100 ha de SAU (cf. quadro 44).

Quadro 44. Alterações (1999-2009) das Superfícies (Total e SAU) das Explorações Agrícolas, por Classes de SAU

Macro	Territórios Agrorrurais	Variação da Superfície em 1999 - 2009 (ha) por Classes de SAU (1000 ha)										
		Total		< 5 ha		5-20 ha		20 - 50 ha		> 50 ha		> 100 ha
		ST	SAU	ST	SAU	ST	SAU	ST	SAU	ST	SAU	SAU
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	-38,0	-13,2	-31,0	-14,7	-13,7	-5,7	5,2	3,7	1,5	3,5	2,4
	Centro Litoral	-55,7	-25,5	-51,0	-25,9	-9,5	-4,8	1,8	2,3	3,0	2,9	1,8
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	-11,4	-7,2	-7,4	-4,5	-0,5	-3,7	-3,6	-2,5	0,2	3,5	5,7
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	-41,7	-28,4	-21,8	-15,5	-17,4	-12,6	0,0	0,2	-2,4	-0,5	-1,0
	Lezíria do Tejo	-55,5	-1,8	-2,5	-2,6	-57,6	-4,1	1,3	-0,6	3,4	5,4	3,8
Algarve	Algarve	-62,2	-13,6	-34,1	-8,6	-30,7	-9,7	2,4	0,1	0,2	4,6	4,0
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	-56,9	-22,8	-7,0	-5,9	-10,9	-6,9	-4,5	-3,0	-34,5	-6,9	-6,8
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	40,3	11,4	-4,5	-3,2	-8,8	-10,1	-3,3	-8,3	56,8	33,1	24,3
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	-42,5	-9,8	-35,4	-14,2	-16,2	-2,1	0,1	0,6	8,9	5,9	5,4
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	-77,3	-28,5	-51,5	-18,2	-13,8	-6,9	-3,0	-1,9	-9,0	-1,5	-2,1
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	-19,3	-20,2	-7,4	-5,4	-13,8	-10,5	-4,1	-4,9	5,9	0,6	-1,2
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	-47,9	-34,3	-21,2	-12,7	-39,2	-33,2	-31,9	-26,1	44,3	37,7	42,9
Continente		-468,1	-193,9	-274,7	-131,5	-232,2	-110,3	-39,5	-40,4	78,4	88,3	79,1

Quadro 45. Alterações (1999-2009) dos Pesos % das Classes de SAU na Superfície Total das Explorações Agrícolas

Macro	Territórios Agrorrurais	Repartição % Superfície Total das Explorações Agrícolas							
		< 5 ha		5-20 ha		20 - 50 ha		> 50 ha	
		% em 2009	% 2009 - % em 1999	% em 2009	% 2009 - % em 1999	% em 2009	% 2009 - % em 1999	% em 2009	% 2009 - % em 1999
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	45,8	-7,3	29,2	-1,4	10,0	4,9	14,9	3,8
	Centro Litoral	61,1	-9,7	21,3	1,4	8,9	3,8	8,7	4,5
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	10,0	-6,6	18,7	1,7	9,8	-2,6	61,5	7,5
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	28,2	-5,5	28,9	-2,9	17,5	4,0	25,4	4,5
	Lezíria do Tejo	6,1	0,4	7,3	-24,8	11,9	3,7	74,7	20,8
Algarve	Algarve	28,3	-7,2	31,7	-4,8	19,1	6,3	20,9	5,8
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	13,2	0,1	10,8	-1,3	7,5	-0,1	68,5	1,2
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	2,0	-0,2	4,3	-0,5	5,5	-0,3	88,2	1,0
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	62,6	-5,3	22,4	-4,1	5,1	1,4	9,9	7,9
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	53,6	-3,7	20,6	0,7	10,3	1,8	15,4	1,0
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	30,1	-0,5	36,2	-2,4	15,0	-0,4	18,7	3,3
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	19,0	-1,8	29,8	-3,7	16,2	-3,6	35,0	9,1
Continente		15,7	-4,0	14,7	-3,2	9,3	0,1	60,3	7,2

Quadro 46. Alterações (1999-2009) dos Pesos % das Classes de SAU na SAU das Explorações Agrícolas

Macro	Territórios Agrorrurais	Repartição % da SAU das Explorações Agrícolas									
		< 5 ha		5-20 ha		20 - 50 ha		> 50 ha		> 100 ha	
		% em 2009	% 2009 - % em 1999	% em 2009	% 2009 - % em 1999	% em 2009	% 2009 - % em 1999	% em 2009	% 2009 - % em 1999	% em 2009	% 2009 - % em 1999
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	42,0	-8,3	32,1	-1,3	10,8	4,7	15,0	5,0	11,8	3,6
	Centro Litoral	50,0	-13,1	25,5	1,7	12,7	5,5	11,9	5,9	6,0	3,3
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	10,3	-5,3	15,2	-3,6	10,9	-2,4	63,6	11,2	55,3	13,4
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	24,6	-6,1	30,0	-2,9	18,5	3,8	26,9	5,1	16,4	2,6
	Lezíria do Tejo	5,3	-2,1	7,4	-3,4	9,0	-0,4	78,4	5,9	67,6	4,3
Algarve	Algarve	19,0	-5,9	31,5	-5,3	19,5	2,7	30,0	8,5	19,8	6,6
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	6,6	-1,8	7,4	-2,1	6,6	-0,6	79,4	4,6	71,5	3,9
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	1,5	-0,2	3,7	-0,5	5,0	-0,5	89,9	1,2	82,4	0,8
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	57,3	-10,5	25,0	0,5	6,0	1,4	11,7	8,6	10,0	7,8
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	38,9	-5,0	24,0	0,0	14,2	1,5	22,9	3,5	13,1	1,2
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	28,8	0,2	37,9	-1,5	15,5	-0,9	17,7	2,1	8,9	0,3
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	14,8	-1,5	28,5	-4,7	17,4	-4,0	39,2	10,2	29,9	10,6
Continente		10,8	-3,0	13,0	-2,3	8,9	-0,6	67,3	5,9	59,3	5,2

Igualmente marcante é o maior desfasamento entre os pesos relativos avaliados em superfície total e em SAU nas classes de SAU inferiores a 20 ha – e ainda com mais ênfase no estrato abaixo de 5 ha – no *Centro Litoral*, *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*, *Cordilheira Central e Pinhal Interior* e *Algarve*. Nestes *territórios*, a maior relevância dos estratos de menores dimensões físicas em termos de superfície total face ao que têm na SAU resulta da mais forte presença de outras ocupações da terra: floresta estreme ou, como no *Algarve*, a designada "superfície agrícola não utilizada". É assim previsível nestes espaços uma evolução mais notável no sentido da prossecução da separação das superfícies florestais (ou de "matos") e agrícolas e, portanto, de redução do universo de explorações agrícolas.

Conclui-se a visão da dinâmica fundiária das unidades agrícolas no decurso dos anos 1999-2009 seguindo o procedimento de López (2006; cf., também, Arnalte *et al.*, 2002) para a determinação do movimento das terras no universo das explorações agrícolas distribuídas por escalões de SAU.

Em conformidade, toma-se como: (a) superfície "libertada" - a soma dos saldos negativos (perdas), entre 1999 e 2009, avaliados em cada um dos escalões de SAU; (b) superfície "mobilizada"/"deslocada", ou seja, a que ficou disponível para ser "incorporada" no processo de reestruturação de explorações - a soma das diferenças positivas (ganhos de superfície); (c) superfície "abandonada" (transferida para outros usos) do universo das explorações agrícolas - a diferença negativa entre as superfícies "libertada" e "mobilizada", o que corresponde à extensão de terras que saíram do campo de inquirição inerente ao conceito de exploração agrícola, ou seja, o que terá sido transferido para unidades inativas/abandonadas e ou exclusivamente compostas por floresta estreme (sem limiares mínimos de SAU ou de culturas agrícolas especializadas ou de cabeças de gado); (d) superfície "ativada" – a diferença positiva entre as superfícies "libertada" e "mobilizada", significando, portanto, o alargamento do fundiário ocupado pelas explorações agrícolas entre as duas datas de recenseamento.

Assim, é de reter (cf. quadro 47 e figuras 46 e 47):

(i) A diferenciada dinâmica entre a superfície total e a superfície agrícola utilizada: as proporções quer de terras "libertadas", quer de terras "abandonadas" (as que saíram para fora do universo das explorações agrícolas) são, em geral, superiores na superfície total (ao nível do Continente: 16% e 9%, respetivamente) do que na SAU (13% e 5%). Por conseguinte, tal como já se assinalou, assistiu-se no âmbito das explorações agrícolas a um reforço do peso da superfície agrícola utilizada na superfície total. No entanto, sobressaem as exceções nos *territórios Alentejo e Charneca do Ribatejo*, *Douro Vitícola e Terra Quente* e *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* onde a fração de SAU "libertada" esteve acima da correspondente à superfície total das explorações recenseada em 1999[20].

(ii) O que se acaba de constatar sobre as mudanças na ST e na SAU surge, naturalmente, evidenciado na comparação das relações, para uma e para outra daquelas variáveis, entre as superfícies "deslocada" para reestruturação de explorações e "libertada": os valores do indicador que envolve a SAU são, genericamente (tal apenas não ocorre no *Douro Vitícola e Terra Quente*), superiores ao que respeita à ST - no Continente: 0,6 (8% de SAU "deslocada"/13% de SAU "libertada") na SAU que compara com 0,4 (6% de ST "deslocada"/16% de ST "libertada") no que se refere à ST (cf. quadro 47 e figuras 46 e 47).

(iii) O enorme fosso entre as áreas de terras "libertadas" e as que foram "incorporadas" no processo de reestruturação das explorações em especial no *Centro Litoral*, no *Oeste e Colinas do Ribatejo* e na *Cordilheira Central e Pinhal Interior*; a que se juntam, sob a ótica da superfície total (ST) das explorações, os *territórios Entre Douro e Minho*, *Beira Baixa*, *Lezíria do Tejo* e *Algarve*.

(iv) Por conseguinte, e em complemento, são de reter as muito expressivas dimensões do abandono do perímetro das unidades agrícolas, quer em relação às respetivas áreas de terras "libertadas", quer em relação aos valores médios dos mesmos indicadores no Continente, nos *territórios* do 'Norte e Centro Litoral' e da 'Transição Centro', do *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*, da *Lezíria do Tejo* e do *Algarve* (cf. figuras 46 e 47).

[20] Pelo lado da vertente terras "abandonadas" (saída do universo das explorações agrícolas) justifica-se aludir às "zonas agrícolas" em que os rácios relativos à SAU superam os que reportam à ST, o que significa que a dinâmica pendeu mais para o aumento do peso relativo de floresta estreme e ou de superfície agrícola não utilizada (no cômputo da ST) do que da SAU: "Nordeste de Trás-os-Montes", "Planalto Mirandês" e "Beiras Douro e Transmontana" - no *território Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*; "Terra Quente"; "Penamacor, Idanha e Castelo Branco"; e "Charneca e Sorraia".

Quadro 47. Transferências de terras no universo das explorações agrícolas no período de 1999 a 2009: incorporação em explorações e saídas para outros fins

Macro	Territórios Agrorrurais	Movimentos (2009-99) das terras face à ST e à SAU recenseadas em 1999											
		Libertada				Deslocada pª reestrut. de explorações				Transferida p.ª outros usos ou ativada			
		Sup. Total (1)		SAU (2)		Sup. Total (3)		SAU (4)		Sup. Total (5) = (1) - (3)		SAU (6) = (2) - (4)	
		2009-1999 (1000 ha)	% da ST em 1999	2009-1999 (1000 ha)	% da SAU em 1999	2009-1999 (1000 ha)	% da ST em 1999	2009-1999 (1000 ha)	% da SAU em 1999	2009-1999 (1000 ha)	% da ST em 1999	2009-1999 (1000 ha)	% da SAU em 1999
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	51,6	28	22,3	20	13,7	7	9,1	8	38,0	20	13,2	12
	Centro Litoral	62,8	36	32,0	32	7,1	4	6,5	6	55,7	32	25,5	25
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	24,7	26	16,7	23	13,3	14	9,6	13	11,4	12	7,1	10
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	48,9	27	37,1	26	7,3	4	8,6	6	41,7	23	28,4	20
	Lezíria do Tejo	76,2	35	21,4	18	20,8	10	19,6	17	55,5	26	1,8	2
Algarve	Algarve	74,4	33	24,4	24	12,2	5	11,3	11	62,2	27	13,1	13
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	69,9	18	38,8	16	13,0	3	16,1	7	56,9	15	22,8	9
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	92,9	4	107,2	6	133,2	6	118,6	6	-40,3	-2	-11,4	-1
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	54,9	33	18,8	23	12,3	7	8,9	11	42,5	26	9,8	12
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	83,5	30	34,5	24	6,2	2	6,1	4	77,3	28	28,5	20
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	31,5	11	28,5	15	12,2	4	8,3	4	19,3	7	20,2	10
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	124,2	18	98,1	20	76,3	11	63,8	13	47,9	7	34,3	7
	Continente	795,6	16	479,7	13	327,5	6	286,5	8	468,1	9	193,2	5

Figura 46. Superfície Total (ST) das Explorações Agrícolas Libertada em 1999 - 2009
% da ST de 1999 e Destinos

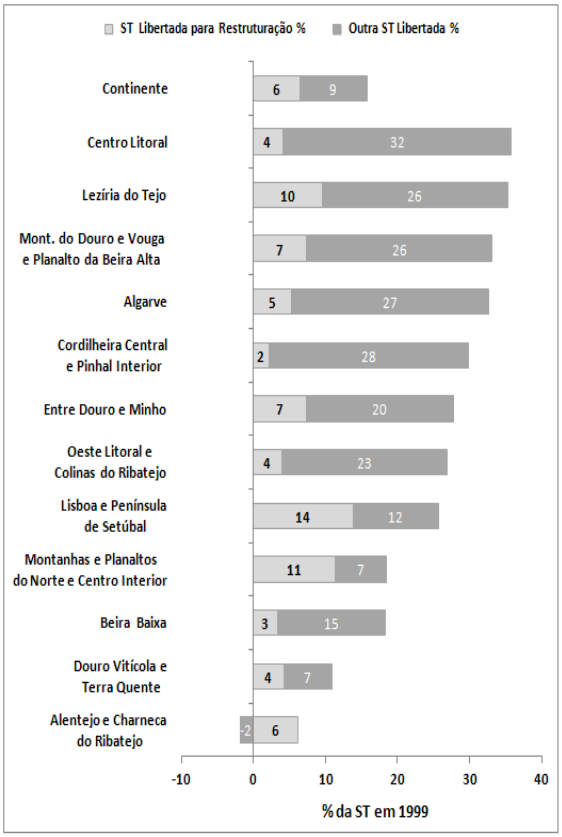
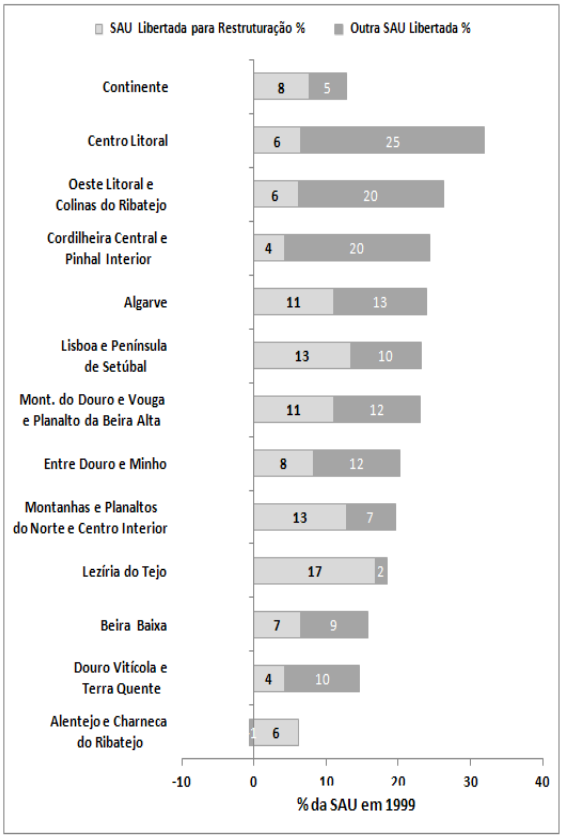


Figura 47. SAU das Explorações Agrícolas Libertada em 1999 - 2009
% da SAU de 1999 e Destinos



Conclui-se este ponto com a análise das relações entre a disponibilidade de terra e o trabalho mobilizado nas explorações e respetivas mudanças na década (quadro 48).

Como a quebra do emprego (em UTA) foi muito superior ao recuo da base fundiária das unidades agrícolas (em SAU), verificou-se um notável acréscimo da disponibilidade de terra por unidade de trabalho (perto de 40% ao nível do Continente), ou seja, uma acentuada diminuição da "pressão sobre a terra" [21].

Quadro 48. Variação da SAU por UTA, 1999 - 2009, por 'Macro' Territórios Agrorrurais

Macro Territórios Agrorrurais	Variação % 1999 - 2009 (%)		SAU/UTA (ha)			
	SAU	UTA	2009 ha	1999 ha	2009 - 1999 ha	Var. % 1999-2009
Norte e Centro Litoral	-18,4	-38,8	2,1	1,6	0,5	33,4
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	-11,4	-38,6	7,8	5,4	2,4	44,5
Algarve	-13,4	-32,5	7,7	6,0	1,7	28,4
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	-0,5	-24,8	48,8	36,9	11,9	32,2
Beira Baixa e Transição Sul	-9,3	-44,8	26,9	16,4	10,5	64,3
Alentejo e Charneca do Ribatejo	0,6	-17,9	53,8	43,9	9,9	22,6
Transição Centro	-17,1	-33,6	2,6	2,1	0,5	24,9
Norte e Centro Interior	-7,9	-20,4	6,7	5,8	0,9	15,7
Continente	-5,2	-31,4	10,4	7,5	2,9	38,1

(#) Os *Territórios* Agrorrurais da *Beira Baixa e Transição Sul* e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo* foram individualizados devido à sua heterogeneidade face a alguns do indicadores.

Contudo, os acentuados contrastes entre territórios aumentaram na década de 2000, pois os maiores acréscimos absolutos das disponibilidades de SAU por UTA verificaram-se nos territórios que tinham à partida os valores mais altos: enquanto no 'Norte e Centro' (Litoral e Interior) e na 'Transição Centro' o aumento da SAU por UTA foi em regra inferior a um hectare, na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' para cada UTA passou-se a dispor de cerca de mais 10 ha (cf. quadro 48).

[21] Esta conclusão genérica sobre a diminuição da "pressão sobre a terra" sendo o resultado agregado das variações, com distinta intensidade, nas dimensões fundiária e trabalho revela-se, naturalmente, matizada e até encerra exceções quando observada em escala mais fina. Registam-se as exceções nas "zonas agrícolas": (a) aumento da "pressão sobre a terra", com (a_1) decréscimos menores das UTA do que da SAU - na "Terra Quente" e no "Pinhal Interior"; (a_2) redução da base fundiária e aumento das UTA - no "Nordeste de Trás-os-Montes" e no "Planalto Mirandês"; e, (a_3) aumento das duas variáveis, mas com vantagem para as UTA – é o caso singular do "Baixo Alentejo"; (b) diminuição da "pressão sobre a terra", mas em dissonância com a tendência agregada do Continente, ou seja, quebras de emprego conjugadas com variações positivas da SAU - "Alto Minho", "Barroso", "Montanhas do Douro", "Transição Beiras - Alentejo e Ribatejo", "Alto Alentejo", "Alentejo Central" e "Transição Baixo Alentejo Algarve".

2.4.3. O acesso à terra

Traçado o panorama do ajustamento da dimensão física das explorações observam-se em seguida as modalidades de acesso à terra (as "formas de exploração"). Em primeiro lugar, pelas transações no mercado imobiliário (a mobilidade do fundiário por compra e venda); e, em segundo lugar, as formas alternativas/complementares da *conta própria*: o *arrendamento* e as *cedências*.

Sob a vertente de acesso à terra – na perspetiva das explorações agrícolas - por via do mercado imobiliário, de que se vai adiantar uma aproximação grosseira, uma das constatações imediatas é o indício da pouca mobilidade do fundiário ao longo da década de 2000. Com efeito, os registos oficiais mostram, globalmente, uma relativa estabilidade no indicador que relaciona o número de contratos de compra e venda de prédios rústicos quer com o número de explorações agrícolas quer, sobretudo, com o n.º de blocos com SAU que as compõem (na média do Continente: em redor de 20% e 3-3,5%, respetivamente[22]).

Todavia, descortinam-se diferenciações territoriais. Ao nível dos grandes territórios assinala-se a diminuição das transações no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' – derivado, sobretudo, da trajetória no *território Lisboa e Península de Setúbal* – e, em contraponto, o incremento da "mobilidade da terra" a partir da segunda metade da década na 'Transição Centro' – aqui, foi o movimento na *Cordilheira Central e Pinhal Interior* a marcar a tendência. Também se evidencia no período observado, face ao índice médio do Continente, a mais forte "intensidade das transações" nos seguintes *territórios*: *Entre Douro e Minho*, *Centro Litoral*, *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*, *Cordilheira Central e Pinhal Interior* e, embora com acentuado abrandamento, como se anotou, *Lisboa e Península de Setúbal*.

Um segundo apontamento sobre o mercado fundiário respeita ao valor da terra[23]. Este condensa expressivamente os contrastes territoriais das circunstâncias biofísicas e seus reflexos nos diferenciados usos do solo, assim como, de sobremaneira, as que reportam à ocupação humana, onde emergem a distribuição pelo espaço (o povoamento), a interdependência *rural-urbano* e as relações atinentes à repartição/apropriação da terra.

[22] O n.º de contratos de compra e venda de prédios rústicos é compilado pela Direção-Geral da Política de Justiça e a respetiva informação relativa aos anos de 2000 a 2011 foi extraída da "base de dados" do INE (no sítio do INE na *Web* - ac. em junho de 2012). O n.º de explorações agrícolas e de blocos em cada um daqueles anos foi fixado por interpolação linear entre os dados revelados pelos *Recenseamentos Agrícolas* de *1999* e de *2009*. Importa ter presente a diferença concetual entre *prédio rústico* e *bloco de terra agrícola*: *Prédio Rústico* - "Prédio situado fora de um aglomerado urbano que não seja de classificar como terreno para construção desde que esteja afeto ou, na falta de concreta afetação, tenha como destino normal uma utilização geradora de rendimentos agrícolas, tal como é considerado para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e não tendo a afetação indicada, não se encontre construído ou disponha apenas de edifícios ou construções de caráter acessório, sem autonomia económica e de reduzido valor" ou, segundo o Código Civil, "Uma parte delimitada do solo e as construções nele existentes que não tenham autonomia económica". *Bloco de terra agrícola* - "Parte de uma exploração agrícola inteiramente rodeada de terras, ou outros elementos, não pertencentes à exploração" (INE *MetaInformação*). Adota-se a média dos rácios n.º de contratos de compra e venda de prédios rústicos/n.º de explorações e n.º de contratos de compra e venda de prédios rústicos/n.º de blocos com SAU das explorações agrícolas como indicador de "intensidade de transações" ou de "mobilidade da terra".

[23] O indicador construído constitui um *proxy* em que se faz corresponder o *prédio rústico* ao *bloco de terra agrícola* (da exploração agrícola). Assim, aceita-se a correspondência à escala dos concelhos do Continente: valor médio de prédio rústico (os registos dos contratos de compra e venda - vd. nota de rodapé anterior) = valor médio de bloco de exploração agrícola = valor médio da SAU média por bloco. Donde, o valor da terra (€/ha de SAU) = valor médio de prédio rústico/ (SAU/bloco). Na média trienal 2008-10 aquela medida na média do Continente cifrava-se em 10.314€/ha.

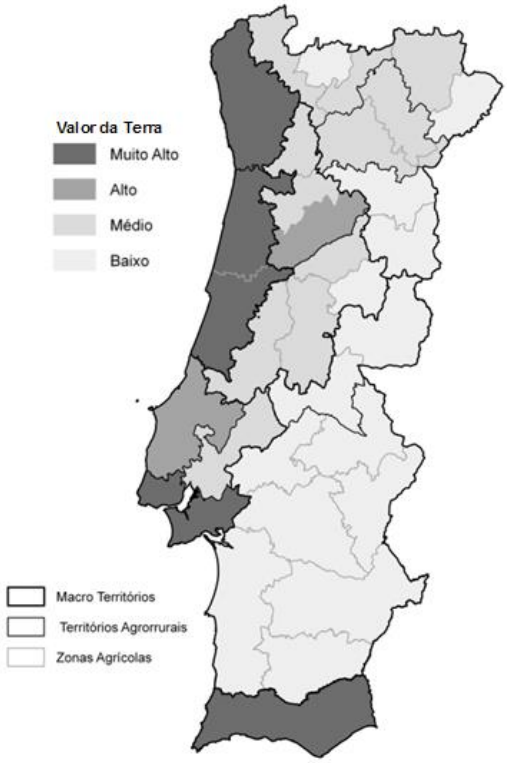


Figura 48. Valor da terra em 2009 por "zonas agrícolas"

À luz do indicador elaborado, é acentuada a diferenciação entre as "zonas" das orlas oceânica do Centro/Norte e do Sul e, com especial expressão, os grandes territórios demarcados (cf. figura 48 e quadro 49): face à média do Continente saliente-se a disparidade entre os valores do índice na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' (0,2) e no 'Norte e Centro Interior' (0,8) e os que se determinam no 'Norte e Centro Litoral' (4) e, mais ainda, no 'Algarve' (7,3). Em paralelo, a comparação das médias dos anos "2000", "2005" e "2009"[24] revela um aumento do valor da terra, ao nível do Continente, até ao meio da década, seguido de abatimento na segunda metade. Enquanto nos anos de "2000" – "2005" o andamento foi de incremento do valor da terra em todos os 'macro' territórios, na segunda metade da década essa tendência apenas se manteve no 'Algarve' e na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo'.

Quadro 49. Intensidade de Transações de Prédios Rústicos e Valor da Terra em 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	N.º Expl. com SAU (1000)	N.º Blocos com SAU (1000)	Número de contratos de compra e venda de prédios rústicos			Índice de Valor da Terra #
				Total (1000)	Por 100 Explorações	Por 100 Blocos	
		(1)	(2)	(3)	(4) = (3) / (1) x 100	(5) = (3) / (2) x 100	(6)
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	27,5	122,6	4,5	16,2	3,6	4,8
	Centro Litoral	26,6	180,7	6,8	25,5	3,8	3,2
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	5,2	12,5	2,4	46,7	19,3	3,1
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	19,1	77,4	4,1	21,3	5,2	1,9
	Lezíria do Tejo	4,8	14,2	3,0	62,7	21,0	1,0
Algarve	Algarve	12,3	83,0	6,7	54,4	8,1	7,3
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	10,6	49,4	4,6	43,7	9,4	0,3
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	30,4	69,1	2,3	7,5	3,3	0,2
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da	26,3	144,1	5,5	20,8	3,8	1,4
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	30,6	164,2	5,4	17,6	3,3	0,9
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	33,7	205,7	6,1	18,1	3,0	1,1
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	49,6	541,0	10,9	22,0	2,0	0,7
	Continente	276,8	1 664,0	6,0	2,2	0,4	1,0

- o índice de valor da terra (col. 6) é o quociente da divisão do valor médio da terra nos *territórios* pelo valor médio no Continente (10 2314€/ ha).

[24] Valores médios dos anos: 2000 e 2001 ("2000"); 2004, 2005 e 2006 ("2005"); 2008, 2009 e 2010 ("2009").

Que ilações do contributo do mercado imobiliário nos ajustamentos operados na base fundiária das unidades agrícolas no decurso dos anos 1999-2009?

O confronto dos indicadores relativos às transações de prédios rústicos ("intensidade de transações") e, como acima se deu conta, às superfícies das terras, circunscritas em explorações agrícolas, "libertadas" e "deslocadas" para reestruturação, ou seja "incorporadas" em unidades agrícolas, possibilita um contributo para a resposta àquela questão.

Tome-se, então, o panorama dos espaços delimitados face ao padrão do Continente das grandezas "intensidade de transações", proporção de terras "libertadas" e quota de terras "incorporadas" em relação às "libertadas" e saliente-se:

(i) Os *territórios* com forte "intensidade de transações" e elevada proporção de terras "libertadas": *Entre Douro e Minho*, *Centro Litoral*, *Cordilheira Central e Pinhal Interior* e *Lisboa e Península de Setúbal*. Todavia, neste conjunto de territórios, assinalam-se duas diferenças:

(i_1) na *Cordilheira Central e Pinhal Interior* o valor da terra cifra-se em torno da média do Continente enquanto os três outros espaços estão incluídos na classe muito alto;

(i_2) "incorporação" de uma elevada fração de terras "libertadas" em explorações agrícolas em *Lisboa e Península de Setúbal*, em funda dissonância com a classificação de 'fraca' nos outros *territórios*. Parece, pois, plausível que em *Lisboa e Península de Setúbal* o mercado imobiliário tenha confluído no ajustamento estrutural das explorações agrícolas de modo mais expressivo do que nos três outros *territórios*. Nestes, o mercado de terras, com fulgor no contexto nacional, terá tido como foco, sobretudo, o fundiário fora do domínio das explorações agrícolas.

(ii) no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*, também com uma forte fração de terras "libertadas", a "intensidade de transações" classifica-se como 'média'. Diferenciando-se na hierarquia do valor da terra – 'alto' no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*, 'médio' nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta* – ambos emergem com fraca proporção de terras que transitaram entre explorações agrícolas. O que indicia um parco impacte das transações na modificação da base fundiária das unidades agrícolas, num contexto de razoável dinamismo do mercado imobiliário e elevada quota de superfície de terras saída de explorações agrícolas.

(iii) os restantes *territórios* têm em comum os baixos índices de "intensidade de transações", mas nas outras vertentes em análise vislumbram-se dissemelhanças:

(iii_1) na *Lezíria do Tejo* e no *Algarve*, que se distanciam entre si no valor da terra ('médio' no primeiro, 'muito alto' no *Algarve*), a elevada porção de terra "libertada" coincide com um baixo rácio superfície de terra "incorporada" superfície de terra "libertada";

(iii_2) o *Douro Vitícola e Terra Quente* e as *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* partilham idênticas classificações (a média do Continente) quanto às transações e ao valor da terra mas afastam-se no que respeita ao peso das terras "incorporadas" – índices 'médio' e 'forte', respetivamente. Em consequência, presume-se que nas *Montanhas e Planaltos do Interior* o mercado possa ter tido maior influência nas mudanças da base fundiária das explorações do que no *Douro e Terra Quente*.

(iii_3) por fim, o 'macro' território agrorrural 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' caraterizado pela inserção nos escalões inferiores da "intensidade de transações", de terra das explorações "libertada" e de valor da terra, mas com forte fração de superfície "incorporada" face à que foi "libertada" no período 1999 a 2009. Em especial neste grande território importa ter em consideração os níveis de parcelamento das explorações: os mais baixos do Continente (em média, como se mostrou - cf. supra, quadro 43 -, 3 blocos por exploração, que compara com 6 no Continente), e em diminuição na década, e com uma dimensão média dos blocos bem acima da medida nos demais espaços, em particular no *território Alentejo e Charneca do Ribatejo* (perto de 30 ha de SAU/bloco, contra 2 ha na média do Continente). Adentro da feição geral deste 'macro' território sobressaem, contudo, os trajetos diferenciados da *Beira Baixa*, com um índice 'médio' de terras "libertadas" mas com 'fraca' transição de terras entre

explorações, e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, em que um índice 'fraco' de terras "libertadas" se alinha com os escalões 'médio' de terras "deslocadas" para reestruturação de explorações e 'forte' no que respeita à relação das superfícies "incorporadas" e "libertadas".

Pese a classificação de 'baixa' "intensidade de transações" do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, os factos relativos à 'elevada' porção de terras "incorporadas", ao parcelamento (aumento relevante da dimensão média dos blocos) das explorações e o alargamento, com expressão em algumas "zonas agrícolas", da base fundiária do universo das explorações agrícolas em 2009 face a 1999 leva a conjeturar que as transações no mercado não poderão ter deixado de ter expressão com significado nos processos de ajustamento estrutural das explorações agrícolas.

Em síntese: num panorama de acentuados contrastes interterritoriais do mercado das terras, evidenciam-se diferenças no seu contributo, em geral modesto, para o ajustamento estrutural das explorações. Sinalizam-se os territórios onde se indicia uma mais relevante intervenção do mercado nas mudanças do fundiário das explorações: *Lisboa e Península de Setúbal* e, embora a um nível bem mais modesto do índice de "intensidade de transações", o *Alentejo e Charneca do Ribatejo*. Por sua vez, são de destacar os *territórios* de mais acentuado dinamismo de mercado à margem do universo das explorações agrícolas: *Entre Douro e Minho*, *Centro Litoral*, *Cordilheira Central e Pinhal Interior*, *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*, *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*. São, sobretudo, as terras para outros usos que não em explorações agrícolas, o alvo de compra e venda.

Cabe agora a vista da evolução dos processos de acesso à terra (as *formas de exploração*) pelos agricultores. Valendo de antemão salientar que a intensidade das *formas de exploração* e as suas combinatórias em dado espaço variam, quer em função do benefício económico expetável da modalidade de fruição da terra, por via dos mercados e ou de apoios financeiros públicos, quer do tipo de "pressão sobre a terra", que depende em particular da existência de agentes, com racionalidades distintas, disponíveis para fazerem uso da terra ou tão só para dela "tomarem conta".

Quadro 50. Variação % da SAU por Formas de Exploração, 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Variação % 1999 - 2009 da SAU por Formas de Exploração (%)			
		Total	Conta Própria	Arrendamento	Outras formas
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	-12,0	-11,1	-9,5	-25,8
	Centro Litoral	-25,4	-29,3	-13,8	-9,1
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	-9,9	-9,6	-47,5	62,2
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	-20,1	-25,5	-2,5	-0,7
	Lezíria do Tejo	-1,6	-9,6	35,2	-19,9
Algarve	Algarve	-13,4	-11,1	-29,3	-13,9
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	-9,3	-12,5	2,7	-15,0
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	0,6	0,5	-1,1	11,3
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	-12,1	-7,6	-7,8	-48,9
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	-20,0	-19,9	-20,9	-20,1
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	-10,4	-9,7	-16,2	-32,6
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro	-6,9	-3,0	-39,0	9,2
	Continente	-5,2	-5,7	-5,0	0,8

Cedências = *Outras formas de exploração*: as outras formas jurídicas (que não a conta própria ou o arrendamento) pelas *quais o produtor dispõe da terra que constitui a SAU* (cf. INE, *RA2009: Manual de Instruções*).

Por exemplo, numa lógica de manutenção patrimonial alguns proprietários com fontes alternativas de proventos e de vivência cedem o uso das terras aos vizinhos mais próximos e menos ausentes do acompanhamento dos campos, obtendo ainda eventuais contrapartidas prestadas pelos fruidores através de pagamentos informais (em espécie e ou em dinheiro) de *rendas* provenientes de ajudas públicas.

A conta própria tem constituído a *forma de exploração* predominante na agricultura nacional e nos anos 1999-2009 assim se manteve[25] e, na média do Continente, o seu peso relativo face às outras *formas* (o arrendamento e as cedências) também não se alterou. Apenas a extensão das terras cedidas tem uma variação ligeira positiva resultante dos incrementos nos *territórios Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior*[26], *Lisboa e Península de Setúbal* e, sobretudo, *Alentejo e Charneca do Ribatejo* (cf. quadros 50 e 51). Incrementos que compensaram a regressão notável da área de cedências verificada nos demais *territórios*, com particular destaque no *Douro Vitícola e Terra Quente* e nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta*[27].

Quadro 51. Repartição (%) da SAU por Formas de Exploração, em 1999 - 2009, por Territórios Agrorrurais

Macro	Territórios Agrorrurais	Conta Própria			Arrendamento			Outras Formas		
		2009	1999	Δ 2009 - 1999	2009	1999	Δ 2009 - 1999	2009	1999	Δ 2009 - 1999
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	72	71	0,8	21	21	0,6	7	9	-1,3
	Centro Litoral	73	77	-4,0	19	17	2,6	8	6	1,4
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	75	75	0,3	10	17	-7,0	15	8	6,7
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	72	77	-5,2	17	14	3,1	10	8	2,0
	Lezíria do Tejo	67	73	-6,0	27	20	7,3	6	7	-1,3
Algarve	Algarve	84	81	2,2	9	12	-2,1	7	7	0,0
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	71	74	-2,6	25	22	2,9	4	4	-0,3
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	66	67	-0,1	28	29	-0,5	5	5	0,5
Transição Centro	Mont. do Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	84	80	4,1	10	9	0,4	6	11	-4,5
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	81	81	0,2	14	14	-0,2	6	6	0,0
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	94	93	0,8	4	5	-0,3	1	2	-0,5
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro	88	85	3,5	8	12	-4,1	4	3	0,6
	Continente	73	73	-0,4	22	22	0,1	5	5	0,3

[25] Pese a eventual dificuldade do registo censitário proveniente da ambiguidade interpretativa do conceito. Com efeito, o conceito de conta própria (CP) contempla, para além da SAU que é propriedade do produtor, a que o produtor explora, nomeadamente a *título de usufrutuário* (ou seja, o *beneficiário de um direito denominado usufruto, que converte em utilidade própria o uso ou o produto de um bem alheio, cabendo-lhe todos os frutos que o bem usufruído produzir*). Deste modo, a interrogação: em que medida parcelas de SAU não terão sido registadas em CP quando deveriam ter sido contadas em *outras formas de exploração* (cedências de terras)? – cf. INE, *RA2009: Manual de Instruções*; e Rolo, 2010.

[26] Nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* – onde a quebra de relevo do arrendamento só não aconteceu no "Alto Minho" - o incremento das cedências verificou-se em todas as "zonas agrícolas" à exceção do "Alto Minho" e do "Barroso" (em ambas aumentou a conta própria – que se deve ao registo em aumento da superfície de *baldio*) e "Beiras Douro e Transmontana" (aqui todas as *formas* minguaram de extensão).

[27] Nas *Montanhas do Douro e do Vouga e Planalto da Beira Alta* assinalam-se as "zonas" em que, no decurso da década, apenas a conta própria reforçou o seu peso relativo: "Viseu, Dão e Mondego", "Lafões e Norte da Beira Alta". Situação que tão só se repete, adentro do *território Cordilheira Central e Pinhal Interior*, no "Pinhal Interior". Ainda em *territórios* com os mais acentuados decréscimos da SAU (acima de -10%) são de fixar as "zonas": (i) com crescimento dos pesos da conta própria e do arrendamento – "Entre Douro e Minho" e "Cova da Beira"; (ii) com aumento das proporções de conta própria e, sobretudo, das cedências – "Serra da Estrela" (aqui, a importância do arrendamento, embora persista expressiva, 28%, retrocedeu face aos 33% de 1999); (iii) com abaixamento da quota de conta própria e aumento da importância de terras em renda e cedidas - "Beira Litoral Norte, Vouga e Bairrada" e, na *Cordilheira Central,* "Lousã, Estremadura Interior e Maciços Calcários".

No *Alentejo e Charneca do Ribatejo* – onde aumentou a base fundiária das unidades agrícolas – o redimensionamento das explorações, de par com as cedências, fez-se também com o alargamento da conta própria, um caso único à escala dos *territórios* delimitados[28].

De registar pelo lado do arrendamento, e onde este supera a importância na média do Continente, os acréscimos da respetiva extensão na *Beira Baixa*[29] e, mais ainda, na *Lezíria do Ribatejo*. Em síntese: o arrendamento e a cedência de terras não se afirmaram como alternativa substantiva à *forma de exploração* por conta própria. E onde despontaram com mais significado foi nos *territórios* com estruturas fundiárias de maiores dimensões: o arrendamento na *Lezíria do Tejo* e na *Beira Baixa*; as cedências no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*. É certo que a extensão de terras cedidas aumentou nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* e em *Lisboa e Península de Setúbal*, porém, tais aumentos ficaram bem aquém dos decréscimos respetivos registados nas superfícies em renda.

[28] No *Alentejo e Charneca do Ribatejo*: (i) o crescimento da dimensão de cedências só não ocorreu na "Charneca e Sorraia" (aqui aumentou a superfície em arrendamento – em paralelo com o ganho de relevância do milho e do arroz nas culturas temporárias) e no "Sado e Alentejo Litoral" (nesta "zona", o pesado recuo do arrendamento foi contrabalançado pelo forte acréscimo da superfície em conta própria – em linha com a presumível diminuição do cultivo de arroz feito por rendeiros e a expansão, quer do pinheiro manso e do olival, quer da superfície de hortícolas e das forragens anuais/incremento das vacas leiteiras); (ii) no "Alentejo Entre Caia e Guadiana" e, mais ainda, no "Alto Alentejo", o arrendamento cresceu, coadjuvando assim as cedências na reconfiguração estrutural das explorações; (iii) no "Alentejo Central", aquele processo contou também, embora em menor monta do que as cedências e o arrendamento, com o alargamento da conta própria; (iv) por último, as "zonas" alentejanas de aumento da conta própria e de retração da área em renda: "Baixo Alentejo" (o caso singular, recorda-se, de ampliação da *superfície irrigável*) e "Transição Baixo Alentejo Algarve".

[29] Na *Beira Baixa*, o acréscimo do arrendamento resulta da expansão verificada na "Transição Beiras-Alentejo e Ribatejo" - um aumento de peso de 14% para 21%; cerca de mais 6.600 ha, o que a aproxima dos aumentos de terras em renda mais relevantes: "Alentejo Central" (+7.100ha), "Lezíria do Tejo" (+8.000ha) e "Alto Alentejo" (perto de +11.000ha).

3. Explorações agrícolas e tipos de agricultores

Dando continuidade ao percurso iniciado no capítulo 2, a análise das diversas agriculturas do Continente português vai focar-se na compreensão da diversidade das estruturas das explorações agrícolas e dos tipos de agricultores, à luz das seguintes questões:

Quem são os agentes que dão vida às unidades agrícolas? Quais os constrangimentos estruturais com que se deparam? Que objetivos e resultados os guiam? Que recursos e estratégias mobilizam?

Qual é o perfil dos diferentes territórios agrorrurais, quando olhado pelo prisma das estruturas das explorações agrícolas e dos tipos de agricultores? Há um acentuado contraste entre territórios no que respeita ao peso relativo dos vários tipos de agricultores e explorações? Em que sentido?

Em sequência, aborda-se num primeiro ponto a dimensão económica (DE) das unidades agrícolas porquanto se trata de atributo relevante de diferenciação estrutural das explorações e dos agentes que as suportam. Em função da DE das explorações em 2009 traça-se aqui o cenário da diversidade das "zonas agrícolas" no Continente. Em seguida, e com o referencial sobretudo dos grandes *territórios agrorrurais* demarcados, procede-se à observação crítica dos valores económicos da produção agrícola global por unidades de trabalho e de terra – as produtividades (parciais) do trabalho e da terra (VPP/UTA e VPP/ha). Por fim, num terceiro ponto, mostram-se as mudanças nos grupos fundamentais de *produtores* agrícolas, com ênfase nas variáveis produção e no domínio do fundiário circunscrito em explorações, e no respetivo quadro em 2009.

3.1. Dimensão económica, estrutura das explorações e territórios

A dimensão económica das explorações agrícolas é um importante atributo da sua caraterização e também um sinalizador precioso das diferenças de estrutura dessas unidades produtivas e da natureza e estratégias dos *produtores* agrícolas.

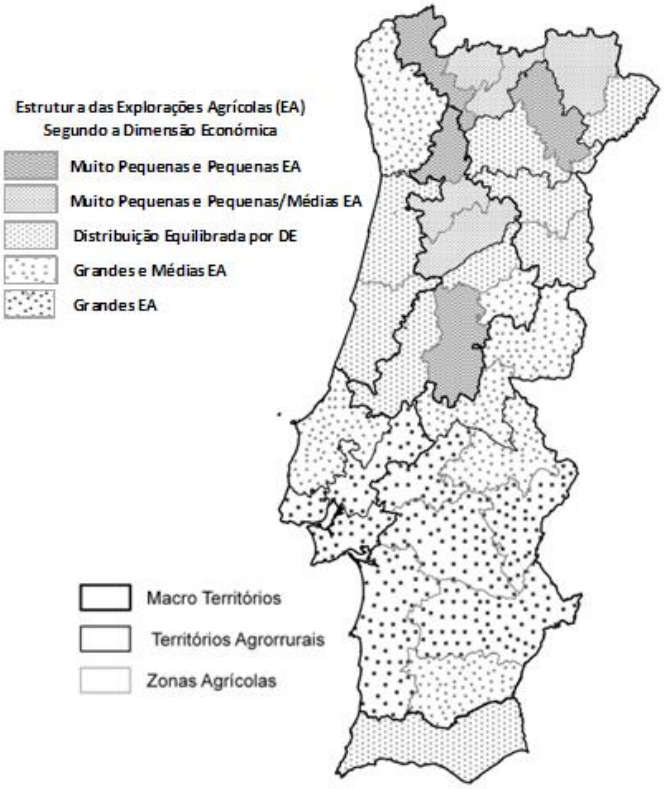
Dimensão Económica das Explorações Agrícolas

A dimensão económica (**DE)** é definida com base no *Valor de Produção Total (VPT) ou* ***Valor de Produção Padrão Total (VPPT)*** *da exploração*, ou seja, a *soma dos diferentes VPP obtidos por estimativa para cada atividade baseada em valores unitários por ha ou por cabeça natural ou normal dos efetivos pecuários*; sendo que o VPP (Valor de Produção Padrão) *é o valor monetário médio* [quinquénio 2005 a 2009] *da produção agrícola numa dada região, obtido a partir de preços de venda à porta da exploração*. Fonte: INE, *RA2009.*

Para iniciar a incursão nestes temas, apresenta-se o panorama global da diversidade das "zonas agrícolas" em função da dimensão económica das explorações em 2009 (figura 49), porque ele constitui um testemunho impressivo das profundas clivagens entre as estruturas agrárias dos grandes espaços constitutivos do território do Continente e permite fundamentar as escalas de observação adotadas no desenvolvimento desta seção e das seguintes.

Face à tipologia baseada na dimensão económica (DE) das explorações a heterogeneidade dos *territórios* agrorrurais e dos seus 'macro' agregados é em geral pequena.

Todavia, devem anotar-se as clivagens internas no 'Norte e Centro Litoral', onde se destaca o *Entre Douro e Minho* pelo predomínio de *médias* e *grandes* explorações, e no 'Norte e Centro Interior', onde coexistem territórios com distribuições equilibradas pelas várias classes de dimensão com outros onde predominam *muito pequenas* e *pequenas* explorações (a pequena agricultura).



Não inclui as explorações agrícolas (EA) sem SAU ou mais de 20 mil € por ha de SAU, de grande dimensão económica (> de 100mil € VPP) e especializadas nas atividades granívoros (sem suínos extensivos), horticultura intensiva, outras culturas temporárias e outras culturas permanentes e leite e carne de bovino (sem pecuária extensiva).

Classes de Dimensão Económica (em VPP) das EA:

Muito Pequenas	<8 mil €
Pequenas	8 - 25 mil €
Médias	25 - 100 mil €
Grandes	> 100 mil €

Figura 49. Dimensão Económica das explorações por "zonas agrícolas" e territórios agrorrurais

Com este pórtico de entrada, apresenta-se um primeiro esboço da importância relativa, no Continente e por 'macro' territórios agrorrurais, das explorações agrícolas de cada uma das grandes classes de dimensão económica (cf. quadro 52).[30]

Em 2009 e no conjunto do Continente as *grandes* explorações, com um peso numérico inferior a 3% do total e empregando 12% das UTA, concentram quase 40% da superfície agrícola e florestal (uma quota da mesma ordem de grandeza da extensão *irrigável*) e são responsáveis por um pouco mais de 55% do valor económico (em VPP) gerado na agricultura[31]. Em participação económica e usufruto territorial seguem-se-lhes os *produtore*s com *médias* explorações (20% do VPP, 25% da superfície agrícola e florestal e 22% da superfície *irrigável*, mas apenas 6% e 11%, respetivamente em termos numéricos e de UTA). As *muito pequenas* explorações, quase 80% do universo e com 63% das UTA, respondem por 13% do valor da produção e fruem perto de 25% das superfícies agrícola e florestal e *irrigável*. Por último, o grupo das *pequenas* unidades, com 12% do total de explorações e cerca de 10% da valia económica, representa 14% das UTA bem como da superfície agrícola e florestal e da superfície *irrigável*.

[30] Salvo indicação expressa em contrário, na análise desenvolvida a partir daqui o Valor da Produção Padrão é considerado na sua totalidade, isto é, sem exclusão de qualquer atividade.

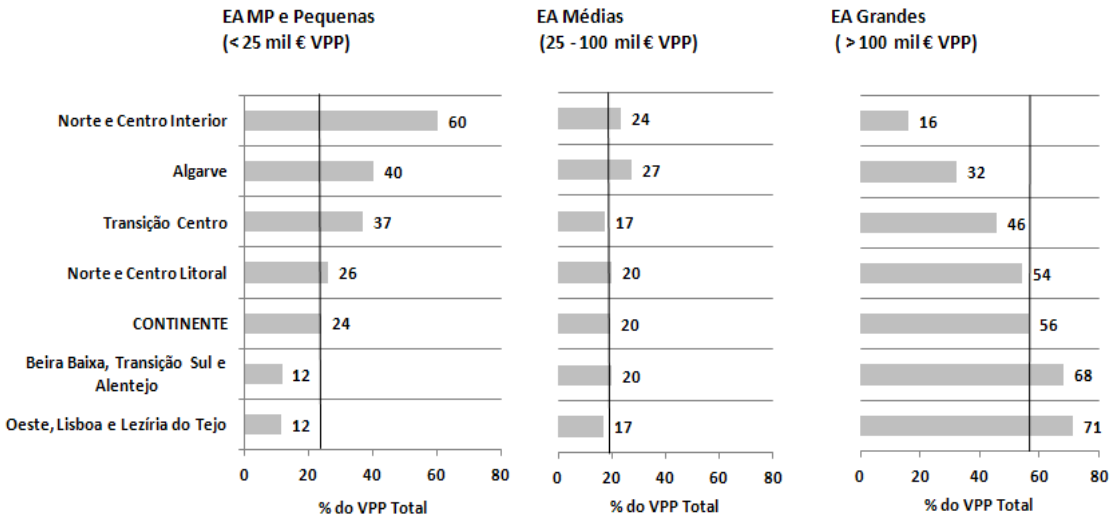
[31] A propósito da relevância das *grand*es explorações na agricultura nacional, deixa-se a alusão a um estudo do INE sobre as *empresas não financeiras na atividade agrícola* (INE, 2012a). O registo destas empresas era de 32.381 (num total de 305.266 explorações agrícolas com SAU contadas em Portugal pelo *RA2009*). Este reduzido núcleo de *empresas* concentra 56% da SAU e gera 64% do valor económico agrícola nacional; mas, pelo seu perfil estrutural e tecnológico a sua quota no emprego ronda apenas os 20%. No seu âmbito, pouco mais de 7.000 unidades produtivas, com uma dimensão económica (DE) superior a 100.000€, ocupam 34% da SAU e contribuem com 47% para o valor da produção (Id.).

Mas as clivagens interterritoriais são muito acentuadas: em alguns 'macro' territórios a *grande* agricultura é largamente dominante em termos territoriais e económicos, enquanto noutros prevalece a *pequena* agricultura (cf. quadro 51 e figuras 49 e 50).

Quadro 52. Repartição do trabalho, das áreas e do valor da produção das explorações agrícolas, por classes de dimensão económica, em 2009, por Macro Territórios Agrorrurais

Macro Territórios Agrorrurais	% das Classes de Dimensão Económica no Total do Continente e de cada Macroterritório															
	Muito Pequenas Explorações (< 8 mil € VPP)				Pequenas Explorações (8 - 25 mil € VPP)				Médias Explorações (25 - 100 mil € VPP)				Grandes Explorações (> 100 mil € VPP)			
	UTA	Sup. Agrícola e Florestal	Sup. Irrigável	Valor da Produção Padrão	UTA	Sup. Agrícola e Florestal	Sup. Irrigável	Valor da Produção Padrão	UTA	Sup. Agrícola e Florestal	Sup. Irrigável	Valor da Produção Padrão	UTA	Sup. Agrícola e Florestal	Sup. Irrigável	Valor da Produção Padrão
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Norte e Centro Litoral	69	49	37	15	14	20	19	11	9	16	20	20	9	15	25	54
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	32	17	5	4	17	12	8	7	20	20	22	17	30	51	65	71
Algarve	56	46	14	19	19	27	22	21	13	18	33	27	12	9	30	32
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	35	9	5	5	13	9	7	7	20	28	25	20	32	53	63	68
Transição Centro	81	62	49	25	9	15	19	12	5	15	19	17	4	7	12	46
Norte e Centro Interior	72	43	48	34	17	25	28	26	8	22	18	24	3	9	6	16
Continente	63	24	23	13	14	14	14	11	11	25	22	20	12	38	41	56

Figura 50. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP) por Classes de Dimensão Económica



Evidencie-se apenas a título ilustrativo:

(1.º) No 'Norte e Centro Interior' o contributo das *grandes* explorações significa apenas um pouco mais de 15% do valor da produção, o que compara com os 60% das *muito pequenas* e *pequenas*, ao invés no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' e na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' a relevância económica da *grande* agricultura ascende ao patamar dos 70%;

(2.º) Se nestes dois últimos espaços o domínio da superfície agrícola e florestal dos agricultores de *muito pequena* e *pequena* dimensão se situa, respetivamente, nos limiares de 30% e de 20% (contra cerca de 50% dos de *grande* dimensão), nos restantes 'macro' territórios a sua influência abeira-se de ou excede mesmo os 70% (no 'Algarve' e na 'Transição Centro').

Acrescente-se que um pequeno número de *grandes* explorações "especializadas"[32] (em 2009, pouco mais de 650 explorações, 0,2% do total apurado) detêm uma quota do valor económico da agricultura do Continente superior a 10%. Fração que excede os 20% no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* e mesmo os 30% no *Centro Litoral* e no grande território da 'Transição Centro'.

Com o foco nos quatro estratos de dimensão económica das explorações impõe-se um primeiro destaque sobre a diferenciação estrutural das unidades agrícolas portuguesas, começando pela análise das suas dimensões físicas médias (cf. quadro 53).

Quadro 53. Dimensões físicas médias das explorações agrícolas, por classes de dimensão económica, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	Área Agrícola e Florestal por Exploração Agrícola						Volume de Trabalho (UTA) por Exploração Agrícola					
	Total	Classes de Dimensão Económica				Quociente Grandes/ Muito Pequenas	Total	Classes de Dimensão Económica				Quociente Grandes/ Muito Pequenas
		Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes			Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	
	ha/expl.	ha/expl.	ha/expl.	ha/expl.	ha/expl.		UTA/expl.	UTA/expl.	UTA/expl.	UTA/expl.	UTA/expl.	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)= (5)/2)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)= (11)/(8)
Norte e Centro Litoral	5	3	8	13	21	7	1,5	1,3	1,7	2,4	4,0	3
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	13	4	8	20	102	29	1,3	0,7	1,2	2,0	6,1	9
Algarve	11	6	20	35	74	12	0,9	0,7	1,2	2,1	8,2	12
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	60	8	41	150	494	61	1,1	0,5	1,0	1,9	5,4	10
Transição Centro	5	4	11	29	39	10	1,2	1,1	1,6	2,2	4,7	4
Norte e Centro Interior	10	5	20	66	201	39	1,1	1,0	1,6	2,6	8,2	8
Continente	16	5	18	64	222	47	1,2	1,0	1,4	2,1	5,4	5

Repare-se, para qualquer um dos espaços considerados, nas enormes diferenças entre a base fundiária (área agrícola e florestal) e o volume de emprego (n.º de UTA) das explorações dos vários estratos, assumindo a sua expressão máxima entre as *grandes* e as *muito pequenas* explorações, como revelam de modo exuberante os indicadores constantes das colunas (6) e (12). Como as produtividades da terra variam muito territorialmente, as diferenças de dimensão fundiária são também significativas entre as explorações de um mesmo estrato de dimensão económica, oscilando no caso das *grandes* explorações entre um mínimo de 21 ha no 'Norte e Centro Litoral' e um máximo de 494 ha na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' e entre valores mínimo e máximo, respetivamente, de 13 e 150 ha nas *médias* explorações [cf. col. (4) e (5) do quadro 53].

A amplitude de variação por territórios do número de UTA das explorações pertencentes a cada estrato é menor, como se pode observar nas colunas (8) a (11) ainda do quadro 53.

A muito pequena dispersão interterritorial dos valores médios do VPP por exploração em cada estrato de agricultura (cf. quadro 54) não surpreende, dado que estes são, por definição, estabelecidos como intervalos de variação desse indicador. Neste quadro, a maior amplitude de variação no seio das *grandes* explorações explica-se apenas pelo facto de não ser fixado o limite superior do correspondente estrato (o intervalo > 100 mil € de VPP é aberto à direita).

[32] Explorações agrícolas sem SAU ou com mais de 20 mil € de VPP por ha de SAU, de *grande* dimensão económica (> de 100 mil € VPP) com especialização nas atividades: granívoros (sem suínos extensivos), horticultura intensiva, "outras culturas temporárias" e "outras culturas permanentes" e leite e carne de bovino (sem pecuária extensiva).

Quadro 54. Dimensões económicas médias das explorações agrícolas, por classes de dimensão económica, em 2009

	Valor da Produção Padrão por Exploração Agrícola (1 000 €)					
	Total	Classes de Dimensão Económica				Quociente Grandes/ Muito Pequenas
		Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	
	VPP/expl.	VPP/expl.	VPP/expl.	VPP/expl.	VPP/expl.	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)= (5)/2)
Norte e Centro Litoral	15	3,0	13	52	247	83
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	37	2,6	14	50	420	160
Algarve	10	2,4	14	47	240	98
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	29	2,1	14	51	305	143
Transição Centro	8	2,2	13	47	360	162
Norte e Centro Interior	6	2,5	14	43	219	88
Continente	15	2,5	14	49	318	128

À semelhança do que se verificou com as dimensões físicas, note-se como são abissais as diferenças de dimensão económica média entre as *grandes* e as *pequenas* e *muito pequenas* explorações agrícolas.

> As médias globais apresentadas nos quadros 53 [col. (1) e (7)] e 54 [col. (1)] para cada 'macro' território correspondem à média ponderada, pelos pesos constantes do quadro 51, dos valores dos indicadores dos quatro estratos de dimensão económica. Assim, as dimensões médias globais das explorações agrícolas em cada 'macro' território, bem como os valores de outros indicadores fortemente correlacionados com a dimensão, refletem sobretudo os pesos dos estratos na sua estrutura produtiva pelo que a sua interpretação deve fundamentar-se, sempre que possível, em informação desagregada por classes de dimensão das explorações.
>
> De acordo com esta ilação e na senda de outros trabalhos (cf. Cordovil, 1979 e 1991), na análise seguinte começa-se por identificar os indicadores cuja variação está mais diretamente relacionada com a da dimensão económica das explorações.

Numa primeira etapa, a análise da relação entre a variação dimensão económica e outras caraterísticas das explorações foi conduzida ao nível máximo de detalhe permitido pela informação disponível (6 classes DE x 278 concelhos), tendo-se apurado um conjunto de indicadores cuja variância era explicada em mais de 70%[33] pela dimensão económica. Verificou-se, em seguida, que a passagem de 6 a 4 classes de DE (< 8 mil €; 8-25 mil; 25-100 mil € e >100 mil €) não implicava uma redução significativa da proporção da variância dos mesmos indicadores atribuível à dimensão económica das explorações.

Atendendo a essas conclusões, a análise desenvolvida neste capítulo baseia-se, regra geral, na classificação dos dados nessas 4 classes de DE, também designados por estratos (de agricultura ou de explorações agrícolas).

Da análise empreendida resultam três conjuntos de indicadores cuja variação está muito fortemente correlacionada com a dimensão económica das explorações (quadro 55).

[33] A medida síntese de análise da variância realizada é o quociente entre a soma ponderada dos quadrados dos desvios das médias das classes de DE à média global e a soma dos desvios de todas as observações a essa mesma média.

Quadro 55. Análise de correlação da dimensão económica com outros atributos das explorações agrícolas em 2009
Com base em 4 classes de dimensão económica e 6 macro territórios agrorrurais

	Volume de trabalho (UTA), Peso do Trabalho Familiar (UTAF) e Produtividade (VPP/UTA)			Repartição (%) do Valor da Produção Padrão segundo a Natureza Jurídica dos Produtores				Fontes de Rendimento dos Produtores Singulares (PS)		
	N.º de UTA por Exploração Agrícola	UTA Familiares % UTA Total	Valor da Produção Padrão por UTA	PS Familiares (autónomos)	PS Empresários	Sociedades	PS Empresários e Sociedades	N. º PS > 50% Rend Exterior % N.º dos PS	VPP PS > 50% Rend Exterior % VPP PS	% dos PS com 50% Rend Exterior cuja fonte principal são pensões
Coeficiente de Determinação R2	0,87	0,88	0,93	0,96	0,80	0,98	0,96	0,87	0,88	0,88
Coeficiente de Correlação R	0,93	-0,94	0,97	-0,98	0,89	0,99	0,98	-0,93	-0,94	-0,94
Modelo	Potencial	Exponencial	Potencial	Polinomial (2º grau)				Potencial		

Analisa-se em seguida a informação referente a cada um desses conjuntos.

Quadro 56. Volume de trabalho (UTA), Peso do Trabalho Familiar (UTAF) e Produtividade (VPP/UTA), por classes de dimensão económica, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	Nº UTA por Exploração Agrícola				UTA Familiares no Total das UTA das Explorações Agrícolas				Produtividade do Trabalho nas Explorações Agrícolas			
	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
	UTA	UTA	UTA	UTA	%	%	%	%	000 €	000 €	000 €	000 €
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Norte e Centro Litoral	1,3	1,7	2,4	4,0	96	87	75	42	2,2	8	22	62
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	0,7	1,2	2,0	6,1	94	85	62	15	3,9	12	25	69
Algarve	0,7	1,2	2,1	8,2	97	84	51	8	3,7	12	23	29
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	0,5	1,0	1,9	5,4	93	74	43	10	3,9	14	28	57
Transição Centro	1,1	1,6	2,2	4,7	96	81	60	22	2,0	8	21	76
Norte e Centro Interior	1,0	1,6	2,6	8,2	93	80	46	10	2,5	8	16	27
Continente	1,0	1,4	2,1	5,4	95	82	56	18	2,5	10	23	59

A observação da informação referente ao primeiro conjunto (quadro 56), além de confirmar a estreitíssima correlação dos três indicadores analisados com a dimensão económica das explorações, permite destacar:

(i) a grande proximidade das *muito pequenas* e *pequenas* explorações agrícolas no referente ao escasso volume de emprego por exploração e ao peso largamente dominante do trabalho familiar;

(ii) a produtividade bruta do trabalho agrícola nas *muito pequenas* explorações, assim como o seu VPP total, fica sempre muito aquém do rendimento salarial mínimo anual, cerca 5 mil euros em 2009, sugerindo que essas explorações operam com base em mão-de-obra sem emprego alternativo e/ou não transferível para outras atividades e não representam a principal fonte de rendimento e subsistência das famílias;

(iii) os valores da produtividade bruta do trabalho nas *pequenas* explorações, embora um pouco superiores aos das *muito pequenas*, são próximos do rendimento salarial médio à data (cerca de 10 mil euros[34]), indicando que também nestas os ganhos auferidos, apenas uma parcela da produção bruta, serão em regra insuficientes para prover as necessidades das famílias;

[34] De acordo com a informação do INE (2011a, "Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem por Local de residência, NUTS – 2002, e Profissão; Anual", in www.ine.pt, ac. junho 2011) a média do rendimento líquido anual da população empregada nos anos 2006-09 situou-se em 10.314,50 €.

(iv) nas explorações de *média* dimensão o volume de emprego é em geral da ordem das duas UTA, o trabalho familiar é dominante no Continente (56%) e em quatro dos seis 'macro' territórios, mas minoritário noutros dois, e a produtividade do trabalho situa-se já em patamares que indicam uma inserção plena no mercado e a obtenção de rendimentos equiparáveis aos ganhos salariais médios;

(vi) por último, nas *grandes* explorações agrícolas o volume de emprego ultrapassa as quatro unidades, o trabalho familiar torna-se acentuadamente minoritário, à exceção do 'Norte e Centro Litoral' (peso das UTAF=42%), e a produtividade do trabalho ascende a níveis muito superiores aos das restantes classes de dimensão económica, salvo no 'Algarve' e no 'Norte e Centro Interior' onde não se distancia muito dos obtidos nas *médias* explorações; na maioria das *grandes* unidades agrícolas a regra é não só a plena inserção no mercado com a focalização na obtenção excedentes de exploração que permitam remunerar quer o trabalho, quer o património fundiário e os capitais investidos.

Produtor agrícola - *é o responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou jurídica por conta e em nome da qual a exploração produz, que retira os benefícios e suporta as eventuais perdas e que toma as decisões de fundo, com impacto económico e financeiro.* O *produtor agrícola* classifica-se: **(a) Produtor individual ou singular** - se for uma *pessoa física*, sendo titulado de **(a_1) *autónomo*** (agricultor familiar ou detentor de exploração agrícola familiar), quando *utiliza maioritariamente mão-de-obra agrícola familiar (própria, do seu agregado doméstico ou de outros familiares)*; ou **(a_2)** de ***empresário***, quando *utiliza maioritariamente mão-de-obra agrícola assalariada*. **(b)** Entidade legal (uma *pessoa jurídica*) *que não seja um indivíduo, podendo, neste caso, assumir um carácter público ou privado*: **(b_1) *sociedades*** (*constituídas segundo os códigos comercial e civil*: por ações – anónimas; *por quotas de responsabilidade limitada*; *em nome coletivo*; *em comandita*; *unipessoal*); **(b_2) *baldios*** (*terrenos comunitários fruídos e geridos por compartes, moradores de uma ou mais freguesias que, segundo os usos e costumes, têm direito ao uso do baldio.*); **(b_3) outras** (*Estado e entidades públicas*, por ex. *Companhia das Lezírias*; *cooperativas*; *associações*; *fundações*; *Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)*; *seminários*; *conventos*; *mosteiros*; *escolas privadas, etc.*) - cf. INE, *RA2009: Manual de Instruções*.

Os indicadores constantes do quadro 57 reportam-se à análise da relação da dimensão das explorações com a importância relativa, respetivamente, dos *produtores* familiares, dos *produtores* singulares empresários e das sociedades. Para medir essa importância selecionou-se como variável de referência o Valor da Produção Padrão (VPP), por ser aquela que conduziu a correlações mais altas com a dimensão económica e a resultados mais propícios à comparação dos três tipos de *produtores*. No âmbito da seção 3.3, dedicada à importância e diversidade dos tipos de agricultores, serão considerados outros atributos dos *produtores* pois as temáticas dessa seção são mais diversas e amplas.

Quadro 57. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP) segundo a Natureza Jurídica dos Produtores, por classes de dimensão económica, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	PS Familiares % do VPP das Explorações Agrícolas				PS Empresários % do VPP das Explorações Agrícolas				Sociedades % do VPP das Explorações Agrícolas			
	Muito Pequenas %	Pequenas %	Médias %	Grandes %	Muito Pequenas %	Pequenas %	Médias %	Grandes %	Muito Pequenas %	Pequenas %	Médias %	Grandes %
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Norte e Centro Litoral	99	93	86	46	0,6	3,1	5	8	0,3	2,5	7	45
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	99	95	82	31	0,5	1,7	6	11	0,8	3,2	12	56
Algarve	99	95	70	27	0,3	2,2	15	17	0,3	2,0	15	55
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	98	90	66	21	0,9	3,3	12	19	1,3	6,5	21	58
Transição Centro	99	92	82	28	0,6	3,5	5	6	0,3	3,6	11	65
Norte e Centro Interior	98	92	75	31	1,1	4,3	10	8	0,2	2,0	12	54
Continente	99	93	77	30	0,8	3,3	8	13	0,4	3,3	14	55

A altíssima correlação entre a variação da dimensão económica das explorações e a natureza jurídica (e social) dos respetivos *produtores* está bem evidenciada nos resultados expostos:

(i) nas *muito pequenas* e *pequenas* explorações agrícolas a preponderância dos *produtores* familiares (ou "autónomos" na terminologia dos recenseamentos agrícolas) é quase absoluta (mais de 90% do VPP total em qualquer dos 'macro' territórios);

(ii) nas *médias* explorações a produção familiar é ainda acentuadamente dominante (mais de dois terços do VPP total em todos os 'macro' espaços), mas os *produtores* singulares empresários e as sociedades assumem já alguma importância (12% a 33% do VPP total);

(iii) finalmente, nas *grandes* unidades produtivas as sociedades detêm sempre a posição cimeira (55% do VPP no Continente, com um mínimo de 45% no 'Norte e Centro Litoral') e em conjunto com os *produtores* singulares empresários representam 68% do VPP do Continente e mais de 53% do VPP em qualquer dos 'macro' territórios.

Estes resultados são coerentes com o observado na relação entre a variação da dimensão económica das explorações, os respetivos volume, natureza (familiar/assalariado) e produtividade do trabalho utilizado e com os comentários, a esse propósito, sobre a racionalidade económica orientadora das unidades produtivas dos diferentes estratos.

Antes de se esboçar uma síntese das principais ilações da análise empreendida nesta seção 3.1, considere-se o último dos três conjuntos de indicadores referenciados no início (cf. quadro 58): fontes dos rendimentos dos *produtores* agrícolas singulares.

Quadro 58. Fontes de Rendimento dos Produtores Singulares (PS), por classes de dimensão económica, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	% do N.º de PS com > 50% Rend Proveniente do Exterior da Exploração nas Explorações Agrícolas				VPP dos PS > 50% Rend Exterior % do VPP dos PS nas Explorações Agrícolas				% dos PS > 50% Rend Exterior à Expl. cuja Fonte Principal são Pensões nas Explorações Agrícolas			
	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes	Muito Pequenas	Pequenas	Médias	Grandes
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Norte e Centro Litoral	94	75	41	17	92	73	38	17	50	31	16	8
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	97	79	46	24	95	76	42	21	56	46	28	14
Algarve	96	77	51	34	94	74	49	32	61	45	26	6
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	97	76	46	31	95	74	43	29	63	38	20	9
Transição Centro	95	77	57	40	93	75	54	38	58	41	30	14
Norte e Centro Interior	92	62	43	28	89	59	41	26	58	39	23	11
Continente	95	72	46	26	92	70	43	24	57	39	23	11

Os resultados apresentados confirmam os comentários realizados aquando da análise das implicações da dimensão das explorações, bem como das produtividades do trabalho:

(i) salvo circunstâncias excecionais, as *muito pequenas* explorações agrícolas não constituem a origem principal de rendimento da família [cf. col. (1) e (5) do quadro 58], sobressaindo nas fontes de rendimento externas as pensões/reformas [cf. col. (9)], um sinal expressivo do envelhecimento das famílias e das causas da persistência dessas *muito pequenas* explorações;

(ii) nas famílias dos *produtores* detentores de *pequenas* unidades é ainda largamente dominante a dependência de fontes de rendimento exteriores à exploração agrícola (72% no Continente e mais de 75% em todos os 'macro' territórios, à exceção do 'Norte e Centro Interior', com 62%); a ocorrência de uma proporção significativa, embora minoritária, de *pequenas* explorações que constituem a fonte principal de rendimento das famílias agricultoras sinaliza, com elevada probabilidade, situações de extrema carência económica, sendo especialmente preocupante o valor que essa proporção atinge no 'Norte e Centro Interior' (38%);

(iii) esta situação assumiria uma expressão ainda mais séria se as pensões não dessem um contributo tão importante [cf. col. (10) do quadro 58] como suporte do rendimento das famílias dos pequenos agricultores;

(iv) conforme previsto, a dimensão económica das *médias* explorações cria condições mais favoráveis para que estas constituam a fonte principal de rendimento das famílias, o que se verifica em 54% dos casos no Continente; mas nada obsta a que as fontes de rendimento externas constituam em muitos casos a quota-parte maioritária dos proventos do agregado doméstico do *produtor*, como atestam os 46% de ocorrência dessa circunstância no Continente e a ultrapassagem dos 50% em dois dos seis 'macro' espaços ('Algarve' e 'Transição Centro');

(v) por maioria de razão as *grandes* explorações detidas por *produtores* singulares (autónomos ou empresários) podem assegurar a parcela maioritária do rendimento dos respetivos agregados domésticos, o que se verifica na maioria das situações, com especial destaque no 'Norte e Centro Litoral' e no 'Oeste, Lisboa e Lezíria', embora sejam também frequentes os casos em que o rendimento provém principalmente de fontes exteriores à exploração [cf. col. (4) e (8) do quadro 58].

Uma vez concluída a análise dos três blocos de indicadores estreitamente correlacionados com a variação da dimensão económica das explorações (emprego e produtividade do trabalho; natureza jurídica dos *produtores*; fontes de rendimento dos seus agregados domésticos), apresentam-se algumas notas de síntese e de ligação à análise subsequente:

(1ª) apesar do Valor da Produção Padrão não ser a melhor variável de medida da dimensão económica das explorações agrícolas[35], revelou-se um critério pertinente de classificação das explorações agrícolas, para efeitos de compreensão da sua diversidade estrutural, resultados económicos e relação com os *produtores*;

(2ª) todos os indicadores analisados revelaram uma forte variação até se atingir o limiar inferior das *grandes* explorações agrícolas[36] e uma tendência de estabilização a partir daí;

(3ª) na maioria dos indicadores os valores assumidos pelas *muito pequenas* e pelas *pequenas* explorações revelaram-se próximos e qualitativamente semelhantes; as diferenças mais significativas observam-se no grau de dependência de rendimentos exteriores à exploração e na importância relativa das pensões/reformas nestes rendimentos, em ambos os casos mais extremados nas *muito pequenas* explorações, mas mesmo nestes casos não há uma clivagem significativa entre as duas classes;

(4ª) ao invés, as mudanças de escala associadas à transição das *pequenas* para as *médias* explorações e destas para as *grandes* associam-se a alterações qualitativas no comportamento de vários dos indicadores analisados, com especial destaque para a produtividade do trabalho (crescente à escala), para a dependência de rendimentos exteriores à exploração (decrescente à escala) e para a natureza jurídica dos *produtores* (forte diferenciação das *grandes* explorações, com a predominância das sociedades neste estrato, por oposição ao domínio dos *produtores* familiares nos outros três).

[35] O valor acrescentado pelas unidades produtivas constitui um indicador melhor do que o VPP de aferição do rendimento gerado e distribuído em resultado da respetiva atividade e, portanto, mais adequado para se compreender a relação entre a variação da dimensão económica e a diferenciação estrutural das explorações agrícolas e da racionalidade económica dos agentes responsáveis pela sua condução e beneficiários mais diretos dos rendimentos que as mesmas propiciam.

[36] O apuramento da informação do *Recenseamento Agrícola de 2009* decompôs as *grandes* explorações em duas classes (100-500 mil € e > 500 mil € de VPP), mas como a análise realizada com essa maior desagregação revelou que os valores dos indicadores mais sensíveis à variação da escala económica das explorações tendiam a estabilizar a partir do limiar dos 100 mil €, considerou-se ser suficiente, nesta ocasião, o agrupamento daquelas duas classes num único escalão dimensional (ou estrato).

Destas notas de síntese resultam duas conclusões importantes para o que se segue, em particular para a seção 3.3. e para o capítulo 4:

(1ª) para analisar as clivagens fundamentais associadas à variação da dimensão económica das explorações pode agregar-se num único estrato as *muito pequenas* e *pequenas* unidades, dada a sua semelhança;

(2ª) as diferenças de estruturas de repartição das explorações por estratos de dimensão económica constitui uma das chaves fundamentais para se compreender a diversidade das agriculturas e dos agentes que lhes dão vida nos vários territórios agrorrurais.

3.2. Terra, trabalho e produtividades

A consideração das produtividades parciais da terra (VPP/ha) ou do trabalho (VPP/UTA) não permite retirar conclusões seguras sobre a eficiência económica, as quais requerem uma ponderação do potencial e utilização do conjunto dos fatores produtivos, pois, uma elevada produtividade parcial pode ocultar uma utilização ineficiente de outros fatores de produção e mesmo uma subutilização do potencial de produção.

Quadro 59. Produtividades da SAU e do Trabalho Agrícola, por Territórios Agrorrurais em 2009

Macro	Territórios Agrorrurais	SAU / UTA	VPP / SAU	VPP / UTA
		Índices % CT = 100	Índices % CT = 100	Índices % CT = 100
		(1)	(2)	(3) = (1) x (2)
Norte e Centro Litoral	Entre Douro e Minho	20	427	86
	Centro Litoral	20	337	67
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	Lisboa e Península de Setúbal	82	279	228
	Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo	48	370	176
	Lezíria do Tejo	158	218	344
Algarve	Algarve	74	134	100
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Beira Baixa	259	51	132
	Alentejo e Charneca do Ribatejo	519	52	271
Transição Centro	Mont. Douro e Vouga e Planalto da Beira Alta	18	145	26
	Cordilheira Central e Pinhal Interior	34	154	53
Norte e Centro Interior	Douro Vitícola e Terra Quente	42	122	51
	Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior	81	63	51
Continente		100	100	100

Feita a prevenção, a análise relacionada das produtividades parciais do trabalho e da terra permite obter indicações relevantes sobre as agriculturas dos territórios agrorrurais.

A produtividade do trabalho (VPP por UTA) corresponde ao produto da disponibilidade de SAU por UTA pela produtividade da terra (VPP por ha de SAU[37]- cf. quadro 59).

Tendo em atenção a equação que relaciona os dois indicadores de produtividade, a análise da diversidade das agriculturas dos territórios agrorrurais, globalmente considerados, pode sintetizar-se nos seguintes tópicos:

(i) Os três *territórios* agrorrurais do 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' são os únicos com produtividades do trabalho e da terra superiores, aliás muito superiores, às correspondentes médias no Continente; neste contexto a *Lezíria do Tejo* destaca-se pelas elevadas disponibilidades de SAU por UTA, o que justifica a sua posição cimeira no Continente em termos de produtividade do trabalho agrícola, enquanto as altas produtividades do trabalho no *Oeste e Colinas do Ribatejo* e em *Lisboa e Península de Setúbal* se baseiam nos elevados índices de produtividade da SAU.

[37] Nesta seção 3.2, exclui-se do VPP a parcela correspondente à produção de granívoros intensivos, dado que a vinculação desta atividade à SAU é em geral inexistente ou irrelevante, pelo que a sua inclusão prejudicaria a interpretação dos indicadores em análise.

(ii) Os dois *territórios* da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' assemelham-se, distinguindo-se de todos os restantes por apresentarem simultaneamente produtividades do trabalho agrícola superiores às do Continente e produtividades por hectare de SAU muito baixas (próximo de 50% das médias no Continente), o que se deve no essencial a disponibilidades de SAU por unidade de trabalho muito maiores do que as da agricultura do Continente no seu todo (cerca de 260% e 520%, respetivamente, na *Beira Baixa* e no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*).

(iii) As produtividades médias da SAU das agriculturas do *Algarve* e do *Douro Vitícola* superam ambas em mais de 20% (34% no *Algarve*) a da agricultura do Continente; contudo, as disponibilidades de SAU por UTA são menores no *Douro Vitícola* (43% do valor do Continente) do que no *Algarve* (74% da média), donde a produtividade do trabalho agrícola se quedar no primeiro *território* em cerca de metade da do Continente, enquanto a do *Algarve* se equipara a esta.

(iv) As agriculturas do *Entre Douro e Minho* e do *Centro Litoral* situam-se no polo oposto às da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo', pois obtêm valores de produção por hectare correspondentes a mais de 350% dos da agricultura do Continente no seu todo, mas produtividades do trabalho agrícola inferiores ao desta (86% e 67% da média no Continente, respetivamente no *Entre Douro e Minho* e no *Centro Litoral*), dado que as disponibilidades de SAU por UTA se situam em ambos os *territórios* do 'Norte e Centro Litoral' numa ordem de grandeza equivalente apenas a 20% do verificado em média no Continente.

(v) Nos dois *territórios* integrantes da 'Transição Centro' e nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* prevalecem as situações de muito reduzida produtividade do trabalho, no primeiro caso em resultado de reduzidíssimas disponibilidades de SAU por UTA e no segundo da conjugação deste mesmo fator com produtividades da SAU inferiores a dois terços do valor da agricultura do Continente no seu todo; as produtividades da SAU excedem nos dois *territórios* da 'Transição Centro' em mais de 40% a média da agricultura do Continente enquanto nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* o mesmo índice se situa apenas em 63% da mesma média.

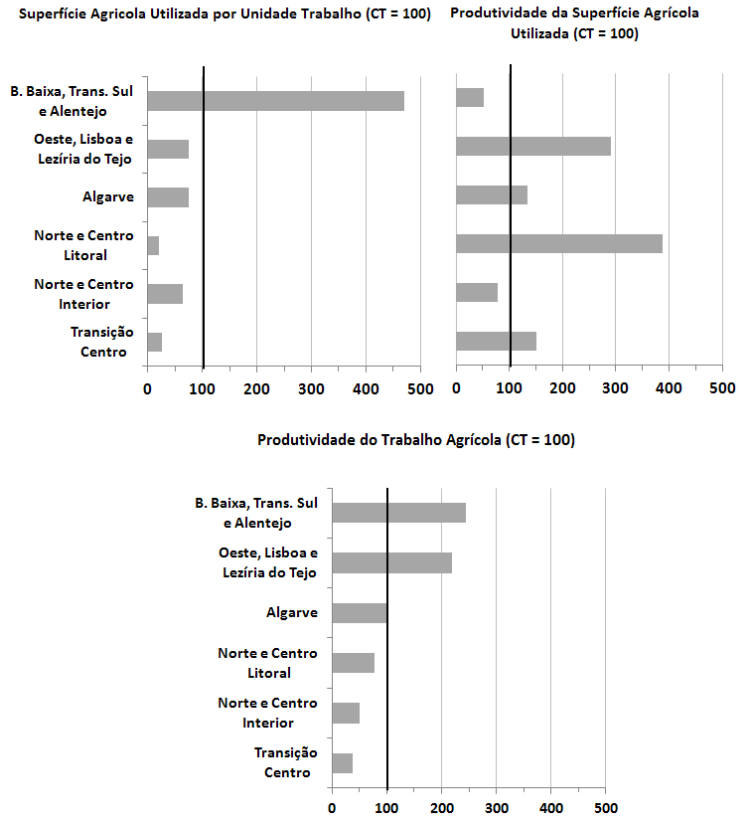
(vi) Justifica-se uma especial chamada de atenção para os reduzidíssimos valores da produtividade do trabalho agrícola nos quatro *territórios* que integram a 'Transição Centro' e o 'Norte e Centro Interior'. Como anteriormente referido, à data a que se reporta a presente análise o rendimento líquido anual da população empregada rondava os 10 mil euros. Sendo os valores das produtividades (brutas padrão) do trabalho agrícola nos referidos *territórios* da ordem dos 5 mil euros ou inferiores tal indicia a existência de amplos conjuntos de explorações agrícolas a operar com base em reservas de mão-de-obra não transferíveis para a esfera formal da economia e, portanto, sem inserção normal nos mercados.

As relações entre as produtividades da SAU e do trabalho agrícola, por 'macro' territórios, ordenados decrescentemente em função da produtividade do trabalho sintetizam-se na figura 51.

Recordando-se a estreitíssima correlação apurada na seção 3.1 entre o aumento da dimensão económica das explorações e o crescimento da produtividade do trabalho, não surpreende que a ordenação dos 'macro' territórios segundo este indicador coincida com a obtida utilizando como variável de referência o peso das maiores explorações no VPP.

Mas a observação da figura 51 evidencia também (tal como o quadro 59), que uma mesma ordem de grandeza da produtividade do trabalho pode associar-se a combinações muito diferentes das disponibilidades da SAU por UTA com a produtividade da SAU, conforme se pode confirmar pela comparação dois a dois dos seis 'macro' territórios que se sucedem na ordenação decrescente da produtividade do trabalho.

Figura 51. Produtividade da SAU e do Trabalho Agrícola, por Macro Territórios Agrorrurais
SAU / UTA, VPP /SAU e VPP/ UTA
Valores Indexados ao Continente = 100



Interessa por isso indagar sobre as relações que se estabelecem entre as produtividades da SAU e do trabalho ao nível mais desagregado das classes de dimensão económica.

Os quadros 60 e 61 apresentam a informação sistematizada de acordo com este objetivo.

Enquanto o quadro 60 contém os valores não transformados dos três indicadores em análise, no quadro 61 estes são apresentados, para cada uma das três classes de dimensão, em percentagem dos valores dos mesmos indicadores no todo de cada 'macro' território.

Quadro 60. Produtividades da SAU e do Trabalho Agrícola, por Macro Territórios e Classes de Dimensão Económica, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	Explorações Agrícolas Total			Muito Pequenas e Pequenas Explorações (< 25 mil € VPP)			Médias Explorações (25 - 100 mil € VPP)			Grandes Explorações (> 100 mil € VPP)		
	SAU / UTA	VPP / SAU	VPP / UTA	SAU / UTA	VPP / SAU	VPP / UTA	SAU / UTA	VPP / SAU	VPP / UTA	SAU / UTA	VPP / SAU	VPP / UTA
	ha	1 000 €	1 000 €	ha	1 000 €	1 000 €	ha	1 000 €	1 000 €	ha	1 000 €	1 000 €
	(1)	(2)	(3) = (1) x (2)	(4)	(5)	(6) = (4) x (5)	(7)	(8)	(9) = (7) x (8)	(10)	(11)	(12) = (10) x (11)
Norte e Centro Litoral	2,1	3,75	7,8	1,6	1,67	2,6	4,4	4,68	20,7	4,5	9,78	43,6
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	7,8	2,81	21,9	4,2	1,55	6,5	8,3	2,89	23,8	13,4	3,43	45,9
Algarve	7,7	1,30	10,1	6,7	0,81	5,4	13,6	1,62	22,1	7,6	3,47	26,6
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	48,8	0,51	25,0	16,2	0,39	6,3	72,6	0,38	27,3	83,1	0,62	51,4
Transição Centro	2,6	1,46	3,8	2,0	1,14	2,3	9,9	1,69	16,7	6,8	3,19	21,7
Norte e Centro Interior	6,7	0,76	5,1	4,9	0,71	3,5	20,7	0,77	16,0	21,5	1,09	23,4
Continente	10,4	0,97	10,1	4,3	0,81	3,5	25,8	0,84	21,6	36,7	1,18	43,4

Analisando os dados das col. (4) a (6) do quadro 60 e das col. (1) a (3) do quadro 61, não surpreende que em todos os 'macro' territórios as produtividades do trabalho e as disponibilidades de SAU por UTA sejam nas *muito pequenas* e *pequenas explorações* agrícolas (pequena agricultura) inferiores e mesmo muito inferiores em alguns casos às da totalidade dos espaços onde se inserem. Mas é algo surpreendente que no Continente e em todos os 'macro' territórios a produtividade da SAU da pequena agricultura seja inferior à do conjunto das classes de dimensão económica. Embora se aproxime do desempenho da *média* agricultura em dois dos espaços ('Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' e 'Norte e Centro Interior'), o mesmo não acontece nos outros quatro, sendo especialmente amplo o fosso que separa as produtividades da SAU da pequena e *média* agriculturas no 'Norte e Centro Litoral' e, ainda, no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo'.

Quadro 61. Produtividades da SAU e do Trabalho Agrícola, por Territórios e Classes de Dimensão Económica, em 2009
Valores dos Indicadores por Classes DE em % dos Totais dos Macro Territórios

Macro Territórios Agrorrurais	Muito Pequenas e Pequenas Explorações (< 25 mil € VPP)			Médias Explorações (25 - 100 mil € VPP)			Grandes Explorações (> 100 mil € VPP)		
	SAU / UTA	VPP / SAU	VPP / UTA	SAU / UTA	VPP / SAU	VPP / UTA	SAU / UTA	VPP / SAU	VPP / UTA
	(1)	(2)	(3) = (1) x (2)	(4)	(5)	(6) = (4) x (5)	(7)	(8)	(9) = (7) x (8)
Norte e Centro Litoral	76	45	34	213	125	265	215	261	560
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	54	55	30	106	103	109	172	122	210
Algarve	87	62	54	176	124	219	99	267	264
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	33	76	25	149	74	109	170	121	206
Transição Centro	77	78	60	375	116	435	258	219	566
Norte e Centro Interior	73	92	68	309	101	313	322	143	459
Continente	41	84	35	249	86	214	354	122	430

A *grande* agricultura situa-se no polo oposto ao da pequena agricultura: a produtividade da SAU das explorações de maior dimensão económica é sempre superior ao valor global do mesmo indicador nos correspondentes 'macro' territórios, sendo essa superioridade muito vincada no 'Norte e Centro Litoral', no 'Algarve' e na 'Transição Centro' [cf. col. (10) a (12) do quadro 60 e col. (7) a (9) do quadro 61].

Em resultado desta tendência para a produtividade bruta da SAU ser crescente à escala, este indicador contribui em todos os 'macro' espaços para amplificar a tendência que se verifica no mesmo sentido e com maior intensidade na produtividade do trabalho agrícola.

Não é possível, sem uma investigação mais aprofundada, quantificar a influência dos vários fatores que explicarão em cada espaço a tendência para a produtividade bruta da SAU ser crescente à escala. Mas podem enunciar-se alguns tópicos de interpretação.

Num primeiro tópico, convém ter presente que o grau de afastamento da produtividade da SAU de uma determinada classe de dimensão face à produtividade média do território em que se insere, tenderá a ser tanto maior quanto menor for o peso dessa classe na estrutura produtiva, dado que a produtividade média é a soma ponderada (pela SAU) das produtividades das três classes. Nesse sentido, por exemplo, a produtividade da SAU das *grandes* explorações da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' nunca poderia estar tão distanciada da média desse território como acontece no 'Norte e Centro Litoral', pois o peso das *grandes* explorações na SAU dos correspondentes espaços é, respetivamente, de 55% e de 19%.

Segundo, o facto de se avaliar a produtividade com base no Valor da Produção Padrão (VPP), um indicador de produção bruta e não de valor acrescentado, amplia a produtividade da SAU das explorações agrícolas com maior utilização de consumos intermédios e de bens de capital fundiário e não fundiário por hectare de SAU. Embora a intensidade de utilização destes fatores face à base fundiária não seja necessariamente crescente à escala, em alguns 'macro' territórios a diferenciação da especialização produtiva segundo as classes de dimensão económica induz claramente esse efeito. São exemplificativos destas circunstâncias os casos da concentração em unidades de grande dimensão da produção leiteira no 'Norte e Centro Litoral' e do olival intensivo e semi-intensivo no Ribatejo e no Alentejo.

Terceiro e último, numa perspetiva mais geral, a acentuação dos diferenciais de produtividade da SAU segundo a dimensão económica dever-se-á em grande medida à degradação da base demográfica (envelhecimento) da pequena agricultura na maior parte do Continente, conjugada com a concentração dos processos de maior intensificação nas explorações agrícolas de *média* e *grande* dimensão, de que são exemplo, além do leite e do olival intensivo, atividades como a fruticultura e a viticultura ou, no âmbito das culturas temporárias, a horticultura extensiva e intensiva, o arroz e o milho grão.

3.3. Tipos de agricultores e territórios – importância e diversidade

Encerra-se este capítulo com uma visão das mudanças nos agentes responsáveis quer pela produção primária, quer pela fruição de uma parcela relevante do *solo rural* – os *produtores agrícolas* – e do respetivo quadro à entrada da década de 2010. Depois da análise no capítulo 2 das transformações no uso do solo, na composição dos gados e na estrutura das explorações agrícolas, propõe-se aqui a identificação dos principais grupos de agricultores que acompanharam e geriram essas alterações e que, na atualidade, se entrelaçam nos mercados de bens e do trabalho e são alvo de políticas públicas setoriais e gerais, como as relativas à segurança social.

Ao enfatizarem-se os objetivos da produção de bens e de gestão do *solo rural*, na sua imbricação com o *ordenamento do território*, importa sublinhar a diversidade de objetivos e racionalidades económicas dos produtores agrícolas. Se para uns prevalece o propósito de obtenção de proventos pela produção, coadjuvada ou não por ajudas públicas, para outros titulares (e respetivas famílias) de explorações agrícolas o foco essencial é o da preservação patrimonial, com a sua panóplia de motivações (segurança, manutenção de herança indivisa, capital refúgio/expetante). Este é o pano de fundo do que se segue.

A atenção vai-se focar nos *produtores agrícolas singulares* (*individuais*) e das *sociedades*, porque os agentes congregados sob o apelativo de "outras" entidades (*baldios* e *outras*) são pouco relevantes no panorama global da agricultura portuguesa (0,3% em termos numéricos e 5% em termos territoriais) e concentram-se apenas em alguns espaços do Continente.

Dada a maior complexidade desta análise e considerando-se que os traços fundamentais da diversidade dos tipos de agricultura/agricultores no Continente são apreensíveis à escala dos 'macro' territórios agrorrurais, esta é adotada como referencial territorial principal. No mesmo sentido de redução da complexidade e atendendo às conclusões finais da seção 3.1, consideram-se apenas três estratos de agricultura: *muito pequenas* e *pequenas* explorações agrícolas (<25 mil € de VPP), *médias* explorações (25-100 mil € de VPP) e *grandes* explorações (> 100 mil € de VPP), que passam a designar-se de forma abreviada como *pequena*, *média* e *grande* agriculturas.

Embora em ligeiro declínio, a esmagadora preponderância numérica dos *produtores singulares* na agricultura portuguesa manteve-se no decurso dos anos 1999-2009, situando-se em 97% no final desse período, em que cedeu apenas um ponto percentual em favor do peso das *sociedades* (cf. quadro 62).

Quadro 62. Evolução (1999-2009) da importância dos produtores agrícolas, em número, segundo a sua natureza jurídica

Macro Territórios Agrorrurais	Repartição % do N.º de Explorações Agrícolas dos Macro Territórios por Tipos de Produtores									
	Produtores singulares						Sociedades		Outros Tipos de Produtores Agrícolas	
	Total		Fontes de Rendimento do Agregado Doméstico do Produtor							
			>= 50% da Exploração		> 50% do Exterior da Exploração Agrícola					
	2009	% 2009 - 1999	2009	% 2009 - 1999	2009	% 2009 - 1999	2009	% 2009 - 1999	2009	% 2009 - 1999
Norte e Centro Litoral	97,8	-1,0	16,3	-16,5	81,5	15,5	1,8	0,9	0,4	0,1
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	94,9	-2,1	18,8	-14,7	76,1	12,6	4,8	2,0	0,3	0,1
Algarve	98,1	-0,2	12,3	-9,6	85,9	9,4	1,7	0,1	0,2	0,1
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	93,1	-3,4	16,1	-11,1	77,0	7,6	6,5	3,4	0,4	0,1
Transição Centro	98,8	-0,4	10,2	-13,7	88,5	13,3	1,1	0,4	0,2	0,0
Norte e Centro Interior	98,6	-0,2	17,0	-19,0	81,7	18,8	0,8	0,1	0,5	0,1
Continente	97,3	-1,1	15,3	-15,2	82,0	14,1	2,4	1,0	0,4	0,1

Entretanto, no âmbito dos *produtores singulares* foi notável o impulso registado por aqueles para quem os proventos da exploração são secundários nos réditos globais dos respetivos agregados familiares. Em 2009 eram um pouco mais de 80% do total de *produtores agrícolas* recenseados no Continente, o que representa um acréscimo de quase 15% face a dez anos antes (quadro 62).

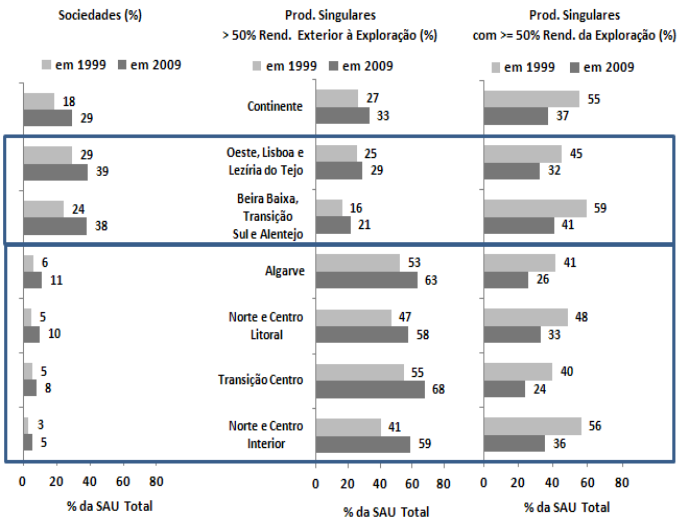
Mas as mutações ganham uma maior visibilidade na ocupação territorial. Globalmente, os *produtores singulares* perderam cerca de 12% da superfície agrícola utilizada (SAU) em benefício das *sociedades*, mas os *produtores singulares* com rendimentos familiares sobretudo de fora da exploração expandiram a sua influência territorial (mais 6% da SAU do que em 1999 - cf. quadro 63).

Quadro 63. Evolução (1999-2009) da importância dos produtores agrícolas, em SAU, segundo a sua natureza jurídica

Macro Territórios Agrorrurais	Repartição % da SAU dos Macro Territórios por Tipos de Produtores #									
	Produtores singulares						Sociedades		Outros Tipos de Produtores Agrícolas	
	Total		Fontes de Rendimento do Agregado Doméstico do Produtor							
			>= 50% da Exploração		> 50% do Exterior da Exploração Agrícola					
	2009	% 2009 - 1999	2009	% 2009 - 1999	2009	% 2009 - 1999	2009	% 2009 - 1999	2009	% 2009 - 1999
Norte e Centro Litoral	82,2	-7,5	29,7	-15,9	52,6	8,4	8,7	4,3	9,1	3,2
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	60,3	-9,3	31,7	-12,7	28,6	3,5	37,8	9,0	1,9	0,2
Algarve	88,6	-4,2	25,6	-15,2	63,0	11,0	11,0	4,9	0,5	-0,7
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	60,6	-13,1	39,7	-18,0	20,9	4,9	37,3	13,6	2,1	-0,5
Transição Centro	88,2	-5,3	23,0	-16,4	65,2	11,0	7,8	2,4	4,0	2,9
Norte e Centro Interior	78,1	-9,9	29,3	-21,8	48,8	11,9	4,4	1,5	17,4	8,3
Continente	66,9	-11,6	35,5	-17,6	31,5	6,0	27,9	10,2	5,2	1,5

- Os valores da SAU correspondentes a "Outros Tipos de Produtores" (cf. 2 últimas colunas do quadro) devem-se, sobretudo, aos *Baldios* podendo haver uma cobertura desigual deste universo pelo *Recenseamentos Agrícolas de 2009 e 1999.*

Figura 52. Importância das Sociedades e dos Produtores Agrícolas Singulares na SAU (1999 - 2009)



Em 2009, um pouco mais de 30% da SAU do Continente é fruída por agricultores singulares cujo rendimento provém maioritariamente de fora da exploração e essa expressão quase duplica no *Centro Litoral* e supera mesmo os 60% nos *territórios Douro Vitícola e Terra Quente*, da 'Transição Centro' e *Algarve.* Sobrelevem-se ainda os acréscimos do domínio da SAU (acima de 10%) pelas entidades com o estatuto de *sociedade* em *Lisboa e Península de Setúbal* e na 'Beira Baixa, Alentejo e Charneca do Ribatejo' (figura 52)[38].

Apuramento específico do *RA2009*
(INE, 2012)

O apuramento foi referenciado a uma classificação das explorações em função da **dimensão económica** (DE, em valor da produção padrão total, VPPT: <4.000€; 4 a 8.000€; 8 a 25.000€; 25 a 100.000€; 100.000 a 500.000€; e mais de 500.000€), **da natureza jurídica dos produtores** (*produtor singular autónomo*/familiar; *produtor singular empresário*; *sociedade*; e outras) e, **no caso dos *produtores singulares*, da origem dos rendimentos dos agregados familiares** (principalmente da exploração, congregando os que declararam ter rendimentos familiares exclusivamente da exploração e predominantemente da exploração, e principalmente de outras fontes exteriores à exploração).

Quanto às **fontes de rendimentos exteriores** à exploração retiveram-se as **situações**: (a) (relevância de) "salários" - se salários do setor primário + salários do setor secundário + salários do setor terciário> 25% e <50%; (b) "pensões/reformas" - se pensões e reformas for> 25% a <50%; (c) "atividade empresarial e outras [origens] " - se atividade empresarial + outras origens (*subsídio de desemprego, abono de família, remessas de emigrantes, rendas, juros e dividendos, etc.*) for> 25% e <50%; (d) "atividade económica" - se "salários" + "atividade empresarial e outras" for> 25% e <50%; (e) "diversas" - o remanescente da diferença entre a % inscrita em proventos da exploração agrícola.

Cabe ainda aludir à mudança na década da importância dos dois tipos de agentes que se congregam nos *produtores singulares*: os agricultores familiares (*autónomos*) e os *agricultores empresários*. Estes[39], no conjunto dos *produtores agrícolas*, tiveram uma redução drástica e generalizada. Por conseguinte, no âmbito dos *produtores individuais*, os agricultores familiares reforçaram a sua posição relativa.

Todavia, sublinha-se, o reforço deste grupo de agentes foi acompanhado pela progressiva degradação da respetiva demografia.

[38] Retenha-se a relevância territorial de *baldios* nas *Montanhas do Douro e Vouga e Planaltos da Beira Alta*, no *Entre Douro e Minho* e, mais ainda, nas *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro*. E anotem-se as "zonas agrícolas" de mais forte presença territorial de *baldios*: "Entre Douro e Minho" (em 2009, 13% da SAU da "zona"), "Alto Vale do Tâmega" (19%), "Montanhas do Douro" (19%), "Barroso" (64%) e "Alto Minho" (68%). Por sua vez, assinalam-se crescimentos de superfície afeta a *baldios* acima de 10% nas "zonas agrícolas": "Alto Minho", "Alto Vale do Tâmega", "Montanhas do Douro" e "Barroso", que, volta a salientar-se, terão resultado de melhoria da inventariação face ao *RA1999* e ou da mudança de uso das terras que conduziu à sua classificação no universo das explorações agrícolas. Por exemplo: terras que em 1999 tinham ocupação exclusivamente florestal e que em 2009 tiveram o registo de superfície agrícola utilizada ou em que, nesta última data, contabilizaram efetivos pecuários.

[39] Pese a sua subavaliação como adiante se explicita. À luz da informação divulgada pelo INE (dados dos *Recenseamentos Agrícolas*, *RA*, de 1999 e 2009, do INE; no sítio do INE na *Web*) as quebras dos agricultores *empresários*, na média do Continente, ascenderam acima de 70% em termos numéricos e a perto de 60% em SAU. Hoje, não chegam a significar 2% e o seu domínio territorial (SAU) pouco ultrapassa os 10% no todo do Continente.

Atente-se que no início da década de 2000 o quociente no Continente entre agricultores familiares com menos e com mais de 65 anos[40] excedia a unidade (1,08) e que em 2009 tinha baixado para 0,7, o que revela a transição de uma situação próxima do equilíbrio para outra em que o número de agricultores familiares com menos de 65 anos se queda em valores muito inferiores ao dos mais idosos; ou, ainda, no mesmo universo, enquanto em 1999 o peso dos produtores com menos de 44 anos se aproximava de 15%, em 2009 tinha caído para menos de 10%.

Conclui-se, em síntese, que o trajeto dos agentes da produção agrícola desembocou em duas figuras centrais: os agricultores familiares, cujo potencial demográfico vem em declínio, com réditos dos respetivos agregados domésticos provenientes sobretudo do exterior da exploração agrícola; e as empresas com a forma jurídica de sociedade.

Analisada a evolução do peso numérico e territorial dos principais tipos de agentes agrícolas, considerando apenas a sua natureza jurídica e as fontes de rendimento dos agregados domésticos dos que têm o estatuto de *produtor singular*, passa-se à segunda parte deste ponto, ou seja, ao quadro no início dos anos 2010, dando sequência à análise iniciada na primeira seção deste capítulo (3.1.).

Assim, aprofunda-se a análise da importância nos diversos territórios do Continente dos tipos de explorações e de agricultores conjugando os critérios dimensão económica das explorações, natureza jurídica dos *produtores* e suas fontes de rendimento[41].

Quadro 64. Peso Social da Pequena Agricultura Familiar, por Macro Territórios, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	Peso Social da Pequena Agricultura Familiar no Total dos Produtores Singulares e Sociedades			
	Pequena Agricultura Familiar Total		Pequena Agricultura Familiar com > 50% do Rend. Exterior à EA	
	% do N.º Expl. (1)	% das UTA (2)	% do N.º Expl. (3)	% das UTA (4)
Norte e Centro Litoral	90	81	83	73
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	79	48	73	42
Algarve	92	73	86	65
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	80	46	75	41
Transição Centro	95	90	89	82
Norte e Centro Interior	95	87	84	72
Continente	90	76	83	66

A avaliação sob a ótica social estrita, ou seja, pelo número de explorações e de unidades de trabalho mobilizadas, revela de modo territorialmente invariante o acentuado predomínio dos *produtores singulares autónomos* (*familiares*) de *pequena* dimensão económica e, em particular, daqueles cujos rendimentos provêm principalmente de fontes exteriores à exploração. Esta situação mantém-se em termos numéricos no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' e na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' onde o relevo destes *produtores* é menor no que se refere às UTA (cf. quadro 64).

[40] A que se atribui a designação de índice de sustentabilidade potencial (Isp): *produtores singulares autónomos* com 15 a 64 anos/ *produtores singulares autónomos* com >65 anos*100. Na média do Continente: em 1999 = 108,6; em 2009 = 68,8. Adiantam-se, ainda, os valores médios do Continente de outros índices demográficos dos agricultores familiares: (a) Índice de juventude [(Ij) = % de agricultores com ≤ 44 anos (nota-se que, no âmbito da PAC, "jovem agricultor" = mais de 18 anos e menos de 40 anos. Aqui, integram-se os grupos etários de 15 a 24, 25 a 34 e 35 a 44 anos)] – em 1999 = 14,2%, em 2009 = 8,9%; (b) Índice de envelhecimento [(Ie) = % de agricultores com ≥ 65 anos] – em 1999 = 38,7%, em 2009 = 49,3%; (c) Índice de potencial demográfico [(Ipd) = (Ij + Isp)/2] – em 1999 = 61,4%, em 2009 = 38,8%.

[41] A informação que compara as situações em 1999 e 2009 (*RA1999* e *2009*) foi recolhida da base de dados do INE (no sítio do INE na *Web*), enquanto a relativa a 2009 advém de um apuramento específico do *RA2009* (INE, 2012). Cabe salientar que este apuramento permitiu constatar a incongruência da classificação das explorações como de *produtores singulares autónomos* (as explorações familiares) e o peso relativo do trabalho familiar (nas unidades de trabalho ano, UTA); ou seja, identificam-se explorações "familiares" em que a importância do trabalho familiar é inferior (e nalguns concelhos/tipos de exploração bem inferior) a 50%. Do exposto conclui-se que a auto classificação pelos respondentes ao questionário do *RA2009* (eventualmente também nos inquéritos estruturais precedentes) da "natureza jurídica" das explorações – em concreto no respeitante aos *produtores singulares* (*autónomos* vs. *empresários*) – conduziu à classificação como *autónomos* de *produtores* que empregam maioritariamente mão-de-obra não familiar e, portanto, a uma sobrevalorização dos agricultores *autónomos*/familiares em detrimento dos *empresários*.

Por essa razão, embora se venha a aludir ao peso social dos agentes, nomeadamente, os da agricultura familiar, privilegia-se nesta seção as vertentes do domínio territorial (a superfície agrícola e florestal) e do contributo económico (o valor total da produção) dos diversos tipos de agricultores.

Quadro 65. Correlação entre o Peso da Pequena Agricultura e Outras Caraterísticas da Agricultura dos Macro Territórios em 2009

	Correlação do Peso da Pequena Agricultura com Outras Caraterísticas da Agricultura dos Macro Territórios					
	Peso % das EA dos Produtores Autónomos (Familiaraes) no Total EA			Peso % das EA dos Produtores Singulares com > 50% do Rend. Exterior à EA		
	% das UTA	% das SAF	% do VPP	% das UTA	% das SAF	% do VPP
R (coef. Correlação)	0,968	0,991	0,944	0,984	0,988	0,988
R^2 (coef. Determinação)	0,937	0,982	0,892	0,969	0,976	0,977

O primeiro tópico de análise é dedicado à importância que os *produtores singulares* cujo rendimento provém maioritariamente do exterior da exploração têm na agricultura dos vários 'macro' territórios. Na sequência do que se observou, na seção 3.1, sobre a relação entre a dimensão económica das explorações e outras caraterísticas das mesmas e para enquadramento dos comentários seguintes, note-se a estreitíssima correlação ao nível dos 'macro' territórios entre o peso da pequena agricultura e a importância relativa quer da agricultura familiar quer dos *produtores agrícolas singulares* cujo rendimento provém maioritariamente do exterior da unidade agrícola (quadro 65).

Da informação constante do quadro 66 emergem as seguintes conclusões:

(1.ª) O peso das explorações dos *produtores singulares* cujo rendimento provém principalmente do exterior da exploração no volume de trabalho total mobilizado pela agricultura é superior a 50% nos seis 'macro' territórios do Continente [col. (1)];

(2.ª) No fundamental, esse peso deve-se ao contributo da *pequena agricultura*, que representa sempre, naqueles territórios, mais de 80% do total das UTA daquele tipo de produtores [cf. col. (1) e (2)];

(3.ª) As UTA empregues por produtores cujo rendimento provém principalmente de pensões constituem em todos os 'macro' territórios a maioria das UTA utilizadas nas explorações dependentes sobretudo de proventos do exterior da exploração [col. (1) e (4)].

Quadro 66. Peso dos Produtores Singulares (PS) com > 50% Rend. Exterior à EA no Total das Unidades Trabalho Ano (UTA), por Macro Territórios, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	Produtores Singulares (PS) com > 50% Rend. Exterior EA % das Unidades Trabalho Ano (UTA) Total					
	Total			com Pensões > 50% do Rend. do Exterior EA		
	Total	Pequena Agricultura	Média e Grande Agriculturas	Total	Pequena Agricultura	Média e Grande Agriculturas
Norte e Centro Litoral	76,9	73,2	3,7	37,9	37,4	0,6
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	50,5	42,1	8,4	26,1	24,2	1,8
Algarve	71,0	65,4	5,6	39,6	38,5	1,1
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	50,0	41,5	8,5	26,0	25,0	1,0
Transição Centro	84,9	82,4	2,6	49,8	49,2	0,6
Norte e Centro Interior	75,9	72,9	2,9	42,6	42,1	0,6
Continente	71,7	67,3	4,4	38,9	38,1	0,8

Da observação dos quadros 67 e 68 conclui-se que a importância das explorações de *produtores singulares* cujo rendimento provém principalmente do exterior da exploração é menor quando avaliada em termos espaciais (SAF) ou económicos (VPP), do que em termos sociais (UTA). Considerando os três critérios e o conjunto da informação retém-se alguns dos principais traços de diferenciação dos 'macro' territórios agrorrurais do Continente:

(1.º) Emerge, com clareza, a proximidade do 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' e 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' em contraposição aos restantes 'macro' territórios, dado que nos dois primeiros o peso territorial e económico dos produtores dependentes maioritariamente de proventos exteriores à exploração é inferior a um terço, enquanto nos segundos é superior a 50% em termos territoriais e, também, muito significativo em termos económicos, exceto no 'Norte e Centro Litoral', onde se queda por 34%;

Quadro 67. Peso dos Produtores Singulares (PS) com > 50% Rend. Exterior à EA no Total da Superfície Agrícola e Florestal (SAF), por Macro Territórios, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	Produtores Singulares (PS) com > 50% Rend. Exterior EA % da Superfície Agrícola e Florestal (SAF) Total Total					
	Total			com Pensões > 50% do Rend. do Exterior EA		
	Total	Pequena Agricultura	Média e Grande Agriculturas	Total	Pequena Agricultura	Média e Grande Agriculturas
Norte e Centro Litoral	68,9	61,1	7,8	29,8	28,5	1,4
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	31,8	21,3	10,5	11,6	10,1	1,5
Algarve	71,9	60,6	11,3	37,9	35,8	2,1
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	28,9	13,6	15,3	8,6	6,3	2,3
Transição Centro	79,0	71,5	7,5	41,1	39,5	1,6
Norte e Centro Interior	67,9	60,3	7,6	34,2	32,6	1,5
Continente	43,0	30,5	12,5	17,6	15,7	2,0

(2.º) No respeitante à dimensão espacial, é notável que em quatro dos seis 'macro' territórios os *produtores singulares* cujos rendimentos provêm principalmente do exterior da exploração detenham mais de dois terços da SAF [col. (1) do quadro 67], com a *pequena agricultura* a representar só por si mais de 60% e os produtores pensionistas mais de 30% [col. (2) e (4)];

Quadro 68. Peso dos Produtores Singulares (PS) com > 50% Rend. Exterior à EA no Total do Valor da Produção Padrão (VPP), por Macro Territórios, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	Produtores Singulares (PS) com > 50% Rend. Exterior EA % do Valor da produção Padrão (VPP) Total					
	Total			com Pensões > 50% do Rend. do Exterior EA		
	Total	Pequena Agricultura	Média e Grande Agriculturas	Total	Pequena Agricultura	Média e Grande Agriculturas
Norte e Centro Litoral	33,6	21,8	11,9	10,4	8,9	1,5
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	22,2	9,5	12,7	7,1	4,6	2,5
Algarve	49,4	33,3	16,1	20,0	17,1	2,9
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	24,3	9,5	14,8	6,5	4,5	2,0
Transição Centro	46,0	31,7	14,3	18,9	15,8	3,1
Norte e Centro Interior	56,0	45,9	10,1	24,6	22,6	2,0
Continente	32,6	19,5	13,1	11,4	9,2	2,2

(3.º) Quando se atende ao critério económico (% do VPP), o 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' e 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' surgem em posição semelhante e contrastante com os restantes (menos de um quarto do VPP detido pelos *produtores singulares* com rendimento principal do exterior da exploração), mas a diversidade dos restantes quatro 'macro' territórios é um pouco maior, distinguindo-se três situações segundo o peso decrescente daquele tipo de produtores no VPP: 'Norte e Centro Interior' onde supera os 50%; 'Algarve' e 'Transição Centro', onde se situa entre 45 e 50%, e 'Norte e Centro Litoral' onde os *produtores singulares* cujo rendimento provém maioritariamente de fora da exploração representam apenas 34% do VPP.

(4.º) Embora não seja desprezível, pela base fundiária e pelo contributo económico, a importância dos *médios* e *grandes* agricultores (*individuais*) cujos rendimentos das famílias provêm no fundamental de fontes exteriores à exploração – contudo, bem inferior à posição da *pequena* agricultura -, é notável o contraste quando se indaga o prevalecimento das pensões como fonte de proventos das famílias de fora da exploração (cf. quadros 66 a 68). É a expressão do mais forte envelhecimento dos *pequenos* agricultores e da inestimável âncora das transferências financeiras na manutenção das respetivas explorações agrícolas.

Conclui-se esta seção com o retrato da importância de cinco agentes responsáveis pela produção primária nos grandes espaços delimitados no Continente: os da *pequena* agricultura – como se vincou predominantemente de carácter familiar e subsidiária dos réditos globais da família –, os da *média* agricultura familiar, os da *média* agricultura patronal (agricultores empresários e sociedades) e os da *grande* agricultura (*produtores singulares*, por um lado, e, com registo societário, por outro lado) – cf. quadros 69 a 71. Na parte final sintetiza-se, para cada um dos 'macro' territórios agrorrurais, as orientações produtivas agrícolas (a composição do valor da produção total) dos três estratos fundamentais das explorações – *pequena*, *média* e *grande* agriculturas.

Quadro 69. Repartição das Unidades de Trabalho Ano (UTA) por Tipos de Agricultura, no Continente e nos Macro Territórios Macro Territórios, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	Repartição % das UTA por Tipos de Agricultura, em 2009, no Continente e nos Macro Territórios				
	Pequena Agricultura	Média Agricultura Familiar	Média Agricultura - Empresários e Sociedades	Grande Agricultura - Produtores Singulares (Autónomos e Empresários)	Grande Agricultura - Sociedades
Norte e Centro Litoral	83	7	2	5	4
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	50	15	5	12	18
Algarve	75	8	5	3	9
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	49	10	9	12	20
Transição Centro	79	9	4	5	3
Norte e Centro Interior	89	5	3	1	2
Continente	78	7	3	5	7

Mesmo nos territórios marcados pela *grande* agricultura, designadamente a de natureza societária, o grande sustentáculo do emprego agrícola é a *pequena* agricultura.

Quadro 70. Repartição da Superfície Agrícola e Florestal (SAF) por Tipos de Agricultura, no Continente e nos Macro Territórios, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	Repartição % da SAF por Tipos de Agricultura, em 2009, no Continente e nos Macro Territórios				
	Pequena Agricultura	Média Agricultura Familiar	Média Agricultura - Empresários e Sociedades	Grande Agricultura - Produtores Singulares (Autónomos e Empresários)	Grande Agricultura - Sociedades
Norte e Centro Litoral	69	12	3	10	6
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	29	12	8	18	33
Algarve	72	12	6	5	4
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	19	17	11	23	29
Transição Centro	79	9	4	5	3
Norte e Centro Interior	76	14	5	2	2
Continente	38	15	9	17	21

Releve-se a semelhança das quotas de superfície agrícola e florestal (SAF) detidas pela *média* agricultura familiar nos 'macro' territórios. Desvia-se desta regularidade, sobretudo, a 'Transição Centro', onde é avassalador (cerca de 80%) o domínio fundiário da *pequena* agricultura (cf. quadro 70).

Quadro 71. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP) por Tipos de Agricultura, no Continente e nos Macro Territórios, em 2009

Macro Territórios Agrorrurais	Repartição % do VPP por Tipos de Agricultura, em 2009, no Continente e nos Macro Territórios				
	Pequena Agricultura	Média Agricultura Familiar	Média Agricultura - Empresários e Sociedades	Grande Agricultura - Produtores Singulares (Autónomos e Empresários)	Grande Agricultura - Sociedades
Norte e Centro Litoral	26	17	3	29	25
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	12	14	3	30	41
Algarve	40	19	8	14	18
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	12	13	7	28	40
Transição Centro	37	14	3	16	30
Norte e Centro Interior	61	18	5	7	9
Continente	24	15	4	24	32

Em valia económica a *média* agricultura patronal (empresários e sociedades) é irrelevante – cf. quadro 71. Ao contrário do que se regista – também com elevada similitude no peso relativo dos diferentes 'macro' territórios - com a dos *médios* agricultores familiares. Afora os casos do 'Algarve' e, mais ainda, do 'Norte e Centro Interior', realça-se, nas restantes circunscrições territoriais, o elevado grau de dependência das economias agrícolas da *grande* agricultura, em particular das de natureza societária, no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' e na 'Beira Baixa … e Alentejo' (40%).

Completando a resposta ao questionamento colocado no início, encerra-se, agora, o capítulo com uma súmula do perfil estrutural dos agentes em cada 'macro' território e, em simultâneo, a observação das atividades[42] que sustentam as economias dos três grandes grupos (de dimensão económica) das explorações.

[42] Nesta circunstância, a orientação produtiva agrícola – medida pelo peso relativo das atividades no valor total da produção (VPP) – foi fixada para os seguintes agregados: "granívoros intensivos" – aves, coelhos e suínos com a exclusão dos porcos em regime extensivo (a produção de suiniculturas e aviários industriais, em geral, "explorações sem terra"); "bovinos de leite" (vacas leiteiras); "hortícolas" – hortícolas extensivas, hortícolas intensivas, flores e plantas ornamentais (em estufa e ao ar livre); "culturas permanentes" – citrinos, fruteiras de frutos frescos, de frutos pequenos de baga e outros subtropicais, de frutos de casca rija, olival e vinha; "outros herbívoros" – bovinos não leiteiros, pequenos ruminantes e equídeos; "outras atividades" – cereais, culturas industriais, leguminosas secas para grão e batata, suínos extensivos, apicultura.

Nesta apresentação, segue-se a ordem de relevância crescente da *grande* agricultura e acrescente-se que o referencial *territórios* – que se delimitaram no âmbito dos 'macro' territórios – embora esteja arredado do dispositivo gráfico será retido no descritivo.

- 'Norte e Centro Interior' – é a expressão máxima da *pequena* agricultura, com as "culturas permanentes" a ascenderem a primeiro plano na economia agrícola (quadros 72 e 73). De ter em conta que este grande espaço engloba o *território Douro Vitícola e Terra Quente*, onde a importância económica dos vinhedos e de outra arboricultura supera os 80%.

Quadro 72. Unidades de Trabalho Ano (UTA), Superfície Agrícola e Florestal (SAF) e Valor da Produção Padrão (VPP) por Tipos de Agricultura, em 2009
NORTE E CENTRO INTERIOR

	% dos Tipos de Agricultura no Total				
	Pequena Agricultura	Média Agricultura		Grande Agricultura	
		Familiar	Empresários e Sociedades	Produtores Singulares	Sociedades
% das UTA	89,1	4,9	2,8	0,9	2,2
% da SAF	75,8	14,5	4,9	2,4	2,5
% do VPP	61,0	18,0	5,4	6,6	9,0

Quadro 73. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP), em 2009, por Estratos de Agricultura
NORTE E CENTRO INTERIOR

Atividades	Repartição do VPP % dos Estratos de Agricultura por Atividades			
	Total	Pequena Agricultura	Média Agricultura	Grande Agricultura
Granívoros Intensivos	6,0	5,6	3,0	11,7
Bovinos Leite	6,1	1,6	11,4	15,1
Hortícolas	4,4	1,2	2,4	19,1
Cult. Permanentes	47,2	51,4	41,5	40,0
Outros Herbívoros	15,9	16,4	22,2	5,0
Outras Atividades	20,4	23,7	19,6	9,1

A *pequena* agricultura molda decisivamente a orientação produtiva agrícola do 'Norte e Centro Interior'. Fixe-se o significado, no todo da circunscrição e naquele estrato de explorações, das "culturas permanentes" (fruteiras, olival e vinha), "outros herbívoros" (pequenos ruminantes, bovinos não leiteiros) e de "outras atividades": os três agregados representam, respetivamente, cerca de 83% e de 90% do valor total da produção (VPP).

No entanto, enquanto os *pequenos produtores* das *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* contam para os seus réditos agrícolas com pouco mais de 30% das "culturas permanentes", o mesmo que de "outras atividades" (cereais …) e perto de 25% de "outros herbívoros", no *Douro Vitícola e Terra Quente* o contributo dos cultivos arbóreo-arbustivos ascende a cerca de 80% (vinha – acima de 50%; olival e fruteiras de frutos de casca rija – no patamar de 10%).

Enquanto na *pequena* agricultura os "bovinos leite" e as "hortícolas" estão praticamente arredados da respetiva orientação produtiva, na *média* a bovinicultura leiteira representa um pouco mais de 10% e na *grande* agricultura os "bovinos leite" e os "hortícolas" contribuem, respetivamente, com cerca 15% e 20% para o VPP. Patente é também o contraste entre a *média* e a *grande* agricultura no que respeita aos pesos de "outros herbívoros" (bovinos de vocação carne e pequenos ruminantes) e de "outras atividades" (cerealicultura, aproveitamentos forrageiros), sendo mais minguado o seu significado na *grande* agricultura.

Note-se ainda as diferenças nos padrões produtivos das *Montanhas e Planaltos do Norte e Centro Interior* e do *Douro Vitícola e Terra Quente*: neste *território* as "culturas permanentes" perfazem cerca de 85% do VPP na *média* agricultura e 55% na *grande* (segue-se-lhes, neste estrato, com perto de 40%, as "hortícolas"); nas *Montanhas e Planaltos* são os "outros herbívoros" que, na *média* agricultura surgem no lugar cimeiro (a abeirar-se de 35%), secundados por "outras atividades", "bovinos leite" e "culturas permanentes" (15% - vinha e frutos frescos com participações similares), ao passo que, a *grande* agricultura é dominada por "bovinos leite" (perto de 30%), seguidos por "culturas permanentes" (cerca de 25%), "granívoros intensivos" (20%) e "outras atividades".

- 'Transição Centro' – fosso profundo entre a importância social e territorial e a valia económica da *pequena* agricultura e impacte decisivo das *grandes* sociedades (cf. quadro 74). Os "granívoros intensivos" impõem-se no panorama produtivo (cf. quadro 75).

Quadro 74. Unidades de Trabalho Ano (UTA), Superfície Agrícola e Florestal (SAF) e Valor da Produção Padrão (VPP) por Tipos de Agricultura, em 2009
TRANSIÇÃO CENTRO

	% dos Tipos de Agricultura no Total				
	Pequena Agricultura	Média Agricultura		Grande Agricultura	
		Familiar	Empresários e Sociedades	Produtores Singulares	Sociedades
% das UTA	79,3	9,5	3,8	4,5	2,9
% da SAF	79,3	9,5	3,8	4,5	2,9
% do VPP	37,0	14,5	2,9	15,7	29,9

Quadro 75. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP), em 2009, por Estratos de Agricultura
TRANSIÇÃO CENTRO

Atividades	Repartição do VPP % dos Estratos de Agricultura por Atividades			
	Total	Pequena Agricultura	Média Agricultura	Grande Agricultura
Granívoros Intensivos	41,1	12,0	22,3	71,5
Bovinos Leite	3,4	2,0	7,1	3,2
Hortícolas	2,9	2,0	4,2	3,2
Cult. Permanentes	27,3	37,5	34,9	16,1
Outros Herbívoros	12,5	21,4	18,1	3,2
Outras Atividades	12,8	25,0	13,5	2,8

No âmbito da 'Transição Centro', o impacte dos "granívoros intensivos" é menor no *território* da *Cordilheira Central e Pinhal Interior* do que nas *Montanhas do Douro e do Vouga e Planalto da Beira Alta*, posições que se invertem no que respeita às "culturas permanentes".

Na *pequena* agricultura da 'Transição Centro' as "culturas permanentes" (vinha, frutos frescos e olival) emergem no topo da orientação produtiva, seguindo-se-lhes os "outros herbívoros". Entretanto, nas "culturas permanentes", se nas *Montanhas do Douro … e Planalto da Beira Alta* o lugar cimeiro e bem destacado é da vinha, na *Cordilheira Central* a diversificação é maior: frutos frescos, olival e, depois, a vinha.

Na *média* agricultura da 'Transição Centro' o peso dos "granívoros intensivos" sucede ao das "culturas permanentes". Mas vale notar a diferenciação de orientação produtiva dos *médios* agricultores dos dois *territórios* delimitados neste grande espaço: nas *Montanhas do Douro e Planalto da Beira Alta* o peso das "culturas permanentes" fica-se por cerca de metade do atingido pelos "granívoros intensivos", cujo contributo para o valor da produção total significa quase 50%; na *Cordilheira Central* a valia económica advém, sobretudo, das "culturas permanentes" (pontifica a arboricultura de frutos frescos), de "outros herbívoros" e de "outras atividades" – a quota dos "granívoros intensivos" não chega ao limiar de 5%.

A *grande* agricultura molda decisivamente o panorama produtivo global da 'Transição Centro': se na *Cordilheira Central e Pinhal Interior* as "culturas permanentes" ainda representam cerca de 20% na economia agrícola, que compara com um pouco mais de 60% dos "granívoros intensivos" (suiniculturas/aviários industriais), nas *Montanhas do Douro e do Vouga e Planalto da Beira Alta* estas últimas atividades geram quase 90% do VPP total das *grandes* explorações do *território*.

- Algarve – território de *pequena* agricultura, sobretudo sob as óticas social e do fundiário fruído, mas também pela valia económica. No contexto dos 'macro' territórios, a *grande* agricultura tem das mais baixas expressões: em contributo para o valor da produção tão só no 'Norte e Centro Interior' o seu desempenho é inferior. O valor da produção das "culturas permanentes" (sobretudo citrinos, 40%, mas, também, frutos frescos, frutos de casca rija e vinho e uva de mesa) impõe-se na orientação produtiva e imprime um forte traço de individualidade face aos outros grandes territórios.

Quadro 76. Unidades de Trabalho Ano (UTA), Superfície Agrícola e Florestal (SAF) e Valor da Produção Padrão (VPP) por Tipos de Agricultura, em 2009
ALGARVE

	% dos Tipos de Agricultura no Total				
	Pequena Agricultura	Média Agricultura		Grande Agricultura	
		Familiar	Empresários e Sociedades	Produtores Singulares	Sociedades
% das UTA	75,3	8,0	4,8	3,1	8,7
% da SAF	72,0	12,2	6,4	5,2	4,1
% do VPP	40,2	19,4	8,1	14,4	18,0

Quadro 77. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP), em 2009, por Estratos de Agricultura
ALGARVE

Atividades	Repartição do VPP % dos Estratos de Agricultura por Atividades			
	Total	Pequena Agricultura	Média Agricultura	Grande Agricultura
Granívoros Intensivos	5,5	4,5	2,7	9,2
Bovinos Leite	0,2	0,2	0,4	0,1
Hortícolas	24,0	10,7	23,5	40,7
Cult. Permanentes	57,9	69,2	58,8	43,2
Outros Herbívoros	6,1	8,0	7,4	2,8
Outras Atividades	6,2	7,4	7,2	3,9

As "culturas permanentes" e "hortícolas" perfazem mais de 80% do VPP do 'Algarve'.

O perfil da orientação produtiva do 'Algarve' mantém-se nos três estratos de agricultura. Contudo, os pesos relativos dos dois grandes grupos de atividades assumem diferenças pronunciadas em função da variação da dimensão económica (DE) das explorações: com o aumento da DE diminui o peso das "culturas permanentes" (abeiram-se dos 70% nas *pequenas*, rondam os 60% nas *médias* e situam-se abaixo de 45% na *grande* agricultura) e, ao invés, o andamento do impacte das "hortícolas" é de crescimento (cerca de 10% na *pequena* agricultura, eleva-se ao patamar das "culturas permanentes" na *grande* agricultura).

- 'Norte e Centro Litoral' – apesar da prevalência social e territorial da *pequena* agricultura, a *grande* agricultura (societária e de *produtores* individuais) detém uma fatia substancial (mais de metade) da economia agrícola deste grande espaço (cf. quadros 78 e 79). Esta situação deve-se, sobretudo, à estrutura do *Entre Douro e Minho*, onde os *grandes* agricultores familiares alcançam um peso no valor da produção do *território* da ordem dos 30% (quase o dobro da média no Continente, 17%). Por sua vez, a orientação produtiva é moldada pelos "bovinos leite" (adveniente sobretudo do *Entre Douro e Minho* – cujo significado no valor da produção total, VPP, do *território* se acerca dos 45%) e pelos "granívoros intensivos" (com suporte decisivo no *Centro Litoral* – acima de 35% do VPP).

Quadro 78. Unidades de Trabalho Ano (UTA), Superfície Agrícola e Florestal (SAF) e Valor da Produção Padrão (VPP) por Tipos de Agricultura, em 2009
NORTE E CENTRO LITORAL

	% dos Tipos de Agricultura no Total				
	Pequena Agricultura	Média Agricultura		Grande Agricultura	
		Familiar	Empresários e Sociedades	Produtores Singulares	Sociedades
% das UTA	82,6	7,1	1,8	4,9	3,7
% da SAF	69,2	11,9	2,9	10,3	5,6
% do VPP	26,1	17,3	2,6	29,3	24,7

Quadro 79. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP), em 2009, por Estratos de Agricultura
NORTE E CENTRO LITORAL

Atividades	Repartição do VPP % dos Estratos de Agricultura por Atividades			
	Total	Pequena Agricultura	Média Agricultura	Grande Agricultura
Granívoros Intensivos	21,7	16,5	6,5	29,9
Bovinos Leite	32,9	3,4	42,3	43,6
Hortícolas	9,6	11,3	15,2	6,7
Cult. Permanentes	9,3	18,0	8,2	5,4
Outros Herbívoros	8,5	17,0	8,9	4,3
Outras Atividades	18,0	33,9	18,9	10,1

Os "bovinos leite" e "granívoros intensivos" e, depois, "outras atividades" (cereais – sobretudo milho, mas também arroz no *Centro Litoral*), geram mais de 70% do valor da produção do 'Norte e Centro Litoral'; segue-se-lhes, com quotas semelhantes, as "hortícolas", as "culturas permanentes" (vinha) e os "outros herbívoros" (bovinos não leiteiros; pequenos ruminantes) – cf. quadro 79.

Num contexto dominado pela bovinicultura leiteira, o traço singular da *pequena* agricultura do 'Norte e Centro Litoral', em ambos os seus *territórios*: os "bovinos leite" têm uma presença residual no respetivo perfil produtivo (1% no *Entre Douro e Minho*, 5% no *Centro Litoral*). A porção fundamental da valia económica concentra-se no conjunto de "outras atividades" (cereais, leguminosas-grão, batata …).

Ao contrário do que ocorre na *pequena* agricultura, os "bovinos leite" emergem em primeiro plano na economia da *média* e da *grande* agricultura do 'Norte e Centro Litoral'. Na *média* agricultura despontam, depois, as "outras atividades" e as "hortícolas", mas há uma clivagem importante entre o *Centro Litoral* e o *Entre Douro e Minho*: aqui, é diminuto o contributo dos "granívoros intensivos", enquanto no *Centro Litoral* a respetiva quota supera os 10%.

- 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' – um dos grandes espaços demarcados de claro ascendente da *grande* agricultura, em especial da correspondente às sociedades (cf. quadro 80). No padrão produtivo destacam-se as "hortícolas", secundadas, com participações similares, pelos "granívoros intensivos" e pelas "culturas permanentes" (fruteiras de frutos frescos, no fundamental, e vinha) – cf. quadro 81.

Quadro 80. Unidades de Trabalho Ano (UTA), Superfície Agrícola e Florestal (SAF) e Valor da Produção Padrão (VPP) por Tipos de Agricultura, em 2009
OESTE, LISBOA E LEZÍRIA DO TEJO

	% dos Tipos de Agricultura no Total				
	Pequena Agricultura	Média Agricultura		Grande Agricultura	
		Familiar	Empresários e Sociedades	Produtores Singulares	Sociedades
% das UTA	50,3	15,1	4,7	12,1	17,7
% da SAF	29,4	12,1	7,6	17,7	33,3
% do VPP	11,7	14,2	3,0	30,4	40,6

Quadro 81. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP), em 2009, por Estratos de Agricultura
OESTE, LISBOA E LEZÍRIA DO TEJO

Atividades	Repartição do VPP % dos Estratos de Agricultura por Atividades			
	Total	Pequena Agricultura	Média Agricultura	Grande Agricultura
Granívoros Intensivos	25,2	4,6	5,5	33,2
Bovinos Leite	4,2	0,4	1,1	5,5
Hortícolas	31,6	19,2	33,5	33,1
Cult. Permanentes	23,3	49,0	40,2	15,1
Outros Herbívoros	5,6	9,5	7,6	4,4
Outras Atividades	10,2	17,2	12,1	8,7

Anotem-se as atividades relevantes das orientações produtivas dos *territórios* que formam o 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo': *Lisboa e Península de Setúbal* – "hortícolas" (quase 40% do valor da produção do território, com o grande relevo da horticultura intensiva e da floricultura), "granívoros intensivos" e "culturas permanentes" (a vinha no topo); *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* – "granívoros intensivos" e "culturas permanentes" (o primado dos frutos frescos) – ambas no patamar dos 30% -, seguindo-se-lhes as "hortícolas" (cerca de 20%); *Lezíria do Tejo* – a singularidade do impacte das "hortícolas" (perto de 50% da valia económica do *território*, com a enorme primazia das hortícolas extensivas – tomate para a indústria …), secundadas por "outras atividades" (cereais – milho e arroz).

A orientação produtiva da *pequena* agricultura do 'Oeste e Lezíria do Tejo' é dominada pelos cultivos arbóreo e arbustivos (perto de 50%) e pela horticultura. Todavia, a supremacia daqueles cultivos (40%) mingua, em benefício das "hortícolas" na *pequena* agricultura de *Lisboa e Península de Setúbal*.

Na *média* agricultura do 'Oeste e Lezíria do Tejo' a subida, face à *pequena*, da importância da horticultura segue a par com o abaixamento do peso das "culturas permanentes". Estas têm um contributo da ordem dos 20% na *Lezíria do Tejo*, 25% em *Lisboa e Península de Setúbal* e de 50% (com o grande relevo dos frutos frescos) no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo*. O que compara, no respeitante às "hortícolas", com 45% em *Lisboa e Península de Setúbal* e um pouco mais de 30% nos dois outros *territórios*. Na *média* agricultura da *Lezíria do Tejo* realçam-se, também, as "outras atividades" com um contributo superior a 35% para o respetivo valor da produção.

Sublinham-se dois aspetos distintivos do perfil produtivo da *grande* agricultura do 'Oeste e Lezíria do Tejo' face aos dos outros dois estratos: a muito menor influência das "culturas permanentes" (apenas no *Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo* o seu contributo se cifra acima da quota de 20% nas *grandes* explorações) e o despontar dos "granívoros intensivos" (devido à importância que alcançam no *Oeste …e Colinas do Ribatejo*, cerca de 50%) ao disputarem com as "hortícolas" a primeira posição no valor da produção total do estrato.

- 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' – o 'macro' território agrorrural de mais acentuado prevalecimento da *grande* agricultura: primeiro, das sociedades e, depois, dos agricultores individuais. Aqui, os *pequenos* agricultores (familiares e com a exploração como fonte subsidiária de rendimentos) assumem a mais baixa expressão (cf. quadro 82). As "outras atividades" (cereais, culturas industriais, suínos extensivos …), os "outros herbívoros" (bovinos de vocação carne, pequenos ruminantes) e as "culturas permanentes" (olival, vinha) moldam o perfil produtivo agrícola deste vasto território.

Quadro 82. Unidades de Trabalho Ano (UTA), Superfície Agrícola e Florestal (SAF) e Valor da Produção Padrão (VPP) por Tipos de Agricultura, em 2009
BEIRA BAIXA, TRANSIÇÃO SUL E ALENTEJO

	% dos Tipos de Agricultura no Total				
	Pequena Agricultura	Média Agricultura		Grande Agricultura	
		Familiar	Empresários e Sociedades	Produtores Singulares	Sociedades
% das UTA	48,6	10,2	9,1	12,0	20,0
% da SAF	18,8	17,3	11,3	23,4	29,3
% do VPP	11,9	13,4	6,8	27,7	40,1

Quadro 83. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP), em 2009, por Estratos de Agricultura
BEIRA BAIXA, TRANSIÇÃO SUL E ALENTEJO

Atividades	Repartição do VPP % dos Estratos de Agricultura por Atividades			
	Total	Pequena Agricultura	Média Agricultura	Grande Agricultura
Granívoros Intensivos	7,1	3,9	1,3	9,3
Bovinos Leite	5,6	0,1	0,4	8,0
Hortícolas	10,0	5,1	4,3	12,5
Cult. Permanentes	19,1	39,4	20,4	15,3
Outros Herbívoros	24,7	24,1	35,6	21,6
Outras Atividades	33,5	27,4	37,9	33,3

Face ao padrão médio produtivo da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' (cf. quadro 83) assinalam-se duas diferenças nas orientações produtivas da *Beira Baixa* e do *Alentejo e Charneca do Ribatejo*: enquanto neste *território* o peso das "hortícolas" supera ligeiramente os 10%, naqueloutro não vai além de 2%; e na *Beira Baixa* a importância dos "outros herbívoros" é quase duas vezes superior (cerca de 40%) ao registo do *território* alentejano.

Na *pequena* agricultura da *Beira Baixa* o impacte das "culturas permanentes" (quase 45%, sobretudo, olival) e de "outros herbívoros" (acima de 25%) supera ligeiramente o que se contabiliza no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*, sucedendo o inverso no que respeita às "outras atividades" (20% na *B. Baixa*, contra 30% no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*).

Na *média* agricultura da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo', e comparativamente com a *pequena*, vinca-se o abaixamento de relevância, no cômputo do valor da produção, das "culturas permanentes", compensado pelos ganhos de expressão de "outros herbívoros" (bovinos de carne e pequenos ruminantes) e de "outras atividades" – é neste estrato de explorações que estes dois agregados de atividades têm a máxima importância. Destaca-se que nas *médias* unidades da *Beira Baixa* mais de metade da valia económica agrícola assenta nos "outros herbívoros", o que compara com um valor próximo de 35% no *Alentejo e Charneca do Ribatejo*; por sua vez, o peso das "outras atividades" ronda os 40% neste último *território* e não vai muito além dos 30% na *Beira Baixa*.

Na *grande* agricultura alarga-se a diversificação do padrão produtivo: emergem com significado as "hortícolas" – devido ao peso que assumem no *Alentejo* e Charneca do *Ribatejo* que se aproxima do das "culturas permanentes" (abeira-se dos 15%) -, os "granívoros intensivos" (também pelo impacte advindo daquele *território*, 10%, contra menos de 5% na *Beira Baixa*) e as vacas leiteiras.

Agora o fecho do panorama estrutural dos agentes da produção primária e das respetivas orientações produtivas com o retrato do Continente.

- Continente – 1% das explorações, com um nível de emprego que não chega a 10%, assume a primeira posição no contributo para a economia agrícola (em redor de 30%), fruindo também uma parcela relevante da superfície agrícola e florestal (20%). São as *grandes* unidades com o estatuto de sociedade. No outro polo proliferam as explorações de *pequena* dimensão: respondem por perto de 80% do emprego, 25% do valor da produção agrícola e quase 40% da superfície agrícola e florestal (cf. quadro 84). Um padrão produtivo de relativo equilíbrio nas proporções dos seis agregados de atividades segregados: "culturas permanentes" no cume da valia agrícola (cerca de 25%), "bovinos leite" com o menor contributo (10%) – cf. quadro 85.

Quadro 84. Unidades de Trabalho Ano (UTA), Superfície Agrícola e Florestal (SAF) e Valor da Produção Padrão (VPP) por Tipos de Agricultura, em 2009
CONTINENTE

	% dos Tipos de Agricultura no Total				
	Pequena Agricultura	Média Agricultura		Grande Agricultura	
		Familiar	Empresários e Sociedades	Produtores Singulares	Sociedades
% das UTA	78,0	7,1	3,4	4,7	6,8
% da SAF	38,2	15,3	8,7	16,7	21,1
% do VPP	24,2	15,2	4,4	24,5	31,7

Quadro 85. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP), em 2009, por Estratos de Agricultura
CONTINENTE

Atividades	Repartição do VPP % dos Estratos de Agricultura por Atividades			
	Total	Pequena Agricultura	Média Agricultura	Grande Agricultura
Granívoros Intensivos	18,2	8,6	5,6	26,6
Bovinos Leite	10,2	1,6	11,1	13,6
Hortícolas	14,5	6,7	13,6	18,1
Cult. Permanentes	23,8	40,9	28,5	14,8
Outros Herbívoros	13,6	17,2	19,1	10,2
Outras Atividades	19,8	25,0	22,0	16,8

Destaque no principal agregado da orientação produtiva agrícola do Continente – o das "culturas permanentes" – para a vinha e, depois, para as fruteiras de frutos frescos.

Na média do Continente, o contorno produtivo da *pequena* agricultura é marcado pelo elevado desempenho das "culturas permanentes" (com a vinha a salientar-se e o olival e as fruteiras de frutos frescos a equivalerem-se em peso relativo) e pela míngua do contributo dos "bovinos leite".

Na *média* agricultura as "culturas permanentes" (frutos frescos e vinha em proporções idênticas) mantém-se no topo da orientação produtiva, embora com menor influência do que na *pequena*. Face a esta, robustece-se a importância das "hortícolas", dos "bovinos leite" e dos "granívoros intensivos".

Em relação aos dois outros estratos de dimensão económica das explorações a configuração produtiva da *grande* agricultura carateriza-se pela expressão máxima dos "granívoros intensivos", "hortícolas" e "bovinos leite".

4. Territórios rurais, potencial produtivo agrícola e políticas públicas

4.1. Potencial produtivo agrícola e territórios – os anos 2000

4.1.1. Evolução do potencial produtivo agrícola por territórios e atividades

Como referido em 3.1, o *Recenseamento Agrícola de 2009* (*RA 2009*) faculta uma estimativa do Valor da Produção Padrão (VPP) das explorações agrícolas, desagregado por atividades de produção agrícola vegetal e animal, baseada na multiplicação de valores unitários monetários da produção por hectare ou por cabeça natural ou normal dos efetivos pecuários pelas quantidades físicas correspondentes. Esses valores unitários da produção foram estimados ao nível regional por atividades e como médias referentes ao quinquénio 2005-2009 a preços de venda à porta da exploração. Neste sentido, a estimativa dos VPP pelo *RA 2009* assume a hipótese de uniformidade dos valores unitários da produção de cada atividade em todas as explorações que pertencem a uma mesma região.

Contudo, sempre que as atividades sejam agregadas num nível superior ao das estimativas do VPP as *produtividades*[43] obtidas para cada agregado podem variar territorialmente e por classes de dimensão das explorações numa mesma região em função da composição de tais agregados.

Como não se dispõe de uma estimativa semelhante do VPP para 1999, não é possível medir a evolução desta variável na década de 1999-2009. Mas a conjugação da informação física dada pelos *Recenseamentos* de 1999 e 2009 com as produtividades apuradas para 2009 permite estimar o impacto das alterações das áreas e dos efetivos pecuários durante a década sobre o nível e a composição do VPP obtido em 2009. Para tal, criou-se uma base de dados com a informação do *RA 2009* e a informação física do *RA 1999*, aditando-lhe uma estimativa do VPP para 1999, obtida por multiplicação dos valores dos recursos (áreas ou efetivos pecuários) de suporte das atividades de produção vegetal e animal pelas produtividades de 2009. O VPP para 1999 assim estimado é o que se obteria em 2009 se os recursos físicos fossem os de 1999 e as produtividades as de 2009, que se designa por *potencial produtivo 1999*, referindo-se por analogia o VPP efetivo de 2009 como *potencial produtivo 2009*.

Explorando essa informação, procedeu-se à análise dos factores explicativos da variação do potencial produtivo das atividades e do seu impacto no potencial produtivo agrícola total. Os resultados são apresentados com base numa grelha territorial estável de 'macro' territórios agrorrurais ajustados (cf. figura 53 e a caixa que a acompanha).

Numa primeira fase, considera-se todo o VPP, desagregado apenas em duas componentes: *granívoros e horticultura intensiva*; *outras atividades*.

Como as atividades *granívoros e horticultura intensiva* têm uma expressão incipiente na ocupação e uso do solo e, portanto, uma escassa relação com as interações de conflitualidade e/ou complementaridade entre os sistemas produtivos que partilham os recursos fundiários, numa segunda fase a análise foca-se apenas nas *outras atividades*, desdobrando-se em duas etapas: na primeira aborda-se a variação 1999-2009 do potencial produtivo com base na partição produção vegetal/produção animal (herbívoros), quantificando a influência dos recursos físicos (áreas e gados) e das produtividades potenciais nessa variação; depois aprofunda-se essa análise através da desagregação dos setores animal e vegetal por atividades e do recurso a um modelo construído para este efeito.

[43] Por economia de exposição, ao longo deste documento os valores unitários do VPP apurados em qualquer nível de agregação são designados por *produtividades*, devendo estar sempre presente o alcance deste termo no presente contexto.

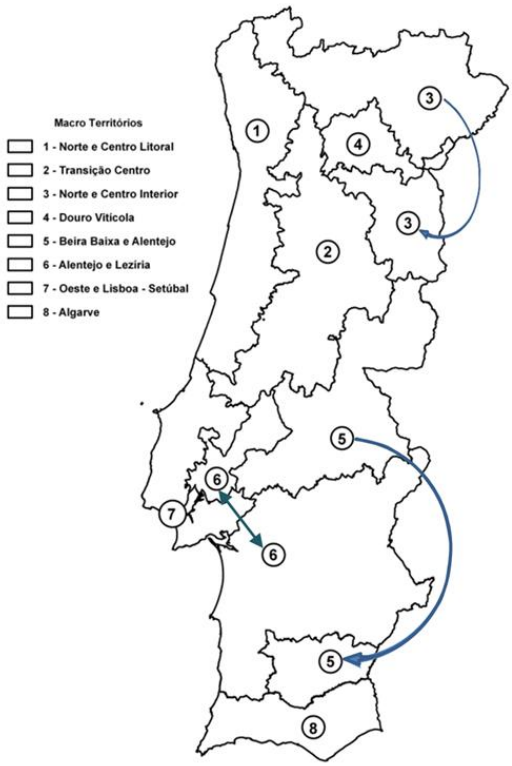


Figura 53. Macro territórios agrorrurais ajustados

Macro territórios ajustados para análise da variação 1999-2009 do potencial produtivo agrícola

Partindo da delimitação de 'macro' territórios agrorrurais considerada desde o início do capítulo 2, procedeu-se a ajustamentos para se poder observar algumas trajetórias de evolução claramente diferenciadas, em intensidade e perfil produtivo, no interior de três dos seis 'macro' espaços: 'Norte e Centro Interior'; 'Oeste, Lisboa e Lezíria'; 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo'.

O **Douro Vitícola** corresponde a uma "zona agrícola" antes integrada no 'Norte e Centro Interior', que se autonomiza devido à sua especificidade em termos de especialização produtiva e, também, de trajetória 1999-2009.

Assim, o **Norte e Centro Interior** (ajustado) corresponde ao 'Norte e Centro Interior' (antes de ajustamento) com exclusão apenas do "Douro Vitícola".

A **Beira Baixa e Alentejo** inclui as "zonas agrícolas" de "Penamacor, Idanha e Castelo-Branco" e da "Transição Beiras-Alentejo", que compõem o *território* da *Beira Baixa e Transição Sul,* e as "zonas agrícolas" do 'Alentejo e Charneca do Ribatejo' onde se identificaram dinâmicas produtivas agrícolas regressivas em 1999-2009 ("Charneca e Sorraia", "Alto Alentejo" e "Transição Baixo Alentejo – Algarve").

O Oeste e Lisboa-Setúbal abarca os *territórios* do *Oeste e Colinas do Ribatejo* e de *Lisboa e Península de Setúbal*, correspondendo por isso ao 'Oeste, Lisboa e Lezíria' (antes de ajustamento) com exclusão da *Lezíria do Tejo*.

O Alentejo e Lezíria é composto pelo *território* da *Lezíria do Tejo,* pertencente ao 'Oeste, Lisboa e Lezíria' (antes de ajustamento), e pelas "zonas" do 'Alentejo e Charneca do Ribatejo' com dinâmicas produtivas agrícolas positivas em 1999-2009 ("Alentejo Entre Caia e Guadiana", "Alentejo Central", "Sado e Alentejo Litoral" e "Baixo Alentejo").

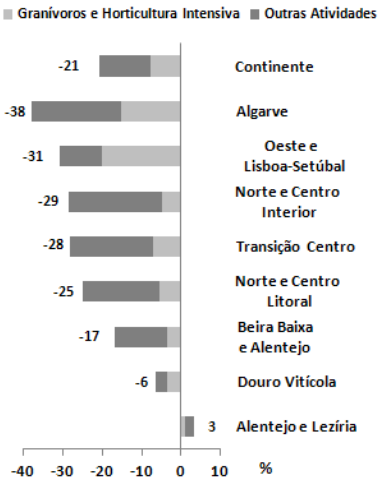
Evolução do potencial produtivo agrícola – visão global

Quadro 86. Variação do Potencial Agrícola 1999-2009, por Macro Territórios
Total - Incluindo Granívoros e Horticultura Intensiva

	Variação do Potencial Agrícola % do Potencial em 1999			% do Potencial de 1999		Contributo % Para variação do Potencial Agrícola	
	Total (1)	Granívoros e Horticultura Intensiva (2)	Outras Atividades (3)	Granívoros e Horticultura Intensiva (4)	Outras Atividades (5)	Granívoros e Horticultura Intensiva (6)	Outras Atividades (7)
Norte e Centro Litoral	-24,9	-19,0	-27,4	29,0	71,0	-5,5	-19,4
Oeste e Lisboa-Setúbal	-30,8	-37,0	-23,5	54,0	46,0	-20,0	-10,8
Algarve	-38,1	-46,0	-34,1	33,3	66,7	-15,3	-22,7
Norte e Centro Interior	-28,5	-41,8	-26,7	11,5	88,5	-4,8	-23,7
Transição Centro	-28,3	-18,2	-34,9	39,7	60,3	-7,2	-21,0
Douro Vitícola	-6,3	-52,6	-3,1	6,5	93,5	-3,4	-2,9
Beira Baixa e Alentejo	-16,8	-33,4	-14,9	10,5	89,5	-3,5	-13,3
Alentejo e Lezíria	3,5	6,4	2,9	16,8	83,2	1,1	2,4
Continente	-20,7	-26,1	-18,4	29,9	70,1	-7,8	-12,9

(6) = (2) · (4) ; (7) = (3) · (5)
(1) = (6) + (7)

Figura 54. Impacto na Variação do Potencial Produtivo Agrícola em 1999-2009



A figura 54 representa os dados das colunas (1), (6) e (7) do quadro 86: a dimensão total das barras e o valor numérico respetivo correspondem aos valores da primeira coluna (variação % do Potencial Produtivo Agrícola, PP, Total) e as partições de cada barra traduzem os contributos das atividades (*granívoros e horticultura intensiva*; *outras atividades*) para a variação do PP [col. (6) e (7)].

Nas colunas (2) a (5) quantificam-se os fatores explicativos do contributo de cada um dos grupos de atividades para a variação total do PP, ou seja, a taxa de variação do seu potencial [col. (2) e (3)] e o seu peso no potencial produtivo inicial [col. (4) e (5)]. Por exemplo, o contributo das *outras atividades* para a variação do PP do Continente (-12,89%) é igual ao produto do seu peso inicial (0,7015) pela taxa de variação do seu potencial (-18,37%).

Da observação dos elementos apresentados no quadro 86 e na figura 54 conclui-se:

- O potencial produtivo agrícola (PP) do Continente situa-se em 2009 significativamente abaixo (-21%) do de 1999, verificando-se igual tendência em seis dos oito 'macro' territórios (cf. fig. 53), constituindo o 'Douro Vitícola' (com uma variação de -6%) e o 'Alentejo e Lezíria' (+ 3,5%) as duas exceções;
- Embora o PP do grupo de atividades *granívoros e horticultura intensiva* apresente no Continente uma contração (-26%) superior à das *outras atividades* (-18%) a variação do PP total é sobretudo determinada por este grupo, devido ao seu maior peso no total:
  - no Continente, dos 21% da contração do PP total, 13%, ou seja 62% do total, devem-se *às outras atividades*, dado o seu maior peso no PP (70% contra 30% dos *granívoros e horticultura intensiva*);
  - em quatro dos seis espaços com maior redução do PP, o contributo das *outras atividades* representa mais de 74% da mesma;
  - os *granívoros e horticultura intensiva* só dão um contributo relevante para a contração do PP no 'Algarve' (15% vs. 38%) e no 'Oeste e Lisboa Setúbal' (20% vs. 31%), sobrepondo-se neste segundo caso ao contributo das *outras atividades*, porque o seu peso no PP 1999 é maioritário (54%), o que não acontece em nenhum outro 'macro' espaço, e porque a diminuição 1999-2009 do seu potencial produtivo é significativamente maior do que a do PP das *outras atividades* (respetivamente, - 37% e -24%).

A contração do potencial produtivo agrícola é consistente com as conclusões da seção 2.2 sobre a evolução na década de 2000 da ocupação cultural do solo e dos gados das explorações agrícolas: as fortes quebras dos montantes de recursos (áreas e gados) de suporte da atividade produtiva agrícola e, adicionalmente, a reafetação de parte dos recursos a atividades menos produtivas induziram uma significativa compressão do potencial produtivo.

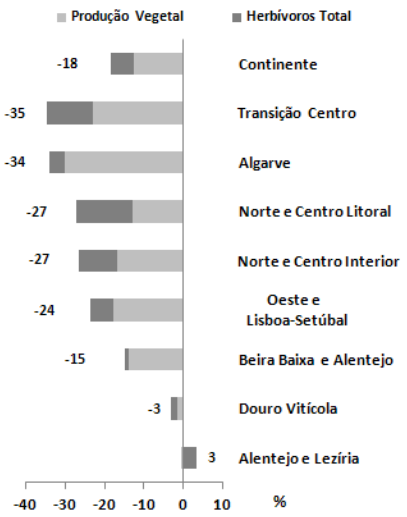
Procede-se em seguida à análise das razões desta evolução, focada no grupo das *outras atividades*, excluindo assim os *granívoros* e a *horticultura intensiva*, que têm menor articulação com a base fundiária e portanto uma escassa relação com a evolução dos sistemas de ocupação e uso do solo. A primeira etapa deste precurso baseia-se na bipartição das atividades do Continente e dos 'macro' territórios em produção vegetal e produção animal (herbívoros).

Quadro 87. Variação do Potencial Agrícola 1999-2009, por Macro Territórios
(Sem Granívoros e Horticultura Intensiva)

	Variação do Potencial Agrícola % do Potencial em 1999			% do Potencial de 1999		Contributo % Para variação do Potencial Agrícola	
	Total	Produção Vegetal	Herbívoros Total	Produção Vegetal	Herbívoros Total	Produção Vegetal	Herbívoros Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Norte e Centro Litoral	-27,4	-31,9	-24,3	40,3	59,7	-12,9	-14,5
Oeste e Lisboa-Setúbal	-23,5	-22,2	-29,3	80,8	19,2	-17,9	-5,6
Algarve	-34,1	-33,3	-41,3	90,4	9,6	-30,1	-4,0
Norte e Centro Interior	-26,7	-25,0	-30,2	67,3	32,7	-16,8	-9,9
Transição Centro	-34,9	-33,2	-38,6	69,2	30,8	-23,0	-11,9
Douro Vitícola	-3,1	-1,5	-29,5	94,2	5,8	-1,4	-1,7
Beira Baixa e Alentejo	-14,9	-22,2	-2,9	62,2	37,8	-13,8	-1,1
Alentejo e Lezíria	2,9	-0,6	12,5	73,8	26,2	-0,4	3,3
Continente	-18,4	-18,7	-17,6	66,6	33,4	-12,5	-5,9

(6) = (2) · (4) ; (7) = (3) · (5)
(1) = (6) + (7)

Figura 55. Impacto na Variação do Potencial Produtivo Agrícola em 1999-2009



A figura 55 representa os dados das colunas (1), (6) e (7) do quadro 87: a dimensão total das barras e o valor numérico respetivo correspondem aos valores da primeira coluna (variação % do Potencial Produtivo Agrícola, PP, Total) e as partições de cada barra traduzem os contributos dos grupos de atividades para a variação do PP [col. (6) e (7)].

Nas colunas (2) a (5) quantificam-se os fatores explicativos do contributo de cada um dos grupos de atividades para a variação total do PP, ou seja, a taxa de variação do seu potencial [col. (2) e (3)] e o seu peso no potencial produtivo inicial [col. (4) e (5)].

Por exemplo, no Continente, o contributo da *produção vegetal* para a variação do PP (-12,48%) é igual ao produto do seu peso inicial (0,6663) pela taxa de variação do seu potencial (-18,73%).

Da observação do quadro 87 e da figura 55 destaca-se:

- No Continente e em cinco dos oito 'macro' territórios registam-se fortes quebras do potencial produtivo agrícola (-18% no Continente e -24% a – 35% nos 'macro' espaços), regra geral determinadas por variações relativas semelhantes dos potenciais das atividades de produção vegetal e de herbívoros no interior de cada 'macro' território;
- Escapam a estas tendências:

  - o 'Douro Vitícola', com uma redução de potencial apenas de 3%, mercê do peso esmagador (94%) e do comportamento (-1,5%) da produção vegetal, face a uma forte contração do potencial dos herbívoros (-29%), sem reflexos significativos no total dado o seu escasso peso (6%);

  - na 'Beira Baixa e Alentejo' a relação entre os contributos dos dois grupos de atividades é inversa à anterior: enquanto o potencial vegetal se retrai fortemente (-22%), o dos herbívoros reduz-se pouco (-3%) e, dado o peso superior a 60% do primeiro, da conjugação dos efeitos peso e variação resulta uma quebra do potencial produtivo total (-15%), devida quase por inteiro ao contributo da produção vegetal (-14%);

  - no 'Alentejo e Lezíria' o aumento do potencial produtivo (3%) é baseado na variação dos herbívoros (12%), dada a estagnação do potencial vegetal;
- Em virtude do peso maioritário do potencial vegetal (dois terços do total no Continente, com seis dos oito espaços acima dessa fasquia e três deles com o peso do potencial vegetal a exceder os 80%) e da tendência quase geral da convergência do sentido da sua variação com a dos potenciais dos herbívoros e total, a variação total resulta em quase 70% do comportamento da produção vegetal;

- Neste quadro geral, além das referências acima feitas a três 'macro' territórios, registe-se a especificidade do 'Norte e Centro Litoral' onde o contributo dos herbívoros para a quebra do potencial produtivo total (-14%) é muito alto, devido à conjugação do seu peso (60%) com uma forte redução (-24%) do seu potencial.

Variação do potencial produtivo agrícola: decomposição e análise dos fatores explicativos

Na visão global as variações do potencial agrícola do Continente e de cada um dos 'macro' territórios foram avaliadas de uma forma agregada e simplificada, evidenciando que a variação do potencial produtivo agrícola de cada um dos espaços resulta da média ponderada da evolução do potencial de grandes grupos de atividade.

A abordagem seguinte tem um foco diferente e objetivos mais ambiciosos, recorrendo a um modelo que decompõe os fatores explicativos da variação do potencial agrícola do Continente, numa dupla perspetiva: primeira, localizar a origem dos impactos à escala de 144 unidades de análise (módulos produtivos), resultantes da combinação da dimensão territorial (os oito 'macro' territórios) com dezoito atividades produtivas (quatro do setor animal e catorze do setor vegetal, cf. tabela G); segunda, quantificar os diferentes fatores estruturais e dinâmicos determinantes desses impactos.

Tabela G. Variação do Potencial e das Produtividades Agricolas - Portugal Continental 1999-2009
Sistematização da Informação para Análise, Modelização e Diagnóstico Síntese

Setor	Atividades	Organização dos Dados para Análise Empírica e Operacionalização dos Modelos		
		Nº de Atividades	Nº de Módulos Produtivos	Atividades
Animal	Vacas Leite	1	8	Vacas Leite
	Ovinos e Caprinos	1	8	Ovinos e Caprinos
	Outros Bovinos	1	8	Outros Bovinos
	Vacas Aleitantes	1	8	Vacas Aleitantes
Vegetal	Fruteiras Regadas	1	8	Fruteiras Regadas
	Vinha e Olival Regados	2	16	Vinha Regada; Olival Regado
	Horticultura Extensiva	1	8	Horticultura Extensiva
	Outras Culturas Temporárias Regadas	3	24	Milho e Arroz; Leguminosas Grão e Batata; Culturas Forrageiras Regadas
	Fruteiras e Vinha Não Regadas	2	16	Fruteiras Não Regadas; Vinha Não Regada
	Culturas Temporárias Não Regadas	2	16	Outros Cereais (exceto Milho e Arroz); Culturas Forrageiras Não Regadas
	Olival Não Regado	1	8	Olival Não Regado
	Pastagens Permanentes	1	8	Pastagens Permanentes
Setor Animal		4	32	
Setor Vegetal		14	112	
Agricultura		18	144	

Os dados do quadro 88, que sintetizam a organização do universo de análise empírica, revelam, como se observou acima, que o potencial produtivo do setor vegetal em 1999 duplica o do setor animal, representando dois terços do potencial produtivo agrícola do Continente.

Quadro 88. Potencial Agrícola do Continente 1999-2009
Unidades de Análise e Potencial por Setores

Setores Produtivos	N.º Atividades (1)	Nº Macro Territórios (2)	Número de Módulos Produtivos (3) = (1) · (2)	Peso no Potencial Agrícola 1999 (4)
Animal	4	8	32	33,4%
Vegetal	14	8	112	66,6%
Agricultura	18	8	144	100,0%

Como se assinalou, a desproporção dos setores vegetal e animal reflete-se diretamente na repercussão que a variação do potencial de cada um deles tem no potencial agrícola do Continente: o impacto da variação do potencial do setor vegetal sobre o potencial agrícola total é o dobro do observado para o setor animal (cf. quadro 89).

Quadro 89. Evolução do Potencial Agrícola do Continente 1999-2009
Visão Agregada

Setores Produtivos	Variação % 1999-2009			Peso no Potencial Agrícola 1999	Impactos no Potencial Agrícola do Continente
	Recursos (1)	Produtividade Potencial (2)	Potencial Produtivo (3)	(4)	(5) = (3) · (4)
Animal	-7,3%	-11,2%	-17,6%	33,4%	-5,9%
Vegetal	-3,5%	-15,8%	-18,7%	66,6%	-12,5%
Agricultura			-18,4%	100,0%	-18,4%

(3) = [1 + (1)] · [1 + (2)] - 1

A variação do potencial produtivo foi muito influenciada pela evolução das produtividades potenciais dos setores animal e vegetal, apesar das produtividades atribuídas aos recursos de 1999, ao nível de módulos produtivos, serem em regra iguais às de 2009 [cols. (1) a (3)].

Para compreender a razão de ser da forte quebra das produtividades dos setores animal e vegetal, há dois pontos a ter em conta: primeiro, as produtividades das atividades agrícolas são muito diferentes umas das outras; segundo, as produtividades de conjuntos de atividades são iguais à média das produtividades das atividades que os compõem, ponderadas pelos pesos nos recursos (áreas de cultivos e cabeças de gado herbívoro). Logo, as grandes quebras das produtividades dos setores animal e vegetal do Continente podem ser explicadas, sobretudo, pelo reforço do peso dos módulos (e atividades) com menores produtividades.

Para se poder confirmar esta hipótese e apreender os fatores explicativos das evoluções do potencial e produtividades agrícolas é necessário analisar a informação com maior desagregação, recorrendo a instrumentos apropriados.

O objetivo dos pontos seguintes é dar conta da concretização dessa tarefa e das ilações metodológicas e substantivas resultantes, mobilizando o já referido modelo construído para este efeito, do qual se apresentam nas caixas de texto abaixo as equações de síntese.

Modelo de Análise da Variação do Potencial Produtivo Agrícola do Continente 1999 – 2009

Equação Reduzida do Modelo

$$T_{yc} = \frac{\Delta Y_c}{Y_{c0}} = \sum_j \sum_i \frac{\Delta Y_{ij}}{Y_{c0}} + \sum_j \sum_h \frac{\Delta Y_{hj}}{Y_{c0}} = \sum_j \sum_i E_{ij,yc} + \sum_j \sum_h E_{hj,yc} = \sum_j \sum_i \beta_{ij,vc} \cdot T_{yij} + \sum_j \sum_h \beta_{hj,ac} \cdot T_{yhj}$$

$E_{ij,yc}$ e $E_{hj,yc}$ são os impactos das atividades vegetais (**i**) e animais (**h**) dos territórios j na taxa de variação do potencial produtivo agrícola do Continente (T_{yc},) impactos esses que se podem desagregar em diversos fatores como se explicita *infra.*

Sendo:

Y_l – potencial produtivo da atividade l avaliado pelo Valor da Produção Padrão (VPP).
X_l – recursos (áreas ou efetivos pecuários) da atividade l .
$P_l = Y_l / X_l$ – produtividade da atividade l .
0 e 1 – índices representando, respetivamente, momento inicial (1999) e final (2009)
$T_z = \Delta Z / Z_0$ – taxa de variação de Z ; $I_z = Z_1 / Z_0 = T_z + 1$ – Índice de variação de Z
j – macro territórios ; **c** – Continente = conjunto dos macro territórios.
i – atividades agrícolas de produção vegetal; **v** – Setor Vegetal = conjunto das atividades vegetais.
h – atividades agrícolas de produção animal; **a** – Setor Animal = conjunto das atividades pecuárias.

β – pesos das atividades (setores) no potencial produtivo (Y).
α – pesos das atividades nos recursos (X)dos setores vegetal (áreas; ha) ou animal (gados; cabeças normais).
$q_{ij} = P_{ij} / P_{vc}$ – produtividade relativa da atividade atividade i do território j face à produtividade vegetal no Continente.
$q_{hj} = P_{hj} / P_{ac}$ – produtividade relativa da atividade atividade h do território j face à produtividade animal no Continente.

Fatores de Variação do Potencial Produtivo Agrícola do Continente 1999 – 2009

Variação de Recursos e Produtividade Relativa (FR)

$$\sum_j \sum_i \alpha_{ij} \cdot q_{ij} \cdot T_{xij} \cdot \beta_{vc,c} + \sum_j \sum_h \alpha_{hj} \cdot q_{hj} \cdot T_{xhj} \cdot \beta_{ac,c}$$

Variação dos Recursos (FR1)

$$\sum_j \sum_i \alpha_{ij} \cdot T_{xij} \cdot \beta_{vc,c} + \sum_j \sum_h \alpha_{hj} \cdot T_{xhj} \cdot \beta_{ac,c}$$

Variação dos Recursos e Produtividade Relativa Diferencial (FR2)

$$\sum_j \sum_i \alpha_{ij} \cdot (q_{ij} - 1) \cdot T_{xij} \cdot \beta_{vc,c} + \sum_j \sum_h \alpha_{hj} \cdot (q_{hj} - 1) \cdot T_{xhj} \cdot \beta_{ac,c}$$

Variação das Produtividades em Interação com os Recursos (FP)

$$\sum_j \sum_i \alpha_{ij} \cdot q_{ij} \cdot T_{pij} \cdot I_{xij} \cdot \beta_{vc,c} + \sum_j \sum_h \alpha_{hj} \cdot q_{hj} \cdot T_{phj} \cdot I_{xhj} \cdot \beta_{ac,c}$$

As variáveis preponderantes na determinação dos contributos para as variações das produtividades animal e vegetal e do potencial agrícola do Continente são os pesos nos recursos, as produtividades relativas e as taxas de variação dos recursos.

Nos quadros 90 a 92 apresentam-se indicadores de síntese sobre estas variáveis, por grupos de atividades e a um nível mais agregado.

Em relação às atividades animais destacam-se (quadro 90):

- As grandes diferenças de produtividade entre as vacas leite e os outros três grupos de atividades;
- O acentuado contraste entre os perfis de repartição dos recursos e do potencial do setor animal, o primeiro caraterizado pelo equilíbrio e o segundo pelo domínio das vacas leite (22% dos recursos e 50% do potencial);

- A radical oposição das vacas leite e das vacas aleitantes em termos de produtividades relativas (2,3 vs. 0,5) e de variações dos recursos e do potencial em 1999-2009 (-27% vs. aumentos superiores a 25%) e as respetivas consequências na alteração da composição dos efetivos herbívoros (-5% vs. +9%);
- A muito forte diminuição dos efetivos e do potencial produtivo de ovinos e caprinos (-24%), superior em valor absoluto ao aumento do potencial das vacas aleitantes e que determinou, por isso, uma redução significativa do potencial global dos efetivos pecuários mais vinculados à agricultura de sequeiro (-9%);
- Em resumo: uma redução muito significativa do potencial do setor animal (-18%), acompanhada da significativa diminuição do peso dos efetivos pecuários mais produtivos.

Quadro 90. Alteração da Repartição dos Recursos e Variação do Potencial Produtivo por Grupos de Atividades
Setor Animal - 1999-2009

Grupos de Atividades		Produtividade Relativa em 1999	Peso nos Recursos Animais em 1999 %	Peso no Potencial Animal em 1999 %	Peso no Potencial Agrícola em 1999 %	Variação 1999-2009 dos Recursos Efetivos em Cabeças Normais			Variação 1999-2009 do Potencial (VPP) %
						Var. CN '000	Var % do Nº de CN	Var. do Peso no Total das CN %	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
(1)	Vacas Leite	2,32	21,5%	49,8%	16,6%	-70	-27,4%	-4,7%	-26,9%
(2)	Outros Bovinos	0,56	27,9%	15,7%	5,2%	-10	-3,1%	1,3%	-6,5%
(3)	Ovinos e Caprinos	0,84	28,9%	24,2%	8,1%	-82	-23,9%	-5,2%	-24,4%
(4)	Vacas Aleitantes	0,48	21,7%	10,4%	3,5%	75	29,2%	8,5%	25,5%
(5) = (3) + (4)	Vacas Aleitantes, Ovinos e Caprinos	0,68	50,6%	34,5%	11,5%	-7	-1,1%	3,4%	-9,4%
(6)	Total Animal Herbívoros	1,00	100,0%	100,0%	33,4%	-87	-7,3%	0,0%	-17,6%

Notas:
- pesos no potencial = pesos nos recursos x produtividades relativas;
- variações dos pesos nos recursos = pesos iniciais x variações relativas dos recursos (quociente dos índices módulo/setor - 1);
- impactos no potencial (cf. quadro 93) = pesos iniciais no potencial x taxas de variação do potencial.

Nas atividades vegetais sobressaem (quadro 91):
- A grande redução do potencial produtivo do setor (-19%), apesar da pequena diminuição dos recursos (-3,5%), o que indicia uma sensível reafetação das áreas agrícolas a atividades menos produtivas;
- Embora quase todos os grupos de atividades acompanhem esta tendência, verificam-se duas exceções relevantes, a das culturas permanentes regadas e a das pastagens permanentes, ambas com grandes aumentos dos recursos (68% e 29%) e um incremento importante do potencial produtivo (17% e 7%);
- Contudo, o significado e consequências destas duas exceções são muito diferentes, pois o impressionante alargamento da área das pastagens permanentes pobres (+390 mil ha) é o reverso da diminuição das áreas anteriormente ocupadas por utilizações mais produtivas (sobretudo, culturas temporárias, com realce para os cereais e as culturas industriais), enquanto a expansão das áreas das culturas permanentes regadas (sobretudo, olival) corresponde em geral ao alargamento das áreas regadas ou à intensificação cultural noutras que já o eram e, portanto, a um significativo aumento do potencial produtivo;

Quadro 91. Alteração da Repartição dos Recursos e do Potencial Produtivo por Grupos de Atividades
Setor Vegetal - 1999-2009

Grupos de Atividades		Produtividade Relativa em 1999 (1)	Peso nos Recursos Vegetais em 1999 % (2)	Peso no Potencial Vegetal em 1999 % (3)	Peso no Potencial Agrícola em 1999 % (4)	Variação 1999-2009 dos Recursos Áreas em ha			Variação 1999-2009 do Potencial (VPP) % (8)
						Var. ha '000 (5)	Var % do Nº de ha (6)	Var. do Peso no Total da Área % (7)	
(1)	Fruteiras Regadas	6,18	1,5%	9,5%	6,3%	-10	-19,9%	-0,3%	-16,0%
(2)	Vinha e Olival Regados	2,61	0,8%	2,1%	1,4%	64	231,0%	2,0%	162,1%
(3) = (1) + (2)	Culturas Permanentes Regadas	4,93	2,4%	11,6%	7,7%	54	67,5%	1,7%	16,8%
(4)	Culturas Temporárias Regadas	2,34	12,8%	30,1%	20,1%	-162	-37,3%	-4,5%	-25,4%
(5)	Fruteiras e Vinhas Não Regadas	3,12	8,9%	27,7%	18,5%	-63	-21,0%	-1,6%	-26,1%
(6)	Olival Não Regado	0,37	9,5%	3,5%	2,4%	-52	-16,2%	-1,2%	-17,1%
(7)	Culturas Temporárias Não Regadas	0,64	24,7%	15,9%	10,6%	-228	-27,3%	-6,1%	-25,6%
(8)	Pastagens Permanentes	0,18	39,3%	7,0%	4,7%	391	29,3%	13,4%	7,0%
(9)	Culturas Industriais	1,73	2,4%	4,1%	2,8%	-56	-69,5%	-1,6%	-38,8%
(10) = (3) + (5) + (6)	Culturas Permanentes Total	2,07	20,7%	42,9%	28,6%	-61	-8,7%	-1,1%	-13,8%
(11) = (7) + (8)	C.Temporárias Não Regadas e Pastagens Permanentes	0,36	64,0%	22,9%	15,2%	162	7,5%	7,3%	-15,6%
(12) = (3) + (4)	Culturas Regadas	2,75	15,2%	41,7%	27,8%	-108	-21,1%	-2,8%	-13,7%
(13) = (11) + (5) + (6)	Culturas Não Regadas	0,66	82,4%	54,1%	36,1%	47	1,7%	4,4%	-21,1%
(14)	Total	1,00	100,0%	100,0%	66,6%	-118	-3,5%	0,0%	-18,7%

Notas:
- pesos no potencial = pesos nos recursos x produtividades relativas;
- variações dos pesos nos recursos = pesos iniciais x variações relativas dos recursos (quociente dos índices módulo/setor - 1);
- impactos no potencial (cf. quadro 92) = pesos iniciais no potencial x taxas de variação do potencial.

- O impacto global muito negativo da recomposição das áreas de culturas temporárias e pastagens traduz-se de forma concludente no facto do aumento de 7% dessas áreas ter conduzido a uma diminuição de 16% do seu potencial [linha (11) do quadro 91];

- Ainda mais gravosos para o potencial e as produtividades agrícolas do Continente foram os expressivos recuos das áreas e do potencial das culturas temporárias regadas e das fruteiras e vinha em sequeiro, por serem culturas com produtividades relativas muito altas (cf. quadros 91 e 93);

- Num balanço mais agregado, regista-se que a evolução positiva da vinha e do olival regados foi insuficiente para impedir as significativas quedas do potencial produtivo quer das culturas permanentes, quer das culturas regadas (variações de -14% do potencial produtivo destes dois grupos de culturas - quadro 91);

- No cômputo global da evolução do setor vegetal a conclusão é idêntica à deduzida para o setor animal: forte redução do potencial do setor (-19%) e significativa diminuição do peso das áreas mais produtivas.

O resultado desta convergência de processos dos dois setores de produção agrícola está espelhado no quadro 92, onde se consolida a informação em duas classes de produtividade relativa.

Quadro 92. Alteração da Repartição dos Recursos e do Potencial Produtivo do Continente - 1999-2009
Síntese por Classes de Produtividade Relativa

Classes de Produtividade Relativa dos Módulos Produtivos		Produtividade Relativa em 1999	Peso nos Recursos do Setor em 1999 %	Peso no Potencial do Setor em 1999 %	Peso no Potencial Agrícola em 1999 %	Variação dos Recursos		Variação 1999-2009 do Potencial (VPP) %
						Var %	Var. do Peso nos Recursos do Setor %	
Setor	Classe	(1)	(2)	(3) = (1) · (2)	(4)	(6)	(7)	(8)
Animal	>= 1	2,15	25,2%	54,3%	18,1%	-26,7%	-5,3%	-26,6%
	< 1	0,61	74,8%	45,7%	15,3%	-0,8%	5,3%	-7,1%
	Total	1,00	100,0%	100,0%	33,4%	-7,3%	0,0%	-17,6%
Vegetal	>= 1	2,83	26,3%	74,3%	49,5%	-21,6%	-4,9%	-19,0%
	< 1	0,35	73,7%	25,7%	17,1%	3,0%	4,9%	-18,1%
	Total	1,00	100,0%	100,0%	66,6%	-3,5%	0,0%	-18,7%
Agricultura TOTAL	>= 1				67,6%			-21,0%
	< 1				32,4%			-12,9%
	Total				100,0%			-18,4%

Notas:
- pesos no potencial = pesos nos recursos x produtividades relativas;
- variações dos pesos nos recursos = pesos iniciais x variações relativas dos recursos (quociente dos índices módulo/setor - 1);
- impactos no potencial (cf. quadro 93) = pesos iniciais no potencial x taxas de variação do potencial.

A evolução global dos recursos dos módulos com maiores produtividades é muito mais gravosa do que a dos módulos com produtividades inferiores às médias setoriais. O facto das diminuições dos potenciais produtivos das duas classes de produtividade serem semelhantes no setor vegetal (-19% e -18%), apesar da evolução dos seus recursos ter sido muito diferente (-22% e +3%), é a resultante lógica da recomposição das actividades vegetais integradas na classe inferior das produtividades, materializada no drástico reforço das pastagens permanentes pobres em prejuízo das culturas temporárias não regadas, cuja produtividade era, em média, equivalente a 3,6 vezes a da pastagens permanentes [0,64/0,18, cf. col. (1) do quadro 91].

Desta conjugação de circunstâncias resultou uma forte queda do potencial agrícola (-18,4%), sendo a evolução na classe com maiores produtividades ainda pior (-21%), devido essencialmente ao ocorrido no setor animal onde a diminuição do potencial dessa classe excedeu em 20% a da classe dos módulos (e atividades) com menores produtividades [-27% vs. –7%, cf. col (8)].

A análise a que se procedeu da informação compilada nos quadros 90 a 92 ajuda a compreender os resultados apresentados no quadro 93 sobre os fatores explicativos da evolução do potencial agrícola do Continente em 1999-2009, apurados com base no modelo construído (cf. acima as equações de síntese).

Quadro 93. Impactos no Potencial Agrícola do Continente 1999-2009, Síntese dos Fatores Explicativos, por Grupos de Atividades

Grupos de Atividades		Impacto na Variação % do Potencial Produtivo Agrícola do Continente %	Fatores de Variação do Potencial Agrícola do Continente 1999-2009			
			FR Variação dos Recursos e Produtividade Relativa %			FP Variação das Produtividades %
			TOTAL	FR1 Variação dos Recursos	FR2. Variação dos Recursos e Produtividade Relativa	
Setor	Grupo	(1) = (2) + (5)	(2)= (3) + (4)	(3)	(4)	(5)
Animal	Vacas Leite	-4,5%	-4,4%	-2,0%	-2,5%	0,0%
	Ovinos e Caprinos	-2,0%	-1,9%	-2,3%	0,4%	-0,1%
	Outros Bovinos	-0,3%	-0,3%	-0,3%	0,0%	0,0%
	Vacas Aleitantes	0,9%	0,9%	2,1%	-1,2%	0,0%
Vegetal	Fruteiras Regadas	-1,0%	-1,0%	-0,2%	-0,8%	0,0%
	Vinha e Olival Regados	2,3%	2,6%	1,3%	1,4%	-0,3%
	Horticultura Extensiva	0,6%	0,6%	0,0%	0,5%	0,1%
	Outras Culturas Temporárias Regadas	-5,7%	-5,9%	-3,2%	-2,7%	0,2%
	Fruteiras e Vinha Não Regadas	-4,8%	-4,8%	-1,2%	-3,5%	0,0%
	Culturas Industriais	-1,1%	-1,9%	-1,1%	-0,7%	0,8%
	Culturas Temporárias Não Regadas	-2,7%	-2,5%	-4,5%	2,0%	-0,2%
	Olival Não Regado	-0,4%	-0,4%	-1,0%	0,6%	0,0%
	Pastagens Permanentes	0,3%	0,01	7,7%	-6,3%	-1,0%
Setor Animal		-5,9%	-5,7%	-2,4%	-3,3%	-0,1%
Setor Vegetal		-12,5%	-11,9%	-2,3%	-9,6%	-0,6%
Agricultura		-18,4%	-17,7%	-4,8%	-12,9%	-0,7%

Para interpretar a informação do quadro 93 é necessário ter presente os seguintes tópicos:

(1º) Os apuramentos com base no modelo são concretizados ao nível dos módulos produtivos, sendo a informação mais agregada resultante da soma dos resultados obtidos a esse nível;

(2º) Assim, só é possível obter resultados precisos a níveis superiores ao dos módulos por aplicação direta das equações do modelo quando estas permanecem válidas nesse âmbito; por exemplo, os valores da coluna (1) do quadro 92 são calculáveis por multiplicação dos valores das colunas (3) e (8) dos quadros 90 ou 91; mas os apresentados nas colunas (2) e (4) do quadro 94 já não o são ao nível agregado, neste caso, o dos grupos de atividades;

(3º) Os resultados do quadro 93, por grupos de atividades, refletem a soma ponderada dos estimados para os módulos produtivos pertencentes a esse grupo, os quais podem ou não ter tido evoluções semelhantes face aos fenómenos em análise, pelo que a visão agregada do grupo pode não ser representativa de todos os seus módulos;

(4º) Sem prejuízo desta prevenção, regra geral a informação apresentada sobre cada um dos grupos de atividades reflete traços preponderantes nos seus módulos produtivos, pois, a organização desses grupos obedeceu, entre outros critérios, ao objetivo de limitar a sua heterogeneidade interna.

Observando a primeira coluna do quadro 93, apreende-se o sinal e a intensidade dos impactos dos vários grupos de atividades na variação do potencial agrícola, sendo notório que os sinais desses impactos estão alinhados com os das variações dos recursos e do potencial (quadros 90 e 91) e, também, que a intensidade do impacto atribuível a cada grupo é tanto maior quanto maiores são o seu peso no potencial produtivo agrícola e a taxa de variação do seu potencial. Comparando, por exemplo, os dados referentes às vacas leite e aos ovinos e caprinos, verifica-se que, embora as taxas de variação dos seus potenciais sejam semelhantes, o impacto do segundo grupo é muito inferior ao do primeiro devido à grande superioridade do peso das vacas leite no potencial agrícola.

Por sua vez, o peso dos grupos de atividades no potencial é igual ao produto da produtividade relativa pelo peso nos recursos (cf. quadros 90 e 91) e o índice de variação do potencial equivale ao produto dos índices de variação dos recursos e da produtividade. Mas a evolução da produtividade do grupo pode refletir sobretudo a alteração da composição dos seus recursos do grupo e não as variações de produtividade dos módulos produtivos.

O objetivo fundamental do modelo é, justamente, quantificar separadamente, por um lado, os efeitos explicáveis apenas pela dinâmica dos recursos e sua interação com a produtividade relativa [cols. (2) a (4)] e, por outro, aqueles em que intervém também a variação das produtividades dos módulos produtivos [col. (5)].

Analisando a decomposição dos fatores explicativos da variação do potencial agrícola do Continente (quadro 93), retêm-se duas conclusões gerais:

- O fator *variação das produtividades* tem uma influência insignificante na evolução do potencial, o que é lógico dada a hipótese de estabilidade das produtividades dos módulos produtivos subjacente ao presente exercício;
- O subfator *variação dos recursos e produtividade relativa diferencial* tem uma interferência preponderante na determinação do valor global dos impactos na variação do potencial agrícola, identificável nos dois setores, embora de forma mais acentuada no vegetal.

Considerando os tipos de impacto, os treze grupos de atividades reúnem-se em quatro conjuntos.

O primeiro inclui seis grupos, dois animais e quatro vegetais, todos com impacto negativo no potencial agrícola e sinais também negativos nos dois subfatores da *variação de recursos* e *produtividade relativa*, sendo este conjunto o mais influente na diminuição do potencial agrícola do Continente, pois o seu contributo orça -17,4%, um valor próximo da quebra do potencial total (-18,4%). Três desses seis grupos - *vacas leite*, *outras culturas temporárias regadas e fruteiras e vinha não regadas* - assumem o papel decisivo, pois determinam um impacto conjunto de -15%. O que explica esse resultado tão negativo é o elevado peso destes grupos no potencial, determinado pela conjugação de altas produtividades e forte peso nos recursos, e as grandes reduções dos seus recursos e potencial.

O segundo conjunto é composto por três grupos – *ovinos e caprinos, culturas temporárias não regadas* e *olival não regado* - que contribuíram também para a diminuição do potencial agrícola (-5,1%), neste caso, devido ao forte recuo dos seus recursos.

O terceiro conjunto inclui dois grupos – *vacas aleitantes* e *pastagens permanentes* – que contribuem para aumentar o potencial agrícola (1,2%), embora de forma muito limitada, devido às suas reduzidas produtividades e apesar do grande aumento dos seus recursos.

O quarto e último integra dois grupos de atividades vegetais – *vinha* e *olival regados* e *horticultura extensiva* – cujo contributo para o aumento do potencial produtivo agrícola (2,9%), apesar de modesto, se enraíza em fatores estruturais (produtividade relativas) e dinâmicos (taxas de variação dos recursos e do potencial) globalmente positivos.

Quadro 94. Impactos no Potencial Agrícola do Continente 1999-2009
Síntese dos Fatores Explicativos, por classes de Produtividade Relativa

Classes de Produtividade Relativa dos Módulos Produtivos		Impacto na Variação % do Potencial Produtivo Agrícola do Continente %	Fatores de Variação do Potencial Agrícola do Continente 1999-2009			
			FR Variação dos Recursos e Produtividade Relativa %			FP Variação das Produtividades %
			TOTAL	FR1 Variação dos Recursos	FR2. Variação dos Recursos e Produtividade Relativa Diferencial	
Setor	Classe	(1) = (2) + (5)	(2)= (3) + (4)	(3)	(4)	(5)
Animal	>= 1	-4,8%	-4,8%	-2,2%	-2,5%	0,0%
	< 1	-1,1%	-1,0%	-0,2%	-0,8%	-0,1%
	Total	-5,9%	-5,7%	-2,4%	-3,3%	-0,1%
Vegetal	>= 1	-9,4%	-10,0%	-3,8%	-6,2%	0,6%
	< 1	-3,1%	-2,0%	1,5%	-3,4%	-1,1%
	Total	-12,5%	-11,9%	-2,3%	-9,6%	-0,6%
Agricultura TOTAL	>= 1	-14,2%	-14,7%	-6,0%	-8,7%	0,5%
	< 1	-4,2%	-2,9%	1,3%	-4,2%	-1,2%
	Total	-18,4%	-17,7%	-4,8%	-12,9%	-0,7%

Da análise por grandes subsistemas dos impactos sobre o potencial agrícola, conclui-se:

(1º) As evoluções em 1999-2009 dos sistemas de regadio e de sequeiro[44], globalmente considerados, contribuíram em grau semelhante para reduzir o potencial agrícola do Continente (impactos respetivamente de -8,3% e -8,7%);

(2º) No regadio apenas as culturas permanentes, mercê da evolução da vinha e sobretudo do olival, deram um contributo positivo (1,3%), sendo muito negativos os impactos globais das vacas leite (-4,5%) e das culturas temporárias regadas (-5,1%);

(3º) No sequeiro, quer os sistemas culturas temporárias/pastagens/herbívoros (vacas aleitantes, ovinos e caprinos), quer as culturas permanentes produziram impactos negativos significativos no potencial agrícola (respetivamente, -3,5% e -5,2%).

Do exposto, não surprende que a síntese baseada na classificação dos módulos produtivos em duas grandes classes de produtividade (quadro 94) revele de forma expressiva que a principal causa da diminuição do potencial agrícola do Continente foi o grande recuo das atividades com produtividades superiores às médias dos respetivos setores: cerca de 75% da variação negativa do potencial (-14,2% vs. -18,4%) é imputável à classe superior das produtividades, uma proporção que se mantém na mesma ordem de grandeza nos setores animal e vegetal, individualmente considerados (-4,8% vs. -5,9% e -9,4% vs -12,5%).

[44] Não se incluem as atividades *outros bovinos* e *culturas industriais*, cujo impacto conjunto no potencial agrícola foi de -1,4%, porque têm componentes significativas nos sistemas de regadio e de sequeiro, sem que seja possível estimar os respetivos pesos com base na informação utlizada.

4.1.2. Alteração da repartição territorial do potencial produtivo agrícola

No ínicio da análise dos fatores explicativos da evolução do potencial produtivo por grupos de atividades, chamou-se a atenção para os módulos produtivos cujas evoluções diferem significativamente da trajetória dominante no grupo onde se inserem. A abordagem territorial, a que se dedica este ponto, impõe que se retome essa pista, essencial para se compreender a grande alteração em 1999-2009 da repartição territorial dos recursos e do potencial agrícola do Continente.

Analisando os resultados referentes às taxas de variação dos recursos [cols. (1) e (5) do quadro 95] e do potencial produtivo [cols. (4) a (6) do quadro 96] dos 'macro' territórios (cf. fig. 53) conclui-se:

(1º) Na hierarquia das variações do potencial agrícola, identificam-se quatro situações: a primeira abarca cinco dos oito 'macro' territórios, os três do norte e centro do Continente e, ainda, o 'Oeste e Lisboa-Setúbal' e o 'Algarve', com enormes recuos do potencial, incidentes no setor animal e no setor vegetal; segue-se a 'Beira Baixa e Alentejo' também com uma quebra acentuada de potencial (-15%), embora ligeiramente inferior à do Continente (-18%); o 'Douro Vitícola', um território especializado na viticultura, apresenta uma redução muito ligeira (-3%); por fim, o 'Alentejo e Lezíria' destaca-se dos outros, dado o aumento do seu potencial;

(2º) Observando as relações entre as variações dos recursos e as do potencial detetam-se outras clivagens, merecendo especial realce, por um lado, o 'Douro Vitícola', o único onde a evolução do potencial é mais favorável do que a dos recursos e, no pólo oposto, o 'Norte e Centro Interior' e a 'Beira Baixa e Alentejo' onde a trajetória do potencial produtivo se afasta muito e para pior das evoluções dos recursos animais e vegetais; logicamente, no primeiro caso houve uma recomposição produtiva impulsionadora do aumento da produtividade e no segundo uma acentuada degradação das produtividades animal e vegetal em dois territórios que, à partida, já estavam numa posição muito desfavorável.

No contexto duma evolução global negativa, as disparidades das evoluções dos vários 'macro' territórios explicam a grande alteração, apenas numa década, da repartição territorial do potencial produtivo agrícola. O 'Alentejo e Lezíria' foi o único ganhador (a sua quota passa de 23% para 29% do potencial agrícola do Continente) e os grandes perdedores os territórios do norte e centro, quer na vertente atlântica (o peso do 'Norte e Centro Litoral', mercê da quebra de 27% do seu potencial, reduz-se em 2,3%), quer na do interior (o peso conjunto do 'Norte e Centro Interior' e da 'Transição Centro' diminuiu 3,3%).

Estas alterações de potencial relativo dos 'macro' territórios não foram apenas o reflexo na dimensão territorial da dinâmica das atividades, que beneficiou os espaços mais especializados nas atividades com uma evolução mais favorável. De facto, existiu conexão causal entre as evoluções do potencial das atividades e dos territórios. Por exemplo, a drástica quebra do potencial de produção leiteira penalizou sobretudo o 'Norte e Centro Litoral', enquanto o grande aumento do efetivo de vacas aleitantes beneficiou principalmente a 'Beira Baixa e Alentejo' e o 'Alentejo e Lezíria' e, em menor grau, algumas zonas do 'Norte e Centro Interior'.

Mas há também importantes exemplos que escapam a este tipo de explicação, dos quais se referem três elucidativos.

O primeiro localiza-se na própria atividade vacas leite, cujo potencial aumentou 26% no 'Alentejo e Lezíria', no quadro da diminuição global de 27%, o que permitiu a este território passar de uma quota de 9% para 15% do potencial desta atividade no Continente.

O segundo é a horticultura extensiva, cujo potencial aumentou 10% no Continente, exclusivamente com base no 'Oeste e Lisboa-Setúbal' e, sobretudo, no 'Alentejo e Lezíria', tendo este último, mercê de um aumento de 26%, passado a deter, em 2009, 58% do potencial da atividade, contra 50% em 1999.

O terceiro e último exemplo são as culturas permanentes regadas. O acréscimo do seu potencial foi de 17%, devido apenas à dinâmica da vinha e do olival regados e concentrou-se principalmente nos regadios do sul. O crescimento em 1999-2009 do potencial do 'Alentejo e Lezíria' nas culturas permanentes regadas foi de 185%, passando de uma quota de 12% para 30% do total do Continente.

Quadro 95. Evolução dos Recursos dos Setores Animal e Vegetal do Continente, por Macro Territórios

	Variação % dos Recursos Setor Animal 1999-2009	Peso nos Recursos do Setor Animal			Variação % dos Recursos Setor Vegetal 1999-2009	Peso nos Recursos do Setor Vegetal		
		em 1999 %	em 2009 %	Δ 2009 - 1999 %		em 1999 %	em 2009 %	Δ 2009 - 1999 %
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Norte e Centro Litoral	-22,8%	26,2%	21,8%	-4,4%	-25,4%	8,6%	6,7%	-2,0%
Oeste e Lisboa-Setúbal	-25,0%	7,3%	5,9%	-1,4%	-20,0%	5,6%	4,6%	-1,0%
Algarve	-34,2%	1,5%	1,0%	-0,4%	-17,4%	2,6%	2,2%	-0,4%
Norte e Centro Interior	-18,4%	13,0%	11,5%	-1,6%	-9,2%	16,4%	15,4%	-1,0%
Transição Centro	-34,9%	8,0%	5,6%	-2,4%	-28,2%	7,8%	5,8%	-2,0%
Douro Vitícola	-28,4%	0,9%	0,7%	-0,2%	-8,3%	2,9%	2,8%	-0,1%
Beira Baixa e Alentejo	12,3%	15,7%	19,0%	3,3%	4,3%	21,5%	23,3%	1,7%
Alentejo e Lezíria	16,5%	27,4%	34,4%	7,0%	9,6%	34,6%	39,2%	4,7%
Continente	-7,3%	100,0%	100,0%	0,0%	-3,5%	100,0%	100,0%	0,0%

Quadro 96. Evolução do Potencial Produtivo Agrícola do Continente, por Setores e por Macro Territórios

	Peso no Potencial Produtivo Agrícola do Continente em 1999			Variação % do Potencial Produtivo 1999 - 2009			Peso no Potencial Produtivo do Continente em 2009			Δ Peso % no Potencial Agrícola
	Setor Animal	Setor Vegetal	Agrícola Total	Animal	Vegetal	Agrícola Total	Setor Animal	Setor Vegetal	Agrícola Total	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (9) - (3)
Norte e Centro Litoral	12,6%	8,5%	21,1%	-24,3%	-31,9%	-27,4%	11,7%	7,1%	18,8%	-2,3%
Oeste e Lisboa-Setúbal	2,9%	12,1%	15,0%	-29,3%	-22,2%	-23,5%	2,5%	11,5%	14,0%	-0,9%
Algarve	0,3%	3,1%	3,4%	-41,3%	-33,3%	-34,1%	0,2%	2,5%	2,8%	-0,7%
Norte e Centro Interior	3,9%	8,1%	12,0%	-30,2%	-25,0%	-26,7%	3,4%	7,4%	10,8%	-1,2%
Transição Centro	3,2%	7,2%	10,4%	-38,6%	-33,2%	-34,9%	2,4%	5,9%	8,3%	-2,1%
Douro Vitícola	0,2%	3,7%	3,9%	-29,5%	-1,5%	-3,1%	0,2%	4,4%	4,6%	0,7%
Beira Baixa e Alentejo	4,1%	6,8%	10,9%	-2,9%	-22,2%	-14,9%	4,9%	6,4%	11,3%	0,5%
Alentejo e Lezíria	6,1%	17,2%	23,4%	12,5%	-0,6%	2,9%	8,4%	21,0%	29,4%	6,1%
Continente	33,4%	66,6%	100,0%	-17,6%	-18,7%	-18,4%	33,7%	66,3%	100,0%	0,0%

4.2. Territórios rurais e políticas públicas

As políticas públicas cofinanciadas pelos Fundos Europeus no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) e da política de coesão constituem uma condicionante importante do desenvolvimento dos territórios do Continente português. O conjunto de medidas mobilizadas nesse âmbito é complexo e o modo como incidem nos distintos territórios é muito variável, em intensidade e na combinação e peso relativo das diversas medidas. Nesta seção dá-se um contributo para a compreensão dessa diversidade, das suas principais implicações na trajetória de evolução dos vários tipos de territórios e dos desafios que suscitam para o próximo ciclo de programação (2014-2020).

No plano programático e operacional as medidas e instrumentos em causa articulam-se em três grandes conjuntos, dois deles ancorados na PAC e o terceiro na política de coesão económica, social e territorial da União Europeia.

No respeitante à PAC um dos conjuntos corresponde às medidas enquadradas nos Programas de Desenvolvimento Rural cofinanciados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e por despesa pública nacional, os quais têm desde 2000 uma duração de sete anos (2000-2006 e 2007-2013) que irá manter-se no próximo período de programação (2014-2020). O outro conjunto é composto por medidas de ciclo de gestão anual, financiadas integralmente pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e enquadradas principalmente pelos Regulamentos que estabelecem, respetivamente, os regimes de apoio direto aos agricultores no âmbito da PAC (Regulamento dos Apoios Diretos) e a organização comum dos mercados agrícolas (Regulamento da OCM Única).

Na política de coesão as medidas enquadram-se, tal como as do apoio da PAC ao desenvolvimento rural, em exercícios de programação estratégica e operacional com um horizonte temporal de sete anos e agrupam-se no essencial em Programas Operacionais nacionais cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), pelo Fundo de Coesão e pelo Fundo Social Europeu (FSE) e por despesa pública nacional.

Na análise empírica de suporte ao presente contributo, a informação primária utilizada reporta-se, principalmente: à execução no biénio 2010-2011 das medidas cofinanciadas pelo FEAGA e pelo FEADER integradas no Pedido Único[45]; à execução acumulada até 31 de Dezembro de 2011 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDer); e à execução acumulada até 30 de Junho de 2012 das medidas cofinanciadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão no âmbito dos Programas Operacionais Nacionais e Regionais do Quadro de Referência Estratégico 2007-2013 (QREN 2007-2013)[46]. Reteve-se apenas a informação disponível com desagregação até ao nível de concelho e considerada suficientemente representativa da execução das respetivas medidas de política. Na prática, o objeto de análise cingiu-se essencialmente aos apoios concedidos à agricultura, silvicultura e agroindústria.

Em relação ao investimento apoiado pelo ProDer, por insuficiência de informação devida aos fracos níveis de execução acumulada (no final de 2011) ou a outras lacunas, não se contempla a análise das ações referentes a infraestruturas coletivas (regadio e outras), às indústrias florestais e ao subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais (abordagem LEADER). Contudo, as medidas consideradas abarcam todo o apoio direto ao investimento nas empresas agrícolas, florestais e agroindustriais e representam cerca de 75 % das dotações programadas para o Eixo 1 (competitividade) do ProDer. Na apreciação dos apoios concedidos no âmbito deste programa assumiu-se a média de execução anual 2010-2011 como estimativa da execução média anual do período de programação 2007-2013.

[45] Além das medidas financiadas pelo FEAGA (Pagamentos Diretos), o Pedido Único apresentado pelos agricultores anualmente ao IFAP inclui também medidas agroambientais e silvoambientais e de apoio às zonas desfavorecidas financiadas pelo FEADER.

[46] A informação referida foi facultada pelas entidades nacionais responsáveis pela gestão dos Fundos Europeus e dos Programas Operacionais e pela coordenação de políticas nos domínios em causa. Neste contexto, foi especialmente relevante a informação fornecida pelo Observatório do QREN, em colaboração com o IFDR, e pelo GPP, o IFAP e a Gestão do ProDer.

No referente à despesa pública de apoio ao investimento na agroindústria por parte do PO Competitividade e dos PO Regionais, admitiu-se, numa estimativa prudente, que a execução acumulada até 30 de Junho de 2012 é representativa de um triénio médio, dado que representa cerca de 40% da despesa a executar em 2007-2015 (a execução do programado para 2007-2013 prolonga-se até 2015).

A informação primária (nível concelhio) foi convertida para várias escalas territoriais e, depois, transformada em indicadores correspondentes a diversas dimensões de análise e objetivos, com destaque para o intuito de aferir a intensidade de incidência (capacidade de localização/atração) e combinação dessas medidas nos diversos territórios.

Esta avaliação das políticas conduzidas em Portugal em aplicação da PAC nas vertentes dos apoios diretos aos agricultores e do desenvolvimento rural e, supletivamente, da política de coesão da União Europeia, centra-se nas seguintes questões.

A concretização destas políticas responde de modo equitativo e eficaz aos problemas, necessidades e potencialidades de desenvolvimento das diversas agriculturas e territórios rurais?

É coerente com os objetivos de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal?

4.2.1. Composição dos apoios à agricultura, silvicultura e agroindústria

Uma primeira visão da repartição dos apoios revela que o peso dos pagamentos aos produtores supera largamente o do investimento, no Continente e em todos os 'macro' territórios, sendo a diferença mais acentuada na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' e no `Norte e Centro Interior', onde a importância dos pagamentos aos produtores ultrapassa os 80% (cf. quadro 97 e figura 56).

PAGAMENTOS AOS PRODUTORES

PD - Pagamentos Diretos financiados a 100% pelo FEAGA - Fundo Europeu Agrícola de Garantia, com o enquadramento do Regulamento (CE) N.º 73/2009 do Conselho (regimes de apoio direto aos agricultores no âmbito da PAC). Inclui o pagamento único (RPU) desligado da produção e proporcional ao número de direitos a pagamento baseados no 'histórico' de ajudas diretas de regimes anteriores de apoio, os Pagamentos Ligados às Vacas Aleitantes e aos Ovinos e Caprinos e outros apoios ao abrigo do artigo 68 do Reg. (CE) N.º 73/2009.

MZD - Apoio à Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas: pagamentos compensatórios aos agricultores pelas desvantagens inerentes à produção nas zonas de montanha e restantes zonas desfavorecidas, em particular nas zonas da Rede Natura 2000 (cofinanciamento FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR; atual PRODER, no Continente).

MAA – Medidas Agroambientais cofinanciadas pelo FEADER no âmbito dos PDR.

OP - Apoios FEAGA a organizações de produtores de frutas e produtos hortícolas, do setor vitivinícola e de outros setores.

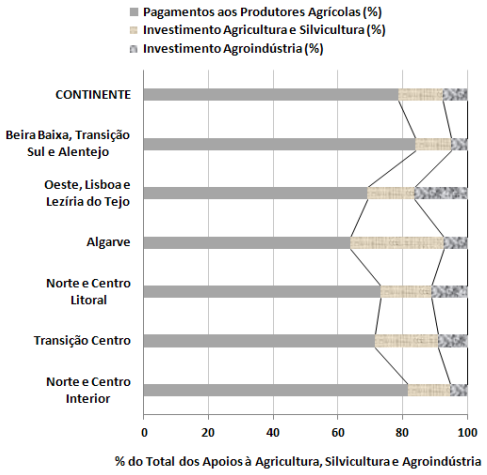
APOIO AO INVESTIMENTO - Apoio a investimentos e outras ações de desenvolvimento com o objetivo principal de promover a competitividade e eficiência da agricultura, silvicultura e agroindústria, cofinanciado pelo FEADER nos PDR e, supletivamente, no respeitante à agroindústria, pelos Fundos da Política Coesão.

Quadro 97. Repartição % dos Apoios à Agricultura, Silvicultura e Agroindústria por Tipos de Apoios
Continente e Macro Territórios Agrorrurais

	Pagamentos aos Produtores Agrícolas	Apoio ao Investimento		
		Total	Agricultura e Floresta	Agroindústria
CONTINENTE	78,7	21,3	13,6	7,8
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	83,9	16,1	11,0	5,1
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	68,9	31,1	14,8	16,2
Algarve	63,7	36,3	29,0	7,3
Norte e Centro Litoral	73,2	26,8	15,8	11,0
Transição Centro	71,5	28,5	19,3	9,1
Norte e Centro Interior	82,0	18,0	13,0	5,0

Peso do apoio no Macro Território superior ao peso do mesmo no Continente.

Figura 56. Repartição dos Apoios à Agricultura, Silvicultura e Agroindústria
Continente e Macro Territórios Agrorrurais



A análise dos padrões de repartição dos apoios ao nível das trinta e duas "zonas agrícolas" e dos doze *territórios* agrorrurais (cf. 2.1., figuras 12 a 14), permitiu confirmar os contrastes observados à escala mais agregada, fazendo também sobressair algumas diferenças significativas no interior dos 'macro' territórios agrorrurais, de que se destacam:

1º - no 'Norte e Centro Interior' e na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo', respetivamente, o "Douro Vitícola" e o "Baixo Alentejo", onde o investimento assume um peso relativo superior ao das restantes "zonas";

2º - no 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo', uma importância relativa maior dos pagamentos aos produtores na "Lezíria", face à que se verifica nas restantes "zonas" do mesmo 'macro' território;

3º - a heterogeneidade das estruturas dos apoios nas "zonas" pertencentes à 'Transição Centro';

4º - a maior concentração do investimento na agroindústria na fachada litoral a norte do Sado.

A síntese da análise mais desagregada da repartição dos apoios financeiros públicos à agricultura e silvicultura por tipos de medidas e por objetivos de política permite constatar uma forte prevalência do apoio ao rendimento dos agricultores sobre os restantes objetivos (quadro 98).

Quadro 98. Apoio à Agricultura, Silvicultura e Agroindústria - Repartição por Tipos de Medidas e Objetivos de Política

		CONTINENTE	Macro Territórios Agrorrurais					
			Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Oeste, Lisboa e Lezíria	Algarve	Norte e Centro Litoral	Transição Centro	Norte e Centro Interior
Objetivos Principais	Medidas	%	%	%	%	%	%	%
Apoio ao Rendimento dos Produtores	PD	55	71	49	37	60	36	36
Apoio ao Rendimento / Coesão Social e Territorial	MZD	11	4	0	16	5	22	28
Apoio ao Rendimento / Proteção e Valorização	MAA	6	7	4	8	2	5	9
Apoio ao Rendimento / Eficiência Económica	OP	7	2	16	3	6	9	9
Subtotal		79	84	69	64	73	72	82
Eficiência Económica	INV	21	16	31	36	27	28	18

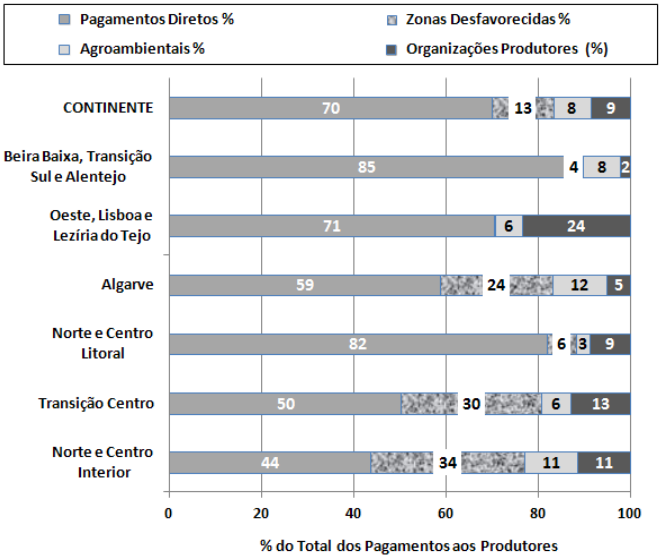
Peso da medida no Macro Território superior ao peso da mesma medida no Continente.

Medidas que têm por objetivo, principal ou supletivo, apoiar o rendimento dos produtores agrícolas.

O primeiro fundamento desta conclusão é a destacada importância relativa dos pagamentos diretos e do apoio aos agricultores das zonas desfavorecidas (MZD), cujo objetivo principal é o apoio ao rendimento, temperado pelo cumprimento de normas de ecocondicionalidade e, no caso das MZD, por critérios de coesão social e territorial. Ao nível do Continente, o conjunto destes dois tipos de apoio representa dois terços (66%) do total (83% dos pagamentos aos produtores), alcançando os 75% nos espaços do *sul* de *baixa densidade*, ultrapassando os 60% no 'Norte e Centro Litoral' e no 'Norte e Centro Interior' e situando-se num patamar próximo deste (58%) na 'Transição Centro'. As exceções são o 'Oeste, Lisboa e Lezíria' e o 'Algarve', onde representam no conjunto cerca de 50% do total.

É também patente a grande variação territorial do peso relativo destas duas componentes - pagamentos diretos e apoios às zonas desfavorecidas (cf. figura 57).

Figura 57. Pagamentos aos Produtores nos Macro Territórios Agrorrurais por Tipos de Medidas



As medidas agroambientais (MAA) visam conservar os recursos naturais e preservar os serviços dos ecossistemas. Têm também compensado os agricultores por perdas de rendimento e outras dificuldades associadas a alterações de políticas ou dos mercados. O seu peso no total dos apoios é de 6% no Continente (8% dos pagamentos aos produtores), oscilando entre 2% ('Norte e Centro Litoral') e 9% ('Norte e Centro Interior') ao nível dos 'macro' territórios.

O apoio a organizações de produtores (OP) concentra-se principalmente no cofinanciamento de programas operacionais de organizações de produtores de frutos e hortícolas e no suporte ao setor vitivinícola. Tem um peso semelhante ao das MAA no total dos apoios (7%), 9% do total dos pagamentos, mas uma amplitude de variação muito mais pronunciada nos 'macro' territórios: um mínimo de 2% na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' e um máximo de 16% no 'Oeste, Lisboa e Lezíria'.

Finalmente, o peso do apoio ao investimento - o instrumento mais focalizado na viabilidade e eficiência económica - situa-se nos 21% no Continente, variando entre um mínimo de 16% na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' e um máximo de 36% no 'Algarve'.

Dada a excecional concentração do investimento privado e público nas "zonas" de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA) são necessárias duas ressalvas: primeira, se fosse incluído o apoio às infraestruturas coletivas de regadio, o investimento passaria a representar 28% do total dos apoios na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo'; segunda, os níveis de suporte ao investimento são muito desiguais no interior deste grande território, com o "Baixo Alentejo" a beneficiar de níveis de apoio muito superiores aos das outras "zonas agrícolas".

Em resumo, conclui-se: primeiro, que os instrumentos mais focados no objetivo rendimento (PD e MZD) representam 66% do total do apoio financeiro público analisado, oscilando entre 50% e 75% ao nível dos 'macro' territórios; segundo, que os instrumentos que combinam objetivos específicos com o objetivo rendimento (MAA e OP) representam 13% do total do apoio, variando entre 8% e 20% ao nível dos mesmos territórios; e, terceiro, que o peso do apoio ao investimento se situa globalmente nos 21%, variando de 16% a 36% naquela mesma escala territorial.

4.2.2. Fatores da distribuição territorial dos apoios à agricultura

Para se compreender as razões do padrão dominante de repartição dos apoios e os seus matizes territoriais, é necessário indagar os fatores principais da localização dos pagamentos aos produtores e do apoio ao investimento.

Apresenta-se primeiro um esboço a nível agregado e depois uma análise mais fina, em particular no que respeita aos pagamentos aos produtores.

Quadro 99. Correlação (R^2) dos Apoios ao Investimento e Pagamentos aos Produtores, por Zonas Agrícolas, com o Valor Acrescentado (VA) da Agricultura e Silvicultura e com a Superfície Agrícola e Florestal

	Apoios ao Investimento na Agricultura, na Sivicultura e na Agroindústria			Pagamentos aos Produtores
	Total	Agricultura e Floresta	Agroindústria	
% do VA Agricultura e Silvicultura	0,74	0,61	0,79	0,27
% da Superfície Agrícola e Florestal	0,26	0,35	0,12	0,703

A diferença de localização do investimento na agricultura, silvicultura e agro-indústria e dos pagamentos aos produtores revela que o apoio ao investimento está associado ao Valor Acrescentado (VA) das atividades apoiadas, ao passo que a incidência espacial dos pagamentos aos produtores se correlaciona com a superfície agrícola e florestal (cf. quadro 99). Breve: o investimento acompanha a produção de valor, os pagamentos aos produtores seguem a base fundiária.

A localização do investimento na agroindústria merece menção especial pois indicia uma estreita ligação com a da produção agrícola primária: a correlação da localização do investimento na agroindústria com a do valor acrescentado da agricultura e silvicultura é superior à que se apurou entre esta e a do investimento agroflorestal, sendo a diferença ainda maior face à correlação da localização do investimento agroindustrial com a do valor acrescentado deste setor. A afinidade entre os padrões de localização da agroindústria e da produção primária parece decorrer de uma dupla aproximação: do lado da agroindústria, uma menor polarização pelos principais centros de consumo e pelas portas de entrada das importações; do lado da agricultura, uma concentração acrescida em zonas com maior potencial produtivo, em particular no litoral, também as mais atrativas para a agroindústria. A ser assim, a maior proximidade das localizações destas atividades, uma tendência positiva, pode ser parcialmente tributária do indesejável encolhimento do espaço produtivo agrícola e de acentuação das diferenças entre os territórios mais desenvolvidos e os mais frágeis.

Observou-se que a repartição dos apoios ao investimento segue de perto a do valor criado pela agricultura, silvicultura e agroindústria, enquanto a repartição territorial do conjunto dos pagamentos aos produtores está mais relacionada com a da superfície agrícola e florestal. Para melhor esclarecimento é necessário identificar os fatores determinantes da repartição dos montantes das diversas medidas que compõem os pagamentos aos produtores.

Os resultados das análises de regressão realizadas são esclarecedores (cf. quadro 100).

Os padrões de repartição territorial dos apoios às zonas desfavorecidas, dos pagamentos ligados às vacas aleitantes e pequenos ruminantes e dos apoios às organizações de produtores são os mais compreensíveis:

- o número de beneficiários de pagamentos do IFAP detentores de pequenas e médias explorações agrícolas (< 100 mil euros de VPP) em zonas desfavorecidas é uma boa variável explicativa da repartição territorial dos pagamentos compensatórios: o coeficiente de determinação da estimativa destes pagamentos por aquela variável é de 0,81 e só não é mais alto porque os pagamentos unitários são maiores nas *zonas de montanha* e da *rede natura* do que nas restantes zonas;

- a superfície agrícola sem horticultura e sem culturas permanentes, exceto quando estas tiverem pastagens sob coberto, é um estimador preciso da repartição territorial dos apoios ligados às vacas aleitantes e aos pequenos ruminantes (coeficiente de determinação = 0,90), confirmando que esses pagamentos têm um efeito distributivo equivalente ao do pagamento uniforme por hectare (*flat rate*);
- a superfície dedicada à horticultura, fruticultura e viticultura constitui um estimador preciso da repartição dos apoios às organizações de produtores por "zonas agrícolas" (coeficiente de determinação = 0,95), o que se compreende dado que estas atividades são as destinatárias principais desse apoio.

Quadro 100. Correlação (R^2) da Distribuição dos Pagamentos aos Produtores por Zonas Agrícolas com a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e o Valor da Produção Padrão Agrícola (VP)

Var. independentes / Var. dependentes	SAU	VP	SAU e VP Regressão	Observações
Pagamentos aos Produtores (PP)	0,73	0,50	0,88	SAU total; VP sem granívoros Intensivos e cult. mto. intensivas.
Pagamentos Diretos (PD)	0,82	0,58	0,96	SAU sem horticultura, frutos frescos e vinha; VP sem granívoros intensivos, horticultura, frutos frescos e vinha.
Pagamento Único (RPU)	0,69	0,72	0,92	
Pag. Art. 68	0,49	0,66	0,72	
Pagamentos Ligados (ADL)	0,90			SAU sem horticultura e sem culturas permanentes, excepto quando estas tiverem pastagens sob coberto.
Apoio a Org. Produtores (OP)	0,95	0,73		SAU e VPP correspondentes a horticultura, vinha e frutos frescos.

O R^2 (coeficiente de determinação) varia entre 0 e 1 (100%) e mede a capacidade de um modelo com uma ou mais variáveis independentes para explicar a variação (variância) de uma variável dependente. A análise de regressão incidiu nos valores das variáveis e dos indicadores à escala das 32 "zonas agrícolas". Os resultados a esta escala são convergentes com os deduzidos à escala concelhia, sendo os primeiros mais robustos porque mais resistentes aos efeitos das descoincidências entre a referência geográfica dos pagamentos e a localização das explorações agrícolas.

Os valores dos pagamentos correspondentes ao regime de pagamento único (RPU) estimados pelo modelo de regressão baseado nas variáveis independentes SAU e Valor da Produção, excluindo as atividades não beneficiadas pela atribuição de direitos históricos a pagamento - granívoros intensivos, horticultura intensiva, frutos frescos e vinha – são muito próximos dos valores do RPU pago nas diversas "zonas agrícolas", atestando a alta capacidade preditiva do modelo (R^2 = 0,92).

Em resumo, os modelos com elevado potencial preditivo abarcam as quatro componentes mais importantes dos pagamentos aos produtores, que representam 89% do respetivo total, e duas dessas componentes - os Pagamentos Ligados e o RPU – valem só por si, em conjunto, 96% dos pagamentos diretos e 67% do total dos pagamentos. Assim, o coeficiente de determinação do modelo de regressão de estimativa dos pagamentos diretos, considerando as mesmas variáveis independentes do modelo de estimativa da repartição do RPU, é também muito alto (R^2 = 0,96).

A análise complementar dos resultados revela que o contributo da SAU é no modelo referente aos PD mais relevante que o do VP, acontecendo o inverso com o estimado para o RPU, onde o VP é a variável independente mais influente. As duas chaves para compreender este contraste são: primeira, a repartição do RPU é tributária da diferenciação dos valores unitários, herdada das produtividades 'históricas'; segunda, a indexação das ajudas ligadas à pecuária extensiva ao fundiário reflete-se na maior ponderação da SAU na repartição do valor global dos pagamentos diretos.

O modelo de regressão 'explicativo' da repartição por "zonas agrícolas" do valor total dos pagamentos aos produtores assume também como variáveis independentes a SAU e o Valor da Produção Padrão (VP), mas numa aceção mais abrangente que as anteriores: inclusão de toda a SAU, sem exclusão de qualquer uso, dado que todos, com exclusão apenas do restrito leque das parcelas do VP das atividades intensivas não apoiadas pelos pagamentos em análise, contribuem para explicar a repartição territorial de algum dos apoios. O coeficiente de determinação deste modelo é também muito elevado (R^2 = 0,88), com ligeira preponderância do contributo da SAU face ao do VP.

Como os PD representam 70% do valor dos pagamentos aos produtores, os fatores explicativos da repartição territorial dos PD são os mais relevantes para compreensão do resultado global, daí a semelhança dos respetivos modelos.

Mas os pagamentos compensatórios às zonas desfavorecidas e os apoios às organizações de produtores são também influentes: no primeiro caso, porque aumentam o potencial explicativo da SAU, dada a maior importância das zonas desfavorecidas quando avaliada em função da SAU, em virtude das suas baixas produtividades da terra; os apoios às organizações de produtores porque determinam a inclusão nos apoios das quotas-partes da SAU e do VP respeitantes à horticultura intensiva, fruticultura e viticultura, que só beneficiam marginalmente dos pagamentos diretos.

4.2.3. Diferenciação dos níveis de suporte público aos territórios agrorrurais

Neste ponto, aprofunda-se a análise da repartição territorial dos apoios públicos à agricultura, silvicultura e agroindústria, mostrando-se que esta é fortemente influenciada pelas diferenças de nível de suporte aos diversos territórios. Note-se que a repartição espacial dos apoios reflete quer a dimensão relativa da base produtiva dos vários 'macro' territórios, quer o nível de suporte relativo de que estes beneficiam. Por sua vez, o nível de suporte relativo dos territórios depende quer da variável escolhida para avaliar a dimensão da sua base produtiva, quer do tipo de indicador escolhido.

Nos tópicos seguintes, opta-se por avaliar a dimensão da base produtiva através do valor da produção e por calcular dois tipos de indicadores do nível de apoio: o primeiro, aqui designado por *nível de suporte*, corresponde à relação (quociente) direta entre os valores do apoio e da produção; o segundo, a que se atribui a designação de *quociente de suporte*, avalia o nível de suporte a cada território relativamente ao concedido em termos médios no Continente (cf. síntese formal na caixa de texto).

Quocientes de Suporte (QS)

=

***Nível de Suporte* num Território / *Nível de Suporte* Médio no Continente**

Onde: *Nível de Suporte* = Apoio / Valor da Produção

Sendo:
i* -** um apoio específico; ***z* e *c, respetivamente, um território e o Continente**;**
X e ***Y***, respetivamente, o valor do apoio e o valor da produção**.**

Vem:

(1) $QS_z = [X_{iz} / Y_{iz}] : [X_{ic} / Y_{ic}]$

Nível de suporte no território relativamente ao *nível médio de suporte* no Continente.

Ou, o que é equivalente:

(2) $QS_z = [X_{iz} / X_{ic}] : [Y_{iz} / Y_{ic}]$

Quociente entre os pesos do território, respetivamente, no apoio e no valor da produção totais do Continente.

Como acima referido (quadro 97), o valor dos pagamentos aos produtores (79%) é muito superior ao do apoio ao investimento (21%), daí resulta que o peso de cada território como recebedor dos apoios é determinado sobretudo pela primeira componente [cf. colunas (3) a (5) do quadro 101)].

Pela observação deste mesmo quadro, pode-se verificar que as estruturas de repartição territorial dos apoios e do valor da produção diferem significativamente, o que se explica pela forte diferenciação do nível de suporte aos diversos 'macro' territórios (cf. quadros 102 e 103).

Quadro 101. Repartição Territorial do Valor da Produção e dos Apoios à Agricultura, Silvicultura e Agroindústria - Síntese Global por Macro Territórios

	Apoio ao Investimento			Pagamentos aos Produtores	Apoio Total	Valor Acrescentado			Valor da Produção Padrão Agrícola (VPP)
	Agricultura e Silvicultura (1)	Agroindústria (2)	Agricultura, Silvicultura e Agroindústria (3)	(4)	(5)	Agricultura e Silvicultura (6)	Agroindústria (7)	Agricultura, Silvicultura e Agroindústria (8)	(9)
CONTINENTE	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	32,2	26,3	30,0	42,5	39,8	27,8	8,2	17,6	32,2
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	15,2	29,0	20,2	12,2	13,9	21,2	43,5	32,8	23,8
Algarve	4,4	2,0	3,5	1,7	2,1	6,5	1,7	4,0	3,3
Norte e Centro Litoral	14,9	18,1	16,0	11,9	12,8	20,3	34,2	27,5	18,7
Transição Centro	9,7	8,0	9,0	6,2	6,8	11,8	7,7	9,7	7,8
Norte e Centro Interior	23,7	16,7	21,2	25,7	24,7	12,4	4,7	8,4	14,2

Peso do Macro Território no tipo de apoio superior ao seu peso no apoio total.

Quadro 102. Níveis de Suporte - Síntese Global por Macro Territórios

	Níveis de Suporte aos Macro Territórios			
	Apoio ao Investimento em % do Valor Acrescentado			Pag. aos Produtores em % do Valor da Produção Agrícola (VPP)
	Agricultura e Silvicultura (1)	Agroindústria (2)	Agricultura, Silvicultura e Agroindústria (3)	(4)
CONTINENTE	5,1	2,7	3,8	23,4
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	5,9	8,6	6,6	30,9
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	3,6	1,8	2,4	11,9
Algarve	3,5	3,1	3,4	11,7
Norte e Centro Litoral	3,7	1,4	2,2	14,9
Transição Centro	4,2	2,8	3,6	18,4
Norte e Centro Interior	9,7	9,6	9,7	42,3

Níveis de Suporte superiores à média no Continente

Quadro 103. Quocientes de Suporte - Síntese Global por Macro Territórios

	Quocientes de Suporte aos Macro Territórios					
	Investimento			Pag. aos Produtores em % do Valor da Produção Agrícola (VPP)	Total	
	Agricultura e Silvicultura (1)	Agroindústria (2)	Agricultura, Silvicultura e Agroindústria (3)	(4)	Agricultura e Silvicultura (5)	Agricultura, Silvicultura e Agroindústria (6)
CONTINENTE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,0	1,0
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	1,16	3,20	1,70	1,32	1,3	1,5
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	0,71	0,67	0,62	0,51	0,5	0,5
Algarve	0,68	1,16	0,88	0,50	0,5	0,6
Norte e Centro Litoral	0,73	0,53	0,58	0,64	0,6	0,6
Transição Centro	0,82	1,03	0,94	0,79	0,8	0,8
Norte e Centro Interior	1,91	3,56	2,52	1,81	1,8	1,9

Quocientes de Suporte maiores que um.

Conjugando a informação dos três quadros identificam-se os seguintes grupos de 'macro' territórios:

1. 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo': recebe cerca de 40% do apoio total (quadro 100), devido à conjugação da importância do seu peso no valor da produção (cerca de 30%), com *níveis de suporte* muito altos quer ao investimento quer através dos pagamentos aos produtores (quadros 102 e 103);
2. O 'Norte e Centro Interior' beneficia também de *níveis de suporte* relativo muito altos (cerca do dobro da média) nas duas vertentes do apoio, absorvendo por isso cerca de um quarto do total, uma quota-parte que supera em muito a que detém no valor da produção;
3. O 'Oeste, Lisboa e Lezíria' e o 'Norte e Centro Litoral', em contraste acentuado com os dois anteriores espaços, detêm um peso nos apoios inferior a 60% do que assumem na produção, em virtude de os *níveis de suporte* respetivos se situarem em patamares muito baixos;
4. A 'Transição Centro' e o 'Algarve' recebem, respetivamente, 7% e 2% do total dos apoios, uma posição ainda mais modesta do que no valor da produção, dado o reduzido *nível de suporte* de que beneficiam nos pagamentos aos produtores.

Recorrendo ao mesmo método, observe-se em maior detalhe a posição relativa dos 'macro' territórios na repartição dos pagamentos aos produtores, a mais importante componente dos apoios (quadro 104 a 106).

No que respeita ao peso dos vários espaços no Valor da Produção Padrão (VPP) e dos pagamentos recebidos, sobressaem os seguintes tipos de situação (quadro 104).

Quadro 104. Repartição dos Pagamentos aos Produtores e do Valor da Produção Agrícola (VPP), por Macro Territórios

	VPP	Pagamentos aos Produtores / Valor da Produção Padrão (VPP)					
		Total	Pagamentos Diretos (PD)	Organizações de Produtores (OP)	Agroambientais (MAA) e Zonas Desfavorecidas (MZD)		
					Total	MAA	MZD
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
CONTINENTE	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	32,2	42,5	52,0	11,0	24,3	42,6	13,4
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	23,8	12,2	12,3	32,8	3,4	8,9	0,1
Algarve	3,3	1,7	1,4	1,0	2,8	2,5	3,0
Norte e Centro Litoral	18,7	11,9	13,9	12,1	5,2	4,3	5,7
Transição Centro	7,8	6,2	4,4	9,2	10,5	4,9	13,9
Norte e Centro Interior	14,2	25,7	16,0	33,8	53,8	36,9	63,9

Peso do Macro Território no tipo de apoio superior ao seu peso no apoio total.

1. A 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' beneficia de 43% do total dos pagamentos, superando em 10% a sua quota-parte no VPP, devido em primeiro lugar ao seu peso maioritário (52%) nos PD, a mais importante parcela dos pagamentos aos produtores, e em segundo lugar à sua posição privilegiada na componente agroambiental (43%);

2º O 'Norte e Centro Interior' tem uma posição preponderante nos apoios às ZD (64%), uma significativa presença nas MAA (37%) e nos apoios às OP (34%), detendo, por isso, também um peso total nos pagamentos aos produtores (26%) que excede em mais de 10% a sua quota-parte no VPP (14%);

3º No 'Oeste, Lisboa e Lezíria' apenas sobressai o peso nos apoios às organizações de produtores (33%) e, dada a inexpressiva posição nas MZD e MAA, a sua posição relativa no total dos pagamentos (12%) representa metade da que tem no VPP (24%);

4º O posicionamento do 'Norte e Centro Litoral' é semelhante ao do antecedente, mas o peso deste 'macro' território é em todas as componentes dos pagamentos inferior ao seu contributo para o VPP do Continente;

5º Na 'Transição Centro' e no 'Algarve' salienta-se o peso das MZD e, também, do apoio às OP no primeiro destes espaços, mas a sua quota-parte nos pagamentos aos produtores fica, em ambos, aquém da que detêm no VPP, devido sobretudo à sua modesta posição nos PD.

Considerando o contributo dos pagamentos aos produtores agrícolas convertidos em *níveis* e *quocientes de suporte* (QS), com base na informação apresentada nos quadros 105 a 107 e, também, nas figuras 58 a 63, destaca-se:

1º - No contexto de um elevado nível médio de suporte dos pagamentos aos produtores agrícolas (23,4% do VPP no conjunto do Continente), o 'Norte e Centro Interior' e a 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' beneficiam de níveis de apoio nitidamente superiores, enquanto os restantes quatro espaços se quedam muito abaixo da média [cf. cols. (1) dos quadros 105 e 106 e quadro 107];

2º - O perfil de dispersão territorial dos apoios às organizações de produtores é complementar do referente aos PD, mitigando os efeitos da escassez destes nas zonas de especialização hortícola e vitícola;

3º - Os *quocientes de suporte* às zonas desfavorecidas e às medidas agroambientais, sobretudo por influência das ZD, demarcam três manchas no Continente: níveis muito elevados em todo o 'Norte e Centro Interior' (QS > 2); valores ainda superiores à média (QS > 1) na 'Transição Centro' e para sul; níveis inferiores à média nos outros territórios, com insignificante importância na fachada litoral oeste;

Quadro 105. Pagamentos aos Produtores Agrícolas - Níveis de Suporte por Medidas e Macro Territórios

	Pagamentos aos Produtores / Valor da Produção Padrão (VPP)					
	Total	Pagamentos Diretos (PD)	Organizações de Produtores (OP)	Agroambientais (MAA) e Zonas Desfavorecidas (MZD)		
				Total	MAA	MZD
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
CONTINENTE	23,4	16,3	2,0	5,0	1,9	3,1
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	30,9	26,4	0,7	3,8	2,5	1,3
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	11,9	8,4	2,8	0,7	0,7	0,0
Algarve	11,7	6,9	0,6	4,2	1,4	2,8
Norte e Centro Litoral	14,9	12,2	1,3	1,4	0,4	1,0
Transição Centro	18,4	9,2	2,4	6,8	1,2	5,6
Norte e Centro Interior	42,3	18,4	4,9	19,1	4,9	14,2

Níveis de Suporte superiores à média no Continente.

4º - Da conjugação dos padrões de variação referidos resulta uma partição territorial dicotómica: níveis de apoio aos produtores agrícolas superiores à média (QS > 1) no conjunto do 'Norte e Centro Interior', na 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' e, pontualmente, em "zonas agrícolas" com estes confinantes (por exemplo, "Lezíria do Tejo") e níveis inferiores (QS < 1) nos restantes espaços do Continente, conforme sintetizado no quadro 107;

5º - As razões da proeminência dos QS do 'Norte e Centro Interior' e da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' são diferentes: no primeiro 'macro' território devem-se a QS > 1 em todos os apoios, mas com destaque para os referentes às ZD e MAA; no segundo repousam no nível de apoio obtido nos Pagamentos Diretos (cf. quadros 105 e 106).

Quadro 106. Pagamentos aos Produtores Agrícolas - Quocientes de Suporte por Medidas e Macro Territórios

	Pagamentos aos Produtores / Valor da Produção Padrão (VPP)					
	Total	Pagamentos Diretos (PD)	Organizações de Produtores (OP)	Agroambientais (MAA) e Zonas Desfavorecidas (MZD)		
				Total	MAA	MZD
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
CONTINENTE	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	1,32	1,62	0,34	0,76	1,32	0,42
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	0,51	0,52	1,38	0,14	0,37	0,01
Algarve	0,50	0,42	0,30	0,84	0,74	0,90
Norte e Centro Litoral	0,64	0,74	0,65	0,28	0,23	0,30
Transição Centro	0,79	0,57	1,18	1,35	0,62	1,78
Norte e Centro Interior	1,81	1,13	2,38	3,80	2,60	4,51

Quocientes de Suporte maiores que um.

Quadro 107. Quociente Suporte aos Produtores Síntese

	Norte e Centro Interior + Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	Outros Territórios
% VPP	46	54
% Pag. Produtores	68	32
PP / VP %	34	14
QS = % PP / % VP	1,5	0,6

Na série de três Mapas à esquerda (figuras 58 a 60) apresenta-se a distribuição territorial por seis níveis de classificação dos QS Total, Pagamentos aos Produtores e Apoio ao Investimento. Na série de Mapas à direita (figuras 61 a 63) mostram-se, com o mesmo sistema de classificação, as distribuições dos *quocientes de suporte* dos três grandes tipos de pagamentos aos produtores; a leitura destes três Mapas deve ser realizada em articulação com a da figura 59.

Quocientes de Suporte (QS) à Agricultura, Silvicultura e Agroindústria por "Zonas Agrícolas", *Territórios* e 'Macro' territórios Agrorrurais

Figura 58. QS Total

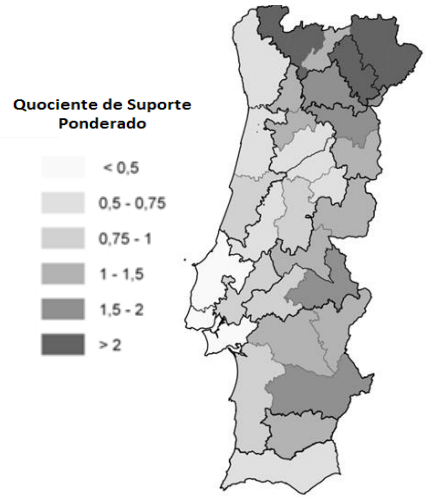


Figura 61. QS MZD e MAA

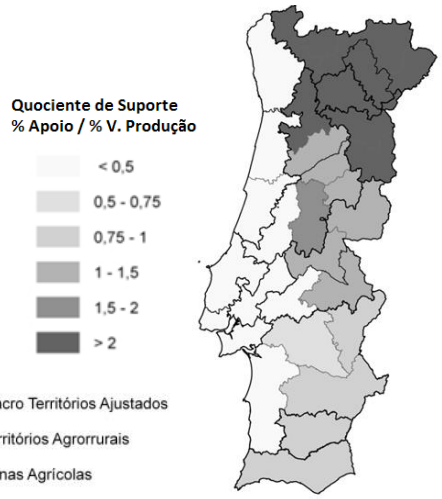


Figura 59. QS Pagamentos aos Produtores Total

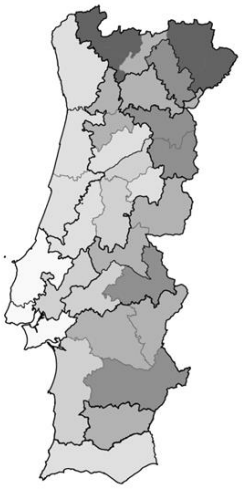


Figura 62. QS Pagamentos Diretos

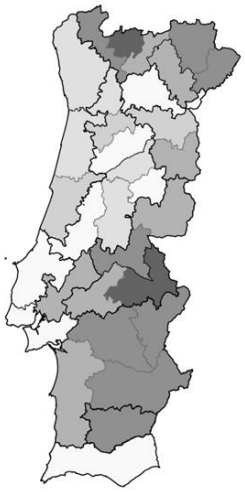


Figura 60. QS Investimento

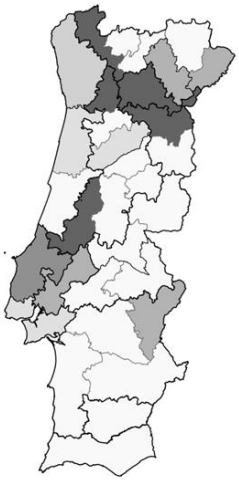
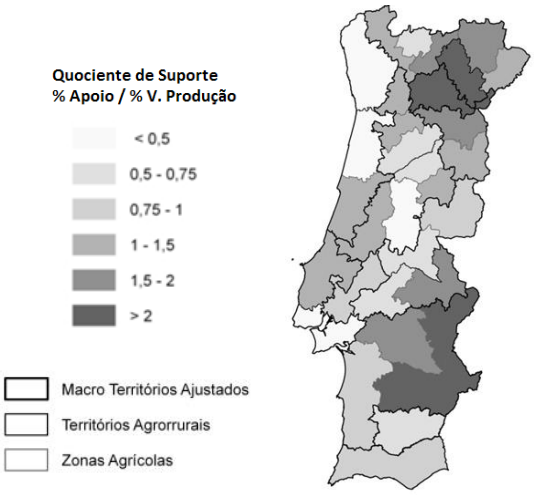


Figura 63. QS Organizações de Produtores



Considerando a visão territorialmente mais pormenorizada dos níveis de apoio apresentada nas figuras 58 a 63 e relacionando-a com análises antecedentes, em especial no referente à tipologia territorial das especializações produtivas agrícolas, assinalam-se os principais contornos da diversidade interna dos cinco 'macro' territórios agrorrurais que se repartem por várias "zonas agrícolas" (exceciona-se o 'Algarve', que é composto só por uma "zona").

1º - O 'Norte e Centro Litoral' é o mais homogéneo nos *quocientes de suporte* (QS): níveis reduzidos de apoio em todas as componentes do investimento e dos pagamentos aos produtores, apenas com a exceção da "zona" de "Coimbra, Mondego e Beira Litoral Sul" no apoio ao investimento na agroindústria (Qs > 1).

2º - As três "zonas" que compõem o 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo' apresentam também um perfil semelhante: inexistência de apoios às ZD, o que determina QS muito baixos via ZD e Medidas Agroambientais, e QS globais e aos pagamentos aos produtores inferiores à unidade ou seja à média do Continente. Contudo, a "Lezíria do Tejo" evidencia-se nos QS aos Pagamentos Diretos e também no apoio às Organizações de Produtores, o que se explica na primeira vertente pela especialização em culturas associadas a um elevado *nível de suporte* dos PD (milho, arroz e tomate para indústria) e, na segunda, pela especialização em setores mais apoiados através das OP (viticultura e hortofruticultura). Nesta segunda vertente, pelas mesmas razões e de forma reforçada, destaca-se também o *nível de suporte* às OP na "zona" do "Oeste e Colinas do Ribatejo". Esta sobressai ainda nos QS de suporte ao investimento, o que se deverá à sua localização face ao mercado e ao dinamismo evidenciado nos últimos anos pelas atividades onde está mais especializada.

3º - O 'macro' território da 'Transição Centro' é homogéneo face ao *nível de suporte* via PD, sempre muito inferior à unidade, mas algo diversificado noutros aspetos. Cinco das seis "zonas agrícolas" que o compõem assemelham-se pelos altos QS às ZD e às Agroambientais (a exceção é a "Estremadura Interior e Maciços Calcários"). São igualmente cinco as "zonas" que partilham baixos QS total e de apoio global via Pagamentos aos Produtores, excetua-se apenas a "zona" "Montanhas do Douro", que beneficia de QS muito superiores à média via apoio às ZD e às Organizações de Produtores (especialização vitícola). Finalmente, as três "zonas" com especialização mais associada à viticultura, horticultura e/ou granívoros intensivos ("Montanhas do Douro", "Cova da Beira" e "Estremadura Interior e Maciços Calcários") apresentam também QS ao investimento superiores à média, em divergência (positiva) com as três restantes.

4º - A diversidade das especializações produtivas das "zonas agrícolas" do 'Norte e Centro Interior', analisada em pontos anteriores, correlaciona-se com a variação dos QS no âmbito deste 'macro' território. O "Douro Vitícola" sobressai pela conjugação de níveis muito baixos de apoio via PD com valores muito altos dos QS às organizações de produtores e ao investimento. Na "Terra Quente" e nas "Beiras Douro e Transmontana" encontram-se traços de afinidade com essa situação; mas na "Terra Quente" a expressão do olival, dos frutos secos e da pecuária extensiva induz um nível de apoio dos PD superior à média, em acentuado contraste com o "Douro Vitícola".

As restantes seis "zonas" que compõem o 'Norte e Centro Interior' são, no Continente, as mais representativas das montanhas e planaltos mais elevados. Como traço unificador, em termos de especialização produtiva agrícola, sobressai a pecuária extensiva, mas em algumas delas outras especializações se afirmam com igual ou mesmo superior significado: por exemplo, a castanha no "Nordeste de Trás-os-Montes" ou a produção de leite no "Planalto Mirandês". Neste quadro, compreende-se a afinidade do conjunto no que respeita aos altos *níveis de suporte* por via do apoio às ZD e também dos PD (pagamentos ligados às vacas aleitantes, ovinos e caprinos e, também, RPU 'herdado' dos apoios ligados ao olival, aos frutos secos ou ao leite).

5º - No extenso macro território da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo', as "zonas" da "Charneca e Sorraia" e do "Sado e Alentejo Litoral" beneficiam de níveis de apoio inferiores às restantes sete, no domínio do investimento e dos pagamentos aos produtores, o que resulta sobretudo da maior relevância que os produtos florestais (cortiça, pinhão) assumem nessas duas "zonas" e, também, da presença de algumas manchas com expressiva presença da horticultura (não apoiada pelos PD), sobretudo na parte mais meridional da fachada litoral (bacia do Mira).

Depara-se também com alguma diversidade nas restantes sete "zonas". O "Baixo Alentejo" evidencia-se pela coexistência de níveis ímpares de suporte ao investimento, associados à expansão do regadio (Alqueva), e de elevados QS também no âmbito dos pagamentos aos produtores, resultantes da sua especialização produtiva em atividades (olival, cereais e culturas industriais) que 'herdaram' um forte nível de apoio através da componente hoje desligada dos PD - o RPU. Os altos *níveis de suporte* global ao "Alto Alentejo" e ao "Alentejo Central" explicam-se sobretudo pela componente dos Pagamentos Diretos (ligados e desligados), com especial destaque para os pagamentos às vacas aleitantes no "Alto Alentejo". Nas "zonas" da "Beira Baixa" e da "Transição para o Ribatejo e Alentejo", em contraste com as restantes, os níveis de apoio às ZD e via Agroambientais superam as correspondentes médias no Continente, acontecendo o inverso no domínio do investimento. A "zona" do "Alentejo Interior entre o Caia e Guadiana", devido à especificidade em termos de especialização produtiva (viticultura) contrasta com todas as outras pelos *níveis de suporte* obtidos via apoio às Organizações de Produtores. Finalmente, a "Transição Baixo Alentejo-Algarve" surge com níveis muito reduzidos de apoio ao investimento e com QS por via dos Pagamentos Diretos superiores à média do Continente, neste caso essencialmente explicados pelos apoios ligados à pecuária extensiva (vacas aleitantes e, também, ovinos e caprinos).

A concluir estes comentários à diversidade interna dos níveis de apoio à agricultura da 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo', merece particular destaque a profunda clivagem deste amplo território no domínio do suporte público ao investimento: em contraste com os altos índices de apoio no espaço contínuo de influência mais direta do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva e/ou de expansão do olival intensivo ("Baixo Alentejo", "Alentejo Interior entre o Caia e Guadiana", "Alentejo Central" e "Alto Alentejo") observam-se QS nitidamente inferiores à média do Continente nas "zonas" que circundam aquele espaço.

Na análise antecedente, os resultados foram apresentados sob a forma de *quocientes de suporte* relativos ao Valor da Produção. Assinalou-se também que a repartição de alguns dos apoios está fortemente correlacionada com a da SAU. Além disso, no debate sobre estes temas há uma linha de argumentação em defesa da afetação dos Pagamentos Diretos em proporção da SAU (pagamento uniforme por hectare, i.e. *flat rate*).

Por essas razões e outras que se compreenderão adiante, antes de se passar a uma interpretação e análise crítica dos resultados, relacionam-se os QS PP/VPP com os níveis de apoio por hectare (quadro 108).

Com se evidencia no quadro 108, o *quociente de suporte* PP/VP depende da conjugação do apoio por ha (PP/SAU) com a produtividade parcial da SAU (VP/SAU).

Como o valor do QS PP/VP é igual ao quociente (PP/SAU : VP/SAU), desde que o nível de apoio por ha de SAU a esse território seja superior ao da produtividade relativa da sua SAU o *quociente de suporte* PP/VP será superior a 1.

Assim, quanto mais baixa for a produtividade da SAU, menor será o apoio necessário, por ha SAU, para que se alcance um QS PP/VP superior a 1.

Dos elementos expostos conclui-se que os níveis de apoio medidos, respetivamente, pelos quocientes PP/VP e PP/SAU diferem muito entre si:

- Os 'macro' territórios com produtividades da SAU inferiores à média – 'Norte e Centro Interior' e 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' – surgem em pior posição quando se passa da ótica PP/VP à ótica PP/SAU, verificando-se mesmo no segundo caso uma inversão de posição em relação ao nível de suporte médio (de 132% para 69%), devido ao facto da produtividade da sua SAU equivaler a cerca de metade da média do Continente (53%);
- Em sentido oposto, os restantes grandes espaços, com produtividades da SAU superiores à média, aparecem numa posição mais favorável ao passar-se da ótica PP/VP à da PP/SAU, sendo o exemplo mais flagrante o do 'Norte e Centro Litoral' (de 64% para 245%), o que se deve ao facto da produtividade da sua SAU quase quadruplicar o valor da produtividade média (386%).

Em países como Portugal, nas "zonas agrícolas" com melhores condições de clima, solos, disponibilidades de água e estruturas agrárias obtêm-se produtividades muito superiores às das "zonas" menos favorecidas.

Quadro 108. Relação entre os QS Pag. Produtores (PP) / Valor da Produção Padrão (VP) e os Quocientes PP / SAU
PP / VP = (PP/SAU : VP/SAU) x100

	Quocientes entre Valores			Quocientes Indexados a Continente = 100		
	PP / SAU €	VP / SAU €	PP / VP	PP / SAU CT = 100	VP / SAU CT = 100	PP / VP CT = 100
CONTINENTE	227	972	0,234	100	100	100
Norte e Centro Interior	323	763	0,423	142	78	181
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	158	511	0,309	69	53	132
Transição Centro	268	1 455	0,184	118	150	79
Norte e Centro Litoral	558	3 755	0,149	245	386	64
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	335	2 809	0,119	147	289	51
Algarve	152	1 301	0,117	67	134	50

Mesmo ao nível de 'macro' territórios o VP/SAU oscila entre os 511 € e os 3.755 € - uma proporção superior a 1 para 7 (quadro 108).

Esta é uma condicionante chave da aplicação da PAC no nosso país: a adoção de pagamentos uniformes por hectare (*flat rate*), proposta pela Comissão Europeia, conduziria a níveis de suporte relativos ao valor da produção que oscilariam em proporções superiores a 1 para 10.

O modelo de pagamentos aos produtores em vigor em Portugal não adota essa opção extrema. Mas a repartição dos principais apoios às explorações segue de perto a da SAU, o que beneficia as "zonas" e agricultores com menores produtividades da terra.

Quadro 109. Correlação (R) da dispersão dos QS dos Pag. aos Produtores por Zonas Agrícolas com as Produtividades da Terra e do Trabalho

	QS Pagamentos aos Produtores			
	Total	Pagamentos Diretos		
		Total	RPU	ADL
VP / SAU	-0,81	-0,83	-0,73	-0,95
VP / UTA	-0,12	0,38	0,32	0,44
SAU/UTA	0,57	0,79	0,68	0,89

Note: VP / UTA = VP / SAU x SAU/UTA

Os QS dos Pagamentos relativamente ao Valor da Produção são, em regra, tanto maiores quanto menor a produtividade da SAU. A correlação negativa (-0,95) entre eles quase atinge o máximo possível no caso das ajudas ligadas, situando-se ainda em valor elevado no RPU e mesmo mais no conjunto dos PD, por efeito conjugado daquelas duas componentes (cf. quadro 109).

Por razões afins, os valores dos QS PP/VP correlacionam-se positivamente com as disponibilidades de SAU por Unidade de Trabalho, um indicador que em Portugal está em geral associado de forma negativa ao da produtividade da SAU (mais SAU por UTA, i.e. menos UTA por SAU, menor produtividade da SAU). Todavia, há exceções à regra geral da correspondência entre altas disponibilidades de SAU por UTA e baixas produtividades da SAU. Por exemplo, a "Lezíria do Tejo" apresenta índices superiores à média nos dois indicadores: 115% da média na SAU por UTA e 245% na VP por hectare de SAU.

A análise da relação dos valores dos QS dos pagamentos aos produtores com a produtividade do trabalho realizada ao nível das 32 "zonas agrícolas" revela o seguinte:

1º - As nove "zonas" que constituem 'Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo' beneficiam de altos QS dos Pagamentos Diretos (Total, RPU e Pagamentos Ligados) e apresentam altas produtividades do trabalho e baixas produtividades da terra;

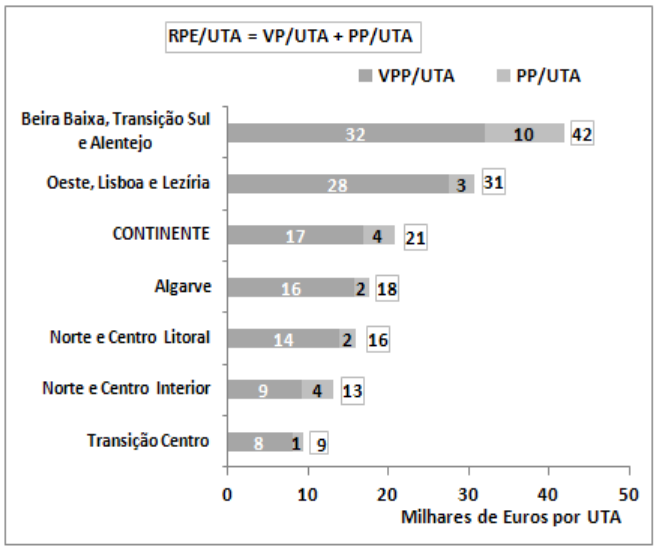
2º - Na "zona" da "Lezíria do Tejo" conjugam-se também níveis elevados de produtividade do trabalho e de apoio dos PD, em particular do RPU, mas distingue-se das anteriores pela alta produtividade da terra;

3º - No 'Norte e Centro Litoral' (3 "zonas"), na 'Transição Centro' - com exceção da "Cova da Beira" - (6 "zonas"), no 'Algarve' e no "Douro Vitícola" e na "Beira Douro e Transmontana" o cenário contrasta com o 1º, pois, os QS dos PD e as produtividades do trabalho são inferiores aos valores médios;

4º - Conclui-se, assim, que em 22 das 32 "zonas agrícolas" há uma forte associação positiva entre QS dos PD e produtividade do trabalho e, no entanto, os valores dos coeficientes de correlação entre os QS dos PD e o VP por UTA embora de sinal positivo são modestos, o que se deve a dois grupos de "zonas" que se afastam daquela tendência;

5º - Um desses grupos reúne a "Cova da Beira", o "Oeste Litoral e Colinas do Ribatejo" e "Lisboa e Setúbal", com produtividades do trabalho superiores à média e QS dos PD muito inferiores à unidade; o outro, no polo oposto, combina baixas produtividades do trabalho com altos QS dos PD, abrangendo 7 das 9 "zonas agrícolas" do 'Norte e Centro Interior' ("Douro Vitícola" e "Beiras Douro e Transmontana", com QS inferiores à unidade, são as exceções).

Figura 64. Receita Padrão (RPE) por Unidade de Trabalho Agrícola (UTA)
Impacto dos Pagamentos aos Produtores (PP)



A ausência de ponderação do emprego na atribuição de pagamentos aos agricultores e a predominância das situações de correlação positiva dos *quocientes de suporte* aos produtores com as produtividades do trabalho (i.e. mais produtividade, mais apoio absoluto e relativo por UTA) acentuam a visibilidade das desigualdades entre agricultores e entre territórios quando se passa do Valor da Produção Padrão ao da Receita Bruta Padrão por Unidade de Trabalho (figura 64).

O critério coesão intrassectorial (prioridade ao apoio às explorações ou zonas com menor produtividade do trabalho), um dos argumentos usados por Portugal nas negociações europeias, não tem pois correspondência na aplicação nacional dos instrumentos da PAC.

4.2.4. Níveis de apoio e dimensão económica das explorações agrícolas

Que relações existem entre a repartição dos pagamentos aos produtores e a dimensão económica das explorações agrícolas?

Quadro 110. Repartição do Valor da Produção Padrão (VPP) e dos Pagamentos aos Produtores (PP) por Classes de Dimensão Económica das Explorações Agrícolas

	Muito Pequenas e Pequenas < 25 mil € VPP		Médias 25 - 100 mil € VPP		Grandes > 100 mil € VPP	
	VPP %	PP %	VPP %	PP %	VPP %	PP %
CONTINENTE	28	37	23	22	49	41
Beira Baixa, Transição Sul e Alentejo	12	14	21	25	67	61
Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo	15	10	23	18	62	72
Algarve	43	55	30	26	27	19
Norte e Centro Litoral	29	43	25	23	46	34
Transição Centro	58	71	24	18	18	11
Norte e Centro Interior	63	73	25	19	12	8

Pesos nos Pagamentos aos Produtores superiores ao peso no VPP.

Estimativa com base no apuramento específico do *RA2009* sobre os beneficiários de ajudas IFAP, por classes de dimensão económica, e nos dados da repartição dos pagamentos por concelhos disponibilizados pelo IFAP/GPP.

Figura 65. Pagamentos aos Produtores em % VPP por Classes de Dimensão Económica das Explorações Agrícolas

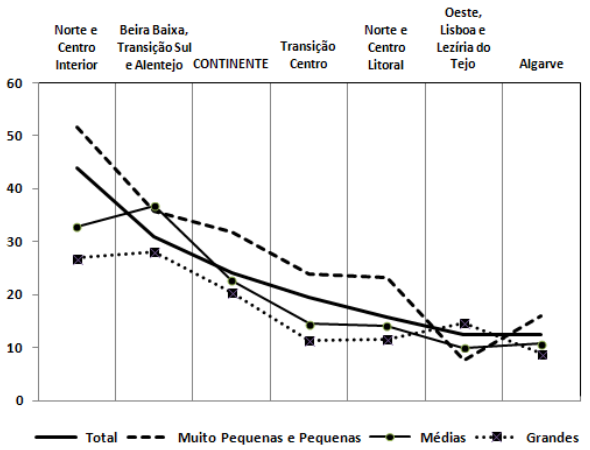
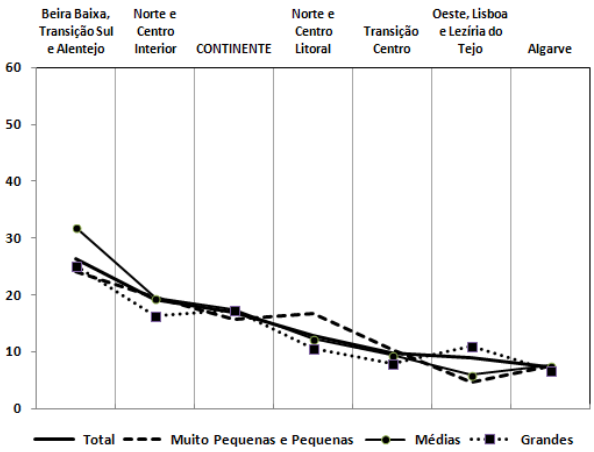


Figura 66. Pagamentos Diretos em % VPP por Classes de Dimensão Económica das Explorações Agrícolas



Respondendo à questão em seis pontos:

1º - A repartição dos pagamentos aos produtores por classes de dimensão económica das explorações é semelhante à do valor da produção (cf. quadro 110);

2º - Contudo, há uma inflexão a favor das explorações de menor dimensão: estas beneficiam em geral de níveis de suporte superiores aos médios (cf. figuras 65 e 66) e detêm por isso uma quota parte nos pagamentos maior do que no valor da produção (cf. quadro 110); contudo, a ordem de grandeza apurada para essa inflexão deve ser encarada com prudência, pois foi obtida por estimativa indireta;

3º - A exceção mais notória a este perfil é o 'Oeste, Lisboa e Lezíria do Tejo', onde as grandes explorações têm os maiores níveis de suporte; devido à "zona" da "Lezíria" ser, nesse 'macro' território, aquela onde as unidades produtivas são de maior dimensão e os níveis de apoio mais altos (PD nas áreas de regadio: milho, tomate e arroz);

4º - O apoio às Zonas Desfavorecidas é o instrumento determinante da inflexão em favor das explorações de menor dimensão económica (cf. *níveis de suporte* do total dos PP e dos PD, nas figuras 65 e 66), em virtude dos critérios orientadores desse apoio: exclusão das explorações com Margem Bruta Padrão superior a 40 UDE (58.000€); escalonamento decrescente acima de 3 ha; e limite máximo de 150 ha de SAU beneficiada por exploração;

5º - Nas Medidas Agroambientais também existem dispositivos de escalonamento degressivo dos níveis de apoio unitário, mas a avaliação da sua execução salienta que a adesão a estas medidas é superior nas explorações de grande dimensão (cf., também, Domingos *et al.*, 2011); assim, não se pode extrair uma conclusão segura sobre os respetivos *níveis de suporte* e a dimensão económica das explorações;

6º - Finalmente, a redução percentual do montante dos pagamento diretos superiores a 5.000 euros/beneficiário (a modulação) constitui o fator principal de explicação dos diferenciais dos níveis de apoio no respeitante apenas aos pagamentos diretos; em média, a modulação representa cerca de 6,4% do total dos PD, ascendendo a 8,4% se reportada apenas ao recebido pelas *médias* e *grandes* explorações.

5. Síntese e perspetivas

Depois de no primeiro capítulo, centrado na delimitação (grandes manchas contíguas de municípios) e caraterização de tipos de *rural* no Continente português, a relação entre agricultura e território ter constituído apenas uma das vertentes analíticas, nos três capítulos seguintes aquela relação elevou-se a objeto central.

Esta inflexão implicou uma mudança de perspetiva e de escalas de observação do território, como se deu conta na seção (2.1). Assim, num primeiro passo delineou-se uma escala de observação territorial mais fina - "zonas agrícolas": em função, sobretudo, da *especialização produtiva agrícola e silvícola* - e depois dois níveis de agregação territorial na ótica *agrorrural*. Como se explicou, a passagem da escala das "zonas agrícolas" (32) para os *territórios agrorrurais* (12) e sua agregação em 'macro' territórios (6) correspondeu a um alargamento da dimensão espacial das unidades de observação e a uma perspetiva analítica mais ampla, num duplo sentido: consideração de novas dimensões de caraterização das explorações agrícolas; ponderação da diversidade das condições de enquadramento natural, económico e político da agricultura nos vários espaços.

Com este novo enquadramento metodológico, encetou-se, no segundo e terceiro capítulos, a captação da diversidade de agriculturas – e das mudanças nos anos 2000 -, de estruturas das unidades agrícolas e de tipos de agricultores (os agentes que moldam os territórios). Enfatizou-se a importância da figura "exploração agrícola" e dos agentes que lhe dão vida na política de gestão do *solo rural* e, portanto, do papel que lhes deveria ser atribuído no *ordenamento do território*. E isto porque, no âmbito da enorme relevância da *superfície rural* e do peso preponderante nela detido pelo "espaço agrícola e ou florestal", a entidade "exploração agrícola", embora em perda de domínio, ainda se destaca como determinante no controlo da extensão territorial do Continente.

Ancorado nas conclusões dos capítulos 2 e 3, o capítulo 4 focalizou-se, primeiro, na análise da evolução do potencial produtivo agrícola nos anos 2000 e, segundo, nos instrumentos de políticas públicas direcionados à produção agrícola e ao rendimento dos agricultores e no respetivo impacto sobre as diferentes agriculturas/tipos de agricultores e territórios.

Ao longo do texto arrumaram-se conclusões das sucessivas componentes analíticas e enunciaram-se algumas interrogações. Destas, trazem-se de novo a primeiro plano: - Vai a "programação e implementação do *Portugal 2020*" contribuir para estancar o processo de encolhimento e fragmentação territorial do país, revertendo a tão profunda disparidade entre as manchas do rural de *baixa* e de *alta densidade* e a distância de potencial demográfico e de capital humano entre o *rural* e o *urbano* dos diferentes territórios do *rural*? - Que instrumentos e procedimentos do *Portugal 2020*, sobretudo dos domínios da "competitividade" e da "inclusão social e emprego", se perspetivam para os vastos espaços do *rural* privados de jovens e ancorados nas transferências monetárias dos regimes de segurança social e, supletivamente, nos apoios ao rendimento dos agricultores em zonas desfavorecidas? - Que partição (e tipo de apoios) entre o núcleo restrito de empresas em elevado estádio de competitividade e que já asseguram a fatia substancial do valor da produção agrícola nacional e todas as outras modalidades, diversas, de agentes que também moldam as paisagens e a vida económica e social dos territórios do *rural*?

Um contributo parcial para as respostas reside na análise dos instrumentos de política e da aplicação dos fundos públicos, que se circunscreveu no essencial aos domínios de incidência da PAC. Essa análise, a que se aditam algumas referências de enquadramento, sustenta as notas que fecham este texto.

Importa recordar as questões de partida que se colocaram no final do preâmbulo da seção 4.2: - A concretização das políticas de apoio à agricultura, silvicultura e agroindústria, no quadro da PAC e da política europeia de coesão responde de modo equitativo e eficaz às necessidades e potencialidades de desenvolvimento das diversas agriculturas e territórios rurais? - É coerente com os objetivos de desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal?

A PAC mobiliza três grandes tipos de instrumentos: dispositivos de regulação dos mercados; apoio direto aos agricultores; e apoio ao desenvolvimento rural (investimento e outras ações de desenvolvimento, incluindo as vertentes agroambiental e de apoio às zonas desfavorecidas). O apoio direto, tal como as medidas agroambientais e os apoios à florestação, emergiu com a reforma de 1992 para compensar a forte redução dos anteriores mecanismos de suporte aos preços e de garantia do escoamento da produção agrícola excedentária (cf. Cordovil *et al.*, 2004). Em conformidade com o Tratado de Roma fundador da União Europeia (então CEE) e também com o atual Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), em vigor desde 1 de Dezembro de 2009, a PAC deve contribuir para *assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura* (alínea b, do nº 1 do art.º 39 do TFUE).

Os Tratados preveem que tal deve ser conseguido através do *incremento da produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização ótima dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra* (ibidem, alínea a do nº 1 do art.º 39). Neste sentido, além da regulação dos mercados, a PAC assume-se como política de desenvolvimento que deve contribuir para o reforço estrutural e viabilidade económica da agricultura, podendo também conceder auxílios "a) para a proteção de explorações em situação desfavorável devido a condições estruturais ou naturais; b) no âmbito de programas de desenvolvimento económico" (ibidem, art.º 42).

Entende-se, por isso, que as políticas analisadas devem ser perspetivadas e avaliadas como políticas de desenvolvimento ancoradas na agricultura, produção florestal e demais atividades a elas diretamente associadas, seja pela integração em fileiras comuns (agroindústria), seja pelo entrelaçamento com os territórios onde se realizam.

Porquê frisar esta ideia à partida?

A resposta entronca numa conclusão da análise efetuada. Embora a PAC se afirme como política de desenvolvimento, na sua configuração atual está muito vinculada ao objetivo de apoio direto ao rendimento dos "agricultores". Este objetivo surge no topo das prioridades e, como se constatou, no caso de Portugal a maior fatia do financiamento público é-lhe dedicada (mais de dois terços e mais de 80%, respetivamente, do apoio global analisado e dos pagamentos aos "produtores").

Conhecem-se as raízes longínquas: a situação de exceção na Europa do pós guerra, o ambiente onde nasceu a PAC, e mais tarde (até hoje) a procura de sucedâneos para o protecionismo dos mercados e dos preços, que sustentou o rendimento dos agricultores nas primeiras décadas e que, por razões diversas, foi mitigado a partir de finais dos anos 80 do século passado (cf. Massot, 2012).

Esta centralidade do objetivo de proteção direta do rendimento é pouco curial no âmbito de uma política de desenvolvimento, pois, o que define as políticas de rendimento é a focalização em objetivos de natureza redistributiva, que requerem uma avaliação global dos rendimentos e necessidades dos beneficiários e o recurso a instrumentos de política social e fiscal.

No passado, em que a pobreza ou debilidade económica fustigavam os agricultores, como um todo ou na sua maioria, a PAC teria algum fundamento como política redistributiva. Mas já não é essa a situação presente.

Existe uma justificação possível para uma vertente de apoio ao rendimento, suscetível de acolhimento na política agrícola: a grande volatilidade dos rendimentos dos agricultores, devido a irregularidades meteorológicas ou a alterações dos mercados. Mas sendo esse o motivo, os instrumentos de política devem ser contra cíclicos, agindo como estabilizadores quando há quebras conjunturais mais sensíveis de rendimento ditadas por choques exógenos. Não é este o caso dos pagamentos aos "produtores" em vigor e, em particular, dos pagamentos diretos (RPU e pagamentos ligados). De facto, embora cumpram uma função automática e horizontal de estabilização do rendimento não incluem dispositivos de ajustamento cíclico aos momentos e às atividades de ocorrência das quebras de rendimento.

Há uma argumentação adicional, a mais frequente no meio agrícola, para se defenderem os pagamentos diretos: sem eles grande parte das explorações e atividades agrícolas seriam inviáveis, o que traria graves consequências económicas, sociais e ambientais.

Retomar-se-á este argumento, quando se referirem outros instrumentos de política de apoio à viabilidade das empresas agrícolas. Por agora, abre-se uma outra linha de reflexão.

Pelo modo como são atribuídos os pagamentos diretos geram uma renda fundiária, em muitos casos não apropriada por produtores agrícolas e florestais. Isto, por três motivos: primeiro, um proprietário pode receber pagamentos, mesmo que se limite a "manter as terras em boas condições agrícolas e ambientais" e sem as cultivar; segundo, quando há lugar a arrendamento de terras menos produtivas e o rendeiro é o detentor de direitos a pagamento (RPU ou ajudas ligadas) as rendas fixam-se acima dos valores que vigorariam na ausência desses direitos, sendo o aumento em geral da mesma ordem de grandeza do valor dos direitos, o que significa que a maior parcela do benefício, senão a totalidade, reverte para o proprietário e não para o rendeiro-agricultor; terceiro, quando a produção primária é economicamente viável a preços de mercado (sem ajudas) e está integrada em fileiras agroindustriais (caso, por exemplo, da produção de tomate para transformação industrial), a renda criada pelos direitos a pagamento (ligados ou desligados) tende a ser capturada pela indústria através de redução dos preços pagos aos produtores agrícolas.

Os pagamentos compensatórios aos agricultores das zonas desfavorecidas são redistributivos na tripla perspetiva territorial, produtiva e social. O seu possível questionamento prende-se, sobretudo, com razões de eficácia política face às necessidades específicas e desafios prioritários de desenvolvimento dos territórios alvo. Estes apoios contribuem, regra geral, para manter alguma atividade agrícola em zonas ameaçadas pelo abandono e para minorar os riscos de incêndio. Contudo, na ausência de uma gestão mais flexível e focalizada em objetivos, compromissos e resultados ajustados à especificidade e diversidade dos territórios, correm o risco de se converter essencialmente num complemento das prestações da segurança social e não em instrumento de sustentabilidade da agricultura e do ambiente nas zonas mais desfavorecidas.

Existem outros dispositivos no âmbito da PAC também justificados por motivos de equidade, como sejam o escalonamento degressivo dos apoios agroambientais ou a redução dos pagamentos diretos dos beneficiários que recebem mais de 5.000 euros ou, ainda, do regime de apoio à pequena agricultura recentemente aprovado no âmbito da reforma da PAC para o pós 2013. Mas esses dispositivos seriam melhor fundamentados em critérios de boa gestão dos recursos públicos caraterísticos de uma política de desenvolvimento.

A justificação principal de concessão de incentivos públicos a entidades privadas é a existência de "falhas de mercado" que retiram viabilidade económica (mercantil) a atividades eficientes na ótica social (interesse público). Estas "falhas de mercado" são significativas na agricultura, devido em especial à dificuldade de separar, em certas circunstâncias, a produção de bens e serviços mercantis e de bens coletivos (sumidouro de carbono, amenidades ambientais, biodiversidade, preservação de ecossistemas, coesão territorial, etc.) a que a sociedade reconhece valor mas que não são internalizáveis nos mecanismos de mercado, devido a dificuldades objetivas relacionadas com a sua natureza e provisão - ausência de rivalidade no consumo e impossibilidade de exclusão de consumidores individuais.

A essa luz importa avaliar se a atribuição de tais incentivos é necessária e com que intensidade para garantir a viabilidade das empresas e dos projetos apoiados e a correspondente provisão de bens e serviços. Por exemplo, a decisão de reduzir os apoios ao rendimento ou os incentivos ao investimento em função da maior dimensão económica dos beneficiários deveria ser tomada com base em critérios económicos, como por exemplo os custos decrescentes à escala, e visando limitar o apoio público ao estritamente necessário para garantir a viabilidade económica e o fornecimento de bens públicos associados. Chegar-se-ia por esta via à conclusão de que alguns dos apoios têm justificação e outros não, fundando esse juízo

em critérios próprios de uma política de desenvolvimento e não em objetivos e critérios redistributivos, cuja sede adequada são as políticas de rendimentos, ou em rendas de situação decorrentes da captura de políticas públicas por interesses privados.

No contexto da União Europeia e, em particular, em Portugal a condução da política agrícola e florestal é uma tarefa complexa. A primeira fonte de complexidade, já anotada, reside no caminho de demarcação e de tratamento diferenciado da produção valorada pelo mercado e de outros bens que este não remunera (é a vertente da designada multifuncionalidade da agricultura). O segundo fator de complexidade é a diversidade dos territórios, das estruturas agrárias e dos sistemas de agricultura, tanto no espaço europeu como a nível nacional.

Enquanto política de desenvolvimento, com uma tripla dimensão económica, ambiental e territorial, a missão e o desafio unificador da política agrícola deve ser a mobilização do potencial de produção dos diversos sistemas de agricultura e territórios, de modo compatível com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade e de forma socialmente compensadora para os que dela dependem como produtores e consumidores e, também, para os contribuintes (incluindo os agricultores) que financiam com os seus impostos os apoios ao setor agrícola.

A ser assim, a concretização dos princípios da coesão territorial e social deve fazer-se pela inclusão ativa de todos os atores e territórios, na sua diversidade, nas tarefas do desenvolvimento, designadamente, através do trabalho, do investimento, da boa gestão e organização, do conhecimento e da inovação.

Não faltam à política agrícola os instrumentos para responder a estes desafios. Mas o seu aproveitamento está longe do desejável e do possível nos planos europeu e nacional.

A canalização de uma grande parte dos recursos financeiros da PAC, em particular em Portugal, para instrumentos de apoio ao rendimento que não incentivam a plena utilização do potencial produtivo agroflorestal, nem contribuem para o ordenamento do território, é um sintoma revelador de incoerência com a missão e os objetivos referidos, acolhidos em geral na legislação comunitária e nacional e no discurso político, mas sem suficientes consequências práticas.

Tomando por referência o diagnóstico apresentado, seguem-se algumas notas finais sobre possíveis linhas de ação propiciadoras de uma gestão mais coerente dos meios disponíveis, admitindo que parte dos recursos hoje alocados aos pagamentos diretos de suporte ao rendimento venha a ser reafectada a prazo a outros objetivos e instrumentos.

1.ª - Reforçar os incentivos a uma melhor organização dos produtores na esfera da produção e da relação com o mercado, visando obter ganhos de eficiência, de escala e de poder de negociação. Os instrumentos regulamentares e financeiros existem e o seu aproveitamento é priorizado na proposta do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 (*PDR 2020*). Um recente relatório da Comissão Europeia sobre o aproveitamento dos fundos e programas operacionais de apoio às organizações de produtores de frutos e produtos hortícolas [COM(2014) 112 final] revela que, no conjunto dos 23 Estados Membros da UE beneficiários destes programas, as Organizações e Associações de Produtores controlam 43% do valor das vendas, enquanto em Portugal o valor desse indicador se cifra apenas em 20%. Há pois um caminho a percorrer neste domínio no nosso país.

2.ª - Reforçar os incentivos ao investimento nas empresas agrícolas e ou florestais, subordinados a critérios de seletividade ancorados no princípio geral de que o fundamento para o apoio público ao investimento privado é a existência de "falhas de mercado", não se justificando por isso conceder apoio, sobretudo o não reembolsável, a projetos que seriam viáveis e lucrativos sem esse apoio e que não geram externalidades relevantes na ótica do interesse público (geral).

3.ª - Conceder apoio específico e prioritário às infraestruturas e tecnologias de regadio em todo o território, com a inerente mobilização e capacitação dos agentes em presença, contrariando o desenvolvimento assimétrico verificado nas últimas décadas, mercê da coexistência da expansão das grandes infraestruturas de regadio no sul, uma evolução positiva e a consolidar, com o grande recuo das zonas irrigáveis e regadas no resto do território, uma tendência negativa e que importa reverter.

4.ª - Manter o tipo de objetivos e critérios de alocação atuais dos pagamentos compensatórios dirigidos aos agricultores das zonas desfavorecidas, mas promover uma maior flexibilidade de aplicação, incluindo a modulação dos apoios em função das necessidades e potencial específicos dos territórios de incidência.

5.ª – Reconverter o regime de "apoio direto aos agricultores", desligando os direitos a pagamento do seu histórico e eliminando-os progressivamente, em favor: quer de ajudas focalizadas em objetivos específicos de interesse comunitário (ambientais, sociais e territoriais) cujos resultados sejam objetivamente avaliáveis e contratualizadas por valores equivalentes aos custos adicionais ou perdas de rendimento resultantes dos compromissos assumidos pelos beneficiários do apoio; quer de instrumentos de gestão de risco e de rede de segurança contra flutuações excessivas do rendimento dos agricultores.

6.ª – Reforçar o eixo de política de estabilização dos rendimentos e gestão de riscos, incluindo a proteção contra os efeitos de catástrofes naturais ou choques exógenos de natureza económica com incidência excecional no rendimento dos agricultores, na senda das possibilidades abertas pelo novo regulamento comunitário de desenvolvimento rural, que prevê o cofinanciamento pelo FEADER de prémios de seguro e de compensações pagas por fundos mutualistas de apoio a agricultores penalizados por reduções significativas de rendimentos resultantes da maior volatilidade dos preços e de outros riscos económicos e ambientais.

7.ª – Intervir de forma mais integrada e prioritária nos territórios rurais e nos sistemas agrícolas e florestais mais fragilizados, em particular nas zonas de *baixa densidade*, recorrendo à mobilização coordenada dos instrumentos da política agrícola e de desenvolvimento rural (PAC), da política de coesão e dos demais instrumentos das políticas com incidência territorial.

Algumas das notas precedentes poderão parecer utópicas e inoportunas, quando nos encontramos ainda no início da aplicação da mais recente reforma da PAC e das subsequentes decisões nacionais. Mas o desfecho das negociações de 2011-2013 sobre a PAC, com o enquadramento da *Estratégia Europa 2020*, saldou-se na abdicação da Comissão Europeia de vários dos aspetos mais relevantes das suas propostas e na aprovação pela primeira vez, por iniciativa do Conselho (Estados Membros) e com o acordo do Parlamento Europeu, de uma PAC que contempla em alguns dos Regulamentos a admissão de opções contraditórias, aberta às escolhas nacionais. Seria subsidiariedade se houvesse um tronco comum suficientemente amplo e coerente; assim é um passo arriscado e que pode abrir caminho à desintegração da mais antiga política interna comunitária. O tempo o dirá, prevendo-se novos capítulos, em particular ao abrigo da possibilidade de revisão intercalar das opções nacionais em 2017, como admitido nos Regulamentos comunitários.

Tal como perante outras circunstâncias e desafios, o futuro não é, aqui, um caminho único e predeterminado, mas sim um campo de incertezas e de escolhas em aberto, que se vão renovando com a experiência e a ocorrência de desenvolvimentos inesperados.
Mas há um princípio estável da vida em sociedade, bem conhecido dos agricultores e dos outros agentes que mobilizam os campos e moldam as paisagens: no futuro só se pode colher o que antes se semeou.

Bibliografia

AA.VV (Vitorino, N.; Feio, P.A.; Dimas, B., coord.) (2004), *Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal – uma análise empírica*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar [GPPA].

AA.VV (Mateus, A., coord. geral) (2006), *Competitividade Territorial e Coesão Social*. Colecção Estudos de Enquadramento Prospectivo do QCA III. Ed. Observatório do QCA III.

Abreu, A.C.; Correia, T.P.; Oliveira, R. (coord.) (2004), *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*. 5 Volumes + 1 caixa com cartografia + 1 CD-ROM com fotografias. Universidade de Évora. DGOTDU, ISBN 972-8569-28-9.

Arnalte, E.A.; Pérez, O.M.M.; Miranda, D.O. (2013), **"**La dimensión social del proceso de ajuste estructural en la agricultura española*"* in Gómez-Limón, J. A.; Martínez, E. R. (coord.), *La sostenibilidad de la agricultura española.* Ed. Cajamar Caja Rural. ISBN-13: 978-84-95531-56-8**,** pp. 117-154.

Arnalte, E. (2006), "Economía política del proceso de ajuste estructural en la agricultura de los países desarrollados" in Arnalte, E. (coord.), *Políticas agrarias y ajuste estructural en la agricultura española*. Madrid: MAPA, Serie Estudios 162, pp. 17-54.

Arnalte, E. (2002), "Ajuste estructural y cambios en los modelos productivos de la agricultura española" in Gómez Benito, C.; González, J.J. (eds.). *Agricultura y Sociedad en el cambio de siglo*. Madrid: McGraw Hill – UNED, pp. 391–426.

Arnalte, E.A.; Baptista, F.O.; Lourenço, F.A. de S.; Muñoz, C.Z.; Rodrigo, I.G. (1998), *El desarrollo rural: políticas aplicadas situación actual del debate y perspectivas del futuro a nivel europeo*. (AGRI-106). Estrasburgo: Parlamento Europeo, Dirección General de Estudios.

Azevedo, N.M.F. (2010), *Tempos de mudança nos territórios de baixa densidade. As dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro*. F.L. da Universidade do Porto.

Baptista, F.O. (2001), *Agriculturas e Territórios*. Oeiras: Celta Editora.

Baptista, F.O. (2003), "Um rural sem território" in AA.VV (Portela, J.; Caldas, J. C., orgs.) (2003), *Portugal chão*. Oeiras: Celta Editora, pp. 47-66.

Baptista, F.O. (2005), "A questão da terra" in AA.VV (Baptista, F. O., org.), *Terra e Tecnologia: Século e Meio de Debates e Políticas de Emparcelamento*. Oeiras: Celta Editora*,* pp. 193-220.

Baptista, F.O. (2010), *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura.* Oeiras: Celta Editora.

Blanc, M. (1997), "La ruralité: diversité des approches" in *Économie Rurale*, N. º 242, Nov. – Déc. Paris: SFER, pp. 5-11.

Caetano, M.; Nunes V.; Nunes, A. (2009), *CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal,* Relatório técnico, I. Geográfico Português (www.igeo.pt/e-IGEO/egeo_downloads.htm).

Chorincas, J. (2003), *Dinâmicas Regionais em Portugal: demografia e investimento*. Lisboa: DPP (no sítio do DPP na *Web*).

COM (2014), *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação das disposições relativas às organizações de produtores, aos fundos operacionais e aos programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas desde a reforma de 2007*. («Relatório sobre o regime relativo às frutas e produtos hortícolas»). Bruxelas, 4.3.2014, 112 final.

Cordovil, F.C. (1979), *Estruturas das explorações agrícolas. O produto agrícola bruto como instrumento de análise e determinação – ensaio para 1968-70*. I. Gulbenkian de Ciência/Centro de Estudos de Economia Agrária.

Cordovil, F.C. (1991), *Estratégias Produtivas e Rendimentos Agrícolas*. Vol. I "Método – Aplicações – Perspectivas" e Vol. III "Geografia dos Estratos de Agricultura". Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão [ISEG] /UTL.

Cordovil, F.; Dimas, B.; Alves, R.; Baptista, D. (2004), *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia*. Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.

Domingos, T.; Oliveira das Neves, A.; Marta-Pedroso, C. (eds.); Martins, H.; Vieira, R.S.; Alves, M.; Porta, M.; Ferreira, G. (2011), *Relatório Final da Avaliação Contínua do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR) do ano 2010.* Estudo encomendado pela Autoridade de Gestão do ProDeR. Instituto Superior Técnico, Instituto de Estudos Sociais e Económicos e Instituto Politécnico de Bragança, Lisboa e Bragança.

Ferrão, J. (2012), "A Geografia da Crise", comunicação apresentada na Conferência ICS 2012 "Portugal em Mudança. Diversidades, Assimetrias, Contrastes", Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 27 de novembro.

Ferrão, J. (2003), "Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento: Portugal 1991-2001" in *Revista de Estudos Demográficos*, INE, n.º 4, pp. 17-25 (no sítio do INE na *Web*).

Ferrão, J.; Guerra, J.; Honório, F. (Ferrão, J., coord.) (2004), *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida. Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)*. Relatório Final. "Observa – Ambiente, Sociedade e Opinião Pública". Lisboa: ICS/ISCTE – Instituto do Ambiente.

Ferrão, J.; Mourato, J. (2010), "A avaliação de políticas públicas como factor de Aprendizagem, inovação Institucional e cidadania. O Caso da Política de Ordenamento do Território em Portugal" in *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais* V. 12, N.º 1 / Maio 2010: 9-28, ac. http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4502/1/rev_ANPUR_v12_n1.pdf.

Figueiredo, A. (coord. e redação) *et al.* (s/d, 2010?), *A Territorialização das Políticas Públicas em Portugal*. Relatório de base. Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., IFDR.

Figueiredo, A.M. (2010), "Competitividade Regional e Ordenamento do Território" in *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 17, pp. 85-105 (www.dpp.pt/).

Geirinhas, J. (2001), "Conceitos e Metodologias. BGRI - Base Geográfica de Referenciação de Informação" in INE, *Revista de Estudos Regionais*, 2º Semestre 2001, pp. 67-73 (no sítio do INE na *Web*).

GPP (2012), *A Agricultura na Economia Portuguesa: envolvente, importância e evolução recente. 2011.* Gabinete de Planeamento e Políticas [GPP] /MAMAOT, dezembro 2012.

GPPA (2003), *Portugal Rural: Territórios e Dinâmicas*, no sítio do GPP/MAM na *Web* e em CD.

ICNF (Uva, J.S., resp. técnico) (2013), *IFN6 – Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental. Resultados preliminares.* [pdf], Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Lisboa [Id., *IFN5* – FloreStat, informação por concelho].

INE (2004), *Sistema urbano: áreas de influência e marginalidade funcional: região Centro.* Lisboa. ISBN 972-673-721-4 (no sítio do INE na *Web*).

INE (2010), *Para uma discussão de Regiões Urbanas Funcionais em Portugal.* Instituto Nacional de Estatística, INE, SPEBT/CSE (no sítio do INE na *Web*).

INE (2011), *Recenseamento Agrícola 2009. Análise dos principais resultados* (no sítio do INE na *Web*).

INE (2011a), *Inquérito ao emprego* (no sítio do INE na *Web*).

INE (2012), *Recenseamento Agrícola 2009* [*RA2009*] (apuramento específico, desenhado por J. Cabral Rolo e F. Cordovil, INIAV, I. P., solicitado ao INE pelo GPP/MAMAOT que também procedeu à validação da congruência da informação).

INE (2012a), "Empresas agrícolas: o futuro da agricultura portuguesa? - 2004 – 2010". INE, *Destaques* de 26 de setembro de 2012 (no sítio do INE na *web*).

INE (2013), *Retrato Territorial de Portugal 2011*. Lisboa-Portugal (no sítio do INE na *Web*).

INE (2013a), *Censos 2011 - Preparação, Metodologia e Conceitos*. Lisboa-Portugal (no sítio do INE na *Web*).

INE, *Contas Nacionais*, *Regionais* e *Contas Satélite* (Contas Económicas da Agricultura, 1980-2012 - 2010 e 2011 dados provisórios e 2012 estimativa; e Contas Económicas da Silvicultura, 1986-2011 - 2011 dados provisórios) (no sítio do INE na *web*, ac. maio 2013).

ISS (2005), *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*. Documento de Trabalho realizado por: Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS [Instituto da Segurança Social], IP, com a colaboração da GeoIdeia para o tratamento estatístico, ac. http://panda.igeo.pt/pancd/pdfs/Exclusao.pdf.

MAOTDR (2007), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, PNPOT, 1.ª ed.

Marques, T.S. (2004), *Portugal na Transição do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Massot, A.M. (2012), "Los mecanismos de la PAC 2020: principales vectores del proceso de reforma en curso" in *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, n.º 232, pp. 13-67 (ac. em http://dialnet.unirioja.es/).

MTSS/GPE, *Quadros de Pessoal*. Gabinete de Estratégia e Planeamento [GPE] (www.gep.msess.gov.pt/basedados.php).

Novais, A.; Lourenço, F.; Baptista, F.O. (2000), *Portugal (Continente) – Uma Leitura do Rural*. Lisboa: ISA/ DEASR, Doc. de Trabalho nº 18.

Ribeiro, O. (1987), *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico.* 5ª ed. Livraria Sá da Costa Editora.

Rolo, J.C. (2003), *Para uma monografia dos espaços do* rural*: informação sobre a socioeconomia e agriculturas do* rural *(e concelhos) do Continente Português no final do século XX*. Lisboa: Doc. de Trabalho n.º 4 do Proj. *Agro* "As Dinâmicas Socioeconómicas dos espaços rurais do Continente Português", ISA/DEASR-INIAP/EAN/DEEESA-ANIMAR.

Rolo, J.C. (2006), *Rendimentos: terra e valores acrescentados das actividades agro-rurais – quantificações e dinâmicas espaciais*. Oeiras: INIAP/EAN/DEEESA.

Rolo, J.C. (2010), *Rural*: utilização do espaço e agriculturas (não publicado).

Rolo, J.C. (2012), "Protecção Integrada e Desenvolvimento Rural" in *Revista de Ciências Agrárias*, Vol. XXXV, n.º 2, julho-dezembro 2012, pp. 148-164.

Rolo, J.C. & Cordovil, F. (2014), *Rural, Agricultura e Políticas*. Edição: Animar|Ruranimar, 64 p., in http://www.iniav.pt/fotos/editor2/rural_agricultura_politicas.pdf.

Silva, J.M. (2013), *Discurso na Assembleia da República do Ministro MAOTE Jorge Moreira da Silva na apresentação da proposta da Lei de Bases da política dos solos, do ordenamento do território e do urbanismo* (29 nov. 2013) (http://www.portugal.gov.pt/).

UE (2011), *Rural development in the European Union. Statistical and economic information.* Report 2011. EU, DGAgrR (ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/statistics/rural-development/2011/full-text_en.pdf).

UNECE & SOEC (2006), *Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing*. U. N. Economic Commission for Europe (UNECE) and Statistical Office of the European Communities (SOEC). Geneva: Conf. of European Statisticians (www.csb.gov.lv/sites/default/files/item_file_5233_conference_recom.pdf).

Woods, M. (2011), *Rural*. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group.